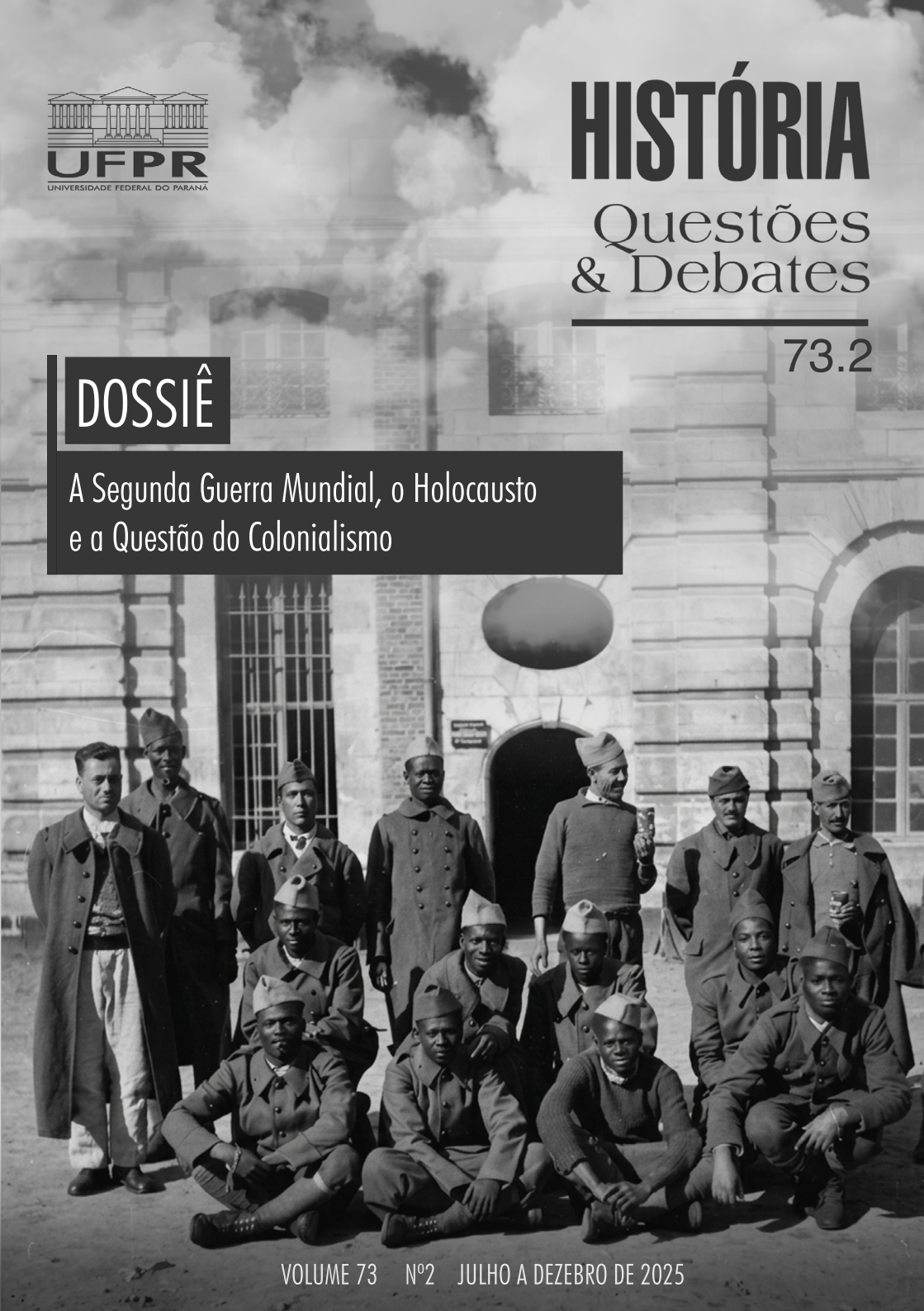
UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HISTÓRIA
Questões & Debates

73.2

DOSSIÊ

A Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e a Questão do Colonialismo



VOLUME 73 Nº2 JULHO A DEZEBRO DE 2025

HISTÓRIA

Questões & Debates

Reitor
Marcos Sfair Sunye
Vice-Reitora
Camila Girardi Fachin
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Edneia Amâncui de Souza Ramos Cavalieri
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Andréa Berriel Mercadante

História: Questões & Debates, ano 40, volume 73, n. 2, mês./mês. 2026
Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e da Associação Paranaense de História (APAH)

Editores
Clóvis Gruner e Fernando Seliprandy

Conselho Editorial
Marion Brepohl (Universidade Federal do Paraná), Álvaro Araújo Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná), Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas), Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), André Macedo Duarte (Universidade Federal do Paraná), Antonio Cesar de Almeida Santos (Universidade Federal do Paraná), Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade Estadual de São Paulo), Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (Universidade de Lisboa), Claudia Rosas Lauro (Pontificia Universidade Católica do Peru), Claudine Haroche (Universidade Sorbonne), Christian Laval (Universidade Paris Nanterre), Euclides Marchi (Universidade Federal do Paraná), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de São Paulo), José Manuel Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa), Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais), Márcio Sergio Batista Silveira de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Maria Elena Barral (Universidad Nacional de Luján), María Laura Rosa (Universidad de Buenos Aires), Marilene Weinhardt (Universidade Federal do Paraná), Montserrat Duch Plana (Universidad Rovira i Virgili), Orazio Irrera (Universidade Paris 8), Pablo de la Cruz Dias Martinez (Universidade de Salamanca), Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas), Philippe Sabot (Universidade de Lille), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Roseli Boschilia (Universidade Federal do Paraná), Renato Augusto Carneiro Júnior (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná), Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim)

Endereço para correspondência
História: Questões & Debates
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar
80060-150, Curitiba/PR
Tel.: +55 (41) 3360 5105
http://revistas.ufpr.br/historia

Capa: Ana Lucia R. Cintra

Imagem da Capa
Soldados coloniais africanos do exército francês entre prisioneiros de guerra após a campanha de 1940. A imagem contrapõe a narrativa europeia da Segunda Guerra Mundial ao dar centralidade ao colonialismo e suas hierarquias raciais no interior do conflito.

BUNDESARCHIV. Französische Kriegsgefangene. 1940. Fotografia. Coleção Adolf von Bomhard, Bild 121-0426. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bundesarchiv_Bild_121-0426,_Franz%C3%B6sische_Kriegsgefangene.jpg Acesso em: 22 abr. 2026.

Revisão dos textos em português: Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas
Revisão dos textos em inglês e espanhol: Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas
Diagramação: Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas e Ana Lucia Cintra

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional, Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Indexada por: Latindex, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), World-Wide Science, Clase, LivRe: Revistas de livre acesso, Latindex; Google Acadêmico, Bielefeld academic search (BASE).

Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SSER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1, 1980.

Volume 73, n. 2, julho/dezembro de 2025
ISSN 0100-6932
e-ISSN 2447-8261
1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL
PUBLISHED IN BRAZIL
Curitiba, 2026

HISTÓRIA
Questões & Debates

VOLUME 73 – N. 2 – JUILHO A DEZEMBRO DE 2025
Curitiba – Paraná – Brasil

DOSSIÊ — A Segunda Guerra Mundial, O Holocausto e a Questão do Colonialismo

008 Apresentação do dossiê A Segunda Guerra Mundial, O Holocausto e a Questão do Colonialismo
Karl Schurster e Márcio José Pereira

018 A racionalidade administrativa do extermínio: campos de concentração, colonialismo e responsabilidade penal
The administrative rationality of extermination: concentration camps, colonialism, and criminal responsibility
Paulo Busato e Heric Stillben

048 Como o Báltico foi reconquistado segundo a historiografia Soviética
How the Baltic was reconquered according to Soviet historiography
Moisés Wagner Franciscon e Gelise Cristine Ponce Martins

079 Nazismo, colonialismo e as vicissitudes do nacionalismo supremacista estadunidense: um estudo a partir do rock fascista
Nazism, colonialism and the vicissitudes of american supremacist nacionalism: a study based on fascist rock
Pedro Carvalho Oliveira

105 A dimensão colonial em Kriegsfibel de Bertolt Brecht
The colonial dimension in Bertolt Brecht's Kriegsfibel
Isabela Fuchs

Artigos Livres

135 Sesmarias e fazendas: atividades econômicas e os desdobramentos socioambientais nos entornos do Rio Taquari, Rio Grande do Sul (1750-1850)
Sesmarias and farms: economical activities and the socio-environmental development in the Rio Taquari surroundings, Rio Grande do Sul (1750-1850)
Moisés Blum Vedoy e Luís Fernando da Silva Laroque

158 Historiografia da farroupilha:entre os áulicos e a construçã da ordem monárquica
Historiography of farroupilha: between the courtiers and the construction of the monarchical order
Fabrício Antônio Antunes Soares

182 As relações entre as economias paulista e paranaense na primeira república brasileira: expectativas e disputas em torno da expansão do complexo cafeeiro
The relations between the economies of São Paulo and Paraná in the First Brazilian Republic: expectations and disputes around the expansion of the coffee complex
Paulo Roberto de Oliveira

209 A proto-história do SPHAN e os reflexos na elaboração do decreto-lei nº 25/1937.
The "proto-history" of SPHAN and its reflections in the drafting of the Decree-Law no.25/1937
Isabella de Oliveira Almeida e Emerson Gomes de Oliveira

232 "O amigo do demônio": a gestão sujeitada de Mauro Mota a Gilberto Freyre no comando do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1956-1971)
"The devil's friend": the subject management of Mauro Mota to Gilberto Freyre in charge of the Joaquim Nabuco Institute for Social Research (1956-1971)
Tercio de Lima Amaral

258 Para além do trágico desfecho: uma história vista de baixo da "Operação mata-mendigos"
Beyond the tragic outcome: a history from below of the "Operation killer of beggars"
Mariana Dias Antonio

Tradução

290 Do trauma histórico
Du trauma historique
Sabina Loriga

Resenhas

323 Furacões, ideias e destruição: o ambiente e uma história das américas
Hurricanes, ideas, and destruction: the environment and a history of the Americas
Alberto Portella

330 Entre o feminino e o institucional: considerações sobre a trajetória das mulheres no ministério público do paraná (1891-1991)
Between the feminine and the institutional: Considerations on the trajectory of women in the Ministério Público do Paraná (1891-1991)
Giovana Eloá Mantovani Mulza

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, O HOLOCAUSTO E A QUESTÃO DO COLONIALISMO

Organizadores
Karl Schurster (UPE, Brasil /UVigo, Espanha)
Márcio José Pereira (UEM, Brasil)

A pergunta que Enzo Traverso (2021) colocou há alguns anos permanece sem uma resposta satisfatória no campo de estudos da Segunda Guerra e do Holocausto: estamos vivenciando uma nova "disputa dos historiadores"? (referência à *Historikerstreit* dos anos 1980). O debate sobre a natureza da guerra ultrapassou, ao longo das décadas, o campo dos estudos militares e nos proporcionou entendimentos por diferentes áreas, que foram desde a micropolítica aos estudos sobre genocídio e a natureza do mal. Contudo, essas perspectivas multidirecionais não se conectavam plenamente, e cada uma explicava os horrores da guerra de forma relativamente independente.

Uma ausência significativa passou a ser observada na historiografia alemã, especialmente na chamada "Escola de Munique" (Institut für Zeitgeschichte – IfZ) e em parte da historiografia norte-americana: o colonialismo. Tanto na primeira geração de estudiosos sobre a Segunda Guerra e o Holocausto, como Saul Friedländer, Ernst Nolte, Martin Broszat, Hans Mommsen e Israel Gutman, quanto na geração posterior, com Götz Aly, Omer Bartov, Peter Longerich, Martin Gilbert e Richard J. Evans, o colonialismo não foi tematizado como categoria estruturante das interpretações e na explicação da natureza do conflito e da escalada de violência que culminou no genocídio. Ainda assim, algumas exceções relevantes, como Arno J. Mayer e, mais recentemente, Mark Mazower (2013), trouxeram a dimensão imperial para o centro do debate.

É importante recordar que Hannah Arendt (2013), em Origens do Totalitarismo, já havia estabelecido uma relação estrutural entre imperialismo,

racismo e violência estatal, ao argumentar que as práticas coloniais europeias constituíram um verdadeiro laboratório político no qual formas de dominação racial, administração burocrática da violência e exclusão jurídica foram experimentadas e posteriormente reconfiguradas no interior do continente europeu. Nesse sentido, o racismo não aparece apenas como ideologia, mas como tecnologia de poder capaz de organizar hierarquias e legitimar a eliminação de populações consideradas indesejáveis.

Ainda que Arendt enfatize a novidade do totalitarismo, sua análise sugere que essa ruptura não pode ser compreendida sem referência às continuidades inscritas na expansão imperial do século XIX. É precisamente essa ambivalência, entre descontinuidade e herança histórica, que tem sido retomada por leituras recentes, especialmente no contexto do chamado "giro decolonial", recolocando o problema das experiências coloniais no centro das interpretações sobre a violência do século XX. Nessa perspectiva, a obra arendtiana não apenas antecipa o debate contemporâneo, mas oferece um ponto de inflexão fundamental para pensar as relações entre colonialismo, nazismo e genocídio para além de modelos explicativos lineares.

A proposta deste dossiê, portanto, foi reunir contribuições multidirecionais que abordem a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto considerando o nazismo também como uma possível manifestação de lógicas coloniais, buscando novas perspectivas sobre as relações entre racismo, imperialismo e violência extrema. Essa linha interpretativa encontra um contraponto decisivo na crítica formulada por Aimé Césaire (1950), em seu Discurso sobre o colonialismo, no qual sustenta que o nazismo não representou uma ruptura na história europeia, mas antes a reimportação, para o continente, de práticas de violência, desumanização e extermínio que haviam sido historicamente naturalizadas nos espaços coloniais. Ainda que Arendt enfatize a novidade do totalitarismo, a leitura de Césaire radicaliza a hipótese de continuidade, tensionando interpretações que insistem na excepcionalidade absoluta do fenômeno nazista e recolocando o colonialismo no centro da compreensão das violências do século XX.

É nesse contexto historiográfico que se insere a contribuição do historiador alemão Thomas Kühne, particularmente em seu artigo *Colonialism and the Holocaust: continuities, causations, and complexities*. Nesse trabalho, o autor intervém diretamente no debate ao propor uma revisão crítica das

principais interpretações que buscam articular colonialismo e Holocausto, enfatizando a necessidade de problematizar os modelos explicativos disponíveis (KÜHNE, 2013).

Kühne identifica a emergência de um "paradigma colonial" na historiografia recente, voltado a interpretar o nazismo, especialmente a guerra no Leste europeu e o genocídio dos judeus, à luz de experiências coloniais anteriores. Segundo o autor, esse paradigma não é homogêneo, ainda é um campo em disputa, que trata de um conjunto de abordagens em consolidação, sendo composto por diferentes vertentes analíticas que variam desde argumentos de continuidade direta até abordagens comparativas e estruturais (KÜHNE, 2013). Entre essas vertentes, destacam-se a hipótese de uma continuidade especificamente alemã entre o genocídio no Sudoeste Africano e o Holocausto; a noção de um repertório europeu de saber colonial mobilizado pelo nazismo; e a interpretação do expansionismo nazista como forma de "colonialismo de povoamento" (KÜHNE, 2013).

Ao mapear essas abordagens, Kühne adota uma posição crítica em relação às explicações baseadas em causalidade direta. Para ele, muitas dessas interpretações operam em níveis elevados de abstração, dificultando a apreensão das diferenças históricas fundamentais entre contextos coloniais e o projeto genocida nazista (KÜHNE, 2013). Nesse sentido, o autor questiona a ideia de que o colonialismo possa ser entendido como origem ou causa do Holocausto, enfatizando que analogias excessivamente amplas correm o risco de diluir a especificidade histórica do genocídio dos judeus europeus (KÜHNE, 2013).

Isso não implica, contudo, uma rejeição do paradigma colonial. Kühne reconhece que o colonialismo oferece categorias analíticas relevantes para compreender aspectos centrais do nazismo, especialmente no que se refere à violência contra populações civis, à racialização e às práticas de ocupação no Leste europeu (KÜHNE, 2013). O ponto central de sua argumentação reside na defesa de que essas conexões devem ser compreendidas em termos de analogia, transferência e reconfiguração, e não como continuidade linear (KÜHNE, 2013).

Essa cautela metodológica, contudo, não impede que o colonialismo seja compreendido como um espaço privilegiado de radicalização da violência

moderna. Nesse sentido, a reflexão de Achille Mbembe (2018) contribui para aprofundar o debate compreender o foco da causalidade direta para a análise das formas de poder que estruturam a produção da morte. Ao formular o conceito de necropolítica, o autor argumenta que os contextos coloniais constituíram verdadeiros laboratórios nos quais se consolidaram práticas de suspensão do direito, racialização extrema e gestão diferencial da vida e da morte. Nessas zonas, a violência se apresenta como princípio organizador, instituindo regimes nos quais determinadas populações são sistematicamente convertidas em vidas descartáveis. Ainda que não se trate de estabelecer uma linha de continuidade linear com o nazismo, essa perspectiva permite compreender como certas tecnologias de poder e formas de administração da morte, desenvolvidas no âmbito colonial, puderam ser reconfiguradas e intensificadas no contexto europeu do século XX.

Nesse quadro, a análise da Europa Oriental assume papel fundamental. Kühne observa que a conquista nazista dessa região tem sido frequentemente interpretada como um projeto de colonização, caracterizado por expropriação territorial, engenharia demográfica e violência sistemática contra populações consideradas inferiores. No entanto, insiste que tais práticas, embora comparáveis a formas coloniais, devem ser analisadas em sua especificidade histórica, evitando-se a subsunção do nazismo a modelos coloniais preexistentes (KÜHNE, 2013). O paradigma colonial possui valor heurístico na medida em que são mobilizadas conexões e similitudes, mas perde sua eficácia quando retira o que há de singularidade no Holocausto[1].

É precisamente nesse ponto de tensão entre a utilidade analítica da comparação e o risco de "apagamento" das especificidades que a intervenção do historiador Dirk Moses (2010) se insere, propondo a rearticulação do paradigma colonial em uma perspectiva de longa duração capaz de sustentar simultaneamente conexão histórica e diferenciação analítica. Moses retira o nazismo do lugar de excepcionalidade absoluta e o insere em uma história mais longa da violência imperial europeia.

Em vez de tratar o Terceiro Reich como uma ruptura radical, o autor demonstra que suas práticas se articulam a repertórios já consolidados no

1 Não estamos aqui retornando a ideia do Holocausto como evento singular, mas entendendo que mesmo universal ou sem precedentes, para utilizar o conceito de Yehuda Bauer, ele guarda suas devidas particularidades.

século XIX, especialmente aqueles vinculados ao colonialismo e à expansão territorial racializada. A distinção entre "metrópole civilizada" e "periferia bárbara", central ao pensamento imperial europeu, não apenas estruturou a dominação colonial ultramarina, mas também forneceu categorias cognitivas que seriam mobilizadas na reconfiguração violenta do espaço europeu sob o nazismo. Nesse sentido, o antissemitismo moderno não emergiria como fenômeno isolado, mas como parte de um campo mais amplo de produção de alteridades hierarquizadas, no qual judeus, eslavos e populações colonizadas foram posicionados em diferentes graus de exterioridade à comunidade política (MOSES, 2010).

Essa continuidade torna-se particularmente importante quando se observa a forma como o regime nazista concebeu a Europa Oriental. O Leste foi mais do que um teatro de guerra convencional, foi imaginado como espaço de colonização, passível de reorganização demográfica e exploração econômica em moldes imperiais. A política de *Lebensraum* não consistia apenas em expansão territorial, mas implicava um projeto sistemático de deslocamento, extermínio e substituição populacional que ecoa práticas coloniais anteriores, ainda que radicalizadas em escala e intensidade. Moses insiste que essa dimensão colonial não deve ser entendida como estrutura efetiva de pensamento e ação, na qual a guerra de conquista se confunde com uma "engenharia racial" voltada à criação de um novo ordenamento espacial europeu (MOSES, 2010) .

Ao mesmo tempo, Moses alerta para o cuidado em evitar reduzir o nazismo a uma simples extensão do colonialismo, insistindo nas especificidades do projeto alemão. Se as práticas coloniais forneceram modelos e repertórios, o nazismo operou uma intensificação qualitativa desses elementos ao integrá-los em uma lógica de guerra total e eliminação preventiva. A violência deixa de ser instrumento de dominação para tornar-se mecanismo constitutivo de um projeto político que visava reconfigurar integralmente o espaço europeu segundo critérios raciais. Essa inflexão é decisiva, pois indica que a relação entre colonialismo e nazismo não se dá por identidade, mas por continuidade transformada, na qual categorias e práticas herdadas são rearticuladas em um contexto de crise imperial e radicalização ideológica (MOSES, 2010).

É nesse sentido que sua compreensão sobre o Holocausto está

inserida na ideia de que esse evento traumático estaria num campo mais amplo das violências que marcaram a modernidade europeia. Ainda que o extermínio dos judeus possua características próprias, sua inscrição em uma história de longo prazo da racialização e da eliminação de populações consideradas indesejáveis abre espaço para uma abordagem comparativa que não dilui suas especificidades, mas as contextualiza, como apontou Schurster e Silva (2022) em estudo mais recente.

É a partir desse enquadramento teórico e historiográfico, marcado pela tensão entre comparação e especificidade, bem como pela reconfiguração do lugar do nazismo na história da violência moderna, que se estrutura o presente dossiê. Ao reunir contribuições que operam em diferentes escalas analíticas e perspectivas interpretativas, busca-se avançar na problematização das relações entre a Segunda Guerra Mundial e o colonialismo, entendendo este não como variável acessória, mas como um campo interpretativo capaz de tensionar modelos historiográficos consolidados. Nesse sentido, este dossiê está composto por quatro artigos que exploram, sob distintos ângulos, as conexões entre a experiência da guerra total e as dinâmicas coloniais, cujas especificidades e abordagens serão apresentadas a seguir.

Os textos reunidos neste dossiê exploram diferentes dimensões das percepções sobre "A Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e a questão do colonialismo", articulando perspectivas que atravessam a história intelectual, a história da guerra, a historiografia soviética, a crítica cultural e a história do tempo presente. Em *A racionalidade administrativa do extermínio: campos de concentração, colonialismo e responsabilidade penal*, de Paulo Busato e Heric Stillben, temos uma análise da evolução da jurisprudência alemã acerca dos crimes nazistas, a partir do julgamento de Oskar Gröning. O texto permite observar como o funcionamento burocrático dos campos de concentração pode ser compreendido para além da lógica estritamente penal. Ao reconstruir o papel de Auschwitz-Birkenau no interior das Operações Reinhard e Hungria, o artigo evidencia que a maquinaria do extermínio articulava exploração econômica, administração territorial e eliminação populacional segundo uma racionalidade que encontra paralelos importantes na história das práticas coloniais modernas.

Já em *Como o Báltico foi reconquistado segundo a historiografia soviética*, de Moisés Wagner Franciscon e Gelise Cristine Ponce Martins,

desloca-se o foco para os modos pelos quais o próprio conflito foi interpretado no interior das disputas ideológicas do século XX. A análise de obras produzidas na União Soviética para circulação interna e externa revela que a expansão nazista foi frequentemente compreendida como empreendimento colonial, mostrando que a categoria de colonialismo operou não apenas como objeto de investigação histórica posterior, mas como linguagem política mobilizada ainda durante a própria guerra e no contexto da Guerra Fria.

Essa problematização das permanências do imaginário colonial no século XX prolonga-se, em chave distinta, no artigo *Nazismo, colonialismo e as vicissitudes do nacionalismo supremacista estadunidense: um estudo a partir do rock fascista*, de Pedro Carvalho Oliveira, que desloca o debate para o tempo presente. Ao tomar produções musicais vinculadas ao chamado rock fascista estadunidense como fontes históricas, o texto evidencia como repertórios simbólicos associados ao nazismo continuam a ser mobilizados na formulação de projetos nacionalistas contemporâneos marcados por referências imperiais e supremacistas, revelando a persistência de uma gramática política que articula identidade, território e hierarquia racial.

Por fim, *em A dimensão colonial em Kriegsfibel, de Bertolt Brecht*, de Isabela Fuchs, a crítica estética torna-se também crítica histórica. A leitura dos fotoepigramas de Brecht evidencia como a guerra pode ser pensada a partir de suas conexões com a experiência colonial e com as formas modernas de representação da violência. Nesse sentido, a obra brechtiana aparece como dispositivo de desestabilização das narrativas consolidadas sobre o conflito, permitindo recolocar a Segunda Guerra Mundial no interior de uma história mais longa das hierarquias globais produzidas pela modernidade ocidental.

***

Essa edição da revista *História: Questões & Debates* traz, além do dossiê, uma seção livre com seus artigos de temáticas amplas e variadas. Em *Sesmarias e fazendas: atividades econômicas e os desdobramentos socioambientais nos entornos do rio Taquari, Rio Grande do Sul (1750-1850)*, Moisés Blum Vedoy e Luís Fernando da Silva Laroque, analisam como, a partir da segunda metade do século XVIII e atendendo interesses da Coroa

Portuguesa, sesmarias e fazendas são erguidas nos entornos da Bacia do Rio Taquari, com impactos socioeconômicos e ambientais, que singularizam a produção econômica da região em relação à pecuária predominante ao sul do Brasil Meridional. Já em *Historiografia da Farroupilha: entre os áulicos e a construção da ordem monárquica*, Fabrício Antonio Antunes Soares examina como a operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. Tomando como fonte e objeto *Negócios do Rio Grande,* do político e integrante do IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, o autor mostra como a obra de Saturnino se articula à construção da ordem monárquica e com a disputa política palaciana em torno do imperador D. Pedro II.

O contexto econômico brasileiro na Primeira República é o tema de *As relações entre as economias paulista e paranaense na Primeira República brasileira: expecttivas e disputas em torno da expansão do complexo cafeeiro*, de Paulo Roberto de Oliveira. Em um diálogo crítico com a história econômica, notadamente com a obra de Wilson Cano, o artigo busca compreender a expansão do complexo cafeeiro para além de São Paulo, investigando seu desdobramento em direção ao estado vizinho, o Paraná. O resultado aponta para um estreitamento das relações entre os dois estados no período, em função do avanço do complexo cafeeiro rumo ao sul, completado pela atuação paranaense. O processo de construção da política patrimonial brasileira é o objeto de Isabella Almeida em *A proto-história do IPHAN e os reflexos na elaboração do Decreto-Lei no 25/1937*. No texto, Isabella de Oliveira Almeida e Emerson Gomes de Oliveira buscam diferenciar as políticas patrimoniais consolidadas a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, daquelas iniciativas preservacionistas que antecederam a criação do órgão, daí a expressão "proto-história do SPHAN, termo cunhado nos anos 1970. A partir de uma revisão crítica da literatura sobre o tema e da análise dos primeiros projetos preservacionistas, a autora e o autor buscam delinear o contexto dessas primeiras iniciativas, destacando suas similaridades com os projetos pós-Estado Novo.

Em *O amigo do demônio: a gestão sujeitada de Mauro Mota a Gilberto Freyre no comando do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1956-1971)*, Tercio de Lima Amaral discute a influência política

exercida pelo sociólogo Gilberto Freyre nos rumos do Instituto Joaquim Nabuco sob a gestão do jornalista e poeta Mauro Mota. O artigo mostra como Freyre, além de nomear amigos e familiares para cargos no instituto, ditou os caminhos políticos da instituição, inclusive alinhando-a ideologicamente à ditadura militar instaurada com o golpe de 1964. Encerrando a seção livre, *Para além do trágico desfecho: uma história vista de baixo da "Operação mata-mendigo*, de Mariana Dias Antonio, lança luz sobre um conjunto de crimes contra pessoas em situação de rua perpetrados por agentes do Serviço de Repressão à Mendicância do extinto estado da Guanabara, no início dos anos 1960. Deslocando a perspectiva de análise para uma história vista de baixo, como sugere o título, o artigo procura recuperar as histórias de quatro indivíduos diretamente envolvidos no episódio, duas vítimas e dois perpetradores/acusados. Os entrecruzamentos destas histórias individuais evidenciam, entre outras coisas, uma distribuição territorialmente desigual de oportunidades de vida reais ou percebidas; a permanência de uma tradição policial autoritária e a tendência a uma punibilidade para estratos hierarquicamente inferiores do aparato estatal.

Essa edição traz, ainda, a tradução do texto *Do trauma histórico*, da historiadora italiana Sabina Loriga, professora e diretora de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Em seu texto, Loriga se propõe um balanço crítico dos estudos do trauma pela psicologia e a psicanálise, ainda nas primeiras décadas do século vinte, e sua apropriação e expansão uma vez incorporado o conceito pelos estudos literários e a história.

Boa leitura.

Clóvis Gruner
Fernando Seliprandy
(Editores)

Dossiê

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, O HOLOCAUSTO E A QUESTÃO DO COLONIALISMO

Organizadores:
Karl Schurster (UPE, Brasil /UVigo, Espanha)
Márcio José Pereira (UEM, Brasil)

A RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA DO EXTERMÍNIO: CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, COLONIALISMO E RESPONSABILIDADE PENAL

The administrative rationality of extermination: concentration camps, colonialism, and criminal responsibility

Paulo C. Busato[1]
Heric Stilben[2]

RESUMO

O artigo examina a evolução da jurisprudência alemã sobre os crimes nazistas a partir do julgamento de Oskar Gröning, concluído em 2015, tomando-o como ponto de entrada para a análise do funcionamento dos campos de concentração. A partir de uma abordagem histórico-jurídica, reconstrói-se a organização administrativa, econômica e logística desses espaços, com especial atenção a Auschwitz-Birkenau no contexto das Operações Reinhard e Hungria. Demonstra-se como a burocracia dos campos operava de forma integrada ao projeto de extermínio, articulando exploração econômica e eliminação física. Sustenta-se que essa racionalidade de gestão da morte expressa uma forma moderna de dominação, historicamente vinculada a práticas coloniais e à administração de populações consideradas descartáveis.

Palavras-chave: Holocausto; Campos de concentração; Burocracia nazista; Colonialismo; Auschwitz-Birkenau.

1 Estágio pós-doutoral na Universidad de Valencia (2016). Doutor em Problemas Atuais do Direito Penal pela Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha (2005). Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2004). Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra, Portugal (2002). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1986). Professor titular de Direito Penal da graduação, mestrado e doutorado da UFPR. Professor visitante da Universidad de Castilla-La Mancha (Toledo, Espanha – 2017). E-mail: pbusato2013@gmail.com. Filiação institucional: Universidade Federal do Paraná. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7294-0793.

2 Mestre em Razonamiento Probatorio pela Universitat de Girona, Espanha e Universitá Degli Studi di Genova, Itália (2022). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2021). Especialista em Prevenção e Repressão à Corrupção pela Universidade Estácio de Sá (2019). Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro (2008). Promotor de Justiça no Ministério Público do Paraná – MPPR. E-mail: hstilben@gmail.com. Filiação institucional: Escola Superior do Ministério Público do Paraná. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4946-6376.

ABSTRACT

This article examines the evolution of German jurisprudence on Nazi crimes through the 2015 judgment of Oskar Gröning, using it as an entry point to analyze the functioning of concentration camps. Through a historical-legal approach, it reconstructs the administrative, economic, and logistical organization of these spaces, with particular attention to Auschwitz-Birkenau in the context of Operations Reinhard and Hungary. The study demonstrates how camp bureaucracy operated as an integral component of the extermination project, combining economic exploitation with physical annihilation. It argues that this rationalized management of death reflects a modern form of domination historically connected to colonial practices and the administration of populations deemed disposable.

Keywords: Holocaust; Concentration camps; Nazi bureaucracy; Colonialism; Auschwitz-Birkenau.

> "Bastaram meros vinte minutos para que Max percebesse que Auschwitz era um lugar totalmente diferente. 'O cheiro', diz ele, 'era como se estivessem queimando filme ou cabelo, sabe, orgânico?'". (REES. 2018. p. 1034).

Introdução

No ano de 2015, a Alemanha concluiu um dos julgamentos mais emblemáticos desde Nuremberg: o caso de Oskar Gröning, o "contador de Auschwitz"[3]. Aos 94 anos, um funcionário burocrático que exerceu funções no campo de concentração de Auschwitz entre 1942 e 1944 foi condenado pelo assassinato de 300.000 pessoas[4]. A sentença reacendeu debates que atravessam sete décadas de esforços para determinar como responsabilizar penalmente agentes que, embora não tenham empunhado armas, integraram a complexa máquina estatal de extermínio.

3 Retratado no documentário "O Contador de Auschwitz", produzido pela Netflix em 2018.

4 Tribunal Regional de Lüneburg, sentença de 15 de julho de 2015 (27 Ks9/14).

O caso Gröning não foi um episódio isolado, mas parte de uma cadeia de decisões que inclui os julgamentos de Auschwitz, Sobibór, Treblinka e, mais recentemente, o de John Demjanjuk[5]. Todos eles contribuíram para o paulatino desenvolvimento de uma jurisprudência capaz de lidar com crimes praticados por estruturas organizadas de poder, nas quais a violência opera por meio de funções administrativas, econômicas e logísticas.

Tomando esses casos como ponto de partida, este artigo examina o desenvolvimento da jurisprudência alemã sobre os crimes praticados por membros do partido nacional-socialista (em diante, crimes nazistas)[6], com o intuito de compreender como o Direito penal foi construindo, ao longo das décadas, critérios de imputação aptos a responsabilizar indivíduos integrados a uma engrenagem estatal de extermínio e dominação, um projeto racionalizado que combinava eliminação física e exploração econômica de grupos considerados inferiores.

A leitura proposta aproxima-se da perspectiva historiográfica que identifica, no nazismo, a radicalização de uma racionalidade colonial moderna, isto é, a mesma que, historicamente, legitimou a conquista, a segregação e a eliminação de populações inteiras em nome da pureza, do progresso e da ordem. Sob esse prisma, o exame dos processos criminais alemães do pós-guerra – desde a resistência inicial à persecução de ex-integrantes do partido até a consolidação de entendimentos jurisprudenciais sobre os chamados "campos de extermínio" e "campos híbridos" – permite evidenciar como o aparato estatal de morte se sustentou sobre uma lógica administrativa e territorial de controle, típica de projetos coloniais.

Nos capítulos dedicados aos diferentes tipos de campos de concentração, o trabalho analisará a atuação da jurisprudência em relação a cada um deles ("campos de extermínio" e "campos híbridos"), bem como o modo de funcionamento dessas estruturas, oferecendo um contexto historiográfico essencial para a compreensão das decisões judiciais e da evolução dogmática[7]. Busca-se, assim, integrar a dimensão jurídica à histórica, demonstrando como os mecanismos de persecução penal refletiam e respondiam ao próprio desenho institucional dos campos e ao papel que desempenhavam no projeto de extermínio e dominação.

5 O caso é descrito detalhadamente adiante e foi também documentado pela Netflix, na obra "O Monstro ao Lado", de 2019.

6 Limitado a julgamentos após o período da ocupação pelos aliados, e que tenha sido aplicado o direito penal alemão. Para processos em que aplicado direito internacional, ver WERLE, 2016, p. 279. Para análise dos julgamentos durante a ocupação aliada, ver RAIM, 2015 e AMBOS, 2013, p. 7 e ss.

7 Sobre a necessária interligação entre História e Justiça, processo em que questões básicas de direito são irrespondíveis sem o auxílio de historiadores, ver DOUGLAS, 2016.1, p. 47.

O caso de Oskar Gröning adquire especial relevância pois sua função de contador revela o papel fundamental da burocracia no interior de um sistema de morte altamente racionalizado. Em um regime que dependia da administração minuciosa dos bens e da força de trabalho de indivíduos considerados inferiores, bem como da otimização de recursos no processo de eliminação de pessoas, a atuação de servidores como Gröning era parte essencial da engrenagem estatal voltada à exploração econômica dos prisioneiros e à seleção daqueles aptos ao trabalho forçado, enquanto os demais eram encaminhados à eliminação física.

O Julgamento do "contador de Auschwitz" constitui um ponto culminante, simbólico da evolução do Direito penal como instrumento de controle social, na medida em que serve como pano de fundo para evidenciar a evolução da estrutura dogmática e sua conversão em um instrumento capaz de reconhecer a responsabilidade penal de agentes que, embora não executores diretos, sustentavam e viabilizavam uma estrutura funcional de um projeto de extermínio em massa e dominação territorial que outra coisa não é que a emulação mais radical da própria história da racionalidade colonial europeia.

Jurisprudência alemã

Após uma inicial reticência alemã na persecução de crimes nazistas[8], concentrando-se basicamente em atos criminosos entre nacionais[9], as primeiras investigações significativas foram instauradas no final da década de 1950[10], tendo no julgamento de dez integrantes do *Einsatzgruppen* em 1958[11], um momento decisivo de reflexão sobre a responsabilidade coletiva da nação,

8 Por diversas razões, cuja análise foge ao âmbito do texto. Sobre a presença de antigos membros do partido nacional-socialista agora "na elite da condução política e econômica, assim como nas cátedras – em proporção não menor nas jurídicas" ver VORMBAUM, 2018, p. 347. Sobre o "silêncio generalizado", que impedia qualquer discussão e pesquisa acerca do legado nacional-socialista no Direito Penal, v. AMBOS, 2020, p. 34; e MUÑOZ CONDE, 2016. p. 258. O progressivo abandono na persecução também era fomentado pelos aliados, pois, com o advento da Guerra Fria, o rearme da Alemanha Ocidental passou a ser do interesse político das potências ocidentais, bem como seu ingresso na OTAN (VORMBAUM, 2018. p. 347; RAIM, 2015, p. 145 e ss). Sobre o mesmo fenômeno na literatura, ver SEBALD, 2011.

9 WERLE; JEßBERGER, 2017, p. 241; DOUGLAS, 2016.1, p. 44.

10 Com toda dificuldade probatória, em razão inacessibilidade aos meios de prova que se encontravam "atrás da cortina de ferro", inacessibilidade não tão indesejada, frisa VORMBAUM (2018, p. 348).

11 Forças-tarefas especiais criadas por Reinhard Heydrich. Acusados de matar mais de 5.000 judeus na Lituânia, entre crianças e mulheres, estima-se que o grupo tenha sido responsável pela morte de mais de dois milhões de prisioneiros durante o período da Operação Barbarossa (KERSHAW, 2008, p. 58).

conduzindo à criação do *Ofício Central*[12], órgão encarregado de investigar e processar crimes nazistas.

Não obstante julgamentos importantes como os de Auschwitz[13], a aplicação do Direito penal alemão em detrimento do Direito Internacional[14] permitiu aos Tribunais Regionais alemães ancorarem-se na teoria subjetiva do autor[15], conveniente ao ambiente social de minimização de responsabilidade[16]. Tal postura manteve uma lacuna na repressão penal, exonerando acusados de baixo ou médio escalão, membros de campos de concentração ou das forças policiais da *Schutzstaffel* (SS) e da Gestapo[17], com sentenças brandas ou absolvições, o que não é de estranhar, na medida em que as persecuções imediatamente instauradas no pós-guerra teriam que ser geridas por acusadores cujas vinculações familiares tendiam a contar com pessoas que poderiam estar envolvidas – em maior ou menor medida – com as práticas criminosas do regime[18].

Apesar da paulatina recepção da categoria "domínio da organização",

12 VORMBAUM, 2018, p. 348; WERLE, Gehrard; JEßBERGER, 2017, p. 242. Sobre o órgão, v. www.zentrale-stelle.de.

13 MUÑOZ CONDE, 2016, p. 262. Tribunal Regional Frankfurt, sentença de 19/20 de agosto de 1965.

14 Resistência que já ocorria durante o período da ocupação aliada (RAIM, 2015, p. 137 e ss; DOUGLAS, 2016.1, p. 399 e ss). Quando submetidos a cortes fora da Alemanha, não havia maiores questionamentos, a exemplo do julgamento de Adolf Eichmann perante a Corte Distrital de Jerusalém, além de Klaus Barbie, Paulo Touvier e Maurice Papon, todos em território francês. (WERLE; JEßBERGER, 2017, p. 243).

15 "Um obstáculo criado pela jurisprudência a si mesma" (VORMBAUM, 2018, p. 354/355) reforçado pela introdução do §50, 2 ao Código Penal alemão com a reforma de 1968. MUÑOZ CONDE (2016, p. 263) cita passagem de Baumann, criticando a jurisprudência, no sentido de que com a teoria subjetiva, "havia um só autor, Hitler e sessenta milhões de cúmplices". Sobre tal entendimento, a maioria dos professores de direito penal da época absteve-se de dar opinião ou a fazia de forma evasiva, a exceção de alguns como Claus Roxin, à época com 31 anos, que não apenas manifestou-se contra, mas escreveu um artigo defendendo sua tese de que tais casos poderiam ser enquadrados como autoria mediata. Tal trabalho foi inicialmente rejeitado pela revista JuristenZeitung, mas publicado posteriormente na revista Goltdammer's Arquiv ("Mittelbare Täterschaft kraft organisatorischer Machtapparate" em Goltdammer´s Archiv, 1963), o que motivou uma carta de protesto do autor ao primeiro periódico, que pode ser lida na íntegra em MUÑOZ CONDE, 2016, p. 263. Segundo Alaor Leite, teria sido o único trabalho de Claus Roxin rejeitado em toda sua carreira.

16 Havia uma tendência dominante na Alemanha Ocidental após 1945, no sentido de culpar Hitler e a elite nazista, mas amenizando a responsabilidade em relação aos demais membros do partido, sendo que "qualquer esforço de trazer a julgamento indivíduos era largamente considerado como uma "agitação desnecessária das coisas em vez de deixar o passado ser passado" (WERLE; BURGHARDT, 2011, p. 192). Roxin (2018, p. 180) prefere ser mais otimista, dizendo que "a verdadeira razão pode estar no fato de que a justiça se viu abarrotada como consequência da persecução de um sem-número de pessoas que atuaram em campos de extermínio e cujas ações eram dificilmente reconstruíveis".

17 MUÑOZ CONDE, 2016, p. 258.

18 Sobre o tema, é emblemática a obra de GOLDHAGEN, 1997.

desenvolvida por Claus Roxin nos anos 70[19], a jurisprudência manteve-se praticamente inalterada por quase quatro décadas[20], até que a tese foi adotada em 1994 no julgamento dos dirigentes da antiga República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) pelas mortes causadas pelos guardas do Muro de Berlim[21].

No final dos anos 2000, após um conturbado processo criminal em Israel[22], o ucraniano John Demjanjuk é condenado pelo Tribunal Regional de Munique a cinco anos de prisão pela morte de cerca de 28.000 pessoas no campo de concentração de Sobibór[23], onde exerceu função de guarda[24], tratado como "O Último Grande Julgamento Nazi". Seus fundamentos se tornaram um marco, reabrindo a possibilidade de responsabilização de ex-integrantes dos campos de concentração e influenciando diretamente o processo contra Oskar Gröning.

O julgamento do "contador de Auschwitz" repercutiu intensamente no meio acadêmico, evidenciado pelos textos diametralmente opostos de Roxin (2018) e Alaor Leite (2019) sobre a decisão da Corte Suprema Alemã (*Bundesgerichtshof* – BGH) ao revisar a condenação[25]. O ponto central de controvérsia foi a consideração da atividade contábil de Gröning como contribuição relevante para o homicídio de milhares de pessoas, ampliando a noção de cumplicidade para funções administrativas dentro da estrutura de extermínio.

Desse tema surge uma suposta mescla pelo BGH de duas jurisprudências antigas, que diferenciavam atividades exercidas em campos de concentração cuja função primordial era o extermínio massivo de pessoas, denominados *campos de extermínio*, como Sobibór e Treblinka, daquelas exercidas em campos onde coexistiam atividades de trabalho forçado e prisão política, chamados *campos híbridos ou multifuncionais*, a exemplo de Auschwitz e Majdanek. Abaixo veremos como essa distinção se mostrou

19 Para um histórico da recepção da tese, ver MUÑOZ CONDE, 2013, p. 171-189.

20 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 240.

21 Bundesgerichtshof, 26.07.1994, BGHSt 40, 218, p. 232 e ss.

22 Condenado erroneamente por ter sido confundido e identificado como "Ivan, the Terrible", que exerceu funções no campo de concentração de Treblinka (DOUGLAS, 2016, p. 123-187).

23 Tribunal Regional (Landgericht) de Munique, sentença de 12 de maio de 2011 (1 Ks115 Js 12496/08).

24 Era prática comum o uso de presos estrangeiros que eram treinados pelas tropas alemãs para exercerem funções nos campos de concentração, chamados de Trawniki. Ver REES, 2018, p. 483.

25 Bundesgerichtshof – 3 StR 49/16, sentença de 20 de setembro de 2016, transcrita em ROXIN, 2018, p. 167-176.

crucial para compreender o alcance da responsabilização penal de indivíduos que, mesmo afastados da execução direta, integravam a engrenagem burocrática e logística do genocídio.

Campos de extermínio x campos híbridos (ou multifuncionais)

Na década de 60, os tribunais alemães constróem uma linha divisória entre campos de extermínio e campos híbridos, utilizando como critério as taxas de mortalidade, chegando a 99,99% nos campos de Sobibór, Belzec e Treblinka[26], enquanto em campos como Auschwitz e Majdanek, as taxas eram "apenas" de 90%.

Nos primeiros, sendo provado que o acusado exercia funções em determinado campo de concentração, o período em que lá esteve era considerado como participação, colaboração para a realização de um *acontecimento global*, responsabilizando-se o investigado por todos os homicídios ocorridos naquele período, como autor ou cúmplice, a depender da valoração da condição subjetiva do réu.

Sequer era necessário estimar-se o número de vítimas, sendo frequente condenações por "assassinato em um número indeterminado de casos" ou "cumplicidade conjunta em assassinatos massivos"[27]. Em 1964, o BGH passa a exigir ao menos uma estimativa do número de mortos no período considerado, levando os tribunais alemães a adotar novas formulações como "cumplicidade mancomunada no assassinato de uma quantidade indeterminada de pessoas, mas ao menos 68.000"[28].

Nesse contexto, fatos individualmente considerados só eram imputados aos chamados "autores com excesso", isto é, aqueles cujas práticas se desviavam dos objetivos do Reich[29].

26 ANDREADIS-PAPADIMITRIOU, 2017. p. 160. DOUGLAS, 2016, p. 157.

27 WERLE; BURGHARDT; 2015, p. 235.

28 Idem, p. 236.

29 VORMBAUM, 2018, p. 355. Exemplo disso foi o caso de Kurt Franz, ex-integrante do campo de Treblinka, em que o Tribunal Regional de Düsseldorf diferenciou os atos gerais dos atos individuais, condenando-o por "assassinato mancomunado de ao menos 300.000 pessoas; por 35 casos de assassinato de ao menos 139 pessoas; e por tentativa de assassinato. Tribunal Regional de Düsseldorf, sentença de 3.9.1965, rol de registro: 8 I Ks 2/64, publicada en: Justiz und NS-Verbrechen, tomo XXII, N.º 596a, pp. 178 y ss. WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 236.

Embora houvesse maior rigor probatório quanto a atos individuais independentes, nos chamados "atos gerais" nos considerados campos de extermínio não havia maiores questionamentos sobre prova, precisamente em razão do objetivo principal de exterminar pessoas, do qual bastava demonstrar a ciência do colaborador. O Tribunal Regional de Frankfurt registrou que "todos aqueles que trabalharam nesse campo (Sobibór) – alemães, ucranianos e judeus – tinham sua tarefa particular, seja que tenham participado imediatamente dos homicídios ou que tenham apoiado indiretamente as tarefas do campo"[30].

Tal raciocínio se aplicava mesmo a acusados que exerciam funções aparentemente banais, como chefe do grupo responsável por coletar, selecionar e armazenar os sapatos das vítimas das câmaras de gás, tratando-se, segundo o Tribunal de Frankfurt de parte de uma "engrenagem de um sistema que tinha por única finalidade matar judeus"[31], argumento também utilizado para enquadrar atividades de tesoureiros e administradores de campo, cujas funções, embora administrativas, integravam a estrutura letal da maquinaria nazista[32].

Já nos campos considerados *híbridos ou multifuncionais*, como Auschwitz e Majdanek, que possuíam setores com finalidades distintas do extermínio direto de pessoas, como o trabalho forçado, os tribunais alemães entendiam que as mortes não podiam ser imputadas considerando a estrutura global do campo, mas apenas os setores diretamente vinculados às ações homicidas.

Tratava-se, obviamente, de um eufemismo condescendente e inaceitável, na medida em que o propósito – em ocasiões "declarado"[33] –

30 Tribunal Regional de Frankfurt, sentença 25.8.1950, p. 277. WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 237.

31 O acusado, Johan Klier, acabou absolvido por estado de necessidade putativo pelo Tribunal Regional de Frankfurt (DOUGLAS, 2016, p. 264 e 385).

32 Tribunal Regional de Hagen, sentença de 20 de dezembro de 1966, rol de registro: 11 Ks 1/64, publicada em Justiz und NS-Verbrechen, tomo XXV, nº 642a, p. 154 (acusado Wolf), p. 166 (acusado Ittner), p. 172 (acusado Dubois) citado em WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 237.

33 São vários os documentos e registros históricos nazistas que confirmam que o trabalho forçado em campos de concentração visava produzir a morte dos prisioneiros. Por exemplo: no discurso que Heinrich Himmler fez em Posen em 4 de outubro de 1943, ele declarou explicitamente: "Se os outros povos vivem em prosperidade ou se morrem de fome, isso só me interessa na medida em que precisamos deles como escravos para nossa cultura..."; no acordo Thierack-Himmler, de Setembro de 1942, Otto Thierack (Ministro da Justiça) e Heinrich Himmler ajustaram a transferência de prisioneiros judeus, ciganos, russos e ucranianos para os campos de concentração, onde deveriam ser submetidos a trabalho forçado até a morte. O documento dizia que "o trabalho forçado de judeus e ciganos deve ser ilimitado" e que eles deveriam ser "entregues ao extermínio pelo trabalho". (Memorando da reunião entre o Ministro da Justiça do Reich, Otto Georg Thierack, e o Reichsführer-SS, Heinrich Himmler, de 18 de setembro de 1942). No protocolo da famosa Conferência de Wannsee, de 20 de janeiro de 1942 detalha-se a organização da deportação de judeus para campos onde a maioria seria eliminada pelo trabalho

desses campos era o de gerar também a morte, porém, pelo caminho mais extenso da extenuação pela exploração brutal do trabalho, de modo a gerar, por um lado, lucro para o esforço das despesas de guerra, e por outro, não perder a eficácia na produção dos resultados de mortandade massiva. A expressão "trabalho liberta" (*Arbeit macht frei*) famosa por figurar no portão de Auschwitz era uma "metáfora macabra", pois a maioria dos conduzidos a esses campos trabalhava até a morte. O objetivo era duplo: explorar a mão de obra escrava para o esforço de guerra e, ao mesmo tempo, eliminar os prisioneiros sem a necessidade de gás[34].

Nestes locais, a responsabilização era restrita a colaborações efetivamente prestadas pelo acusado para uma *ação homicida individual*, definida como uma "ação individual de extermínio por meio da qual se deu a morte de um grupo de pessoas"[35]. Segundo Werle, apenas no primeiro grande processo de Auschwitz (caso Frankfurt-Auschwitz[36]), cogitou-se uma responsabilização mais ampla, quando o promotor Fritz Bauer sustentou ser desnecessário provar concretamente quando cada acusado havia realizado sua atividade, bastando a comprovação de ter sido membro da "Gestapo do Campo"[37]. Tal tese, contudo, foi rejeitada pelo tribunal sob argumento de que:

> Apesar de ter sido provado que o acusado Johann Schoberth havia pertencido à seção política e que aos membros dessa seção correspondiam levar a cabo o assim chamado "serviço de rampa" (*Rampediesnt*)[38], determinou-se que era impossível concluir, por falta de provas específicas, que Schoberth houvesse prestado em

exaustivo (Protocolo da Conferência de Wannsee, 1942); o relatório estatístico preparado por Richard Korherr, estatístico da SS, para Himmler, aponta para o "progresso" da Solução Final, incluindo o trabalho forçado como causa de mortalidade ("Korherr Reports", 1943) e os Relatórios Econômicos do Escritório Central de Administração e Economia da SS estabeleciam metas de produção que, dada a dieta de fome e condições insalubres, garantiam uma alta taxa de mortalidade (WVHA Reports,1942).

34 A respeito dos detalhes do funcionamento de tais campos, veja-se KOGON (1965) sobre o campo de Buchenwald e LANGBEIN (1980) sobre Auschwitz.

35 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 238.

36 DOUGLAS, 2016.1, p. 39.

37 MUÑOZ CONDE, 2016, p. 264.

38 A "rampa" era a plataforma usada em Auschwitz para desembarcar e fazer a "seleção" dos judeus que serviam para trabalho e os demais, que iriam direto para as câmaras de gás. Neste local eram exercidos os "serviços de rampa" (Rampedienst), uma das funções desde a chegada de Oskar Gröning, supervisionando a bagagem e a chegada dos transportes (REES, 2012, p. 170). Posteriormente, na primeira metade de 1944 foi construída uma nova rampa, que separava em menos de 500 metros os trens e as câmaras de gás, diminuindo o tempo do "processo" a poucos minutos. A primeira ficou conhecida como "antiga rampa" e a nova, por óbvio, "nova rampa".

alguma ocasião serviços na rampa[39].

Com tal conclusão reafirmada pelo BGH em 1969[40], passou-se a exigir provas de uma específica colaboração individual do acusado à ação homicida individual[41], o que levou o Ofício Central a assumir a tarefa como premissa de sucesso em eventuais processos, impactando em diversas investigações em curso[42], sem maiores questionamentos por parte da doutrina[43], com raras exceções, como Arendt (2004, p. 312), ao acusar a corte de ignorar os fatos, apegando-se a um Código Penal centenário, também desconectado da realidade do dia a dia da Alemanha Nazista em geral e especificamente de Auschwitz".

O silêncio conivente da doutrina contemporânea a estes julgamentos é eloquente no sentido de demonstrar a busca por um mecanismo de impunidade.

O caso John Demjanjuk – Tribunal Regional de Munique (2011)

Após ter sido inocentado em Israel por ter sido confundido com "Ivan, The Terrible"[44], guarda que atuou em Treblinka, John Demjanjuk foi

39 Tribunal Regional de Frankfurt, sentença de 19/20.8.1965, p. 747. Caso interessante é o de Robert Mulka, auxiliar do fundador e comandante de Auschwitz, Rudolf Höß, responsável por organizar o "despacho dos transportes" (operação realizada na chegada dos trens com judeus) que chegavam ao campo de concentração, não tendo sido responsabilizado pela totalidade dos despachos ocorridos no período em que exercia a função de auxiliar direto de Höß, mas apenas àqueles em que havia provas de ter colaborado individualmente, como ter feito um telefonema informando às demais seções do campo da chegada dos transportes, ordenando o serviço de rampa. Além deste fato, Mulka foi considerado culpado por ter ordenado a execução de um prisioneiro que havia conversado com um judeu recém-chegado, mas condenado como cúmplice, pois, para que fosse autor do crime de assassinato, exigia-se que tivesse atirado "apenas se o fizesse com uma íntima convicção à política genocida do regime". Ver GUTMAN; BERENBAUM, 1994. p. 288; WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 238; e DOUGLAS, 2016.1, p. 466.

40 BGH, sentença de 20 de fevereiro de 1969, 2 StR 280/67.

41 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 242.

42 MUÑOZ CONDE (2016, p. 266/267) acrescenta a esse freio na persecução a promulgação em outubro de 1968 da Lei Introdutória à Lei de Contravenções, que incluiu nas hipóteses de prescrição os casos de cumplicidade por assassinato, bem como a interpretação dada pelo BGH ao §50, 2 do CP Alemão. No mesmo sentido, VORMBAUM, 2018, p. 349-350.

43 DOUGLAS, 2016.1, p. 156.

44 Demjanjuk foi colaborador dos nazistas em Treblinka, tendo sido julgado inicialmente em

deportado dos Estados Unidos para a Alemanha em maio de 2009, para ser processado também por ter exercido funções de guarda, mas em outro campo de concentração localizado no leste da Polônia: Sobibór.

No entanto, as únicas provas que os investigadores possuíam era de que Demjanjuk exerceu as funções de guarda naquele local[45], o que, em tese, esbarraria na regra estabelecida pelo BGH desde o final da década de 60 quanto à exigência de uma específica colaboração individual do acusado.

A acusação, então, argumentou que não seria necessário revisar a jurisprudência consolidada pelo BGH, mas apenas retomar a distinção anteriormente citada entre os *campos de extermínio* e os *campos híbridos*. Assim, sendo Sobibór considerado um campo de extermínio, bastou ao Tribunal de Munique a prova de que o acusado exerceu funções de guarda para condená-lo como cúmplice no assassinato em massa de prisioneiros, fixando-lhe a pena de cinco anos de prisão, não cumprida devido ao falecimento de Demjanjuk em 2011[46].

Se para alguns especialistas, a condenação de Demjanjuk era incompreensível[47], para Werle e Burghardt (2015, p. 233 e 240), a decisão representava um retorno a um caminho já trilhado pela jurisprudência alemã em casos relativos a campos de extermínio, mas posteriormente abandonado por razões essencialmente políticas.

Não se tratava de um novo precedente, sendo incorreto afirmar que a condenação de Demjanjuk se deu por mera vinculação a um grupo (os *Trawniki*), mas sim por integrar funcionalmente um sistema de destruição massiva[48]. A inovação do Tribunal de Munique residiu em seguir o entendimento do BGH de 1969, considerando "os homicídios de todas as

Jerusalém em 1987, e condenado à morte em 25 de abril de 1988. Seus advogados entraram com um recurso contra a sentença e, antes de ser julgado pelo Supremo Tribunal de Israel, a União Soviética foi formalmente extinta, em 1991, e com isso centenas de milhares de páginas de documentos anteriormente desconhecidos tornaram-se disponíveis para a acusação e a defesa, gerando dúvida suficiente para que o Supremo Tribunal de Israel anulasse sua condenação, em 29 de julho de 1993. No entanto, novas provas foram descobertas nos Arquivos do Serviço de Segurança Federal da Federação Russa, em Moscou, confirmando a presença de Demjanjuk no centro de extermínio de Sóbibor em 26 de março de 1943, e no campo de concentração de Flossenbürg em 1º de outubro de 1943 e principalmente, desvendavam sua atuação como guarda treinado em Trawniki e como guarda de campo de concentração de 1942 a 1945. Demjanjuk foi expulso dos Estados Unidos para a Alemanha em maio de 2009 e procuradores alemães o indiciaram em 28.060 acusações de cumplicidade em assassinatos cometidos em Sóbibor.

45 DOUGLAS, 2016.1, p. 48.

46 Para entender o silogismo utilizado, ver DOUGLAS, 2016, p. 351.

47 Como Christian F. Rüter, coeditor do projeto Nazi Crimes on Trial, citado por DOUGLAS (2016) e WERLE e BURGHARDT (2015, p. 233).

48 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 241.

pessoas que compartilharam um transporte como uma unidade de ação"[49], tratando cada ação como um fato independente[50]. Dessa forma, Demjanjuk foi condenado por cumplicidade em dezesseis ações de assassinato massivo comprovadas no período em que exerceu suas funções, totalizando cerca de 28.000 vítimas.

A partir de 2013, o promotor Thilo Kurz, integrante do Ofício Central de Ludwigsburg aplicou o mesmo raciocínio aos integrantes de Auschwitz-Birkenau, anunciando em junho daquele ano a formalização de trinta e sete novas acusações, dentre eles, Oskar Gröning[51].

O caso Oskar Gröning – Tribunal Regional de Lüneburg (2015)

As peculiaridades do caso têm início anos 1980, momento em que Oskar Gröning passa a refutar explicitamente os negacionistas do Holocausto, chegando a gravar em 2005 uma série de entrevistas à BBC sobre sua atuação em Auschwitz. Esse conjunto de declarações contribuiu para sua persecução penal e posterior condenação, como cúmplice, pelo assassinato de 300.000 pessoas entre 16 de maio e 11 de julho de 1944, no contexto da Operação Hungria, analisada abaixo junto com a Operação Reinhard, ambas integrantes da "Solução Final".

Apesar do recorte temporal feito pelo Tribunal, o vínculo de Gröning com o partido nacional-socialista remonta a outubro de 1940, quando ingressou voluntariamente na SS. Após breve treinamento, serviu em Ellwangen e Dachau até setembro de 1942, quando foi convocado a Berlim com outros vinte e dois membros[52], sendo-lhes informado que seriam designados a tarefas "não agradáveis ou honrosas, mas absolutamente

49 Idem, p. 234.

50 Idem, p. 241.

51 Além de Hans Lipschis, guarda em Auschwitz, então com 93, e outros, como uma mulher identificada por Helma M., que exerceu funções de operadora de radio ao comandante de Auschwitz entre abril e julho de 1944, acusada de colaboração na morte de 260.000 pessoas, bem como o caso Reinhold Hannings em 2016, acusado pela colaboração à morte de ao menos 170.000 pessoas por ter exercido funções de guarda em Auschwitz entre 1943 e 1944, condenado à pena de cinco anos em 17 de junho de 2016 – BGH 4 StR 51/17 – 24 de maio de 2018 (LG Detmold). Para mais, ver LEWY, 2017.

52 REES, 2012, p. 171.

necessárias para evitar o desaparecimento do povo alemão"[53]. Como recorda Gröning, foi-lhes exigido silêncio absoluto e lealdade[54].

Segundo o Tribunal[55], a transferência para Auschwitz se deu por conta da deflagração da Operação Reinhard[56], sendo designado para o "Prisoner Money Administration", órgão integrante do "Prisoner Property Administration"[57] e vinculado ao "SS Main Office for Economic Administration" (WVHA), responsável pela gestão dos campos de concentração, cujo papel essencial na Solução Final será visto abaixo.

Inicialmente, exerceu a função de *SS-Sturmmann*, posteriormente promovido, quando houve restruturação das lideranças dos campos[58], em razão dos preparativos para a Operação Hungria.

Ainda que Gröning alegasse nunca ter ouvido falar de Auschwitz antes da transferência, o que ocorria naquele local ficou claro desde o início, ao testemunhar a chegada de transportes na "rampa"[59], relatando que seus sentimentos se tornavam ambíguos quando via o tratamento dado àquelas pessoas, "reclamando" com um de seus superiores que isso tornava impossível trabalhar naquele local, e que "se era necessário exterminar os judeus, que ao menos fosse feito de maneira organizada"[60].

Na sentença de outubro de 2015, o Tribunal de Lüneburg entendeu que as atividades exercidas em palavras e ações por Oskar Gröning contribuíram continuamente com o sistema do campo de concentração em Birkenau (Auschwitz II)[61] de modo a permitir a implementação da Operação Hungria, que entre 16 de maio e 11 de julho de 1944 levou ao menos 300.000

53 Tribunal Regional de Lüneburg, II.5.a. p. 6

54 REES, 2012, p. 175.

55 Tribunal Regional de Lüneburg, II.5.a.

56 De fato, como se verá abaixo, com a deflagração da Operação Reinhard, diversos membros da SS foram destacados especificamente para atuar em Auschwitz (GUTMAN; BERENBAUM, 1994. p. 274).

57 Tribunal Regional de Lüneburg, II.5.b. p. 10.

58 Idem, II.6.b. Passando a exercer o cargo de Unterscharführer, que compunha cerca de 26% dos membros da SS em Auschwitz. Acima deste posto, apenas oficiais, que compunham 4% do total. (REES, 2012, p. 179; GUTMAN; BERENBAUM, 1994. p. 282).

59 Ver nota 36.

60 REES, 2012, p. 172.

61 LG Lünemburg IV.2.a; p. 39. "O campo de concentração de Auschwitz consistia principalmente no campo principal original, Auschwitz I (Stammlager), no campo de extermínio de Auschwitz II-Birkenau (Vernichtungslager), que entrou em operação em 1942, Auschwitz III-Monowitz, uma fábrica de borracha sintética e uma rede de mais de 40 subcampos" (ANDREADIS-PAPADIMITRIOU, 2017, p. 161).

pessoas à morte[62].

As atividades, de acordo com o Tribunal, foram exercidas de duas formas, sendo a primeira no "serviço de rampa", comprovando-se que ao menos três vezes esteve presente na "nova rampa" para fiscalizar o carregamento das bagagens dos transportados, que deviam ser colocadas em caminhões – "por vezes durante a seleção, mas sempre antes da chegada do próximo trem"[63] – e levadas a um galpão, onde seriam separados os bens de valor e enviados a Berlim.

O principal objetivo de Gröning na rampa era impedir que as bagagens fossem abertas, inspecionadas e saqueadas a vista dos deportados, mantendo a crença nas vítimas de que ali funcionava um campo voltado ao trabalho[64], evitando revoltas que pusessem em risco o ulterior processo nas câmaras de gás e, em última instância, a própria Operação Hungria.

Além do serviço de rampa, considerou o Tribunal de Lüneburg o fato de ser o encarregado "da classificação monetária, contabilidade, administração e transporte até Berlim do dinheiro dos deportados"[65], também considerado relevante pelo BGH no julgamento do recurso, visto que para a decisão de implementação da Operação Hungria era necessária a existência de um aparato organizado de morte que "tivesse a capacidade de levar a cabo um grande número de assassinatos no menor tempo possível"[66] – estrutura existente em Auschwitz, especialmente no campo de Auschwitz-Birkenau.

Sobre essa última atividade, há divergência na doutrina, afirmando Alaor Leite que, no que toca à função como contador, teria o BGH criado uma nova forma de imputação, chamado de "cumplicidade psíquica" aos autores mediatos por domínio da organização[67], por conta das referências à influência exercida na tomada de decisão dos membros do alto escalão nazista na implementação da Operação Hungria.

62 Números apontam que cerca de 430.000 pessoas foram transportadas em 141 trens durante o período e que cerca de 80% eram imediatamente mortas nas câmaras de gás. Como não eram registradas, o Tribunal considerou o número de 300.000 "em favor do réu" (Tribunal Regional de Lüneburg, II.6.g).

63 Idem, p. II.5.a. p. 9.

64 Idem, II.5.b.aa. A operação de manutenção desta crença envolvia até mesmo o envio de cartões postais a outros judeus na Hungria como se tivessem sido remetidos pelos parentes que haviam chegado em Auschwitz (Idem, II.6.a). Além de garantir mais eficiência no transbordo dos futuros deportados, mascarava a real função de Auschwitz-Birkenau perante a comunidade internacional (REES, 2018, p. 990)

65 Trecho da decisão do BGH – 3 StR 49/16, 20.09.2016, citado em ROXIN, 2018, p. 171. Documentou-se o envio de 2.65 toneladas de ouro e 20.3 milhões em dinheiro, dentre outros itens (Tribunal Regional de Lüneburg, III.5.a)

66 ROXIN, 2018, p. 174.

67 LEITE, 2019, p. 7.

Andreadis-Papadimitriou (2017, p. 164) manifestou ceticismo semelhante, apontando ausência de demonstração do nexo funcional entre catalogar bens e facilitar mortes, sustentando que tal atuação seria paralela e não necessária ao extermínio, de modo que a matança poderia ter ocorrido sem qualquer relação com a propriedade das vítimas, tornando a atividade de contador de Gröning "simplesmente irrelevante para o processo de extermínio em ordem de aumentar o risco de que os atos principais fossem cometidos"[68].

Já para Roxin (2018, p. 176) não houve erro na decisão do BGH pois esta "deixa claro que membros de equipe de um campo de concentração eram culpáveis por cumplicidade em assassinato se sabiam dos assassinatos cometidos durante sua permanência no campo e apoiaram a operação de campo dirigida ao extermínio em grande escala de vidas humanas". Segundo o autor, com razão, que basta para a responsabilização que o cooperador conheça o marco e a dimensão em que os assassinatos são executados, atribuindo-se conotação delitiva à atividade por ele desenvolvida, conotação que decorre da relação de necessidade e sentido entre a atividade e o fato punível, ou, em outros termos, com a matança organizada em Auschwitz, o que afasta a responsabilização pela mera presença[69].

Ao situar esse debate doutrinário em seu contexto histórico, percebe-se que as divergências sobre a natureza da cumplicidade refletem, em última instância, a própria estrutura burocrática da máquina de extermínio. A atuação de Gröning, ainda que aparentemente administrativa, integrava o complexo sistema que organizava a exploração econômica dos prisioneiros e a apropriação de seus bens como parte inseparável do processo de aniquilação. A racionalidade que sustentava Auschwitz e as operações Reinhard e Hungria não se limitava à violência direta, mas envolvia um aparato administrativo e contábil destinado a transformar corpos e propriedades em recursos do Estado nazista. Compreender essa engrenagem é essencial para interpretar o alcance da decisão do Tribunal de Lüneburg, posteriormente confirmada pelo BGH, pois nela a burocracia se revela como elemento funcional do genocídio e não como mero contexto de apoio logístico.

A partir desse quadro, a controvérsia relevante não está tanto na natureza da cumplicidade (material ou psíquica[70]), mas na relevância

68 ANDREADIS-PAPADIMITRIOU, 2017, p. 166.

69 ROXIN, 2018, p. 177-179. Para análise da conotação delitiva, ver BUSATO, 2013. p. 356.

70 Apesar do BGH dedicar dois tópicos a explicar a influência que a máquina de matar exerceu no alto comando do Reich, não parece tratar-se de cumplicidade psicológica, pois desde que designado para Auschwitz, a atividade a ser exercida por Gröning estava diretamente ligada à operacionalização da Operação Reinhard no local, relevância posteriormente potencializada pela deflagração da Operação Hungria, como será visto.

jurídico-penal da função de contador no âmbito do WVHA e da Operação Hungria – ação de homicídio individual (em sentido jurídico) cujo resultado totalizou 300.000 mortos. O recorte histórico (Operação Hungria) responde também à indagação de Alaor Leite quanto aos critérios que teriam levado o BGH a restringir a colaboração de Gröning à Operação Hungria. Para o autor, não foram expostos critérios que permitiriam delimitar a construção de grandes complexos de ação, de maneira que o precedente poderia servir para fundamentar inadequadamente a cumplicidade de Gröning à "Solução Final" como um todo[71]. Entretanto, ao compreender historicamente o que foi a Solução Final, percebe-se a impossibilidade de tratá-lo como um recorte temporal

A "Solução Final"

Em 1969 o BGH firmou entendimento de que, tratando-se assassinatos em massa, exigir maiores restrições na prova da concretização das execuções individuais[72], implicaria fracassar na persecução de crimes cometidos naquele contexto, devendo-se exigir ao menos uma *ação homicida em sentido jurídico* à qual o acusado tenha prestado colaboração, mas não sendo possível responsabilizar o acusado por "tudo o que ocorria no campo de concentração"[73].

Em relação à "Solução Final", não parece haver dificuldades argumentativas, pois nunca se constituiu como um plano meticuloso, mas sim ideias gerais sobre como colocar em prática as visões de Hitler, difundidas havia mais de três décadas como "a questão judaica"[74]. Embora as opções iniciais fossem em última análise genocidas, desde o Plano Madagascar[75], passando pela implantação de guetos até a esterilização em massa[76], apenas

71 LEITE, 2019, p. 9.

72 ROXIN, 2018, p. 178.

73 Frisando que este entendimento decorria dos casos que envolviam campos de concentração multifuncionais, explicado no capítulo II.1.

74 REES, 2018, p. 18. Basta ver os escritos de Hitler em Mein Kampf.

75 Um projeto elaborado pela liderança nazista, sobretudo entre 1938 e 1940, que propunha a deportação forçada de todos os judeus europeus para a ilha de Madagascar, então colônia francesa.

76 REES, 2018, p. 563. A Solução Final teria começado a ganhar aspectos de plano após o engavetamento do Plano Madagascar, quando Himmler desenvolve uma nova ideia para a questão judaica, considerando uma derrota da URSS na batalha de Barbarossa, consistente na deportação

após meados de 1941 é que se estabelece um plano de extermínio sistemático de judeus em campos de concentração[77]:

> a incumbência transmitida a Heydrich de conceber uma "solução final" para a "questão judaica" não significa que se tratasse de uma ordem para o Holocausto. As palavras "solução final" não significam aqui o que mais tarde vieram a significar. Heydrich trabalhava na elaboração de um plano não para exterminar judeus em câmaras de gás, mas para deportá-los a algum lugar sob controle alemão assim que a guerra terminasse. (...) Ao mesmo tempo, enquanto Heydrich trabalhava na sua primeira versão da "solução final", Himmler discutia com Viktor Brack outro método de lidar com a "questão judaica" – a esterilização em massa[78].

Mesmo no final de 1941 há dúvidas se já havia uma decisão de extermínio de judeus, pois embora Hitler autorizasse o envio de judeus para o Leste ao encontro da morte, não era ele quem ditava o método a ser implementado, ou definia um cronograma para a sua eliminação[79]. Em Auschwitz, o que vinha sendo feito era uma série de experimentações, aprimorando técnicas de execução sobre métodos eficientes de matança[80].

Mais provável que o fator determinante para a decisão tenha sido o ingresso dos Estados Unidos na guerra após os ataques a Pearl Harbor em 07 de dezembro de 1941, quando Hitler discursa para líderes nazistas na Chancelaria do Reich em Berlim, e "decidiu esclarecer as coisas" quanto à questão judaica, conforme relatado por Joseph Goebbels em seu diário[81].

em massa dos judeus para terras recém conquistadas (KERSHAW, 2010, p. 628 e 639).

77 REES, 2012, p. 86.

78 REES, 2018, p. 560/561

79 Idem, p. 661-663.

80 Muitas técnicas foram desenvolvidas no âmbito da ação secreta de nome "14f13", e quando se enfrentou o problema dos "Comissários do Povo". Durante a Operação Barbarossa, Hitler havia determinado que "as regras normais da guerra deveriam ser postas de lado" na luta contra a União Soviética e pediu o extermínio dos comissários bolchevistas ("Comissários do Povo" – funcionários políticos soviéticos) sem que fossem feitos prisioneiros, gerando preocupação no comando do exército sobre o impacto que essa ordem exerceria na disciplina militar (REES, 2018, p. 558). Por tal motivo, a tarefa foi dada ao Einsatzgruppen, mas quando centenas de comissários foram identificados quando já estavam em Auschwitz, medidas precisavam ser tomadas em relação a estes prisioneiros, iniciando-se uma série de assassinatos em massa, seja através do trabalho forçado (REES, 2018, p. 590/593), seja por tiros em covas (REES, 2012, p. 72).

81 RESS, 2018, p. 691.

Em 20 de janeiro de 1942 é convocada uma reunião nas proximidades de Berlim, chamada "Conferência de Wannsee", em que foram discutidas formas de como colocar em prática a vontade do Führer sobre a aniquilação de judeus, que resultaria na "Operação Reinhard"[82].

A Solução Final, portanto, não era em si um plano meticuloso para exterminar pessoas, mas uma série de eventos relacionados a genocídios, como o uso de vans de gás em Chelmno, câmaras de gás em Belzec e outros[83], o que tornava inviável considerá-la como um marco temporal-espacial para fins de responsabilização penal.

Indo além, cabe indagar: por que, então, não tomar a "Operação Reinhard" como referência, se a designação de Oskar Gröning para Auschwitz se deu justamente em função dessa operação? É o que veremos.

Operação Reinhard – 1942

Após a Conferência de Wannsee, toma forma uma ação mais coordenada de operacionalização da "Solução Final", mesclando objetivos ideológicos e utilitaristas, cujo cenário perfeito eram os campos de concentração, de onde podiam ser extraídos recursos materiais na manutenção da ofensiva militar, e ao mesmo tempo resolvendo "o problema judaico", plano que ficou conhecido como "Operação Reinhard", em homenagem a Reinhard Heydrich, assassinado em maio de 1942.

Nos meses seguintes, intensificou-se a deportação de judeus para três campos especialmente adaptados para o genocídio: Sobibór, Treblinka e Belzec. As modificações estruturais transformaram-nos em verdadeiros campos de extermínio, dotados de câmaras de gás e fornos improvisados, conhecidos como os Campos de Reinhard[84].

Em Auschwitz, a Operação Reinhard também teve reflexos, mas com propósitos mais amplos. Em fevereiro de 1942, o complexo passou por profunda reestruturação, centralizando a autoridade na WVHA (para

82 Conference protocol of meeting held in Berlin, Am Grossen Wannsee No. 56/58, on 20 January 1942.

83 RESS, 2018, p. 721-722.

84 Idem, p. 829.

onde Gröning havia sido designado), o que indicava uma "abordagem mais racional da mão de obra dos prisioneiros"[85], incluindo confisco dos bens[86]. Essa reorganização incluiu a construção dos novos crematórios em Birkenau[87], sinalizando a transição de Auschwitz para um centro híbrido de exploração e morte em escala industrial.

Não que em Auschwitz e Majdanek não tenha havido extermínio de prisioneiros na Operação Reinhard[88], mas em menor escala, se comparado aos Campos de Reinhard. Nestes, apesar da alta taxa de mortalidade, problemas surgiam por conta da inexistência de procedimentos de matança eficazes em termos de celeridade, bem como falta de coordenação, somando-se à uma certa indisciplina e arrogância pelos membros dos campos, contribuindo para revoltas de presos e fugas.

Por essas questões, no final de 1943, Himmler retoma seu desejo de centralizar a maior parte do processo de matança e inicia com a execução de todos os judeus prisioneiros em Majdanek, conhecido como "Festa da Colheita", onde apenas no dia 03 de novembro foram mortos mais de 18.000, de um total de 43.000 judeus[89].

Ao mesmo tempo, determinou-se o encerramento das operações em Treblinka e Sobibór (Belzec já havia sido desativado no verão de 1943), e o desmonte das instalações, construindo-se fazendas nos locais para tentar esconder os vestígios, encerrando-se em 30 de novembro de 1943 a Operação Reinhard, com um total de 1,7 milhão de judeus mortos desde março de 1942, a maioria em Belzec, Sobibór ou Treblinka, de onde menos de 150 pessoas sobreviveram[90].

85 GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 9. "A SS Economic Administrative Main Office ficou no comando do extermínio das vítimas e pilhagem de sua propriedade, transferindo-a ao Reichsbank e outras instituições nazistas" (GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 299).

86 A pilhagem em relação a judeus era política nazista que vinha sendo exercida desde muito antes, com judeus sendo expulsos de seus comércios, empresas confiscadas, apropriação de propriedades de judeus nos países invadidos pela Alemanha, e não seria diferente nos campos de concentração (Idem, p. 247-248).

87 Idem, p. 210.

88 Em fevereiro de 1942, Rudolf Höß havia decidido mover os planos do crematório de Auschwitz I para o novo campo em Birkenau, com a improvisação de uma pequena cabana como câmara de gás, selando-se as portas e janelas, abrindo-se uma escotilha no teto, por onde eram jogados os cristais de Zyklon-B. A cabana, chamada de "Little Red House" (ou Bunker 1) foi usada pela primeira vez em março de 1942 com capacidade para matar 800 pessoas ao mesmo tempo (REES, 2018, p. 137). Poucos meses após, outra cabana foi construída, chamada de "Little White House" (ou Bunker 2), com capacidade para matar 1.200 pessoas de uma vez, com estrutura interna com uma melhor ventilação, que permitia a saída do Zyklon B mais rapidamente após as mortes, acelerando ainda mais o processo (REES, 2012, p. 142). Ver GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 161 e ss.

89 REES, 2018, p. 981.

90 Idem, p. 984.

A partir desse momento, Himmler pôde concentrar seus planos na maior máquina de destruição já construída: Auschwitz-Birkenau.

Operação Hungria – 1944

Com o avanço da União Soviética nas fronteiras húngaras, a ocupação da Hungria não era apenas motivada por uma vingança contra os judeus, mas também por estratégia militar, o que incluía o "retorno material" proveniente das centenas de milhares de judeus húngaros, que poderiam ter seus bens roubados, além de usados como força de trabalho nos campos de concentração, em favor da indústria de apoio ao Reich, como a gigante IG Farben[91].

Central para o plano de Eichmann de deportação dos judeus da Hungria foi o papel de Auschwitz, especificamente Auschwitz II (Birkenau), que havia se tornado não apenas a maior fábrica de morte já construída – onde pessoas viravam cinzas algumas horas após sua chegada – mas também uma eficiente máquina de triagem de seres humanos[92]. Auschwitz-Birkenau não era a "grotesca solução" para a questão judaica que havia sido oferecido pelos campos vinculados à Operação Reinhard (Sobibór, Treblinka e Belzec), mas uma multifacetada resposta, a peça central para a Solução Final, como definido por Himmler[93].

Conforme mencionado no capítulo anterior, desde 1942 havia um entrave em conciliar o uso dos judeus como trabalhadores com o desejo ideológico de exterminá-los. Entre diversas disputas internas por soluções, Auschwitz uniu esses dois objetivos, e o fez em um ambiente controlado, com baixíssimo risco, senão nulo, de revolta ou fuga, diferente do que ocorrera em Sobibór e Treblinka[94].

Parte disso decorria do senso de permanência do lugar e o desenvolvimento de um processo de matança mais eficiente, com a abertura em 1943 de quatro novos complexos de crematórios e câmaras de gás em

91 Idem, p. 898.

92 Idem, p. 1056.

93 GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 6.

94 REES, 2017, p. 1122.

Auschwitz-Birkenau[95], com capacidade para exterminar cerca de 1,6 milhão de pessoas por ano[96].

Para os propósitos da Operação Hungria, foi ainda construída a "nova rampa", garantindo uma regular, efetiva e contínua operação em linha de montagem, em uma escala e velocidade nunca empregados[97]. Literalmente, o percurso até a câmara de gás aos selecionados duraria minutos.

Seguindo os objetivos da Operação Reinhard, a Operação Hungria visava não apenas o extermínio rápido e eficiente de judeus, mas também à apropriação de seus bens de forma igualmente sistemática, sem despertar suspeitas sobre os verdadeiros motivos das deportações. Segundo o Tribunal de Lüneburg, as atividades de Oskar Gröning, em palavras e ações, contribuíram para a permanência e eficiência dessa máquina de morte[98].

Diante desse planejamento uniforme, delimitado espacialmente e regido por um procedimento padronizado, parece ter sido acertada a decisão de adotar o marco definido na Operação Hungria, período de maior concentração de assassinatos na história de Auschwitz[99] como uma ação em sentido jurídico, um evento homogêneo ao réu, do qual resultou a morte de 300.000 pessoas[100].

Mudança ou restabelecimento de paradigma?

Como visto, no caso Demjanjuk, tratando-se de um guarda que atuou em Sobibór, utilizou-se um silogismo que decorria da antiga jurisprudência relacionada a *campos de extermínio*, bastando a demonstração do exercício das funções de guarda, sem necessidade de provar condutas individuais, pois a premissa era de que "guardas em campos de extermínio exercem funções que facilitam o processo de extermínio de pessoas"[101].

95 Tribunal Regional de Lüneburg, II.5.a. REES, 2017. p. 1122.

96 No total, os fornos podiam descartar 4.416 cadáveres em 24 horas, com estimativas de que era possível chegar a 8.000 mortes diárias. (REES, 2018, p. 899).

97 GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 462.

98 Tribunal Regional de Lüneburg, IV.2.a; p. 39.

99 DOUGLAS, 2016, p. 628.

100 Tribunal Regional de Lüneburg, III.3; WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 238.

101 ANDREADIS-PAPADIMITRIOU, 2017, p. 165. Segundo o BGH "A assistência no sentido do parágrafo 27 do Código Penal (§27 StGB) para os delitos de resultado (Erfolgsdelikte) – fun-

Transpondo-se tal precedente ao caso Gröning, impunha-se a "necessidade de demonstrar que o acusado havia exercido tarefas necessariamente conectadas ao processo de extermínio".[102]

Essa conexão entre a tarefa exercida e o processo de extermínio constitui a conotação delitiva exigida por Roxin (2018, p. 178) para valorar uma cumplicidade punível, presente no caso, pois, "dado que se tratava de assassinatos com roubos, a contabilidade e o reenvio do dinheiro tomado com o saque também estavam relacionados com as mortes levadas a cabo no campo de concentração".

Em investigações paralelas ao caso Gröning não houve maiores dificuldades em demonstrar tal conexão, pois as funções exercidas eram, pode-se dizer, "naturalmente vinculadas a extermínio de pessoas", como o caso Reinhold Hannings, condenado em 2016 pela colaboração à morte de ao menos 170.000 pessoas por ter exercido funções de guarda em Auschwitz entre 1943 e 1944, sentenciado à pena de cinco anos[103].

A peculiaridade do caso Gröning, onde a atividade como contador não constitui tarefa ordinariamente vinculada a processos de extermínio, torna correta a observação de Alaor Leite de que é "contraintuitivo que um contador seja cúmplice do assassinato de 300.000 pessoas"[104]. Porém, ainda que seja "contraintuitivo" que uma contribuição menor se vincule a um resultado de grandes dimensões, não é possível afastar-lhe nem a causalidade e nem a relevância para a produção do resultado tal como ocorreu (ainda que este pudesse ser obtido de outra forma), portanto, impossível afastar-lhe a imputação. Utilizar a expressão "contador", inclusive, dota de um certo ar de neutralidade a conduta de Gröning, exatamente por não deixar claro o que ele "contava", remetendo a pensar-se em uma mera operação matemática. Acontece que o que ele "contava" eram os bens dos conduzidos ao campo, com o objetivo de garantir a eficiência do processo de mortandade, ao evitar que os prisioneiros vislumbrassem o destino de seus bens como antecipação de sua própria aniquilação e turbassem a ordem e placidez com que eram conduzidos para a morte, além da própria subsistência material do Reich com a apropriação dos bens. Portanto, "contraintuitivo" não é atribuir-lhe

damentalmente qualquer ato que promova ou facilite objetivamente a consecução do resultado de fato através do autor principal; não é necessário que em sua forma concreta esta assistência se converta de maneira alguma em causa da ocorrência do resultado (...) é também ainda possível logo após a consumação do fato até seu exaurimento" (ROXIN, 2018. p. 1710).

102 DOUGLAS, 2016, p. 627.

103 BGH 4 StR 51/17, sentença de 24 de maio de 2018 (LG Detmold). Para mais, ver LEWY, 2017. p. 7.

104 LEITE, 2019, p. 10.

responsabilidade, mas sim, chamá-lo de "contador".

Já a conclusão de Andreadis-Papadimitriou (2017, p. 166), no sentido de que a atividade seria "simplesmente irrelevante para o processo de extermínio, não se sustenta, pois decorre de uma aparentemente falha de premissa, que é a de vincular uma atividade cotidiana à uma necessária neutralidade.

Não há, entretanto, ações neutras em si mesmas[105], bastando que as contribuições traduzam um sentido de uma adesão à realização do autor, um significado inequívoco de fazer parte do fato delitivo[106]. Neste sentido, sustenta Werle que "segundo a jurisprudência, a situação dependerá do conhecimento do participante: se sabem que suas ações promovem a comissão do fato principal, sua ação perde em todo caso seu caráter de ação cotidiana"[107], o que vai ao encontro do sustentado por Busato, de que "o sentido da contribuição reside precisamente no dolo"[108], portanto, em uma discussão de tipo subjetivo e não de imputação objetiva.

E quando se observa a relevância das atividades exercidas por Oskar Gröning no âmbito da *SS-Economic Administrative Main Office* (WVHA), unidade gestora de Auschwitz em prol dos objetivos da Solução Final (extermínio somado à utilidade dos recursos materiais e humanos das vítimas) materializada em uma ação de homicídio individual (Operação Hungria) cujo resultado levou ao assassinato de 300.000 pessoas, parece possível sustentar um inequívoco sentido de parte no processo de extermínio.

Essa constatação dialoga com o debate historiográfico sobre a racionalidade colonial, segundo o qual o Holocausto representou a aplicação interna, no coração da Europa, de métodos e estruturas de dominação já testados nas periferias coloniais. A burocratização da morte – como no caso Gröning – evidencia a herança de uma lógica imperial que administrava a violência e a exploração sob a aparência de legalidade. A imputação penal, ao reconhecer que "não há funções neutras" dentro de um aparato de extermínio, traduz uma inflexão ética e jurídica: o direito passa a ver na engrenagem estatal de dominação um prolongamento da racionalidade colonial que sustentou o projeto moderno de poder.

Por fim, Auschwitz ser considerado um campo híbrido, e não um campo de extermínio, não foi um obstáculo, mas um "ajuste" no entendimento

105 BUSATO, 2013, p. 353.

106 Idem, p. 349.

107 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 240.

108 BUSATO, 2013, p. 348.

jurisprudencial de décadas, que exigia prova de *conduta individual* quando se tratasse de campos híbridos[109], fundamentação que para Roxin (2018, p. 179) era insustentável, por partir da equivocada premissa de que seria possível haver *espaços neutros* em campos como Auschwitz ou Majdanek[110].

A linha divisória entre campos de extermínio puros e híbridos foi construída com base nas taxas de mortalidade[111], mas essas diferenças derivavam de fatores organizacionais, não de natureza moral ou funcional. Enquanto os Campos de Reinhard tinham no máximo 400 x 600 metros de área com poucas dezenas de membros da SS, Auschwitz compunha uma complexa rede de campos com mais de 4.500 funcionários em 170 hectares, o que explica as menores taxas de mortalidade[112], mas ainda assim servindo cada setor, direta ou indiretamente, ao extermínio[113]. Exigir prova de condutas individuais equivaleria a negar o caráter sistêmico da violência.

Conclusão

Pelos argumentos trazidos, parece acertada a atribuição de responsabilidade a Oskar Gröning, pois a acusação se restringiu aos fatos ocorridos em Auschwitz-Birkenau – principal centro de extermínio do complexo – e ao período de 16 de maio a 11 de julho de 1944, momento de maior "transbordo" de judeus no âmbito da Operação Hungria, cujo sucesso dependia do estável e permanente funcionamento do local.

Já a conotação delitiva da atividade de Gröning extrai-se dos fatores históricos explorados ao longo do texto, reconhecidos pelo Tribunal

109 O que houve, ao inverso, foi a adoção no processo de Demjanjuk da construção de uma ação em sentido único, algo que só ocorrida nos processos envolvendo campos de concentração híbridos. Por isso, Demjanjuk foi condenado por cumplicidade em 16 ações de assassinatos massivos, comprovados durante o período em que o acusado esteve em Sobibór, cujo total de mortes foi de cerca de 28.000 pessoas. (WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 241).

110 Idem, p. 242. Para NESTLER (2015), a adoção dessa premissa se deve à visão de mundo do juiz presidente Hofmeyer, que atuou como juiz durante o regime nazista com "severas sentenças de morte que reforçaram o sistema nazista até seu desaparecimento". Para mais, ver PENDAS, 2000, p. 417.

111 Ver capítulo II.1.

112 GUTMAN; BERENBAUM; 1994, p. 17.

113 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 242. Argumento que também se justifica nos setores destinados a trabalhos forçados, considerando os métodos conhecidos como "destruição através do trabalho" (Vernichtung durch Arbeit). GUTMAN; BERENBAUM, 1994, p. 9 e ROXIN, 2018, p. 169.

de Lüneburg, como sua designação para uma tarefa *top secret* em 1942, no interior de um departamento essencial à implementação da Solução Final, cujo ápice ocorreu em Auschwitz-Birkenau no período de maio a julho de 1944 – período da Operação Hungria.

Nesse sentido, a análise do caso Gröning não é apenas um estudo dogmático de imputação, mas um testemunho sobre a persistência de uma forma colonial de administrar a violência, uma lógica que transforma a vida humana em variável econômica e legitima o extermínio sob o signo da racionalidade. O julgamento do "contador de Auschwitz" representa, assim, o enfrentamento jurídico de um modelo de poder que não se limita ao nazismo, mas que ecoa nas estruturas coloniais de exploração e hierarquização racial herdadas pela modernidade.

Indo além, em tempos de crescimento de movimentos autoritários, é essencial rememorar os rumos atrozes que a radicalização ideológica pode assumir. É preciso recordar Auschwitz e os Campos de Reinhard – assim como os *Gulags* soviéticos – espaços distintos, mas guiados por uma mesma lógica de desumanização burocrática e anulação do indivíduo em nome de projetos políticos totalizantes. Ambos expressam a face moderna de uma racionalidade que transforma o ser humano em mero instrumento de poder, capítulos que só tiveram mais exposição ao grande público mais de sessenta anos após o fim da guerra[114].

O esquecimento coletivo é a maior arma para a perpetuação da barbárie, um esquecimento que é parte do próprio mecanismo colonial, apagando o crime para preservar o mito civilizatório. E os nazistas queriam isso – e tentaram, colocando abaixo e transformando os Campos de Reinhard em fazendas de fachada após a desativação, de sorte que "aqueles que foram mortos viraram nada, e os locais em que morreram viraram nada junto com eles"[115].

E se é inegável a magnitude que Auschwitz tomou enquanto máquina de matar, nos Campos de Reinhard estava a singularidade da barbárie, bastando "um punhado de nazistas para matar 1,7 milhão de pessoas", sem fotos e vídeos, entretanto, na memorialização do Holocausto porque não há imagens desses campos para mostrar, restando aos historiadores destrinchar os relatos para que aqueles que foram mortos tornam-se eles, e os locais em que morreram tornem-se exemplo.

114 WERLE; BURGHARDT, 2015, p. 233.

115 REES, 2018, p. 984-985.

REFERÊNCIAS

AMBOS, Kai. Treatise on international criminal law. Volume I: Foundations and General Part. Oxford Press. 2013.

_____. Direito penal nacional-socialista. Continuidade e radicalização. Trad. BUSATO, Paulo César. Rev. AFLEN, Pablo; AMBOS, Kai. São Paulo: Tirant lo Blanch. 2020.

ANDREADIS-PAPADIMITRIOU, Pavlos. Assistance in mass murder under systems of ill-treatment: the case of Oskar Gröning. *Journal of International Criminal Justice* n. 15. Oxford University Press. 2017. p. 157-174.

ARENDT, Hanna. Responsabilidade e julgamento. Ed. Jerome Kohn. Rev. téc. Bethania Assy e André Duarte; trad. Rosaura Eimchenberg. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

BUSATO, Paulo César. O sentido da cumplicidade. Uma visão crítica das chamadas ações neutras como grupo de casos da teoria da imputação objetiva. Revista Duc In Altum Caderno de Direito. Vol. 5. n. 8. Jul-dez. 2013.

DOUGLAS, Lawrence. The right wrong man: John Demjanjuk and the last great Nazi war-crimes trial. New Jersey: Princeton University Press. 2016.

_____. Truth and justice in atrocity trials. *The Cambridge Companion to International Criminal Law*. Cambridge: Cambridge University Press. 2016. p. 34-51.

GOLDHAGEN, David Jonah. Os carrascos voluntários de Hitler. Trad. de Luís Sérgio Roizman, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GUTMAN, Israel; BERENBAUM, Michael. Anatomy of the Auschwitz Death Camp. Indiana University Press/United States Holocaust Memorial Museum Washington D.C. 1994.

KERSHAW, Ian. Hitler, the Germans, and the Final Solution. International Institute for Holocaust Research. Yad Vashem, Jerusalém. Yale University Press. 2008.

KOGON, Eugen. Sociologia de los campos de concentración. Madrid: Taurus, 1965.

LANGBEIN, Hermann. Menschen in Auschwitz. Frankfurt: M.Ullstein, 1980.

LEITE, Alaor. ¿Complicidad por mera pertenencia a la organización? Breves reflexiones sobre el problema de las acciones de complicidad en los homicidios cometidos en campos de concentración", trad. por José Manuel Garcia Sobrado. No original LEITE, Alaor. Beihilfe kraft Organisationszugehörigkeit? Überlegungen zum Problem der Mordbeihilfe in Konzentrationslagern in: Der Allgemeine Teil des Strafrechts in der aktuellen Rechtsprechung (Beiträge zum Strafrecht - Contributions to Criminal Law. Vol. 1). Fabian Stam, Andras Werkmeister (Hrsg.). 2019. S. 53-77.

LEWY, Guenter. Perpetrators: The World of the Holocaust Killers. New York: Oxford Press. 2017.

MUÑOZ CONDE, Francisco. La autoría mediata por dominio de un aparato de poder como instrumento para la elaboración jurídica del passado. In: Revista Penal. n. 31. 2013. p. 171-189.

_____. La atenuación de la pena del participe em los delitos especiales como instrumento para la elaboración jurídica del pasado. In: El derecho penal de la posguerra. Valencia: Tirant lo Blanch. 2016. p. 256-273.

PENDAS, Devin O. "I didn't know what Auschwitz was": The Frankfurt Auschwitz Trial and the German Press, 1963-1965. 12 Yale J.L. & Human. 2000.

RAIM, Edith. Nazi crimes against jews and german post-war justice: the west german judicial system during allied occupation (1945-1949). New perspectives on modern jewish history. Berlin: De Gruyter Oldenbourg. 2015.

REES, Laurence. Auschwitz: the nazis and "the final solution". BBC Books. 2012. Kindle.

_____. The Holocaust: a new history. PublicAffairs. 2017.

_____. O Holocausto: uma nova história. GIL, Luis Reyes (trad.). São Paulo: Vestígio. 2018.

ROXIN, Claus. Complicidad en el asesinato por médio del servivio em el campo de concentración de Auschwitz. In: AMBOS, Kai (ed.) *Ciencias criminales en Alemania desde una perspectiva comparada e internacional*: cuarta escuela de verano en ciencias criminales y dogmática penal alemana. Serie CEDPAL, vol 2. Göttingen: Centro de Estudos de Direito Penal Latino-Americano do Instituto de Ciências Criminais da Georg-August-Universität Göttingen; Göttingen University Press. 2018. p. 167-184.

SEBALD, W. D. Guerra aérea e literatura: com ensaio sobre Alfred Andersch. ABBENSETH, Carlos. FIGUEIREDO. São Paulo: Companhia das Letras. 2011

VORMBAUM, Thomas. História moderna del derecho penal alemán. Valencia: Tirant Lo Blanch. 2018.

WERLE, Gehrard. La co-autoría mediata: ¿Desarrollo de la dogmática jurídico penal alemana en el derecho penal internacional? In: AMBOS, Kai; BÖHM, María Laura; ZULUAGA, John (ed). *Desarollos actuales de las ciências criminales en Alemania*. Centro de Estudios de Derecho Penal y Procesal Penal Latinoamericano (CEDPAL). Vol. 1. Göttingen: Göttingen University Press. 2016. p. 279-294.

WERLE, Gerhard; BURGHARDT, Boris. Claus Roxin on crimes as part of organized power structure. Journal International Criminal Justice. n. 9. 2011. p. 191-205.

WERLE, Gerhard; BURGHARDT, Boris. Sobre la complicidad en matanzas ocurridas en campos de exterminio nacionalsocialistas (El caso Demjanjuk en el contexto de la jurisprudencia de la República Federal Alemana). Revista Penal. n. 35. Enero 2015. Valencia: Tirant Lo Blanch. p. 232-243.

WERLE, Gehrard; JEßBERGER, Florian. Tratado de Derecho Penal Internacional. 3. ed. Valencia: Tirant Lo Blanch. 2017.

Fontes Documentais

ALEMANHA. Bundesgerichtshof. Sentença de 20 fev. 1969. Processo n. 2 StR 280/67. Disponível em: https://dejure.org/dienste/vernetzung/rechtsprechung?Gericht=BGH&Datum=20.02.1969&Aktenzeichen=2%20StR%20280%2F67 Acesso em: 28 jan. 2026.

ALEMANHA. Bundesgerichtshof. Sentença de 26 jul. 1994. BGHSt, 40/218. Disponível em: https://www.servat.unibe.ch/dfr/bs040218.html Acesso em: 28 jan. 2026.

ALEMANHA. Bundesgerichtshof. Sentença de 24 maio 2018. Processo n. 4 StR 51/17. Disponível em: https://www.hrr-strafrecht.de/hrr/4/17/4-51-17-1.php Acesso em: 28 jan. 2026, às 09h33min

KORHERR, Richard. Statistical Report on the "Final Solution of the European Jewish Question". 23 mar. 1943. In: German History in Documents and Images. Disponível em: https://germanhistorydocs.org/en/nazi-germany-1933-1945/statistical-report-on-the-final-solution-known-as-the-korherr-report-march-23-1943.pdf Acesso em: 27 jan. 2026, às 12h45min.

ALEMANHA. Reichsministerium der Justiz. Memorando da reunião entre o Ministro da Justiça do Reich, Otto Thierack, e o Reichsführer-SS, Heinrich Himmler, de 18 set. 1942. Documento PS-654. In: Nuremberg Trials Project. Harvard Law School Library. Disponível em: https://nuremberg.law.harvard.edu/documents/453160-summary-of-meeting-with Acesso em: 27 jan. 2026, às 11h32min.

NESTLER, Cornelius. Closing arguments to the judgment. Auschwitz Trial. 8 jul. 2015. Disponível em: https://auschwitz-trial.org/2015/07/08/closing-argument-of-prof-dr-cornelius-nestler-july-8th-2015 Acesso em: 28 jan. 2026.

Conference protocol of meeting held in Berlin, Am Grossen Wannsee No. 56/58, on 20 January 1942, regarding the Final Solution of the Jewish Problem. Staff Evidence Analysis. Washington, 1947. Nuremberg Trials Project, Harvard Law School Library. Documento NG-2586

Wirtschafts- und Verwaltungshauptamt (WVHA). Monthly reports. Documento n. 549, 16 out. 1942. In: Nuremberg Military Tribunals, Case IV (Pohl et al.). Harvard Law School Library, Nuremberg Trials Project. Disponível em: https://nuremberg.law.harvard.edu/documents/4373-monthly-business-reports-to Acesso em: 27 jan. 2026, às 12h59min.

ALEMANHA. Tribunal Regional de Düsseldorf. Sentença de 3.09.1965. Processo n. 8 I Ks 2/64. In: Justiz und NS-Verbrechen, v. 22, n. 596a, p. 178 et seq.

ALEMANHA. Tribunal Regional de Frankfurt. Sentença de 19–20.08.965. Processo n. 4 Ks 2/63. In: Justiz und NS-Verbrechen, v. 21, n. 595.

_____. Sentença de 25.08.1950. Processo n. 52 Ks 3/50. In: Justiz und NS-Verbrechen, v. 7, n. 233.

ALEMANHA. Tribunal Regional de Lüneburg. Sentença de 15.072015. Processo n. 27 Ks 9/14. Disponível em: https://voris.wolterskluwer-online.de/browse/document/c7179543-9507-412c-8c4a-46843b53328e Acesso em: 28 jan. 2026, 16h26.

ALEMANHA. Tribunal Regional de Munique. Sentença de 12.052011. Processo n. Ks 115 Js 12496/08. Disponível em: https://dejure.org/dienste/vernetzung/rechtsprechung?Gericht=LG%20M%C3%BCnchen%20II&Datum=02.02.2010&Aktenzeichen=1%20Ks%20115%20Js%2012496/08 Acesso em: 28 jan. 2026

COMO O BÁLTICO FOI RECONQUISTADO SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA SOVIÉTICA

How the Baltic was reconquered according to Soviet historiography

Moisés Wagner Franciscon[1]
Gelise Cristine Ponce Martins[2]

RESUMO

Por meio de levantamento bibliográfico e da análise das fontes, escritas por soviéticos e publicadas na URSS para consumo interno ou externo, bem como por editoras estrangeiras, apresenta-se a versão que os pesquisadores, militares e políticos da URSS construíram ao longo de décadas sobre a Questão do Báltico e a reconquista de suas três repúblicas para a União Soviética ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Em vez de um todo coeso, cristalizado e repetitivo, como seria de se esperar de uma propaganda centralmente produzida, encontra-se um cenário fragmentado, com diferentes autores citando diferentes fenômenos como prioritários para o desenlace do processo, com a existência de algumas contradições secundárias.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Estados Bálticos; União Soviética; Historiografia.

ABSTRACT

Through a bibliographical survey and analysis of sources written by Soviets and published in the USSR for domestic or foreign consumption, as well as by foreign publishers, this article presents the version that researchers, military personnel and politicians from the USSR constructed over decades about the Baltic Question and the reconquest of its three republics for the Soviet Union during the Second World War. Instead of

1 Pós-doutor e doutor pelo PPGHIS da UFPR. Professor SEED-PR. E-mail: mw.franciscon@hotmail.com.

2 Doutora pelo PPH da UEM. Professora SEED-PR. E-mail: gelise.ponce@yahoo.com.br.

a cohesive, crystallized and repetitive whole, as would be expected from centrally produced propaganda, we find a fragmented scenario, with different authors citing different phenomena as priorities for the outcome of the process, with the existence of some secondary contradictions.

Palavras-chave: Second World War; Baltic States; Soviet Union; Historiography.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial os diferentes vencedores iniciaram o processo de produção de suas versões oficiais do conflito. Havia material que precisava ser suprimido, silenciado ou com uma leitura forçosa para se criar uma mitologia aprazível, que apagava os conflitos, as vacilações, tudo o que poderia ser considerado reprovável no pós-guerra. No clima da nova Guerra Fria, tais erros de conduta eram lançados entre os ex-aliados. O Ocidente procurava exibir uma URSS sempre expansionista e agressiva, com a invasão de territórios fronteiriços em conluio com Hitler. A URSS, por seu turno, focava as tratativas entre nazistas e regimes liberais para que ambos atacassem a URSS, e como o que é apresentado como ataque e conquista pelo Ocidente, tratar-se-ia apenas da reunificação de povos unidos pela história e pelo amor ao sistema soviético, mas separados pela contrarrevolução e ações armadas violentas apoiadas pelos mesmos antigos aliados. No caso soviético, o aparelho de censura impunha limites ao que poderia ser dito e pesquisado. Demandas precisavam ser cumpridas, já que o financiador e promotor do lançamento de livros era o Estado. Muitas dessas obras eram concebidas exatamente para a publicação e divulgação no Ocidente, como resposta às invectivas de sua historiografia. No Ocidente, o que recebia atenção eram construções que reforçavam sua própria versão que vilificava a URSS.

Para trazer a versão oficial soviética, foi utilizada a revisão bibliográfica dos principais livros sobre a Questão do Báltico, bem como a análise e a comparação das diferentes versões em cada autor. Para essas duas últimas, foi empregada a análise textual (CARDOSO; VAINFAS, 2011), a análise do discurso (MAINGUENEAU, 2015; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) e a técnica de leitura de mídia impressa de Chomsky (1996). O levantamento bibliográfico expôs 27 livros, 26 deles produzidos

para consumo externo, para propaganda além das fronteiras soviéticas. Apenas o primeiro grande livro de uma história oficial foi criado para os próprios soviéticos. E é o único registro em russo deste levantamento. 10 destes livros estão em português. São edições impressas diretamente em Moscou por meio de editoras voltadas para a produção de material de propaganda em outras línguas. Mas também são importantes registros históricos. Muitos dos quais são relatos de marechais sobre a guerra. E por isso também foram impressos por casas editoriais portuguesas e brasileiras. Algumas, de esquerda, como a Revan. Mas o próprio marechal Jukov teve suas memórias publicadas no Brasil pela Biblioteca do Exército brasileiro (JÚKOV, 2015).

A crise do Báltico se insere numa história diplomática da Segunda Guerra, da mesma forma que a tentativa conjunta da Inglaterra e da URSS de influenciarem o reino da Iugoslávia o foi, até o fracasso dessa tentativa com a invasão nazista. Para o Kremlin, exibições de poderio militar eram interessantes. Mostrar o sucesso de suas armas como em Khalkhin Gol, em 20 de agosto de 1939, em que Jukov derrotou o até então invencível exército japonês, poderia manter inimigos temerosos e longe de suas fronteiras, enquanto o país se preparava para a guerra. Essa derrota fez com que o Japão não atacasse a URSS mesmo quando a vitória alemã parecia certa, no começo de novembro de 1941. Impôs a mesa de negociações e o Pacto de Não-Agressão com o Japão, ao qual se seguiu, três dias depois, o Pacto Ribbentrop-Molotov. Vitórias fáceis como no Leste da Polônia (ou Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais) e na Bucovina do Norte e Bessarábia, alijavam os inimigos. Mas quase derrotas que demonstraram fraqueza, como na Guerra de Inverno com a Finlândia, os atiçavam, como na tentativa de envio de uma força expedicionária franco-britânica. Os ingleses já possuíam um histórico de intervenção naval no Báltico durante a Guerra Civil russa. Uma campanha militar difícil e longa poderia significar uma tragédia, com a união dos inimigos da URSS. O regime não poderia se dar ao luxo de perder. Apesar da queda da França pouco antes, a Inglaterra permanecia dona dos mares, capaz de atuar na área.

Os bálticos são uma população à parte, nem germânica e nem eslava, como os vizinhos. As identidades locais mudaram ao longo do tempo: povos identificáveis por sua língua e etnia acabaram absorvidos por outros bálticos ou mudaram suas identidades, como os prussianos, que se tornaram a quintessência da germanidade (DAVIES, 2016). Também chegaram a se identificar e a serem identificados por aspectos geográficos, como a península da Curlândia. Assim suas fronteiras e definições sempre foram volúveis. A região foi incorporada à Rússia ao longo do século XVIII. A região já havia dado governantes à Rússia, como Frederico Guilherme, duque da Curlândia,

marido da czarina Ana, que fora duquesa da Curlândia até sua ascensão ao trono de sua linhagem Romanov. O estabelecimento das três repúblicas bálticas se deu num quadro de intensa luta por diferentes interesses no caos das Revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917. Os batalhões letões foram um dos maiores esteios do Exército Vermelho e a república da Estônia teria se tornado soviética não fosse a atuação da Marinha Real britânica (BEEVOR, 2024, p.347; 403). Como no resto da Rússia, suas populações foram cindidas em partidos rivais brancos e vermelhos e com a guerra civil. Os exércitos do general branco russo Iudénitch receberam o apoio (e, portanto, a intervenção) de unidades finlandesas, já sob controle de uma ditadura branca que derrotou aos vermelhos fineses ainda em 1918. Seu objetivo era a manutenção do Báltico num regime autoritário russo, czarista ou de ditadura militar, advindo tensões com os brancos nacionalistas locais, que desejavam a separação desde 1917. O kaiser alemão, que segundo o Tratado de Brest-Litovsk deveria ficar com a região, criou o Ducado Unido do Báltico e um exército local de descendentes germânicos, o *Baltische Landeswehr*. Com a derrota na Primeira Guerra, Weimar foi obrigada a abrir mão da região, mas esse exército local permaneceu, acrescido de *Freikorps* mercenários, e procurava integrar ou manter sob influência alemã toda a região (BEEVOR, 2024, p.404-408). A Marinha Real pretendia manter alemães, russos brancos, finlandeses brancos e tropas autóctones lutando juntas contra o Exército Vermelho, repatriar as tropas não-bálticas após o conflito e cercear seus objetivos de tornar a região alemã ou russa, sem envolver tropas terrestres inglesas. O Conselho Aliado em Paris já defendia a independência da região segundo linhas étnicas (BEEVOR, 2024, p.406-407), que marcaria o Tratado de Versalhes.

A historiografia oficial soviética não demonstrou flutuações de posições ao longo do tempo, e segundo as posições do regime. Não deixaram de existir. Stalin faz eco às sagradas fronteiras russas e a indivisibilidade de seus povos; é a voz do passado dos czares que se faz sentir. Alguns autores do período de Kruschev elencam fatores políticos e de ideologia socialista, segundo a concepção da época da importância do Partido e de suas ideias e não dos líderes. Alguns dos anos 1980, após o início da Guerra do Afeganistão, mencionam elementos de uma missão internacionalista da URSS, como se proclamava durante a troca de poderes no país vizinho no natal de 1979 e a presença soviética para estabilizar o novo regime. No entanto, são mais visíveis mudanças segundo cada autor, num cenário fragmentado. Alguns ecoaram as ideias da Grande Rússia e de reunificação muito após Stalin e mesmo durante Kruschev. Ideias que retornam com o recrudescimento do nacionalismo russo e grão-russo nos anos 1970. Era a noção da URSS como sucessora de todas as Rússias, de seus direitos e fronteiras: a Grande Rússia, a Pequena Rússia (ou Nova Rússia, a Ucrânia), a Rússia Branca e a Rússia Vermelha (a Polônia)

(FIGES, 2010). Outros mencionaram o perigo do nazismo e a necessidade urgente de uma ação preventiva para evitar o pior, que seria a conquista do Báltico pela aliança fascista, com Leningrado a poucos quilômetros de distância e a possibilidade de uma ação militar envolvente pelo Norte, uma grande pinça em direção ao centro da Rússia. Outros, no clima de Guerra Fria, acusaram e se preocuparam mais com as ações imperialistas na área, ou seja, dos futuros aliados Inglaterra, França e Estados Unidos, do que com os próprios nazistas que invadiram a URSS dentro de menos de um ano. Às vezes procuram construir uma linha gradual e legalista para a mudança de governo e reabsorção do Báltico à URSS. Às vezes preferem uma visão de rupturas e revoluções, com a derrubada dos regimes locais. A época em que escreveram isso não se pode resumir em etapas cronologicamente definidas. A *Istorria* não se constituiu em uma versão uniformizada, única, apesar de ser a grande versão oficial do processo, de ser a grande narrativa após a versão do próprio Stalin na coletânea de seus textos (STALIN, 1946). Nem ela mesma se manteve fiel a si em futuras reedições e resumos para publicação no estrangeiro, sofrendo importantes mudanças e subtrações. Alguns termos são reproduzidos entre os autores e as diversas edições da *Istorria*. É o caso do termo "derrocado" em várias fontes. Em outros eventos da guerra, como o da ocupação da Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais da Polônia e o Levante de Varsóvia, alguns autores tendem a reproduzir material de suas fontes oficiais palavra por palavra. Apesar de algumas similaridades, o mesmo não ocorre no caso báltico. Mesmo a história oficial, contida na *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza* (História da Grande Guerra Patriótica), produzida em seis volumes entre 1960-1965, através dos governos de Nikita Kruschev (1953-64) e de Leonid Brejnev (1964-82), não é reproduzida textualmente pelos demais autores. E estes muitas vezes preferem citar e expor outros fatores que não são os principais expostos na *Istorria* ou mesmo que estão fora dela.

Nas ocasiões em que a crise do Báltico é citada, e tratada para além de uma brevíssima citação, depara-se com um modelo para o golpe branco, numa substituição da guerra pela diplomacia e política. Golpes parlamentares não eram nenhuma novidade, e passariam a ser regras com a Guerra Fria, tanto na dissolução dos governos das Frentes Comuns no Leste Europeu, o que levou os partidos comunistas locais ao controle monopartidário ou pluripartidário sob a égide de Moscou, que já controlava militarmente tais territórios[3], quanto naqueles promovidos pelos Estados Unidos, Inglaterra

3 Para Kenez (2021, p.196), a anexação do Báltico serviu de modelo para a sovietização dos países do Leste Europeu após a Segunda Guerra. No entanto, tal escola seria apenas parcial. Não se processou da mesma forma, como não o foi a da reanexação das repúblicas recém-proclamadas do Cáucaso ainda nos primórdios dos anos 1920.

e França no que consideravam seus próprios quintais, facilitados com a ebulição da parcela do mundo em processo de descolonização. A própria URSS possuía experiência em golpes híbridos, políticos em conjunto com invasões militares, durante a reunificação com as repúblicas do Cáucaso em 1920-21 (BEEVOR, 2014, p.518). Os autores soviéticos se dividem e em alguns casos parecem mudar de posição ao longo do texto, ora enfatizando a mudança de governo como promovida apenas por influências internas, quanto a presença de fatores que só podem ser explicados como ingerência externa soviética. Ou misturam ambas: o apoio soviético aos movimentos populares bálticos. As cenas de protagonismo de massas, de caos político e de vazio de poder são as mesmas.

Brest-Litovsk deu aos militares alemães a convicção de que venceram a Primeira Guerra, no Leste, e mereciam o que fora estipulado no tratado: o Báltico, a Bielorrússia e a Ucrânia (BEEVOR, 2024, p.189-190). Esta não foi a única motivação para a fixação nazista em ocupar o Leste. Se justificavam em termos históricos, com a presença e ocupação germânica da Ucrânia pelos godos durante e imediatamente antes da Crise do Século III em Roma. E também eram o alvo mais fácil, com menor densidade populacional, mais fértil e, portanto, mais apto ao programa nazista de assentamentos rurais e germanização em seu *Lebensraum*. Ou como os soviéticos reconheciam, como uma guerra colonial na própria Europa, no qual o capitalismo monopolista e imperialista conquistaria novos mercados.

A Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza como fonte principal

Uma manipulação é afirmar que a região da cidade de Klaipéda, a antiga Memelburg ou Memel da Prússia, foi entregue de bom grado à Alemanha[4]. A cidade, de origem teutônica, foi ocupada pela França com o armistício de 1918. Existia uma disputa entre a Lituânia e a Polônia por sua

4 “De grande importância na situação internacional naquela época foi a firme determinação da Terra dos Sovietes em defender as repúblicas bálticas da agressão. Em conexão com a tomada da região de Klaipéda da Lituânia pelos nazistas, o governo da URSS, em 28 de março de 1939, dirigiu-se aos governos da Estônia e da Letônia com declarações nas quais os alertava urgentemente sobre o perigo que pairava sobre os países bálticos”. “Em conexão com a tomada da Áustria e da Tchecoslováquia pelos nazistas, o Ministro das Relações Exteriores da Letônia, Munters, deu as boas-vindas publicamente à "grande Alemanha". O governo da Lituânia burguesa anunciou que estava “voluntariamente” devolvendo Klaipéda à “Alemanha fraterna”” (POSPELOV, 1960, p.161; 251).

posse. A Lituânia ocupou-a antes, em 1923 (uma situação que lembra a do Fiume/Rijeka no Adriático, entre Itália e Iugoslávia). E foi apenas por um ultimato que em 22 de março de 1939, antes da divisão de esferas de influência entre a URSS e a Alemanha, que a Lituânia a entregou. Ter de ceder parte do seu território provocou a inclinação do Báltico diante da URSS e a assinatura dos pactos de defesa mútua. Algo que nenhum cronista soviético menciona. Tais mitos fundamentam a ideia de traição das ditaduras locais para com seus povos e a humanidade em geral[5]. Uma primeira menção da exigência do Kremlin do cumprimento de tratados se dá de maneira antecipada[6]. Estaria se referindo aos tratados de 1919, que estabeleceram a independência do Báltico em 1920 com a exigência da saída de tropas inimigas brancas? (BEEVOR, 2024, p.437), ou aos pactos de não-agressão de 1926? Apenas em seguida aparecem os acordos de ajuda mútua de 1939. Os autores lembram que existiam *casus belli* não apenas com a Polônia sobre Dantzig, mas também sobre a Ucrânia soviética, que fazia fronteira com a "Ucrânia Sub-Carpática" ou "Rutênia", agora pertencentes ao estado fantoche da Eslováquia fascista sob controle nazi, além da conclusão da aliança ítalo-tedesca[7], e tentativas

5 "A União Soviética continuou sua luta incansável e consistente contra a tomada dos países da Europa capitalista pela Alemanha, contra sua transformação em colônias do imperialismo alemão, pela independência nacional e pela liberdade dos povos. Como antes, a política da União Soviética era diametralmente oposta à política dos governos da Inglaterra, França e EUA, que estavam prontos para sacrificar muitos países aos invasores nazistas, apenas para encorajar a agressão e direcioná-la contra a URSS" (POSPELOV, 1960, p.161).

6 "Bem ciente dos métodos e formas usados pelos nazistas para seus propósitos agressivos, bem como da traição e venalidade das camarilhas dominantes da Estônia e da Letônia, o governo soviético alertou essas repúblicas contra a conclusão de acordos que pudessem, de uma forma ou de outra, infringir sua independência e autonomia, permitir a dominação política, econômica ou de outro tipo de um terceiro estado, ou conceder a ele quaisquer direitos e privilégios exclusivos em seu território. O governo soviético declarou que tais "acordos, 'voluntários' ou concluídos sob pressão externa" seriam considerados por ele como intoleráveis e incompatíveis com a letra e o espírito dos tratados e acordos concluídos entre a URSS e os governos da Estônia e da Letônia, e até mesmo como "uma violação desses acordos com todas as consequências decorrentes". O governo soviético enfatizou que estava fazendo suas declarações com um espírito de boa vontade sincera e um desejo de fortalecer a confiança dos povos da Estônia e da Letônia na atitude amigável da União Soviética"./"As declarações do governo da URSS foram recebidas com hostilidade pelos círculos reacionários na Estônia, Letônia e Lituânia. Essas declarações foram escondidas dos povos dos países bálticos. O texto original não foi apresentado nem na imprensa nem em discursos oficiais. Em vez disso, surgiram as mais absurdas e selvagens invenções sobre as intenções da União Soviética. Por exemplo, o enviado estoniano a Paris, Stradman, gabou-se num relatório aos seus superiores de ter interpretado a declaração do governo soviético ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês como uma manifestação do desejo de "invadir o território da Estônia sem o seu consentimento""./"No entanto, os círculos dirigentes da Estônia, Letônia e Lituânia, assim como os líderes hitleristas, entenderam que a declaração do governo soviético sobre a impossibilidade de "permanecer um espectador indiferente" enquanto tentativas eram feitas para destruir aberta ou secretamente a independência dos países bálticos não era uma frase vazia e que a União Soviética estava determinada a tomar medidas efetivas para impedir a agressão fascista contra as repúblicas bálticas" (POSPELOV, 1960, p.162).

7 "A determinação da URSS em proteger a paz e a segurança das nações teve uma certa influência restritiva sobre a Alemanha. Contrariando as expectativas dos círculos mais reacionários dos EUA, Inglaterra e França, ela não arriscou começar uma guerra contra a URSS na primavera de 1939. O governo alemão adiou seus planos e abandonou a questão da Ucrânia, que era tão

da Inglaterra de envolver a URSS em uma guerra. O que se daria por meio de complexas tentativas de acordos anti-nazistas, que nunca eram firmados e sempre lançariam sobre a URSS o ônus ou a maior parte dele de um conflito europeu[8], ou que buscavam criar uma nova Munique, com a entrega de território polonês à Alemanha, que passaria a fazer fronteira direta com a URSS - um caldeirão difícil de lidar para o Kremlin.

A *Istorria* trabalha o conceito de guerra imperialista herdado de Lênin. Sobre sua importância, basta lembrar que a Primeira Guerra era chamada no país de Guerra Imperialista. Lançar a URSS numa guerra contra a Alemanha eliminaria o principal concorrente capitalista do Ocidente e salvaguardaria suas colônias[9] - algumas delas arrancadas da Alemanha em

amplamente usada naquela época pelos provocadores da guerra. Os nazistas entregaram as áreas restantes da Ucrânia Transcarpática à Hungria. Isso significava que a Alemanha não estava disposta a "pagar a conta" emitida em Munique./Logo foi concluído o "Pacto de Aço" germano--italiano – uma aliança militar aberta, desprovida da cobertura anti-Comintern que os agressores tinham usado anteriormente, e dirigida não só e não tanto contra a União Soviética como contra as potências ocidentais" (POSPELOV, 1960, p.162).

8 "Em Londres, Washington e Paris, as ações da Alemanha causaram alarme. Chamberlain, como ele admitiu em seu diário, sentiu uma onda de raiva furiosa. Estava ficando claro que a política de Munique havia falhado, e o primeiro-ministro britânico considerou necessário encontrar meios mais eficazes de pressionar a Alemanha para direcionar sua agressão para o Leste. Se antes as potências ocidentais tentavam persuadir Hitler, fazendo uma concessão após a outra, agora decidiram intimidá-lo. Foi assim que nasceu a famosa política de "garantias" e a decisão dos governos da Inglaterra e da França de entrar em negociações com a União Soviética"/"Em 31 de março de 1939, Chamberlain anunciou na Câmara dos Comuns que o governo britânico havia assumido a garantia da independência da Polônia (mais tarde foi anunciado que forneceria "garantias" semelhantes à Grécia e à Romênia). Nas negociações anglo-polonesas subsequentes em Londres, foi decidido substituir a garantia unilateral inglesa por uma obrigação bilateral de assistência mútua. No entanto, a formalização dessas obrigações foi adiada por tempo indeterminado. O governo inglês só queria criar a aparência de estar organizando uma frente contra a Alemanha e estava pronto para entregar a Polônia a qualquer momento como pagamento por uma nova Munique. Em 1º de abril, o jornal oficial britânico The Times explicou abertamente que as obrigações da Inglaterra para com a Polônia "não obrigam a Grã-Bretanha a defender cada centímetro das fronteiras atuais da Polônia". Como o historiador inglês Wheeler-Bennett corretamente aponta, este artigo tinha uma "terrível semelhança" com o artigo do Times de 7 de setembro de 1938, que propunha o desmembramento da Tchecoslováquia"/."Em 20 de maio de 1939, Halifax desenvolveu um projeto para a "solução" da questão de Danzig, que essencialmente equivalia a estabelecer o controle alemão sobre esta cidade, para o qual a Inglaterra, a França e a Alemanha, com a participação da Polônia, deveriam desenvolver uma nova constituição"/."A Inglaterra também realizou preparativos diplomáticos para esta versão de uma nova Munique. O embaixador britânico em Varsóvia, Cannard, tentou convencer os líderes poloneses de que "seria difícil para Ashley entrar em guerra com a Alemanha por causa de Danzig"" (POSPELOV, 1960, p.162-163).

9 "Assim, a decisão dos governos inglês e francês de entrar em negociações com a URSS foi mais um movimento em seu jogo duplo, uma continuação da mesma política de Munique em novas condições. As negociações tinham como objetivo demonstrar o isolamento da União Soviética diante da agressão fascista e, assim, levar a Alemanha a atacar a URSS. Ao ameaçar uma aliança com a URSS, os governos da Inglaterra e da França buscaram forçar a Alemanha a entrar em um acordo de longo alcance com eles que não infringisse os interesses dos monopólios britânicos e franceses nos mercados mundiais e garantisse o ataque da Alemanha à URSS"/."Ao mesmo tempo, a Inglaterra e a França esperavam impor obrigações à União Soviética, cujo cumprimento inevitavelmente a envolveria em uma guerra com a Alemanha na ausência de garantias confiáveis de assistência da Inglaterra e da França. Caso a Alemanha decidisse se deslocar para o oeste, os governos da Inglaterra e da França buscavam obter assistência da URSS" (POSPELOV,

Versalhes. Enquanto a postura da URSS seria honesta e aberta, os anglo-franceses utilizariam de perfídia nas negociações[10]. Como foi o caso da proposta inglesa: "a assistência à URSS deveria ser fornecida de uma forma que fosse considerada mais conveniente pelas partes interessadas" (POSPELOV, 1960, p.164). A contraproposta soviética, descrita pela *Istorria* como bem-intencionada, previa o auxílio aos países da Europa Oriental contra o ataque nazista - ou seja, como um cinturão que protegia a própria URSS, mas que também a impossibilitava de ocupar outros países. Ambas as propostas eram interessadas. E nenhuma ainda previa um número de tropas e sua qualidade, no máximo, um prazo de validade para o acordo, como na oferta soviética. Ou seja, nada de efetivo, prático e, portanto, concreto[11].

Nesse momento a Questão Báltica entrou em cena. A URSS pedia proteção e passagem de suas tropas pelo seu território (bem como da Polônia e Romênia) para um contra-ataque em território alemão, com o qual a URSS não possuía fronteiras diretas, com exceção da Eslováquia. A Inglaterra e a França contemporizaram lembrando que esse direito de passagem poderia ser fornecido apenas pelos países interessados. A URSS os acusava de terem poder para os obrigar[12]. Entre os temores do Báltico, Polônia e Romênia, os

1960, p.163).

10 "A União Soviética procurou concluir com a Inglaterra e a França um tratado que não seria um simples pedaço de papel, mas representaria um acordo efetivo de assistência mútua contra agressões, garantindo aos países da Europa Central e Oriental contra ataques e prevendo as formas e a extensão da assistência imediata entre si contra qualquer agressão"/"Em 21 de março de 1939, o governo britânico propôs à União Soviética um projeto de declaração conjunta da URSS, Inglaterra, França e Polônia, que afirmava que se a paz e a segurança europeias fossem "afetadas por quaisquer ações que constituíssem uma ameaça à independência política de qualquer estado europeu, nossos respectivos governos se comprometem a consultar imediatamente sobre as medidas que deveriam ser tomadas para resistir conjuntamente a tais ações"/.No dia seguinte, a União Soviética informou a Grã-Bretanha sobre seu acordo em assinar a declaração no texto proposto pelo lado britânico. Mas o governo Chamberlain não tinha nenhuma intenção séria de fazer tal declaração; sua proposta pretendia apenas atrair a União Soviética para negociações. Foi por isso que, em 1 de abril, informou o governo soviético que considerava "a questão da declaração definitivamente abandonada"" (POSPELOV, 1960, p.164).

11 "As propostas francesas de 25 de abril de 1939 incluíam dois pontos construídos de forma a criar a impressão de reciprocidade de obrigações. O primeiro ponto obrigava a União Soviética a fornecer assistência e apoio imediatos à Inglaterra e à França no caso de uma guerra com a Alemanha, e o segundo ponto obrigava a Inglaterra e a França a fornecer assistência à União Soviética se ela fosse envolvida em uma guerra com a Alemanha devido ao cumprimento de suas obrigações com a Inglaterra e a França. O projeto francês não previa a assistência desta última à União Soviética no caso de esta ser atacada pela Alemanha ou se encontrar em guerra com ela devido à prestação da sua assistência aos estados da Europa de Leste"/"Em um de seus memorandos regulares à França, em 22 de maio de 1939, o governo britânico escreveu: "Parece desejável concluir algum tipo de acordo sob o qual a União Soviética virá em nosso auxílio se formos atacados pelo Leste, não apenas com o objetivo de forçar a Alemanha a travar uma guerra em duas frentes, mas também, talvez, pela razão... de que em caso de guerra é importante envolver a União Soviética nela". Envolver a URSS numa guerra com a Alemanha a qualquer custo! - era nisso que se resumia toda a essência da política dos governos da Inglaterra, França e EUA" (POSPELOV, 1960, p.165-166).

12 "Numa tentativa de influenciar a posição da Inglaterra e da França para chegar a um acordo com elas, o governo soviético expressou sua opinião sobre quais condições eram necessárias

acordos por fim obtidos à revelia das democracias liberais levaram a perda de território por parte dos mesmos, apesar de toda a reação à tentativa de aliança com a URSS. A tentativa de uma aliança antinazista liga o problema da Polônia e o do Baltico ao Pacto Hitler-Stalin.

Essa proposta soviética foi respondida: "o governo britânico declarou que "não poderia concordar em impor uma garantia às potências que não quisessem recebê-la"". E segue: "o Subsecretário Parlamentar de Relações Exteriores Butler declarou em seu discurso na Câmara dos Comuns em 31 de julho de 1939 que a principal dessas divergências "é a questão de se devemos invadir a independência dos Estados Bálticos ou não"". Bem como a Polônia do regime *Sanacja* (POSPELOV, 1960, p.167). Os Estados Unidos teriam participado das falsas tratativas[13], enquanto os generais soviéticos, como o chefe do Estado Maior, exigiam a permissão para o trânsito de tropas pelos pequenos países da Europa Oriental[14].

Além de uma proposta para o "caso em que o principal agressor, usando os territórios da Finlândia, Estônia e Letônia, atacaria a URSS" (POSPELOV, 1960, p.172). As propostas soviéticas, como o governo polonês temia, previam a passagem de tropas por seu território, que poderiam não mais abandoná-lo. No entanto, a outra ameaça era a da guerra iminente com a

para criar uma barreira real de estados amantes da paz contra a implantação de forças antiterroristas na Europa. Essas condições eram as seguintes:/"1. A conclusão entre a Inglaterra, a França e a URSS de um pacto eficaz de assistência mútua contra a agressão; 2. Garantia por parte destas três grandes potências dos estados da Europa Central e Oriental ameaçados de agressão, incluindo aqui também a Letónia, a Estónia e a Finlândia; 3. A conclusão de um acordo específico entre a Inglaterra, a França e a URSS sobre as formas e os montantes da assistência prestada entre si e aos estados garantidos, sem a qual (sem tal acordo) os pactos de assistência mútua correm o risco de ficar no ar, como demonstrou a experiência com a Tchecoslováquia.""/"As próximas propostas anglo-francesas, desta vez conjuntas, transmitidas à União Soviética em 27 de maio de 1939, tiveram a vantagem de finalmente prever assistência inglesa e francesa à União Soviética, embora apenas no caso de um ataque direto da Alemanha. Entretanto, outras deficiências de projetos ingleses anteriores não foram eliminadas. Assim, as novas propostas não previam uma resposta conjunta a possíveis tentativas dos nazistas de se estabelecerem no Báltico, ou seja, nas imediações de Leningrado" contra a Bélgica, Grécia, Turquia, Roménia, Polónia, Letónia, Estónia, Finlândia (POSPELOV, 1960, p.166).

13 "Posteriormente, recebendo mensagens de seus embaixadores em Londres e Paris, Kennedy e Bullitt, o Departamento de Estado dos EUA os instruiu a usar todos os meios possíveis para encorajar os governos da Inglaterra e da França a interromper as negociações com a URSS. Seguindo essas instruções, Bullitt, por exemplo, aconselhou o embaixador britânico em Paris, Phipps, em 6 de junho de 1939, "a não se apressar em responder às últimas propostas soviéticas" e se manifestou decisivamente contra a Inglaterra e a França garantirem a segurança dos países bálticos" (POSPELOV, 1960, p.166).

14 "B. M. Shaposhnikov escreveu: "A participação da Polônia na guerra é considerada obrigatória" [...]. Os governos da Inglaterra e da França devem obter da Polônia o compromisso com a passagem e as ações das Forças Armadas da URSS, terrestre e aérea, através do corredor de Vilnius e, se possível, através da Lituânia — até às fronteiras da Prússia Oriental e também, se as circunstâncias o exigirem, através da Galiza"". ""A participação da URSS na guerra só pode ocorrer quando a França e a Inglaterra concordarem com a Polônia e, se possível, com a Lituânia, bem como com a Romênia, sobre a passagem de nossas tropas e suas ações pelo corredor de Vilnius, pela Galícia e Romênia."" (POSPELOV, 1960, p.169).

Alemanha nazista. A aceitação anglo-francesa e dos países da Europa Central e Oriental provavelmente teria bloqueado a ação nazista, confrontada com um paredão formado pelo resto da Europa e a dubialidade italiana. Além do mais, uma ação anfíbia assertiva franco-inglesa (ao menos até a fulminante queda da França) poderia impedir a ocupação soviética, como Churchill propôs durante a Guerra em sua ideia de desembarque na Grécia, e não na Normandia, cortando ou controlando o avanço soviético pelo Leste. Como alertaram os soviéticos, de fato o maior interesse anglo-francês era envolver nazistas e comunistas em uma guerra, e não a paz[15]. Como o próprio general francês Palas disse a Kliment Voroshilov em 23 de setembro de 1939, ““Se tivéssemos chegado a um acordo com você”, acrescentou, “Hitler não teria feito nada”” (POSPELOV, 1960, p.172).

O Báltico

Da mesma forma que o “governo polonês antipopular” (POSPELOV, 1960, p.170), o das repúblicas bálticas tendiam à “traição”[16]. Em junho de 1939 a Alemanha imporia seus pactos de não-agressão à Letônia e à Estônia. Os tratados de Assistência Mútua com a URSS seriam assinados apenas após a queda da Polônia, em setembro, com a Estônia, e em outubro com a Lituânia e a Letônia. Enquanto isso a Inglaterra faria o jogo nazista[17], enquanto a

15 Nas palavras da Istorria, “Essa posição das potências ocidentais mostrou que elas não eram motivadas pela intenção de ajudar a Polônia, mas pelo desejo de expor a União Soviética a um ataque alemão” (POSPELOV, 1960, p.170).

16 “As políticas dos governos da Estônia, Letônia e Lituânia diferiam pouco das políticas dos traidores poloneses. Em abril de 1939, em resposta ao apelo de Roosevelt a Hitler e Mussolini, no qual o presidente americano exigia que os ditadores fascistas declarassem que não tinham intenções agressivas em relação aos países europeus, a Alemanha se ofereceu para dar promessas de não agressão aos países que aderissem à sua política. Assim, os diplomatas fascistas procuraram implementar ainda mais a sua política de conquista sob a falsa bandeira dos tratados “amigáveis”. A natureza provocativa desta medida da diplomacia alemã era tão óbvia que todos os estados aos quais esta proposta foi dirigida a rejeitaram. As únicas exceções foram a Estônia e a Letônia. Já em 8 de maio de 1939, o gabinete de ministros da Letônia aceitou a proposta alemã”/”Durante as negociações anglo-franco-soviéticas em Moscou, no verão de 1939, o ministro das Relações Exteriores da Estônia, Selter, declarou que “a assistência aos estados bálticos contra a Alemanha será considerada agressão”, que eles “combaterão com todos os meios” (POSPELOV, 1960, p.171; 251).

17 “A posição do governo britânico teve uma influência significativa sobre os governos das repúblicas bálticas. Em um esforço para abrir o máximo possível as portas para a agressão alemã contra a União Soviética, o governo britânico facilitou as ações da diplomacia nazista. Em 25 de maio de 1939, em uma reunião do Comitê de Política Externa e Defesa da Duma Estatal, o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Selter, declarou que “a Inglaterra, em princípio, concorda com a conclusão do Pacto Germano-Estoniano”. A questão não terminou apenas com

Alemanha fazia seus próprios preparativos e contragolpes[18].

O voo solitário de Rudolf Hess para a Inglaterra durante a guerra foi um evento que mesmo o governo britânico não pode negar. O que ficou no ar foram suas motivações. Os historiadores soviéticos levantam pontos de contato entre Inglaterra e Alemanha mais discretos que o de um personagem do alto escalão nazista: pessoal das embaixas e missões comerciais, como de fato ações de espionagem e contatos iniciais costumam ser estabelecidos[19].

o consentimento. A bem informada revista britânica Time and Tide informou seus leitores que o ditador estoniano Päts "estava sob forte pressão para não recusar as propostas alemãs. Essa pressão aparentemente veio - por mais estranho que pareça - de círculos conectados ao Ministério das Relações Exteriores britânico""/"À luz desses fatos, não é surpreendente que os círculos dominantes da Estônia e da Letônia fossem hostis à proposta soviética de garantir conjuntamente a independência dos países bálticos com a Inglaterra e a França. O governo estoniano declarou à Inglaterra e à França que "considera a proposta russa como um ato hostil dirigido contra a neutralidade da Estônia". Em 19 de junho de 1939, o enviado estoniano a Moscou, Rey, em nome de seu governo, disse ao embaixador britânico na URSS, Siids, que fornecer assistência à Estônia contra a agressão "nos forçaria a lutar até o último soldado do lado da Alemanha". Foi assim que os governantes do Báltico entenderam sua "neutralidade"/.A posição tomada pelos círculos reacionários na Estônia e na Letônia mais uma vez encontrou apoio na Inglaterra. Em resposta à declaração de Ray, Seeds lhe informou que Londres entende bem esse ponto de vista, considerando-o inteiramente justificado, e Seeds "recebeu uma diretiva do Ministério das Relações Exteriores (Ministério das Relações Exteriores Britânico - Ed.) para levar em consideração a posição dos Estados Bálticos""/"Assim, enquanto os governantes dos estados bálticos, escondendo-se atrás de falsas declarações de "neutralidade", preparavam a ocupação alemã dos seus países, a diplomacia britânica demonstrou "compreensão total" da sua posição e utilizou-a para sabotar as negociações com a União Soviética, deixando claro à Alemanha de Hitler que o "corredor báltico" estava aberto a ataques à URSS" (POSPELOV, 1960, p.171-172).

18 "Os tratados "amigáveis" entre a Estônia e a Letônia e a Alemanha foram assinados em junho de 1939, no auge das negociações anglo-franco-soviéticas, o que complicou ainda mais a situação. Mesmo antes da assinatura desses tratados, a atividade militante dos representantes alemães nos países bálticos aumentou consideravelmente. Além de um grande número de especialistas militares alemães, esses países foram visitados pelo Chefe do Estado-Maior das forças terrestres alemãs, Halder, e pelo chefe da inteligência militar de Hitler, Almirante Canaris. Durante as negociações secretas com o governo estoniano, foi discutida a questão da ocupação dos países bálticos pelas tropas nazistas. O enviado italiano à Estônia, Cicconardi, relatou isso ao seu governo. O governo estoniano, salientou, para uma aproximação ainda maior com a Alemanha, está pronto a incluir nas suas fileiras representantes da "minoria alemã" que vive no país" (POSPELOV, 1960, p.171).

19 "O governo britânico, ao mesmo tempo em que sabotava as negociações com a União Soviética, dava muito mais importância às suas negociações secretas com a Alemanha, que estavam sendo conduzidas na época em Londres entre o oficial de Hitler para tarefas especialmente importantes, o proeminente especialista alemão em questões econômicas Wohlthat, o Ministro Britânico do Comércio Exterior Hudson e o confidente de Chamberlain, Wilson. Estas negociações previam uma demarcação amigável de "espaços de vida" entre a Inglaterra e a Alemanha, isto é, uma divisão do mundo entre elas; foram desenvolvidos planos para capturar novos mercados mundiais e explorar os existentes, incluindo os "mercados" da Rússia e da China; estava sendo preparado um tratado anglo-germânico de não agressão mútua, que incluiria a renúncia da Inglaterra às suas obrigações com relação à Polônia; A discussão era sobre fornecer à Alemanha de Hitler assistência econômica e financeira inglesa, incluindo um empréstimo muito grande [...]. O embaixador alemão em Londres, Dirksen, escreveu em suas memórias que Hudson contou a Volthath sobre o amplo campo de atividade que poderia se abrir para a Inglaterra e a Alemanha em três áreas do mundo: o Império Britânico, a China e a Rússia. Ao mesmo tempo, Hudson enfatizou que na Rússia, "uma atividade econômica adicional abrangente por parte da Alemanha" é especialmente importante. Assim, entre os territórios sujeitos à divisão, o lado inglês nomeou a China e a União Soviética, com as quais a Inglaterra negociava, naquela época, uma luta conjunta contra a agressão fascista"/"As negociações militares anglo-germânicas já haviam começado. Em 16 de agosto, ocorreu em Berlim uma reunião entre o representante da Força

Não escondem sequer os também conhecidos encontros entre soviéticos e alemães[20].

Com a guerra como certa, em virtude das falsas intenções franco-britânicas, o Pacto Ribbentrop-Molotov e a ação militar soviética eram legítimos. O acordo não foi tão secreto com o *Pravda* publicando linhas demarcatórias, que incluíam o Báltico na zona soviética[21]. O título empregado pela *Istorria* para a reabsorção da região é: "Vitória da revolução socialista no Báltico e entrada das repúblicas soviéticas da Estônia, Letônia e Lituânia na URSS" (POSPELOV, 1960, p.250). É lembrado que essas repúblicas surgiram sob a égide da revolução, como repúblicas soviéticas, em novembro de 1918 na Estônia e em dezembro na Letônia e Lituânia. Para enganar o povo, os intervencionistas e os Guardas Brancos teriam criado governos fantoches de representantes da burguesia nos territórios da Estônia, Letônia e Lituânia que ocuparam.

As repúblicas burguesas do Báltico, criadas com a ajuda de baionetas estrangeiras[22], tomaram parte ativa na campanha do imperialismo internacional contra a Rússia revolucionária e, após o fracasso desta campanha, sendo dependentes da Inglaterra, França e Alemanha, desempenharam o papel de instigadoras de todos os tipos de "provocações antissoviéticas." Enquanto isso, a URSS promovia tratados e negociações, saídas diplomáticas, pacíficas e legalistas para os problemas da região[23]. Apesar de possuir direitos históricos

Aérea Britânica, Barão de Ropp, e Ribbentrop. Ropp disse: "Seria absurdo para a Alemanha e a Inglaterra se envolverem em uma luta mortal pela Polônia. O resultado só pode ser a destruição mútua das forças aéreas... enquanto a Rússia, com suas forças intactas, permanecerá o único país em uma posição favorável"" (POSPELOV, 1960, p.173).

20 "Em 3 de agosto de 1939, Ribbentrop declarou a G. A. Astakhov [Encarregado de Negócios soviético em Berlim] que não havia questões insolúveis entre a URSS e a Alemanha "em toda a área do Mar Negro ao Báltico." (POSPELOV, 1960, p.174).

21 "A única coisa que ainda podia ser feita era salvar a Ucrânia Ocidental e a Bielorrússia Ocidental, bem como o Báltico, da invasão alemã. O governo soviético obteve da Alemanha a obrigação de não cruzar a linha dos rios Pissa, Narev, Bug, Vístula e San. Assim, como o Pravda relatou" (POSPELOV, 1960, p.176).

22 "Entretanto, nas condições da guerra civil que havia começado e da intervenção armada estrangeira, os regimentos revolucionários letões, estonianos e lituanos e os destacamentos do jovem Exército Vermelho foram incapazes de defender a independência das repúblicas bálticas. As tropas de intervencionistas e Guardas Brancos que invadiram essas repúblicas eliminaram todas as conquistas do poder soviético pela força das armas e restauraram a ordem capitalista/."- No entanto, a União Soviética, interessada em manter relações normais com os países vizinhos, reconheceu a independência das repúblicas burguesas do Báltico, estabelecendo relações diplomáticas e comerciais com elas" (POSPELOV, 1960, p.251). ""O comportamento dos governos burgueses das repúblicas bálticas às vésperas da guerra mostrou que, assim como em 1919-1920, eles não queriam e não eram capazes de defender a independência e os interesses nacionais de seus povos" (POSPELOV, 1960, p.251).

23 "Em 1932, pactos de não agressão foram concluídos entre a Estônia, a Letônia e a União Soviética por iniciativa desta última. Tal acordo foi concluído com a Lituânia em 1926/. Em 1934, quando a Polônia, burguesa e proprietária de terras, assinou um acordo com a Alemanha fascista, aproximando-se dela contra a URSS e a Lituânia, o governo soviético propôs que a Inglaterra,

e a vontade das massas, a ocupação não foi intencional. Como todas as demais fronteiras retificadas em detrimento de Versalhes, numa restauração dos limites czaristas, o Báltico se insere num dominó iniciado com a agressão nazista. Nessa listagem de tratados, o ano de 1934 se destaca, pois também foi o ano do Tratado Franco-Soviético de Ajuda Mútua contra Hitler. Sua ascensão levou ao alinhamento com a fascista Polônia, e ambos os países fronteiriços, URSS e França, se aproximaram sob o governo trabalhista de Paris, enquanto o Báltico promovia a sua própria Entente. Essa não era a visão da *Istorria*[24]. Como os futuros aliados anglo-britânicos, a diplomacia báltica seria falaciosa[25].

Segundo os autores, o interesse num Báltico soberano, neutro e amigável com a URSS, era uma situação tão desejável que até mesmo parte iluminada da burguesia e da imprensa internacional concordava e combatia por ela[26]. Seus governos, cripto ou abertamente fascistas, conspirariam contra uma neutralidade real e os interesses de seus povos, ao tentar gravitar ao redor da Alemanha antes do Pacto Ribbentrop-Molotov[27]. Tal posição seria

a França e a Alemanha fornecessem garantias coletivas à Estônia, Letônia e Lituânia. Contudo, as potências ocidentais se recusaram a fazê-lo. Ao mesmo tempo, eles encorajaram fortemente a criação da chamada "Entente Báltica" (uma aliança militar dos países bálticos), que foi formada no mesmo ano de 1934" (POSPELOV, 1960, p.251).

24 "De acordo com o plano dos imperialistas anglo-franceses, o bloco dos estados bálticos, que junto com a Estônia, Letônia e Lituânia deveria incluir também a Finlândia e a Polônia, deveria criar, junto com a "Entente Balcânica", uma frente antissoviética unida de países que faziam fronteira com a URSS e que seriam obedientes a eles. Por outro lado, a Alemanha de Hitler também procurou usar o bloco Báltico, dada sua posição estratégica vantajosa, numa tentativa de atrair esses países para sua esfera de influência" (POSPELOV, 1960, p.251).

25 "Assim, muito antes da Segunda Guerra Mundial, as repúblicas burguesas do Báltico tornaram-se moeda de troca nas mãos dos imperialistas da Europa Ocidental. Para disfarçar sua participação nos planos antissoviéticos das potências imperialistas, essas repúblicas adotaram leis de "neutralidade" em 1938" (POSPELOV, 1960, p.251).

26 "Esta única posição correta foi tomada não apenas pelas grandes massas de trabalhadores, mas também por alguns círculos burgueses na Estônia, Letônia e Lituânia, que fizeram propaganda na imprensa pela reaproximação com a União Soviética e pela aceitação de garantias coletivas das grandes potências, incluindo a URSS. A voz sóbria dessas figuras burguesas encontrou repercussão na imprensa estrangeira da época. Assim, o jornal sueco Svenska Dagbladet escreveu em 4 de junho de 1939: "Se a Holanda, sendo um país neutro, se enquadra na estrutura do tratado britânico-polonês, então os países bálticos também podem se enquadrar na estrutura do pacto anglo-russo, sem violar sua neutralidade." O jornal inglês The Times, em sua edição de 1º de agosto de 1939, por sua vez, destacou: "Quem olha o mapa do Mar Báltico não pode duvidar de que o interesse da Rússia na independência e neutralidade dos estados bálticos não era menor do que o nosso na Holanda""/."Tal união garantiria tanto a independência das repúblicas bálticas quanto a segurança das fronteiras noroeste da URSS (POSPELOV, 1960, p.252; 251).

27 "Entretanto, antes do ataque da Alemanha nazista à Polônia, as demandas do povo e dos líderes burgueses individuais dos estados bálticos ainda não eram decisivas o suficiente. Os governantes pró-fascistas da Estônia, Letônia e Lituânia, embora com dificuldade, ainda conseguiram enganar seu povo com uma "neutralidade" imaginária. Por trás da tela dessa "neutralidade", os governos dos países bálticos estavam se movendo em direção a um bloco com a Alemanha. Em agosto de 1939, a Estônia e a Letônia assinaram acordos secretos com a Alemanha sobre garantias unilaterais, e o governo lituano concordou com o rascunho alemão de um tratado secreto de 20 de setembro de 1939, segundo o qual a Lituânia aceitou o "protetorado do Reich alemão""

contrária ao interesse nacional, num momento em que este despertava nas massas, que percebiam a queda da vizinha Polônia e a necessidade de uma aliança com a URSS. O que aguçou as "contradições internas"[28], segundo a retórica marxista oficial. Seus governos, em decorrência dessa condição, foram "forçados" a assinar os acordos de setembro e outubro de 1939 com a URSS. Ao citar os termos do tratado, a *Istorria* prefere indicar que a transferência de território da Bielorrússia Ocidental, anteriormente polonês e agora sob controle soviético desde 16 de setembro, com a guerra, para a Lituânia, se deu por desinteresse e pela amizade entre os povos[29]. E não como parte do acordo: a URSS cedeu essas áreas, que continham a capital histórica da Lituânia, Vilnius, em troca da posse das bases e a introdução de 20 mil soldados.

O tom legalista do acordo é ressaltado com os detalhes dos acordos, os decretos emanados do Kremlin para o controle de seu pessoal e a promessa de não intervenção[30]. Com a retórica e não com fatos. O tratado

(POSPELOV, 1960, p.252).

28 "Essas políticas antinacionais dos governantes burgueses intensificaram as contradições internas nos países bálticos. Por um lado, a atividade de elementos fascistas aumentou, buscando tomar completamente o poder e, assim, dar à Alemanha um pretexto para interferência aberta nos assuntos internos desses países. Por outro lado, a ocupação da Polônia pelas tropas nazistas e sua transformação em governadoria geral intensificou a luta das massas das repúblicas bálticas. Os Partidos Comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia lideraram a luta dos trabalhadores por uma aliança com a URSS, contra as políticas traiçoeiras dos governos burgueses. Os governos da Estônia, Letônia e Lituânia tentaram recorrer à ajuda da Alemanha contra seus próprios povos. Mas a Alemanha, guiada pelos planos que já havia desenvolvido, recusou tal assistência naquela época. Foi nesse momento que o governo soviético, em resposta aos desejos dos povos da Estônia, Letônia e Lituânia, propôs que os governos dos países bálticos celebrassem acordos de assistência mútua. Em resposta à proposta soviética, os governos da Estônia, Letônia e Lituânia novamente recorreram à Alemanha em busca de ajuda contra seus próprios povos. Eles expressaram sua intenção de participar da guerra da Alemanha contra a URSS se tal assistência lhes fosse fornecida" (POSPELOV, 1960, p.252).

29 "Sob esses tratados, a União Soviética prometeu fornecer às repúblicas bálticas toda a assistência possível, incluindo assistência militar, em todos os casos de ameaça à sua independência de qualquer potência europeia. Para esse propósito, a URSS recebeu o direito, por acordo com os governos relevantes, de colocar suas guarnições nas repúblicas bálticas, bem como de criar bases navais e aéreas. A Estônia concedeu à União Soviética o direito de ter bases navais e vários campos de aviação nas ilhas de Ösel (Sarema), Dago (Hiuma) e na cidade de Paldiski em regime de arrendamento. A Letônia proporcionou à URSS a oportunidade de ter bases semelhantes nas cidades de Libava (Liepaja) e Vindava (Ventspils), bem como uma base de artilharia costeira entre Ventspils e Pitrags e vários campos de aviação. A Lituânia permitiu que a URSS estacionasse pequenas guarnições de tropas soviéticas nas cidades de Vileika, Alytus, Prienai e usasse oito locais de pouso para aeronaves"/"O governo da URSS transferiu a cidade de Vilnius e a região de Vilnius, libertadas pelas tropas soviéticas durante a Campanha de Libertação, para a Lituânia gratuitamente. Somente um estado socialista, zelando pela independência nacional dos povos, poderia cometer tal ato"/"As repúblicas bálticas, por sua vez, prometeram fornecer toda a assistência possível à URSS, incluindo assistência militar, no caso de um ataque por qualquer potência europeia através de seu território, bem como do Mar Báltico. As partes contratantes concordaram em não entrar em nenhuma aliança ou participar de coligações dirigidas contra uma das partes" (POSPELOV, 1960, p.253).

30 "Acordos especiais determinaram o procedimento para a entrada de tropas soviéticas nas bases e áreas de aquartelamento fornecidas a elas no território das repúblicas bálticas, as condi-

é descrito como uma garantia de liberdade para as repúblicas. A ideia é a de que se não ocorressem traições, ele poderia ter vigorado e mantido as soberanias locais[31]. As massas teriam comemorado o acordo, que reforça seu legalismo, e também a aliança natural da URSS com os trabalhadores[32]. Para a assinatura dos tratados, os regimes locais fizeram reformas em seus quadros governamentais. Outros quadros poderiam promover maior resistência. Ainda assim, sua natureza fascista não teria sido alterada. E o próprio impulso para a reforma não teria partido deles, sendo uma reação da luta popular[33]. Com a guerra já em andamento há alguns meses, os futuros aliados teriam se mantido na postura de levar a guerra à URSS e afastá-la de suas fronteiras[34]. Tais atitudes teriam permitido a transferência de tropas alemãs para o Ocidente[35].

ções para seu fornecimento e as relações com as autoridades locais e o comando militar. Esses acordos previam a não interferência das tropas soviéticas nos assuntos internos de países amigos e que as autoridades das repúblicas bálticas auxiliassem o comando do Exército Vermelho no envio e fornecimento de tropas. A ordem do Comissário de Defesa do Povo de 25 de outubro de 1939 determinou a ordem de comportamento das tropas soviéticas e suas tarefas em relação à população local" (POSPELOV, 1960, p.253).

31 "Os tratados de assistência mútua concluídos entre a União Soviética e as repúblicas bálticas minaram as posições dos estados imperialistas nesses países e frustraram seus planos de usar o Báltico como trampolim para uma guerra antissoviética. Os trabalhadores da Estônia, Letônia e Lituânia acolheram com alegria os tratados de assistência mútua com a União Soviética, que garantiram firmemente a independência de seus países e lhes deram esperança de liberdade da interferência estrangeira" (POSPELOV, 1960, p.253).

32 "Em outubro, milhares de trabalhadores se manifestaram em Tallinn, Riga, Kaunas e outras cidades, comemorando a conclusão de acordos com a URSS. Manifestações semelhantes ocorreram quando as tropas soviéticas entraram na Estônia, Letônia e Lituânia. Os povos do Báltico exigiram que seus governos interrompessem as atividades das organizações fascistas e mudassem radicalmente sua política em relação à União Soviética. Eles exigiam a proibição da propaganda antissoviética e o estabelecimento de amplos laços comerciais e culturais com a URSS" (POSPELOV, 1960, p.253).

33 "Os líderes burgueses da Estônia, Letônia e Lituânia, em conexão com o crescimento do movimento revolucionário na cidade e no campo, foram forçados, por razões táticas, a fazer algumas mudanças na composição de seus governos. Mas a essência pró-fascista de sua política interna permaneceu a mesma. Assim, eles tentaram proibir qualquer expressão de simpatia pela União Soviética e seu exército por parte da população, e criar dificuldades no posicionamento, fornecimento e manutenção das tropas do Exército Vermelho" (POSPELOV, 1960, p.254).

34 "O governo soviético e o comando militar observaram rigorosamente os termos dos tratados e não interferiram nos assuntos internos das repúblicas bálticas. A situação na Europa que se desenvolveu após a guerra germano-polonesa exigiu atenção especial às maquinações dos imperialistas anglo-franceses e dos círculos dominantes alemães. Houve muitas razões para isso. Não é coincidência que a Frente Ocidental tenha ficado tão quieta durante setembro. No entanto, os governos da Inglaterra e da França foram excessivamente ativos em outra frente – a diplomática. Eles tentaram atrapalhar as negociações da URSS com as repúblicas bálticas e pressionaram fortemente a Alemanha a ocupar o Báltico" (POSPELOV, 1960, p.254).

35 "É preciso dizer que a Alemanha, não estando ainda pronta para uma grande guerra no Ocidente, para ganhar tempo concordou com várias negociações de bastidores com a Inglaterra e a França, sob o pretexto das quais realizou a transferência de forças para o Ocidente [!!!]. Ao mesmo tempo, levando em conta os sentimentos antissoviéticos e antirrussos dos círculos dominantes da Estônia, Letônia e Lituânia, a Alemanha nazista aumentou a pressão econômica e política sobre esses países, buscando impedir uma cooperação mais estreita entre eles e a URSS" (POSPELOV, 1960, p.254).

Mas se atendia aos temores anglo-franceses, as tropas deveriam estar no Oriente, e não diante da Guerra de Mentira ou Sentada dos aliados, ou Guerra Estranha, como a *Istorria* e outros autores soviéticos (por ex., NIKOLAEV; ISRAELIAN, 1970, p.32; DEBORIN, 1977, p.57) a chamam. A menos que o Ocidente que esteja se referindo seja o Setentrional e a ação na Escandinávia.

No começo os governos bálticos, apesar de ditatoriais, latifundiários e burgueses, assinaram acordos de não-agressão com a URSS. Repentinamente, sem maiores explicações do que o impulso fascista na fronteira sul do Báltico com a queda da Polônia, tornaram-se fascistas perigosos. Que, apesar de fascistas e perigosos, concordavam com a presença de tropas soviéticas em seus quarteis e aeroportos. E assim teria ocorrido a traição argumentada[36]. Algumas dessas ações elencadas sequer contou com o objetivo de agitar a população local contra a URSS[37].

Apesar da afirmação de não-intervenção soviética na região, os próprios autores revelam ameaças diante do não cumprimento dos acordos e a aproximação com a Finlândia, em plena Guerra de Inverno com a URSS[38], e tentativas de fuga para a área nazista de influência. O termo "não

36 "Governantes da Estônia, da Letônia e da Lituânia, incitadas por seus patronos ocidentais, começaram a sabotar os tratados com a URSS assim que foram assinados. O presidente da Duma Estatal da Estônia, Uluots, declarou: "Devemos torná-lo (o tratado com a URSS. – Ed.) o mais fluido possível." Esta "diluição" dos tratados fez com que os governos da Estônia, Letônia e Lituânia começassem a expandir os laços econômicos com a Alemanha, subordinando as economias de seus países a ela. Ao mesmo tempo, todos os tipos de obstáculos foram colocados no caminho do desenvolvimento de laços econômicos com a União Soviética. Armas e equipamentos militares foram adquiridos na Alemanha, embora armas também pudessem ser adquiridas na URSS, que as oferecia em condições preferenciais/.Em dezembro de 1939 e março de 1940, foram realizadas conferências dos ministros das Relações Exteriores da Estônia, Letônia e Lituânia. Nessas conferências, foi tomada a decisão de recriar a "Entente Báltica" sob os auspícios da Alemanha. Logo ocorreu uma reunião secreta dos chefes do estado-maior dos exércitos dos estados bálticos, na qual, na presença do adido militar alemão na Estônia, ocorreu uma troca de opiniões sobre a prontidão de combate do Exército Vermelho e sobre uma linha de conduta unificada em relação às tropas soviéticas no Báltico" (POSPELOV, 1960, p.254).

37 "Em fevereiro de 1940, o órgão impresso da "Entente Báltica" começou a ser publicado em Tallinn – a revista "Revue Baltic" em inglês, francês e alemão, em cujas páginas foi realizada propaganda antissoviética desenfreada e foram levantadas calúnias contra as tropas soviéticas estacionadas nas repúblicas bálticas. Além disso, houve casos de sequestro de militares soviéticos e sua tortura para descobrir segredos militares do estado soviético. Também foram feitas inúmeras prisões de cidadãos que serviam às tropas soviéticas, o que dificultou a execução das tarefas do Exército Vermelho de defesa conjunta da costa do Mar Báltico" (POSPELOV, 1960, p.254).

38 "O governo da URSS chamou a atenção dos governos das repúblicas bálticas para a inadmissibilidade de violar tratados com a União Soviética e alertou que, no contexto de uma situação internacional complexa, tais ações estavam repletas de consequências graves. O governo soviético expressou esperança de que os acordos concluídos fossem respeitados pelas autoridades da Estônia, Letônia e Lituânia. No entanto, esses avisos não fizeram os governantes pró-fascistas do Báltico recobrarem o juízo. Suas ações antissoviéticas se tornaram especialmente provocativas durante a Guerra Soviético-Finlandesa. Na véspera da guerra, o antigo chefe do Estado-Maior da Marinha da Estônia, Varma, que era conhecido como um "especialista em Rússia", foi nomeado para o cargo de enviado da Estônia em Helsinque. Ao mesmo tempo, um representante militar da Estônia foi enviado a Helsinque. Com a eclosão da guerra, o Estado-Maior da Estônia organizou a transferência de informações de inteligência sobre a União Soviética para a Finlândia. "Volun-

tomar juízo" também revela a desproporção do poder da URSS diante dos pequenos Estados bálticos. Os regimes locais teriam se unido aos partidos fascistas locais, mas sem bases populares amplas, e sem armas ocidentais, preparavam sua própria derrocada[39]. Tal situação teria levado à formação das frentes nacionais formadas por progressistas, com a criação das condições para a revolução interna - isenta de atuação soviética[40], apesar desta exigir o cumprimento de demandas diante da "traição", que incluíam o julgamento de autoridades e a reformulação dos governos locais para quadros pró-URSS[41]. Mesmo assim a traição teria se mantido, através da repressão aos

tários" foram enviados da Estônia e da Letônia para a Finlândia para participar de operações militares. A questão desses estados entrarem na guerra contra a URSS ao lado da Finlândia também foi discutida"/."Em março de 1940, foi realizada uma conferência oficial dos participantes da "Entente Báltica", na qual foram tomadas decisões sobre uma cooperação mais estreita entre os países bálticos no fornecimento de assistência à Finlândia e na expansão dos laços econômicos e políticos com as potências ocidentais. Em particular, foi decidido aumentar as compras de armas da Alemanha, aumentando a exportação de matérias-primas estratégicas"(POSPELOV, 1960, p.254).

39 "Os governantes reacionários da Estônia, Letônia e Lituânia se viram isolados dos povos de seus países. Eles não ousaram usar tropas para reprimir o crescente movimento revolucionário, pois temiam que elas passassem para o lado do povo. Eles não podiam contar com apoio armado dos estados imperialistas, que estavam ocupados lutando entre si. Nessas condições, sob o pretexto de realizar uma "semana báltica" e um "festival esportivo", os fascistas da Estônia, Letônia e Lituânia, com a conivência de seus governos, estavam se preparando para tomar o poder e pedir à Alemanha que enviasse tropas para esses países. A apresentação decisiva estava marcada para 15 de junho, dia de abertura das festividades. O massacre sangrento de participantes ativos nas frentes populares antifascistas por jovens fascistas também coincidiu com essa época. Mas a ação fascista planejada falhou" (POSPELOV, 1960, p.255).

40 "As políticas antinacionais dos governos burgueses da Estônia, Letônia e Lituânia encontraram resistência decisiva dos trabalhadores e da intelectualidade de mentalidade patriótica. Os partidos comunistas das repúblicas bálticas, que estavam na clandestinidade, iniciaram a criação de frentes antifascistas unidas de trabalhadores. Além dos partidos comunistas, essas frentes incluíam: socialistas de esquerda, sindicatos, organizações juvenis, grupos de pequenos proprietários da cidade e da aldeia, sociedades culturais, esportivas e cooperativas"/"As frentes populares antifascistas exigiam a eliminação do domínio das camarilhas pró-fascistas de Smetona, Ulmanis e Päts, a limpeza do aparato estatal de elementos fascistas e a criação de um governo da Frente Popular. As reivindicações dos trabalhadores foram acompanhadas por manifestações políticas de massa e greves, nas quais, apesar da proibição, a esmagadora maioria da população das repúblicas participou. Uma crise revolucionária estava se formando" (POSPELOV, 1960, p.255).

41 "Em 14 de junho, o governo soviético apresentou as seguintes demandas ao governo lituano:/1. Que o Ministro do Interior, Sr. Skučas, e o chefe do departamento de polícia política, Sr. Povelaytis, sejam imediatamente levados a julgamento como autores diretos de ações provocativas contra a guarnição soviética na Lituânia./2. Que seja imediatamente formado na Lituânia um governo capaz e pronto para garantir a implementação honesta do Tratado Soviético-Lituano de Assistência Mútua e a contenção decisiva dos inimigos do Tratado./3. Que a livre passagem para o território lituano de unidades militares soviéticas seja imediatamente assegurada para a sua implantação nos centros mais importantes da Lituânia em números suficientes para assegurar a possibilidade de implementação do Tratado Soviético-Lituano de Assistência Mútua e para evitar ações provocativas dirigidas contra a guarnição soviética na Lituânia"/"A resposta do governo lituano era esperada para as 10h do dia 15 de junho. Uma hora antes do horário marcado, o Ministro das Relações Exteriores da Lituânia, Urbšys, transmitiu ao governo da URSS o acordo do governo lituano com as condições soviéticas. No mesmo dia, as tropas do Exército Vermelho, recebidas pelos trabalhadores, entraram no território da Lituânia. O embaixador da Letônia burguesa na Lituânia relatou ao seu governo na época: "As tropas estão se movendo em excelente ordem, observando uma disciplina muito boa, sem tocar em ninguém. "Eles estão corretos e amigáveis com a população". Em 16 de junho, demandas semelhantes foram apresentadas aos

manifestantes pró-soviéticos, ao estabelecimento do estado de sítio diante da situação e de um "isolamento" das tropas da URSS[42] - apesar de terem se mantido neutras.

A *Istorria* não menciona como se deu a saída dos partidos comunistas locais da clandestinidade, mas mostra como encabeçaram o processo de manifestações de massa que levaram à queda dos regimes[43]. Diante do vácuo de poder deixado pelos ditadores, as frentes populares se adiantaram ao Legislativo e Judiciário e desmontaram as forças de segurança locais que poderiam impedir a revolução ou erigir novas ditaduras de direita[44]. Os PCs não seriam joguetes de Moscou, e nem fizeram por si sós a revolução. Trataram apenas de organizar e traduzir a vontade do povo[45]. Sob sua batuta, o processo teria sido incruento e até mesmo legalista, com a adoção de atos legislativos[46]

governos da Letônia e da Estônia, que também as aceitaram. Em 17 de junho de 1940, as tropas soviéticas entraram na Letônia e na Estônia" (POSPELOV, 1960, p.255).

42 "Os povos dos Estados Bálticos acolheram com satisfação a nova medida do governo soviético e saudaram calorosamente o Exército Vermelho. Entretanto, os círculos dominantes da Estônia, Letônia e Lituânia, tendo aceitado as exigências soviéticas, tentaram impedir que as massas se comunicassem com o Exército Vermelho, usando a polícia e destacamentos fascistas para esse propósito. Em 17 de junho, 2 pessoas foram mortas e 27 ficaram feridas durante uma repressão a manifestantes em Riga, causando indignação generalizada no país. No dia seguinte, os trabalhadores da Letônia saíram em um protesto vigoroso, exigindo unanimemente punição para os responsáveis pelo massacre e a renúncia do governo. Em resposta a isso, este último declarou o país em estado de sítio" (POSPELOV, 1960, p.255).

43 "Nos dias 15 e 16 de junho, trabalhadores lituanos, liderados por comunistas, saíram às ruas, exigindo o fim das políticas antipopulares do governo. Unidades militares lituanas se juntaram aos rebeldes. Na noite de 16 de junho, Smetona e seus ministros fugiram para a Alemanha nazista. Na Lituânia, foi formado um governo de Frente Popular, liderado pelo proeminente escritor progressista Justas Paleckis"/"De 19 a 21 de junho, milhares de trabalhadores se manifestaram em Riga e Tallinn, exigindo a criação de um governo da Frente Popular e a repressão aos provocadores fascistas. Os Partidos Comunistas da Letônia e da Estônia, tendo emergido da clandestinidade, lideraram o movimento revolucionário, dando-lhe um caráter organizado. Os governos burgueses, sem apoio das massas, foram forçados a renunciar. Em 20 de junho, um governo provisório democrático popular da Letônia foi formado em Riga, liderado pelo professor A. M. Kirhenshtein, que levantou o estado de sítio e permitiu a livre atividade de partidos democráticos e organizações de massa de trabalhadores. As atividades de grupos fascistas e propaganda antissoviética foram proibidas. Em 21 de junho, foi formado o governo da frente antifascista da Estônia, liderado pelo famoso poeta estoniano I. Vares" (POSPELOV, 1960, p.256).

44 "Enquanto aguardavam uma decisão dos órgãos legislativos sobre a questão da forma de Estado e da estrutura social de seus países, os governos democráticos populares da Lituânia, Letônia e Estônia inicialmente implementaram apenas algumas medidas sociais. Os antigos órgãos governamentais, policiais e de investigação política foram liquidados em todos os lugares, e todas as organizações fascistas foram dissolvidas e banidas. Comitês de trabalhadores foram criados nas empresas" (POSPELOV, 1960, p.256).

45 "A vitória da Frente Popular e a formação de governos democráticos populares na Lituânia, Letônia e Estônia foram o pré-requisito decisivo para a revolução socialista no Báltico. Para alcançar a vitória da revolução, era necessário restaurar o poder soviético, conquistado pelos trabalhadores em 1917-1918, e reprimidos por intervencionistas estrangeiros e pela burguesia nacionalista, para quebrar a máquina estatal burguesa no centro e nas regiões, para expropriar os capitalistas, para destruir a propriedade privada dos meios de produção. Os partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia apelaram ao povo para resolver esses problemas" (POSPELOV, 1960, p.256).

46 "A singularidade da revolução nos países bálticos foi que a implementação de todas as suas

das novas assembleias eleitas com o voto de todos e todas os bálticos. Assim, expressando mais do que nunca a vontade popular, em sua totalidade, a reunificação com a URSS teria sido aprovada[47]. Como Estado multinacional e sem o monopólio dos meios de produção por uma elite, a União Soviética ofereceria mais liberdade ao Báltico do que o regime burguês[48]. Historiadores ocidentais conservadores, como Norman Davies, teriam a ousadia de afirmar que os manifestantes não passavam de operários soviéticos, "trabalhadores escravos", que adentraram o território báltico, no caso estoniano, mas com o argumento servindo para as demais repúblicas, para construir as bases militares soviéticas na região como parte dos acordos diplomáticos. Tal argumento parece absurdo, já que três páginas adiante o autor menciona a formação de duas divisões soviéticas com estonianos. O apoio de setores internos ao socialismo e à URSS é escamoteado, como também o caráter autoritário dos regimes locais, em prol da retórica de conquista externa contra a vontade local. O pesquisador britânico traz dados que a própria *Istorria* não exibe, como o percentual de 92,6% de eleitores do bloco de candidatos pró-soviéticos na Estônia, a "União do Povo Trabalhador", nas eleições de 14-15

tarefas ocorreu sem guerra civil, pacificamente, por meio de atos legislativos dos governos da Frente Popular. Guiados pelas demandas das massas, os novos governos trabalharam muito em pouco tempo para implementar as liberdades democráticas, o que garantiu a plena expressão da vontade do povo nas eleições realizadas. Durante a campanha eleitoral, todas as forças progressistas do Báltico se uniram em um bloco de trabalhadores. A alma deste bloco eram os partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia" (POSPELOV, 1960, p.256).

47 "Em 14 e 15 de julho de 1940, foram realizadas eleições para o Seimas da Letônia e Lituânia e para a Duma Estatal da Estônia, que trouxeram vitória completa aos trabalhadores desses países. Nos dias 21 e 22 de julho, nas sessões dos mais altos órgãos legislativos da Estônia, Letônia e Lituânia, os representantes do povo tomaram a decisão unânime de estabelecer o poder dos Conselhos dos Trabalhadores e incluir suas repúblicas na União Soviética. A Declaração da Duma Estatal da Estônia declarou: "Expressando a vontade livre e unida do povo trabalhador estoniano, a Duma Estatal proclama o poder soviético em todo o território da Estônia. A Estônia é proclamada uma República Socialista Soviética. De agora em diante, todo o poder na República Socialista Soviética da Estônia pertence aos trabalhadores da cidade e da vila, representados pelos Conselhos de Deputados Operários./Após essas decisões históricas, os órgãos legislativos da Estônia, Letônia e Lituânia nacionalizaram a terra, abolindo o latifúndio, e nacionalizaram a indústria./No início de agosto de 1940, a sétima sessão do Soviete Supremo da URSS, após examinar os pedidos das comissões autorizadas do Seimas da Lituânia e da Letônia, bem como da Duma Estatal da Estônia, decidiu atender ao pedido e aceitar os países bálticos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas" (POSPELOV, 1960, p.256).

48 "Assim, sob a liderança dos partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia, os trabalhadores e camponeses desses países derrubaram as camarilhas antipopulares e estabeleceram o poder soviético. A revolução socialista venceu. A longa luta dos trabalhadores foi coroada com vitória completa; oportunidades ilimitadas de renascimento nacional e construção socialista se abriram diante deles. Um novo aparato estatal soviético foi criado, a propriedade capitalista dos meios de produção e a propriedade privada da terra foram eliminadas. A construção industrial em larga escala começou no Báltico, o desemprego desapareceu e o padrão de vida material dos trabalhadores aumentou. A revolução cultural desenvolveu-se rapidamente. As primeiras fazendas coletivas surgiram na aldeia./Já nos primeiros meses do poder soviético, sucessos significativos foram alcançados na reconstrução socialista da Estônia, Letônia e Lituânia. De semicolônias atrasadas e marginalizadas do imperialismo estrangeiro, elas se transformaram em repúblicas livres e iguais da grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas" (POSPELOV, 1960, p.257).

de julho, alegando que tal resultado seria obra de fraude e intimidação das tropas e agentes soviéticos infiltrados no país (DAVIES, 2011, p.822; 825; 823).

Apesar do discurso de não-intervenção, fala-se em "assistência" dos povos soviéticos, e sobretudo o russo, ecoando o nacionalismo russo reemergido com a Segunda Guerra e que se tornaria uma das constantes do país a partir de então, mais fraco sob Kruschev, mais intenso sob o stalinismo tardio e Brejnev[49]. A proteção das fronteiras soviéticas ganha, portanto, relevo secundário nesse relato de liberação nacional sob o Kremlin[50]. Como conclusão, explica-se a formação do Distrito Militar Especial do Báltico, composto pelos 11º e 8º exércitos, com tropas de cada nacionalidade separadas, mas subordinadas ao comando distrital, ao contrário de seus navios e aviões de guerra, sob o comando da Frota Bandeira Vermelha do Báltico e das forças aéreas do distrito (POSPELOV, 1960, p.257).

Os governos e parte da população dos países Bálticos fizeram uma escolha pelo nazismo contra a possibilidade do comunismo. Essa escolha, no entanto, estava embargada pela divisão de áreas de influência entre ambos os poderes. Como todos os demais agentes, sabiam que tal status era apenas provisório e o pacto de não-agressão seria denunciado em breve. Dentro desse cenário, era interessante escapar ao máximo da presença e domínio soviéticos para estreitar laços com o nazismo e regimes fascistas como o da Finlândia, numa ponte para a Alemanha. Ao mesmo tempo, outra parcela da população escolheu o comunismo contra o nazismo. Numa sociedade com boa parcela de trabalhadores rurais (e num cenário de divisão étnica, na qual os donos da terra eram de ascendência alemã enquanto os trabalhadores volantes eram autóctones) e urbanos, num momento de conscientização de classe (a consciência de que eram trabalhadores e não burgueses ou terratenentes) e para a qual a promessa de que qualquer um e todos poderiam virar um Rockfeller era mais duvidosa do que a de um paraíso dos trabalhadores, não é de se estranhar a dimensão da agitação antifascista e pró-soviética nos três

49 "A vitória dos trabalhadores nos países bálticos foi alcançada pacificamente. Isso se tornou possível porque, na luta pelo socialismo, os trabalhadores da Estônia, Letônia e Lituânia receberam assistência fraterna e altruísta dos povos da URSS, liderados pelo grande povo russo, que os salvou da intervenção imperialista e da escravidão fascista [...]. A União Soviética reforçou a segurança de suas fronteiras a partir do noroeste, criando uma barreira contra a propagação da agressão de Hitler para o leste" (POSPELOV, 1960, p.257).

50 "A adesão da Estônia, Letônia e Lituânia à União Soviética melhorou significativamente a defesa de suas fronteiras marítimas no lado báltico. A sede e a base principal da Frota do Báltico foram transferidas de Kronstadt para o porto livre de gelo do Mar Báltico – Tallinn. A aviação naval recebeu vários aeródromos costeiros. A defesa da costa do Báltico foi fornecida por unidades de defesa costeira recém-criadas. A posse de posições importantes na costa sul do Golfo da Finlândia, combinada com os portos livres de gelo das repúblicas bálticas, proporcionou à União Soviética uma defesa confiável da costa do Báltico" (POSPELOV, 1960, p.257).

países. A posição da Alemanha sobre as zonas de influência poderia mudar bruscamente. Uma nova partilha, entregando Varsóvia à Hitler e Kovno à Stalin, foi feita logo após a invasão da Polônia. Molotov se queixou da aliança nazista com o regime fascista romeno - um Estado que deveria permanecer neutro e servir de tampão às fronteiras soviéticas segundo o Pacto Ribbentrop-Molotov. O que teria levado à decisão final nazista de atacar a URSS (KERSHAW, 2008). Apesar do tratado, as linhas poderiam mudar em busca de melhores posições para a futura guerra, e os regimes bálticos sabiam disso.

Outras fontes soviéticas

A segunda edição da *Istorria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*, 1975, resumida da edição de 1970 para divulgação no estrangeiro, dispõe de apenas dois parágrafos (POSPELOV, 1975, p.40-41) para tratar da situação do Báltico. E o faz na seção *Aseguramiento de las fronteiras de la URSS*. O que indica, novamente, que se trata apenas da retificação dos direitos soviéticos, de suas sagradas fronteiras que haviam sido extirpadas da pátria. A razão da reviravolta na atitude dos regimes bálticos para com a URSS após a queda da Polônia é explicada em termos marxistas: "en los Estados burgueses del Báltico se habían exacerbado las contradicciones económicas y políticas; los elementos reaccionarios intensificaron su actividad hostil". A transição de governo é laconicamente e menos descrita em termos legalistas como "en junio de 1940 fueran derrocadas las dictaduras fascistas y formados gobiernos populares" (POSPELOV, 1975, p.41). O tom é de que o Báltico foi arrancado à URSS da mesma forma que áreas da Ucrânia e da Bielorrússia o foram em 1920 pela Polônia, e que, como estas, "passaram a ser soviéticas para sempre" (POSPELOV, 1975, p.40).

Outra edição resumida da *Istorria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-45*, 1985, menciona a "traição dos interesses nacionais" e a "opressão social" como motores para as manifestações populares que derrubaram seus regimes. O título da seção já insere a questão sob a ótica da resistência popular dos povos de toda a URSS: *El pueblo y el ejército se preparan para rechazar la agresión*. O medo da utilização pelos nazistas do Báltico como uma "praça de armas", uma fortaleza e estoque para o assalto à URSS, é expresso. Se menciona a força social dos "burgueses nacionalistas" "incitados pelas potências ocidentais", com a afirmação explícita de que a

aliança dos países bálticos de março de 1940 era destinada a combater a URSS. Novamente se utiliza o termo "derrocados" para a queda das ditaduras locais. Apesar disso, toda a questão se resume a um único parágrafo, mais detalhado que o da edição de 1975 (ZHILIN, 1985, p.36-37).

O marechal Grechko (1985) deve à política *externa* da URSS a retomada do Báltico e demais áreas sob controle czarista, em benefício dos assuntos internos[51]. Apesar da expressão "externa", os bálticos são vistos como parte da comunidade soviética. Sem citar a divisão de esferas de influência, o autor dá destaque às "exigências manifestas" nazistas sobre o Báltico e a ação antissoviética de agentes nazistas "instalados". A URSS "teve de tomar medidas urgentes para fortalecer sua segurança no Noroeste". O autor levou um parágrafo para explicar a situação da política externa soviética, e outro para explicar especificamente sobre o Báltico (GRECHKO, 1985, p.11).

Kulkov, Rjechevski e Tchelichev mencionam que as fronteiras soviéticas foram ameaçadas desde a Revolução, e que era necessário guarnecê-las e "reforçá-las". A questão do Báltico, como de todos os territórios ocupados ou recuperados pela URSS, se insere em apenas um parágrafo logo após o parágrafo que legitimava tais ações como "reforço" da fronteira. O caráter voluntário da adesão báltica é realçado, com apenas a aquiescência do Kremlin diante da vontade popular, enquanto não se utiliza a mesma expressão para a Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais, a Carélia, a Bessarábia e a Bucovina do Norte (KULKOV; RJECHEVSKI; TCHELICHEV, 1985, p.76), alvos de ações militares.

Riábov insere a questão báltica numa questão interna aos povos soviéticos, dos quais os bálticos fariam parte e foram apenas afastados pela contrarrevolução[52]. Apesar de mencionar o perigo representado pelos remanescentes de dois milhões de ex-soldados dos exércitos Brancos da Guerra Civil Russa de 1918-21, e de seu aliciamento por nazistas e japoneses, não os aloca no Báltico, apesar de mencionar em seus demais focos de presença (Finlândia, Polônia, Romênia, Turquia, Bulgária, Irã, Afeganistão, China) (RIÁBOV, 1983, p.34). O autor destina igualmente apenas um parágrafo para o caso.

Lebedev (1983, p.97) simplesmente ignora a troca de governos e as

51 "A política externa da União Soviética entre 1939 e 1941 também fortaleceu o socialismo no interior do país e favoreceu a causa do internacionalismo proletário. Uma situação complicada tomava forma nas fronteiras ocidentais do país" (GRECHKO, 1985, p.11).

52 "Graças à aplicação consequente da política nacional leninista reforçou-se ainda mais a amizade dos povos da URSS, a sua unidade política e moral. A reunificação dos povos ucraniano, bielo-russo e moldávio (1939), o restabelecimento do Poder Soviético nas repúblicas do Báltico (1940) e a sua incorporação voluntária na URSS, constituíram uma brilhante etapa da solução da questão das nacionalidades nas vésperas da guerra" (RIÁBOV, 1983, p.33).

revoltas e manifestações populares. Dá a impressão de um linear alinhamento das repúblicas com a URSS até a absorção em direitos iguais. Nada fala sobre a formação e de como se deu a eleição de "la Duma e las Dietas". Não se fala em governo burguês, ditadura fascista ou terratenentes.

Na seção *Novas repúblicas e regiões ingressam na URSS*, Poliakov, Leltchuk e Protopopov (1979, p.297) usam um termo mais neutro do que as afirmações de voluntarismo. Os autores citam a crise econômica e suas consequências sobre o emprego urbano e a venda de pequenas propriedades camponesas como a causa da formação da Frente Popular antifascista. A derrubada dos regimes bálticos dever-se-ia apenas às suas ações, sem intervenção soviética. Diferentemente da *Istorria* e de Samsónov, aponta que elementos fascistas das três repúblicas planejavam a tomada do poder e com isso o convite para a ocupação por tropas nazistas. Também não afirmam que a URSS exigiu a formação de um governo antifascista, mas sim "que os políticos pró-fascistas fossem eliminados dos governos", além de exigir que as tropas soviéticas já presentes fossem aumentadas em efetivo (POLIAKOV; LELTCHUK; PROTOPOPOV, 1979, p.299) - o que não consta dos demais autores. E que parece se chocar com a afirmação do protagonismo da população local sozinha[53]. Os autores disponibilizaram cinco parágrafos para o tema.

Deborin (1977, p.63) nomeia os estados bálticos como "repúblicas burguesas", mas exibe regimes bem menos interessados no avanço nazista. Diz que tais Estados eram frágeis demais para resistir a Hitler, além de enfrentarem parcelas da sociedade alinhadas ao nazismo, "hitlerófilos" afoitos após a queda da Polônia. A culpa passa dos ditadores e elites locais para o poderio nazista e inimigos internos. O "perigo iminente" de se transformarem em vassalos e postos avançados nazistas contra a URSS parece ser alheio à vontade dos dirigentes. A importância territorial também é afirmada objetivamente: "las líneas defensivas de la Unión Soviética fueron adelantadas considerablemente hacia Occidente también en esta zona. La Marina de Guerra soviética obtuvo importantes bases en la parte del Báltico que no se hiela nunca" (DEBORIN, 1977, p.64). Quanto o autor retoma o problema, o quadro muda. O Báltico se insere em "una série de problemas

53 "Os acontecimentos daqueles dias, quando o povo se encarregou por si mesmo de decidir sobre a sua sorte, ofereciam um quadro essencialmente semelhante nas três repúblicas. Por toda a parte se organizavam imponentes manifestações de trabalhadores, se desarmava a polícia e se punham em liberdade os presos políticos. Isso era uma revolução socialista. Ao fim de um mês, realizaram-se nos países do Báltico eleições parlamentares sem precedentes pelo número de eleitores que nelas participaram. A maioria esmagadora dos cidadãos votaram pelos candidatos do povo trabalhador, dos operários, camponeses e intelectuais. Os parlamentos livremente eleitos das três repúblicas proclamaram o restabelecimento do Poder Soviético" (POLIAKOV; LELTCHUK; PROTOPOPOV, 1979, p.299).

internacionales candentes". Os regimes locais eram "encabezadas por las camarillas filofascistas de Smetona, Ulmanis y Päts, siguieron dedicándose a las intrigas antisoviéticas". A Entente do Báltico se voltava contra a URSS. Os acordos foram traídos. "La guerra entre la URSS y Finlandia alentó a los fascistas del Báltico, que soñaban con la guerra germano-soviética". Menciona duas conferências militares secretas antissoviéticas promovidas pelos três regimes. Ulmanis, presidente da Letônia, teria pronunciado em 10 de fevereiro um discurso radiofônico motivando os militares a estarem prontos contra a URSS. Em março, Smetona, da Lituânia, participou de um congresso de uma organização fascista local, os shaulistas, os conclamando a lutar contra a URSS e os eslavos - minoria étnica na Lituânia (DEBORIN, 1977, p.97). Assegura que a presença de tropas soviéticas foi vital para a rebelião popular[54] e a reunificação. Os futuros aliados, entretanto, atacaram o processo, confiscando barcos e reservas de ouro das nações bálticas em seus territórios. Entretanto, logo após a deflagração da Operação Barbarossa, Churchill, em mensagem à Stalin, reconheceu que a anexação do Báltico enfraqueceu o avanço nazista sobre a URSS. O autor assevera que essa ação também "desenpeñaron un inmenso papel en el destino de Inglaterra": utiliza o general alemão Jodl para sustentar que tais preparativos demoveram Hitler de invadir a ilha para se concentrar no Leste. "En el curso de los acontecimientos, la URSS apareció de nuevo como una consecuente luchadora por la paz" (DEBORIN, 1977, p.99). Deborin dedicou nove parágrafos, sendo a segunda obra, atrás somente da *Istorria*, que mais se debruçou sobre a região.

Uma História do Exército Soviético (já devidamente renomeado para um status mais estatal e menos político, como Exército Vermelho, ainda em 1946) não cita o Báltico, por não ter sido uma ação militar. Mas ao tratar de Leningrado e da Finlândia oferece a perspectiva de controle de fronteiras como proteção para as "áreas vitais", na URSS eslava: "Mas si en el Oeste la frontera estatal había sido alejada 200-250 kilómetros de los centros de importancia vital del país, sus tierras norteñas, incluida la ciudad de Lenin, cuna de la revolución, permanecía todavía bajo un gran peligro" (LOTOTSKII; ALTGOVZEN; VNOTCHENKO; LIPTSA, 1974, p.105).

Nikoaev e Israelian (1970, p.32) citam abertamente a "apremiante necesidad de crear una barrera para detener el avance ininterrumpido de los nazifascistas" diante da certeza de que "tarde o temprano Hitler atacaria". Isso significava criar uma "Frente Oriental" com os antigos territórios czaristas perdidos após a Primeira Guerra. Aponta que de toda forma o Báltico seria

54 "La presencia del Ejército Soviético en Estonia, Letonia Y Lituania sofrenó a los gobernantes burgueses reaccionarios y filofascistas de dichos países y aseguró a sus pueblos plena libertad par expresar su voluntad" (DEBORIN, 1977, p.98).

ocupado pelos nazistas. E ele fora soviético, foi separado com violência e desejava retornar ao seio da URSS[55]. Novamente utiliza-se o termo "derrocar" para a queda dos regimes locais. O autor usa dois parágrafos justificatórios e um específico sobre o Báltico.

Samsónov (s/d, p.223) replica a noção de Grechko (ou talvez tenha sido o contrário, dada a impressão de que Samsónov escreveu ainda nos anos 1960) "medidas urgentes sus medios defensivos a lo largo de toda su frontera occidental, donde había no pocos eslabones débiles": os elos fracos eram as repúblicas do Báltico, e os meios defensivos, atrasar a penetração alemã com o controle de territórios tampões - o território báltico. A *Istorria* atribui ao zelo pela independência dos povos a transferência gratuita de Vilnius da Polônia para a Lituânia. Samsónov a atribui à conclusão dos tratados de assistência mútua com o Báltico[56]. A antiguidade de seu texto pode ser indicada por essa contradição, além de terminar sua narrativa em 1963. O primeiro volume da *Istorria*, no qual exprime explicações oficiais sobre o caso báltico, é de 1960. Também vai além da *Istorria* ao afirmar que a Lituânia propôs no verão de 1940 o envio de tropas alemãs para as repúblicas. Samsónov dá a entender todo o Báltico, mas é impossível que a Lituânia estivesse a oferecer a Hitler a decisão soberana das outras repúblicas. É o único que permite inferir que a acao soviética náo foi tao passiva assim: "a mediados de junio, el Gobierno soviético exigió que en Estonia, Letonia y Lituania se formaran gobiernos capaces y dispuestos a cumprir honradamente en la prática los pactos de ayuda mutua" (SAMSÓNOV, s/d, p.225). O autor dispensa quatro parágrafos, entremeados pela ação militar na Finlândia. Assim procura lembrar que a URSS iniciou sua ação com propostas e negociações e não invasões surpresas, pacífica, e só na defesa urgente do interesse nacional agressiva, e isto cumprindo a vontade dos povos.

A segunda edição da História do Partido Comunista, de 1962, traz outra razão única para a absorção do Báltico: a ação dos elementos "muniqueses" da Inglaterra, França e Estados Unidos, que teriam tentado lançar as repúblicas bálticas numa guerra contra a URSS. Nenhuma causa econômica. Nenhuma ação nazista. A maquinação ocidental teria causado a indignação das massas locais, que impuseram aos seus governos a assinatura dos tratados de defesa mútua em setembro e outubro de 1939. Novas ações imperialistas levaram às manifestações e a mudança de governo, com vistas

55 "Los pueblos de estos países, que en 1919 fueron violentamente separados del Estado soviético con la ayuda de los imperialistas ingleses, franceses y yanquis, deseaban su reincorporación a la Unión Soviética" (NIKOLAEV; ISRAELIAN, 1970, p.33)

56 "De conformidad con el acuerdo concluido con Lituania, la Unión Soviética, le entregó su antigua capital, la ciudad y región de Vilnius que las tropas polacas habían ocupado en 1920" (SAMSÓNOVO, s/d, p.223).

à *reunificação*. "El Poder pasó a manos de las fuerzas progresistas. Se celebraron elecciones parlamentarias que, por primera vez en estos países, transcurrieron en condiciones democráticas" (PONOMARIOV, 1962, p.538). O curso do PCUS oferece um longo parágrafo sobre a Questão do Báltico.

O marechal Jukov (1970) simplesmente não menciona a situação do Báltico, e nem mesmo da Polônia, apesar de comandar o distrito militar de Kiev, e deste estar ao lado da antiga fronteira com a Polônia. Menciona apenas brevemente a Finlândia. Os generais Eremenko (s/d) e Konev (1970) não fazem um resumo do conflito até o momento em que entram em cena em suas respectivas batalhas decisivas (1942 e 1945). Portanto, não há nada sobre o Báltico ou as fronteiras antes de 1941. O general Tchuikov (1966) faz um breve resumo do que ocorreu antes de Stalingrado, mas se inicia já no fatídico 22 de junho de 1941. Em seu outro livro (TCHUIKOV, 1980), principia com a Operação Bagration, de junho de 1944. O general Shtemenko (1985), focado em ações militares das quais participou, descreve a campanha polonesa e menciona a finlandesa, mas não a situação báltica. Gladkov (1981), em sua coletânea de biografias de generais, também faz o mesmo. Rokossovsky, que participou da reconquista da Bessarábia em 1940, é mencionado apenas a partir de 1942 (GLADKOV, 1981, p.20). O mesmo ocorreu com Sevruk (1970) e seu relato sobre marechais e jornalistas em Moscou e Stalingrado. Ieremeev (1985), apesar de escrever uma história da URSS na guerra, não menciona a Questão Báltica, bem como qualquer outra ocupação territorial soviética. Maiski (s/d), diplomata soviético, ao detalhar as negociações frustradas com os anglo-franceses e o acordo "forçoso" com a Alemanha, não menciona a divisão de esferas de influência - apesar dos indícios que a *Istorria* oferece do evento. Samsónov (1986), ao tratar de Stalingrado, produz um resumo mínimo do desenrolar da guerra até 1942, silenciando-se sobre o tema. Rozanov (1963) inicia a partir da Operação Valquíria, o atentado contra Hitler em 1944. Em suas memórias, Ehrenburg, importante publicista, cita de relance a Finlândia, mas não o Báltico, que aparece apenas como datas durante a marcha nazista para o Leste durante a guerra (EHRENBURG, 1966, p.2). A Academia de Ciências da URSS (1985) manteve o silêncio. O próprio Stalin não menciona a ocupação. Apenas cita a região no esforço geral soviético de liberação de seu território e de seus povos do jugo alemão, já durante a Grande Guerra Patriótica[57]. O Báltico não é um

57 "Camaradas: Sostenemos una guerra patria, liberadora, justa. No perseguimos como objetivo la ocupación de países ajenos, el sometimiento de pueblos extraños. Nuestro objetivo es claro y noble. Queremos liberar nuestra tierra soviética de los canallas germanofascistas. Queremos librar a nuestros hermanos ucranianos, moldavos, bielorrusos, lituanos, letones, estonianos y carelios de la vergüenza y la humillación a que los someten los miserables germanofascistas" (STALIN, 1946, p.41-42).

país distante, estrangeiro, estranho. É parte da URSS. Bezimenski, apesar da extensão de sua obra (dois volumes) e a profusão de detalhes, não toca na reconquista soviética da região.

Os manuais didáticos de história também escapam ao Báltico. Revunenkov (1969) menciona o Pacto de Não-Agressão de 1939, mas apenas meio parágrafo ao Báltico. Diz apenas que os governos locais não cumpriram os acordos com a URSS, causando indignação popular, a derrubada desses governos e a sovietização e incorporação (REVUNENKOV, 1969, p.133). Jvostov e Zubok lembram a perda dos países bálticos e afirmam o caráter fraudulento do Tratado de Brest-Litovsky mas termina sua narrativa com o fim da Grande Guerra (JVOSTOK; ZUBOV, 1961, p.224).

Considerações finais

A Guerra de Inverno entre a União Soviética e a Finlândia durou de 30 de novembro de 1939 a 13 de março de 1940. Ela se iniciou apenas um mês após a conclusão dos tratados com o Báltico, e já sob a égide da tensão e ameaças na fronteira soviético-finesa. Para os governos locais, aceitar as propostas soviéticas de pactos de auxílio mútuo aparentava ser uma saída melhor do que a guerra. Mas essa percepção pode ter mudado com os revesses militares de Stalin. O Báltico representou uma mudança na atitude de Stalin. Na Bucovina do Norte, Bessarábia e Polônia, a ação militar fora fácil e frutífera. Mas na Guerra de Inverno com a Finlândia, viu-se prestes a enfrentar uma frente comum ou tácita anglo-francesa e nazista. Uma nova guerra, que poderia ser difícil dado o cenário de pântanos e guerrilhas de caráter nacionalista étnico ofereceria uma nova oportunidade para os inimigos liberais e fascistas se unirem contra a URSS. Uma nova guerra, nesse cenário, foi descartada. E o golpe de Estado se deu de uma maneira econômica e confiável. Tratou-se da necessidade de mudança de abordagem, em vista do perigo de uma frente comum entre liberais e fascistas contra a URSS, que, em decorrência dos eventos e dos arranjos diplomáticos e políticos, se constituiria numa frente liberal e comunista contra o fascismo. Um desembarque franco-britânico no Báltico, com sua grande fronteira com a URSS, era muito mais perigoso do que numa Finlândia isolada geograficamente por istmos entre lagos e mares gélidos.

Todos os autores soviéticos mencionam a quase expedição na Guerra de Inverno. Não se formou uma frente comum liberal e comunista no caso

da Espanha. Pelo contrário, o embargo das democracias liberais à venda de armas para o governo republicano espanhol auxiliou a aliança fascista. A história das alianças na Segunda Guerra não era previsível, e menos ainda certa. O saber retrospectivo pode nos apresentar uma ação que envolvesse as democracias liberais e o fascismo como insólita. Para os atores naquele momento, no entanto, as possibilidades eram variadas, como os próprios soviéticos se esforçam em frisar, ao exibir os contatos e ações entre ambos. A historiografia ocidental procurou minimizar tais fatos, como a soviética se esforçou em se esquecer do Báltico. Tratou-se de um complicado e incerto jogo de xadrez, no qual nada afiançava que democracias liberais e democracias populares estariam do mesmo lado contra o sistema arbitrário fascista. Em julho a desestabilização dos regimes ditatoriais locais ao longo de alguns meses já provocara a eleição de novas assembleias e em agosto o Kremlin terminou a absorção.

Nunca existiu uma versão soviética concisa a respeito do processo, predominando um caleidoscópio de razões que poderiam ser preferidas por alguns autores e preteridas ou mesmo ausentes em outros. Mas a ideia de reunificação e dos direitos históricos russos sobre a área prevalecem, bem como a justificativa de domínio ou soviético ou nazista, e como proteção do núcleo da URSS do ataque nazista com a criação de zonas tampões que diminuiriam o ritmo de avanço alemão e permitiriam mais tempo e organização para uma reação. Também se impôs um silêncio sempre que possível, com a supressão dos acontecimentos no Báltico em detrimento de outros aspectos da guerra. Em quase todas as ocasiões, um assunto para notas de rodapé.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DA URSS. *A Grande Guerra Pátria do povo soviético e a actualidade*. Moscou: Nauka, 1985.

BEEVOR, Antony. *Rússia*: Revolução e Guerra Civil, 1917-1921. São Paulo: Crítica, 2024.

BEZIMENSKI, L. *O militarismo alemão com/sem Hitler*. Rio de Janeiro: Saga, 1967. 2v.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo:‍Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

DAVIES, Norman. *Reinos desaparecidos*: história de uma Europa quase esquecida. Lisboa: Edições 70, 2016.

DEBORIN, G. *La Segunda Guerra Mundial*: ensayo político-militar bajo la redaccíon del general mayor I. Zubkov. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

EHRENBURG, Ilya. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1964-66, 7v.

EREMENKO, A. *Estalinegrado*: notas do Comandante em Chefe. Lisboa: Editora Arcádia, s/d.

FIGES, Orlando. *Uma história cultural da Rússia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GRECHKO, A. *Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985.

IEREMEEV, Leonid. *A União Soviética na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

JÚKOV, G. K. *Memórias e Reflexões*. Rio de Janeiro: BIBLIEX Biblioteca do Exército, 2015.

JVOSTOV, V. M.; ZUKOK, L. I. *História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

KENEZ, Peter. *História da União Soviética*. Lisboa: Edições 70, 2021.

KERSHAW, Alex. *Dez decisões que mudaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KONEV, I. S. *El año 45*. Moscou: Progreso, 1970.

KULKOV, E.; RJECHEVSKI, O.; TCHELICHEV, I. *A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Editorial "Avante", 1985.

LEBEDEV, N. *La URSS en la política mundial*. Moscou: Progreso, 1983.

LOTOTSKII, S.; ALTGOVZEN, M.; VNOTCHENKO, L.; LIPTSA, S. et al. *El Ejército Soviético*. Moscou: Progreso, 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MAISKI, I. *Quién ayudó a Hitler*. Moscou: Progreso, s/d.

NIKOLAEV, I; ISRAELIAN, V. *La Segunda Guerra Mundial*. México: Allende, 1970.

POLIAKOV, L.; LELTCHUK, A.; PROTOPOPOV, A. *História da Sociedade Soviética*. Moscou: Progresso, 1979.

PONOMARIOV, B (org.). *Historia del Partido Comunista de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1962.

POSPELOV, P. (org). *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza*. Moscou: Voyenizdat, 1960-65. 6v.

POSPELOV, P. (org.). *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Moscou: Progreso, 1975.

REVUNENKOV, V. *História dos Tempos Atuais*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1969.

RIÁBOV, Vassili. *O grande feio do povo soviético e do seu exército*. Moscou: Progresso, 1983.

ROZANOV, G. *El hundimiento de la Alemania fascista*. Moscou: Editorial Progreso, 1963.

SAMSÓNOV, A. *Compendio de Historia de la URSS*: desde la Gran Revolución Socialista de octubre hasta nuestros dias. Moscou: Progreso, s/d.

SAMSONOV, A. *La batalla de Stalingrado*. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

SEVRUK, V (org.). *Moscu 1941-1942 Stalingrado*: relatos de mariscales, escritores y publicitas. Moscou: Progreso, 1970.

SHTEMENKO, S. *El Estado Mayor Central durante la Guerra*. Moscou: Editorial Progreso, 1985.

STALIN, J. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1946.

TCHUIKOV, Vasili. *A Batalha de Stalingrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TCHUIKOV, Vasili. *O fim do Terceiro Reich*. Moscou: Progresso, 1980.

ZHILIN, P (org.). *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*: 1941-1945. Moscou: Progreso, 1985.

ZHUKOV, G. K. *Memorias y meditaciones*. Santiago: Zig-Zag, 1970.

NAZISMO, COLONIALISMO E AS VICISSITUDES DO NACIONALISMO SUPREMACISTA ESTADUNIDENSE: UM ESTUDO A PARTIR DO ROCK FASCISTA

Nazism, colonialism and the vicissitudes of American supremacist nacionalism: a study based on fascist rock

Pedro Carvalho Oliveira[1]

RESUMO

O presente artigo analisa o nazismo estadunidense a partir das aproximações entre o ideário nazista e o nacionalismo supremacista solidificado nos EUA ao longo do século XX, atentando para os discursos colonialistas manifestados pelos dois conjuntos de visões de mundo e como expressam idealizações genocidas para corroborar anseios nacionalistas de seus adeptos no presente. Como norteador do nosso exame, utilizaremos o pressuposto de que o nazismo e o nacionalismo supremacista estadunidense são projetados por perspectivas imperialistas, mesmo que estas encontrem-se hoje diluídas, indicando rupturas com o passado, mas também apresentando certas continuidades com ele. Ambos também são alçados à dimensão política por projetos racistas de nação. Para realizarmos nossa pesquisa, nos debruçamos sobre discursos musicais construídos por bandas estadunidenses pertencentes a um gênero musical denominado rock fascista, espaço de idealização dos fascismos e de difusão de suas ideias.

Palavras-chave: Nazismo; Estados Unidos; rock fascista.

1 Doutor em História e Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Coordenador do Grupo de Estudos História do Tempo Presente, Política e Movimentos Sociais (Gehpmov-CNPq). E-mail: pedro.co@univasf.edu.br.

ABSTRACT

This article analyzes American Nazism based on the connections between Nazi ideology and the supremacist nationalism solidified in the 20th-century United States, focusing on the colonialist discourses manifested by both sets of worldviews and how they express genocidal idealizations to refer to the nationalist aspirations of their adherents in the present. As a guide for our analysis, we will use the assumption that Nazism and American supremacist nationalism are projected by imperialist perspectives, even if these are diluted, indicating ruptures with the past but also presenting certain continuities. Both are also elevated to the political dimension by racist national projects. To conduct our research, we focused on musical discourses constructed by American bands belonging to a musical genre called fascist rock, a space for the idealization of fascism and the dissemination of its ideas.

Palavras-chave: Nazism; United States; fascist rock.

Introdução

A conquista de territórios estrangeiros como justificativa para a defesa e prosperidade nacional esteve no cerne do colonialismo imperialista europeu ao longo do século XIX. Mobilizou sobremaneira os ímpetos expansionistas dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Foi a pedra de toque do "imperialismo informal" estadunidense, intensificado ainda no introito do século XX. Atualmente, é um discurso evocado com frequência por líderes autoritários, como Vladmir Putin e Donald Trump, para os quais ampliar o escopo de dominação dos seus países é uma forma de reconectá-los com um passado grandioso, no qual formar impérios parecia uma regra para o crescimento e, consequentemente, a defesa da nação. Recentemente, a mesma ideia foi tema da música *Conquest for preservation*, da banda de rock fascista estadunidense *Heathen Hammer*.[2]

A referida música condensa noções de superioridade racial, particularmente a crença na supremacia da raça ariana, como justificativa

2 HEATHEN Hammer. Conquest for preservation. In: White spirit – black mask. Detroit: Resistance Records, 2017, faixa 02.

para incursões militares internacionais não apenas com o intuito de garantir a integridade dos brancos estadunidenses, alegadamente ameaçados por sanhas estrangeiras, mas também para permitir-lhes espalharem-se e, com eles, seus valores. Não obstante seja possível enxergarmos os paralelismos entre este posicionamento e o conceito de *Lebensraum*[3] – sendo, portanto, plausível confirmarmos as associações da banda com o nazismo -, é também viável associarmos esta forma de pensar à doutrina do Destino Manifesto, tão presente no imaginário nacionalista estadunidense desde meados do século XIX. Embora as evidentes aproximações sejam inescapáveis, subsidiando um debate sobre a concomitância entre tipos diferentes de nacionalismo, deixemos esta discussão para uma outra oportunidade.

Por ora, vale sublinharmos como a destacada música sumariza a ideia de expansão territorial e dominação de outros povos abraçada pelo nazismo, uma continuidade do colonialismo por meio do qual as potências europeias buscavam controlar territórios e recursos para além de suas fronteiras, antes mesmo do Terceiro Reich surgir. A música corrobora com o pensamento nazista, que via (e ainda vê) o mundo através das lentes de uma hierarquia racial onde os arianos devem estar no topo e outros grupos étnicos, como eslavos, judeus, asiáticos e muitos povos africanos, para citarmos apenas alguns exemplos, sob os arianos. O assassinato em massa de pessoas em campos de extermínio teve essa premissa como guia. Essa visão era, inegavelmente, semelhante às preconizadas pelas hierarquias raciais estabelecidas durante o colonialismo do século retrasado.

Também se parece bastante com as percepções de um pseudointelectual estadunidense, cujas ideias tiveram impacto substancial nas subculturas nazistas ocidentais no começo do nosso século: David Lane. Inspirado em trechos de *Mein Kampf*, Lane forjou um dos mais reconhecidos lemas – *The Fourteen Words* - utilizados pelos nacionalistas brancos estadunidenses: *We must secure the existence of our people and a future for white children.*[4] Na luta por esse projeto, Lane e a organização nazista da qual fazia parte, a *The Order*, defenderam o extermínio de povos não-brancos, estivessem eles localizados nos Estados Unidos ou não, para sustentar a prevalência da raça ariana. Desejavam uma guerra racial, da qual sairiam inexoravelmente vitoriosos, diziam.

A mesma perspectiva de guerra racial estava presente entre manifestantes que, em agosto de 2017, mesmo ano em que a música da

3 Conceito caro ao nazismo e que define a necessidade de expansão da Alemanha para o leste da Europa – destacadamente para a Rússia – como forma de garantir a existência de um espaço vital para a raça ariana.

4 "Temos que assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas".

Heathen Hammer foi lançada, se reuniram em uma praça pública na pequena Charlottesville, no estado da Virgínia, para protestar contra a remoção de uma estátua do herói da Guerra de Secessão, que atuara em defesa dos Estados Confederados do Sul, Robert E. Lee. Para os homens empunhando tochas e bandeiras nazistas, aos gritos de *judeus não vão nos substituir*[5], a retirada do monumento era uma clara evidência da desapropriação cultural sofrida pelos brancos, concomitante ao crescimento de agendas comunistas, judaicas e negras, reunindo no mesmo bojo todos os seus inimigos. A resposta a essa desapropriação parecia ser a reconquista.

A música sobre a qual temos nos referido desde o início deste artigo é um documento por meio do qual podemos pensar a presença do nazismo em nosso tempo, 80 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e da ditadura na Alemanha. Ela permite a sobrevida de um passado com o qual constantemente nos vemos obrigados a lidar: por um lado, a continuidade do nazismo e da doutrina centralmente responsável pela guerra; por outro, as premissas colonialistas e genocidas indissociáveis dela. Além disso, nos permite pensar como a doutrina nazista e o colonialismo conversam com certo tipo de nacionalismo estadunidense, num diálogo cheio de vicissitudes que nos convida a observar as aproximações e distanciamentos entre ambos. Este é o objetivo deste trabalho.

Para alcança-lo, analisaremos músicas de bandas de rock fascista estadunidenses produzidas entre meados dos anos 1990 (quando começaram a se popularizar) e o início do século XXI, momento em que ocorre uma guinada dos EUA à ação militar para a preservação de seus interesses internacionais e da sua segurança nacional, a reboque do 11 de Setembro de 2001, culminando na "Guerra ao Terror". O material investigado registra também as singularidades do nazismo estadunidense, suas correlações com a cultura do país e os meandros de sua colaboração com a edificação de noções nacionalistas próprias – mesmo que não isoladas. Destarte, comecemos introduzindo o leitor ao gênero musical dentro do qual recolhemos o substrato desta pesquisa.

O rock fascista: lugar de idealização e difusão dos fascismos no presente

5 Ver Charlottesville: race and terror – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RIr-cB1sAN8I&t=28s.

Desde o seu surgimento, em meados dos anos 1950, o rock é costumeiramente classificado como gênero musical afeito à rebeldia. A contestação de valores e comportamentos estabelecidos sempre foi lugar comum entre os precursores do rock, a começar pelo fato de Sister Rosetta Tharpe, Little Richard e Chuck Berry, creditados como mãe e pais desse tipo de música, serem pessoas negras a desafiarem normas em um país ainda larga e legislativamente segregado. Apropriado e reconfigurado por uma indústria cultural predominantemente branca, o rock acabou associado a personalidades cuja cor da pele era mais aceita, como Elvis Presley e os Beatles. De qualquer forma, o comportamento transgressor permaneceu – sinalizando para o fato de que era mais fácil aceitar jovens brancos despertando os humores mais agitados dos seus pares, do que fazer concessões grandiosas aos negros no mercado da música em um país marcado pela segregação racial.

Nos anos 1960 e 1970, o rock de protesto consolidou a imagem do gênero como instrumento de luta social. Os *hippies* e os *punks*, cada quais à sua maneira, fizeram do rock uma arma para criticar a cultura burguesa ocidental. No afluxo disso, jovens skinheads britânicos, há muito marginalizados pela imprensa e caçados pela polícia, viram-se diante de uma boa oportunidade para difundir os pontos de vista de uma subcultura nascida no seio da classe operária, portanto esmagada pelos interesses da classe dominante (NAPOLITANDO, 2023). Sincronicamente, a extrema-direita britânica procurava se aproximar dos jovens para atrair eleitores, mas também galvanizar as frustrações de adolescentes pobres e convertê-las em ações públicas de intimidação contra seus adversários políticos.

Entra em cena o *National Front* (NF), organização dedicada a agrupar forças políticas de extrema-direita e alçá-las conjuntamente à arena política tradicional da Grã-Bretanha. Embora tenha surgido em 1967, o NF alcançou seu ápice no final da década de 1970, justamente quando os skinheads voltavam à cena entre uma juventude britânica cada vez mais desesperançosa. Nas palavras do romancista argentino Ernesto Sábato, em seu clássico "Sobre Heróis e Tumbas", devemos perceber como "os pessimistas são recrutados entre os ex-esperançados", pois para ter uma visão sombria do mundo "é necessário primeiro ter acreditado nele e em suas possibilidades". Portanto, em 1979, quando ocorreram eleições gerais na Grã-Bretanha, representantes políticos ligados à organização receberam, ao todo, quase 200 mil votos, quantidade expressivamente maior do que partidos tradicionais britânicos. Naquela ocasião, o NF apoiava uma agenda política que, sob o lema *Make Britain Great Again*, pautava a repatriação de imigrantes, a redução de seus direitos sociais e políticas voltadas exclusivamente para os britânicos. Além disso, defendia a redução de instrumentos democratizantes e a atuação de

um Estado autoritário, que controlasse com mãos de ferro os destinos da população (TAYLOR, 1982).

Qual era o segredo do sucesso do NF? No final dos anos 1970, a Europa recebia um intenso fluxo de imigrantes oriundos das antigas colônias antes pertencentes aos velhos impérios do continente. Esse processo não era novo, mas certamente cresceu e foi potencializado pela crise econômica internacional principiada no setor petrolífero, ocasionando um abalo sísmico de grandes proporções no capitalismo internacional (HOBSBAWM, 1995). Além disso, a frustração com a ruína dos antigos impérios levou diversos britânicos a defenderem a preservação do status imperialista do país. Aos montes, paquistaneses, indianos, jamaicanos, entre muitos outros imigrantes, adentravam países que durante muito tempo estiveram acostumados a ocupar territórios, não a serem ocupados por estrangeiros – especialmente pelos mais pobres.

A Grã-Bretanha foi uma das regiões preferidas por esses imigrantes. E esse fato levou ao estabelecimento de uma ofensiva organizada contra a presença dos imigrantes pobres, na qual o NF teve um papel preponderante. Os discursos autoritários do NF eram atraentes tanto para a classe dominante quanto para o proletariado britânico. A classe dominante, como era de costume em épocas de crise econômica, sentia-se mais inclinada a apoiar agendas autoritárias e, naquelas circunstâncias, até mesmo neofascistas para garantir a proteção de seus privilégios. Grande parte da classe operária, frustrada pelo desemprego estrutural, se convenceu dos argumentos da NF de que a presença massiva de imigrantes pobres gerava um enorme contingente de mão de obra barata, o que no passado era visto com bons olhos, pois os imigrantes assumiam funções antes rejeitadas pelos britânicos; mas, naquele contexto de vulnerabilidade econômica e de escassez de empregos, era visto como competição injusta (PAXTON, 2007).

É sabido que o NF não aceitava em suas fileiras membros e representantes políticos que não fossem brancos. Também foi um aberto crítico às análises históricas do pós-guerra sobre o Holocausto, abraçando formulações pseudointelectuais revisionistas, intencionadas em questionar a veracidade do assassinato sistemático de judeus e de outros inimigos do nazismo em campos de extermínio. Apesar disso, o NF negava ser uma organização neofascista, creditando à mídia e a seus adversários a existência desse rótulo. Seus líderes costumavam dizer que os fascismos eram coisa do passado e que não faziam mais sentido naquela quadra histórica. Contudo, a organização insistia no discurso de que a presença de imigrantes maculava a cultura europeia branca e gerava tensões, cujo desfecho poderia ser uma inevitável guerra civil (THURLOW, 1987).

Um jovem skinhead chamado Ian Stuart Donaldson, líder da banda skinhead *Skrewdriver*, foi atraído pelo discurso nacionalista do NF e se tornou membro da ala jovem da organização, se destacando como personalidade ativa e inspiradora para outros garotos da classe operária. Sua banda passou a participar de comícios da organização, até ser banida por utilizar abertamente símbolos típicos do nazismo, como a suástica. Para o NF, isso comprometia seus esforços em se afastar da imagem do fascismo como forma de evitar a dispersão do eleitorado. Em resposta, Donaldson criou a *Blood & Honour*, organização dedicada a estabelecer um movimento político radical nazista, dentro do qual a música tinha uma importância vital (OLIVEIRA, 2018).

Segundo relatório publicado pela *Southern Poverty Law Center*[6], uma das mais respeitadas organizações não-governamentais estadunidenses engajadas no mapeamento de grupos extremistas locais, os primeiros skinheads fascistas estadunidenses apareceram em meados dos anos 1980, no sul do país. A presença fátua de organizações racistas como a Ku Klux Klan, bem como de marcas mais profundas da segregação racial na cultura sulista – onde alguns estados, até meados dos anos 1960, ainda preservavam institucionalmente o regime segregacionista -, pode ter fertilizado o terreno para o desembarque da subcultura skinhead fascista naquela região do país. Vale destacarmos que com o crescimento da popularidade do nazismo na Europa durante os anos 1930, a Ku Klux Klan passou a demonstrar publicamente sua simpatia por esta visão de mundo, incorporando símbolos nazistas e a própria saudação com o braço esticado aos seus rituais (NELSON, 1993).

Estima-se que o crescimento dos skinheads fascistas nos EUA deu-se na década de 1990, período no qual a maior parte do material por nós analisado foi produzido. As poucas células existentes até então eram desorganizadas, até que grupos como a *White Aryan Resistance* (*WAR*), que já possuía certa notoriedade entre os supremacistas estadunidenses, promoveram os primeiros esforços em organizá-las e dar-lhes um sentido político mais coeso. Por volta de 1988, a *WAR* tornou-se um lugar de convergência dos fascistas estadunidenses e a promoção do primeiro festival de música fascista do país, o *Aryan Fest*, realizado em Oaklahoma, contribuiu solidamente para isto (OLIVEIRA, 2018).

Outra organização estadunidense sem fins lucrativos, a *Anti-Defamation League*[7], revelou em um relatório denominado *Racist Skinhead*

6 POTOK, Mark. Racist skinheads: Understanding the threat. Alabama: SPLC Publications, 2012.

7 Ver "Racist Skinhead Project: California" – Disponível em http://archive.adl.org/racist_skinheads/states/california.html. Último acesso em 17 de mar. 2025.

Project que movimentos de relevância como o *Berdoo Skinheads* e a *The Order*, de David Lane, ambos situados na Califórnia, eram grandes protagonistas do ideário nacional-socialista no país. Mas, eles não eram os únicos. A *Aryan Nations*[8] era uma das mais tradicionais organizações políticas racistas dos EUA desde os anos 1970. Fundada por Richard Butler, tinha como objetivo o afastamento de todas as raças não-brancas dos EUA, unindo discurso político a ações paramilitares de conotação nazista (BARKUN, 1994). Todas estas organizações tiveram em suas fileiras membros de bandas de rock fascista, ou algum tipo de aproximação com essas bandas.

Em suma, o rock fascista é um gênero musical cheio de subgêneros, cujas sonoridades e preferências temáticas podem variar. Contudo, a centralidade das visões de mundo fascistas é um fundamento que acompanha suas variações. Trata-se de um lugar de idealização e difusão dessas visões de mundo, que permite a sobrevivência dos fascismos e sua presença em nosso tempo. Nesse processo, há rupturas e continuidades entre os fascismos de hoje e os do passado, mesmo que a essência ideológica seja preservada. O rock fascista nos ajuda a observar isto. Nos EUA, o gênero ganhou contornos próprios, os quais começaremos a esmiuçar mais detidamente a seguir.

O flerte dos estadunidenses com o nazismo: diálogos possíveis

Até os acontecimentos transcorridos em Charlottesville no ano de 2017, a maior manifestação pública de orientação fascista ocorrida nos EUA havia sido o comício da *German American Bund*, em Nova York, no mês de fevereiro de 1939. Naquela ocasião, cerca de 20 mil pessoas se reuniram na Madison Square Garden para ouvir Gerhard Wilhelm Kunz, secretário de relações públicas da organização, manifestar seu apoio a Adolf Hitler em seus intentos imperialistas de conquista da Europa, afirmando se tratar de

8 Para os propósitos de nossa discussão, é válido darmos alguma atenção à *Aryan Nations*. Parte de um movimento pelo estabelecimento de uma identidade cristã, a organização se amparava nos sermões de Wesley A. Swift, pastor da Carolina do Sul que desde os anos 1940 difundia a ideia de que o cristianismo era uma manifestação da pureza da raça branca. Por essa razão, combater a existência de "outras raças" era uma forma de disseminar o cristianismo. Ao mesmo tempo, para que isso se efetivasse era necessário subjugar, mesmo com a força das armas, nações dominadas por outras raças e outras doutrinas. No começo do século XXI, a *Aryan Nations* foi classificada pelo FBI como grupo terrorista (LEVITAS, 2002).

motivo para grande esperança entre os brancos ocidentais. Na manifestação, o presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt foi duramente criticado por transparecer sua contrariedade com os nazistas, sendo também acusado de conchavos com banqueiros judeus e por defender comunistas. Para os membros da organização, Roosevetl havia atirado os EUA a uma teia de dominação judaica e bolchevique (BELL, 1970). A aderência significativa de parte dos estadunidenses ao nazismo não é um fenômeno recente.

É mister esclarecermos que quando nos referimos a nazismo estadunidense, estamos a tratar da forma como essa visão de mundo e comportamento político ganhou corpo nos EUA. Naquele país, o nazismo é marcado pela cultura nacional na qual encontrou aderência com certo imediatismo, embora as circunstâncias contextuais tenham exigido alguma adaptação. Por exemplo, o discurso de supremacia racial nazista caminhou alinhadamente e colaborou com as estruturas racistas já presentes em um país notoriamente segregado. Simultaneamente, os nazistas estadunidenses atacaram também a população negra em suas ações, não se limitando aos judeus. A razão é óbvia, mas não custa ser delineada: ao contrário da Alemanha, a presença de pessoas negras era substancial nos EUA e isso tornava presente um passado marcado pela escravidão, portanto gerador de tensões. Sob rigorosas leis implementadas em diferentes dimensões da vida social, os negros estadunidenses já eram, antes do nazismo, alvos constantes da população branca.

Em 1995, um homem chamado Naseer Ghani, de ascendência árabe, teria matado um skinhead supremacista nos EUA e, apesar do crime, não foi condenado com a pena máxima pela justiça. Esse é o tema da música *Naseer Ghani*, da banda *The Voice*, lançada em 1996 no álbum *Rage.* Na contracapa do disco é possível ler a palavra *14 Words* abaixo da lista com os nomes das dezesseis músicas nele contidas. Um trecho da mencionada canção diz: "Chegou a hora de fazermos justiça com nossas próprias mãos/E mostrar a esses pretos que essa é a nossa nação/Chegou a hora da nossa vingança/Por todo o sangue dos homens brancos já derramado".[9] Apesar de o racismo ser prosaico nos EUA, o discurso da música revela certas nuances do tipo de racismo ali praticado.

O discurso sugere que a nação estadunidense é uma exclusividade dos brancos. Logo, o conceito de nação ideal é determinado por elementos raciais. É a perpetuação da crença colonialista na superioridade racial e cultural, cujo arcabouço ideológico afirmava que os europeus e seus descendentes diretos

9 VOICE, The. Naseer Ghani. In: Rage. St. Paul: Tri-State Terror, 1996, faixa 07. Tradução nossa.

tinham o direito e o dever de civilizar povos considerados "inferiores". Isto foi o motor da colonização imperialista no século XIX (FERO, 2017). E se os EUA foram fundados por europeus, entre os quais essa crença remontava ao século XV, durante o afluxo das estratégias de dominação colonial da expansão ultramarina, a cultura do país possuía, desde a sua fundação, o germe de uma cultura da superioridade racial (HORNE, 1999).

A mesma crença é verificável no nazismo, evidentemente. Para os compositores da aludida música, o nazismo é uma visão de mundo que se soma a uma outra já presente na mentalidade estadunidense, constantemente evocada em discursos racistas. Nesse sentido, o que vemos no desejo de vendeta racial expresso no trecho é indício de uma intelecção colonialista doméstica. No caso, a música desenha um cenário de tensões internas causadas pelo contato entre diferentes raças e resultando em prejuízos para os brancos. Com isso, a grandeza racial não pode ser efetivada devido à presença do elemento considerado estranho a um padrão cultural e racial desejado.

Se assegurar a homogeneidade racial é visto como indispensável para determinar a força nacional, esta deve servir para subjugar e destruir o inimigo. A música *Our voice is stronger*, da banda *Bound for Glory* – uma das mais antigas dos EUA -, traduz isto nas seguintes palavras: "Se morrermos, não será em vão/Ninguém será esquecido/Mas quando os inimigos se forem, ninguém saberá seus nomes". Há uma clara narrativa simpática a um tipo de enfrentamento que muito lembra um combate, talvez uma guerra, na qual inimigos se enfrentarão e inevitavelmente haverá perdas – portanto, nada que fuja ao ideário belicista típico dos fascismos (PAXTON, 2007).

A música segue: "Eu não descansarei até que destrua o complô maligno/E recupere de vez a força e a liberdade pelas quais lutei/E no final não iremos nos curvar/A nossa força irá conquistar e destruir seus territórios e suas mentiras".[10] A qual complô maligno a banda se refere, nós não sabemos. É possível que a banda tenha imaginado uma conspiração articulada por um de seus incontáveis inimigos, prática comum aos fascistas e especialmente aos nazistas, para os quais o conspiracionismo é sempre um dispositivo para estabelecer cenários de perigo iminente que justifiquem a ação militar (BERTONHA, 2008). Se há dúvidas sobre o alinhamento da banda com o nazismo, devemos destacar que a capa do disco no qual a música supracitada aparece é ilustrada por um solado da *Hitlerjugend*, orgulhosamente empunhando a bandeira da instituição. Seja como for, é contundente a presença de um discurso para o qual a conquista de um território é consequência da

10 BOUND for Glory. Our voice is stronger. In: The fight goes on. Ontario: Resistance Records, 1994, faixa 06. Tradução nossa.

vitória em um confronto.

Como já foi destacado, havia no nazismo dos anos 1930 e 40 um culto ao expansionismo, prática cara ao imperialismo. Essa expansão foi a causadora da Segunda Guerra Mundial e esse culto era fundamentado na guerra, único caminho para a prevalência das nações mais fortes sobre as mais fracas, segundo a perspectiva nazista. As nações mais fracas, como consequência do processo, deveriam ser ocupadas e exploradas conforme as necessidades do centro de poder dominante. Porém, naquela conjuntura as vítimas não eram mais países fora do continente europeu, mas nações consideradas bastiões da civilização moderna, como a França e a Inglaterra. Portanto, "o que estava em risco nessa luta não era só o futuro doméstico" dos alvos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, "ou a guerra e a paz de um modo geral, mas a defesa das nações" (HOBSBAWM, 2011, p. 164) e de suas soberanias. Corremos o risco de incorrer em uma suposição infundada, mas o discurso da mencionada música, proferido em um momento de intenso fortalecimento dos valores estadunidenses para firmar as conquistas sobre o comunismo nos primeiros anos após o ocaso da Guerra Fria, não parece despropositado: a música é datada de 1994.

Além disso, há mais. O discurso é sombreado pela recente Guerra do Golfo (1990-1991), para a qual houve uma justificativa bastante defendida pelo governo estadunidense: a proteção de "nações amigas" atacadas por um inimigo constantemente descrito como bárbaro e incivilizado. Durante o conflito, marcado pela ameaça iraquiana a uma robusta reserva petrolífera até então sob controle de parceiros estadunidenses, telejornais e a imprensa de um modo geral enfatizaram como a guerra era, também, uma forma de defender princípios democráticos e valores caros ao povo dos EUA (FREEDMAN; KARSH, 1993).

Tanto Klaus Hildebrand (1973) quanto Andreas Hillgruber (1981), entre outros investigadores, concordam que os alemães se interessavam pelo Leste da Europa antes mesmo dos nazistas assenhorarem-se do poder. E embora os propósitos de longo prazo dos nazistas fossem capitaneados por uma orientação racista proeminente, distanciando-se das posturas pregressas dos alemães quanto às suas políticas exteriores, a conversão da Alemanha em nação de proporções continentais povoava a mentalidade dos estrategistas germânicos desde muito antes. Isto é um fato, apesar de podermos problematizar as afirmações dos autores acima enunciados sobre os nazistas terem um plano plenamente definido de conquista e expansão global herdado de seus antecessores.

Talvez o ponto distintivo fundamental entre o colonialismo praticado antes e depois do nazismo seja a forma como os nazistas levaram

a lógica da superioridade racial e da expansão territorial a um extremo sem precedentes dentro da Europa. Este fato indubitavelmente levou o mundo à Segunda Guerra Mundial, à qual o Holocausto se coadunou para caracterizar um processo histórico exemplar à compreensão da falta de limites ideológicos colonialistas, potencializada pelos nazistas. O Holocausto emerge como ilustrativo do desenvolvimento colonialista e de sua adesão a um projeto nacionalista expansionista. Uma das marcas de seu processo de desenvolvimento é certamente a aparência industrial que teve.

Como é sabido, o regime nazista implementou políticas de genocídio, escravização e exploração econômica em territórios ocupados, mormente no Leste da Europa. Essas práticas têm paralelos evidentes com as violências perpetradas pelos impérios europeus durante o século XIX. Exemplo disto é o genocídio dos Herero e Nama, na Namíbia, praticado pelas forças coloniais alemãs ainda no alvorecer do século XX. A lógica brutal e as políticas de segregação racial implementadas nas colônias alemãs são claros precedentes para as políticas nazistas, cuja referência era, em parte, esse passado recente. Não podemos esquecer que os campos de concentração arquitetados pelos nazistas têm semelhanças gritantes com os campos de trabalho forçado e extermínio comuns nas colônias antes mesmo do processo de criação da política de extermínio pelos nazistas (WISTRICH, 2002).

Para entendermos o nazismo, é necessário compreendermos que imperialismo, guerra e genocídio são indissociáveis de seu ideário. A ideia de "guerra total", uma guerra para acabar com todas as guerras eliminando totalmente o inimigo por meio dos esforços gerados pelo envolvimento total da nação (AGOSTINO, 2004), é cervical para o nazismo e está na gênese da Solução Final, sendo o elemento aglutinador do nacionalismo nazista. Se o pangermanismo foi a pedra fundamental do antijudaísmo nazista, mobilizando forças nacionalistas para fortalecer a eliminação dos judeus, seu combustível era a convicção no estabelecimento de um império condizente com a pretensa grandeza da raça ariana da qual os alemães faziam parte.

A construção desse império necessitava, como já vimos, de um espaço vital. Para ele existir, uma mentalidade colonialista, embasada no extermínio das "raças inferiores", foi crucial (SCHLEE, 2002). Conversa com essa perspectiva a música *Fire up the ovens*, da banda *Bully Boys*, lançada em 1999: "A guerra final se aproxima rapidamente/Pagarão por todos os seus crimes de uma só vez". Quem pagará? Em breve saberemos. Antes, vale sublinharmos a assídua ideia de uma guerra final da qual, pelo que podemos auferir, a derrota de um inimigo estabelecido é sempre iminente, garantindo, portanto, a vitória do nazismo – visão de mundo à qual os compositores se associam. Como é possível atestarmos isto? Vamos adiante.

A música segue dizendo: "Acenderemos os formos, faremos tudo novamente/Não deixaremos pedra sobre pedra/Queimaremos até o último judeu".[11] A referência aos fornos, nos quais os corpos de milhões de judeus foram eliminados durante o Holocausto, nos coloca diante de ao menos duas conclusões possíveis. Primeira e mais óbvia: os compositores, membros da banda, são nazistas e desejam a repetição do que os nazistas do passado fizeram contra seus inimigos. Segunda: os compositores não são nazistas, apenas antijudeus que buscaram numa referência máxima da violência contra os judeus uma forma de atacá-los. Para nós, a primeira conclusão é a mais apropriada, pois a banda possui uma discografia na qual discursos e símbolos nazistas aparecem destacadamente. Além disso, não pode ser coincidência o disco acima citado ter sido lançado por um selo chamado *Panzerfaust*[12] *Records*.

O ódio nazista contra os judeus não se originava em uma contenda religiosa, tampouco meramente cultural. Era proveniente da convicção de que os judeus compunham uma raça degenerada, desprovida de nação e parasitária; portanto, o oposto do que os alemães idealizavam sobre a raça ariana. Uma vez que os fascistas de cada sociedade designam seus próprios "inimigos objetivos", é claro que "o judeu pode ser o outro conveniente por excelência em uma sociedade com grande número de judeus, cultos e ativos politicamente" (TEIXEIRA DA SILVA, 2014, p. 33), como era o caso não apenas da Alemanha nos anos 1930, mas dos EUA ao longo do século XX. No caso dos EUA, os negros têm sido "o outro conveniente" (GAY, 1995) mais alvejado em ataques racistas desde o fim da escravidão, embora não seja o único.

Se por um lado o ódio racial aos judeus é marcante, por outro o ódio aos árabes muçulmanos emerge para manifestar um tipo de intolerância triplamente qualificado. Primeiro, pela incompatibilidade entre uma cultura fortemente cristianizada e o islamismo. Depois, pelo histórico embate cultural, político e militar entre EUA e o chamado "mundo árabe", longamente estigmatizado pelos estadunidenses como centro nevrálgico da resistência incivilizada (MUNHOZ; SOUZA, 2012). Por fim, pelo ódio nazista ao que não é branco. Além do mais, embora os nazistas consigam, em alguns casos, aproximarem-se dos muçulmanos antijudeus – como fica claro no caso europeu, onde muitos neonazistas manifestam apoio à causa antijudaica de alguns movimentos árabes (SALAS, 2006) -, nos EUA do pós-

11 BULLY Boys. Fire up the ovens. In: Best of Bully Boys – 1984-1999. Minessota: Panzerfaust Records, 1999, faixa 01. Tradução nossa.

12 Arma alemã criada pelos nazistas e vastamente utilizada na Segunda Guerra Mundial. Era um importante instrumento de ataque aos carros de combate soviéticos.

11 de setembro de 2001 isso parece ter se tornado impraticável (se é que algum dia foi possível).

Meses depois dos atentados ao *World Trade Center*, a banda *Angry Aryans* lançou a música *Islam, religion of whores*, no disco *Old school hate*. A sua letra diz: "Vocês odeiam os judeus, mas são iguais a eles/Povo de pele escura e herança inferior/Vocês ficam de quatro para adorar aos seus deuses/ No chão, seu cão árabe fétido".[13] O discurso reforça a crença equivocada de que todos os árabes são muçulmanos e odeiam judeus. Comparam os árabes aos judeus em termos do que significam para os nazistas. Ressaltam a ideia de superioridade racial enquanto atacam os ritos religiosos islâmicos, denotando desprezo pela cultura alheia. Ao desumanizarem os árabes, procedem no sentido de engrossar o coro dos que após o 11 de setembro de 2001 passaram a atacar generalizadamente os árabes e muçulmanos, fossem eles residentes dos EUA ou não.

Enquanto nos EUA se alastrava um anti-islamismo visceral, o governo de George W. Bush catapultou as forças militares do país ao Afeganistão em busca de Osama Bin Laden e membros da Al Qaeda, para depois investir contra o Iraque de Saddam Hussein, onde acreditava ser um centro difusor de armas de destruição em massa. A Guerra do Iraque, a posterior captura de Hussein e sua execução, além da ocupação de Bagdá pelos EUA durante anos, foram respaldadas por uma população entusiasmada pela guerra e movida por um nacionalismo fervoroso capitalizado pela Casa Branca (MUNHOZ; SOUZA, 2012).

Tencionamos termos deixado claro até aqui como nazismo, imperialismo e colonialismo se articulam e resultam nas premissas genocidas do Holocausto e belicosas da guerra, atualmente expressas na violência urbana e militar. Para o nazismo, o discurso colonialista é inequívoco e se manifesta no racismo e em um ufanismo corriqueiro entre os nacionalistas. Nos EUA, como vimos, os nazistas do tempo posterior ao da guerra seguem o roteiro dos fascismos tradicionais, incorporando elementos mais presentes na cultura estadunidense ao corolário nazista. Cabe, a partir deste ponto, buscarmos mais profundamente as influências da cultura estadunidense no nazismo praticado nos EUA, almejando o resultado de uma equação que nos permita enxergar aproximações e distanciamentos mais acuradamente.

13 ANGRY Aryans. Islam, religion of whores. In: Old school hate. Hillsboro: Resistance Records, 2001, faixa 14.

As profundezas de um terreno fértil sobre onde floresceu o nazismo nos EUA

É preciso enfatizar que a política externa estadunidense possui uma longa tradição intervencionista pouco detida por entraves morais, sintetizada na fala do ex-secretário de Estado Dean Acherson ao afirmar que "a pertinência de uma resposta americana a um desafio lançado a seu poder, a sua posição e ao seu prestígio não pode ser puramente legal" (ACHERSON, 1962 apud FERRO, 2017, p. 79). A pressuposta ilegalidade de ações militares estrangeiras estadunidenses precisa ser interpretada sob a perspectiva de Gerald Horne (1999, p. 303), que recomenda acertadamente: "não se pode começar a entender a política estrangeira dos EUA" no século XX "sem contemplar a raça e o racismo". Igualmente, "não se pode começar a entender a diminuição e o aumento da importância da raça e do racismo nessa nação sem contemplar um contexto global". Isto significa que a cultura branca estadunidense, construída e mantida em âmbito interno e externo, criou barreiras à participação de outras etnias na vida política e social devido à presença do racismo em suas bases e à longevidade da segregação racial no país. O discurso de uma constante ameaça à hegemonia branca representada por outras raças está no cerne da cultura estadunidense, em consonância com o que vemos no nazismo.

Não desejamos, de forma alguma, incorrer no erro de categorizar genericamente a cultura estadunidense como idêntica à cultura política nazista. Tampouco intencionamos dizer que os estadunidenses são todos racistas radicais, pois a sua cultura está lastreada em fundamentos racistas. Nosso propósito é ressaltar os elementos que permitiram o nazismo penetrar a cultura estadunidense e crescer dentro dela de forma singular. Isto posto, é possível localizarmos as semelhanças entre um ideário imperialista estadunidense e nazista, sobretudo porque, como vimos, parece existir uma histórica falta de pudores entre os governantes estadunidense em intervir fora de seus limites territoriais quando as elites brancas se veem ameaçadas, situação para a qual a reposta tem sido, não raramente, intervenções militares constantes.

Prestemos atenção ao que diz a música *Asian invasion*, da banda *Angry Aryans*, lançada em 1999: "Há uma invasão acontecendo/Uma invasão lenta da raça amarela". Notem que a ameaça invasora não é apenas um estrangeiro, mas pertence a uma raça destacada. Continuando: "Esses nipônicos de olhos puxados, que não podem viver sem arroz". É pontuado um estereótipo, a fim de reforçar comportamentos repetitivos que removem dos sujeitos qualquer complexidade humana. Em seguida: "Eles vêm da Terra

do Sol Nascente/Ei, homem branco, você está nessa?/Precisamos invadir antes de sermos invadidos".[14]

É outra vez necessário trazermos as contribuições de Horne (1999) ao debate. Ele nos lembra que ao vencer a Rússia em 1905 na Guerra Russo-Japonesa, os japoneses levantaram dúvidas nos ocidentais sobre sua pretensa superioridade. Afinal, uma nação asiática havia derrotado um império europeu branco e de grande envergadura. Outra vez, em 1941, em decorrência do ataque ao porto de Pearl Harbor, fato diretamente responsável por envolver os EUA na Segunda Guerra Mundial, essa mesma dúvida voltou à baila. Não obstante, os EUA, ao encerrarem o conflito internacional como uma das grandes potências globais, se projetaram como bastião da defesa de uma cultura ocidental, que na verdade era uma consubstanciação de sua própria cultura com certos fragmentos da cultura do Oeste europeu. Vale recobrar que o Japão foi duramente impactado por isso.

As bases dessa mentalidade tão difundida ao longo do pós-guerra foram construídas com a colaboração de intelectuais como Samuel Huntington (1997), que por meio de sua teoria do choque de civilizações operava com a noção de decadência do Ocidente como fruto das ações orientais. Tanto ele quanto Bernard Lewis (1990) inverteram e distorceram o sentido de choque de civilizações originado no pós-guerra por Arnold Toynbe (1961). Em *Who we are?* (2004), Huntington assume um discurso claramente afeito à defesa da cultura étnica branca, professando opiniões cristãs conservadoras e resgatando as raízes anglo-saxônicas como referências culturais para um presente fragmentado.

Muito antes das contribuições de Huntington (2004) e de seus pares, a cultura estadunidense já se amparava eminentemente em sustentáculos como a doutrina do Destino Manifesto. Essa doutrina motorizou a expansão colonial interna estadunidense no século XIX, em especial durante a corrida para o Oeste. Em consonância com as concepções nacionalistas europeias, o Destino Manifesto expressava a crença no processo colonizador estadunidense como instrumento civilizatório, pois aquele povo havia sido designado por Deus para levar aos "selvagens" a disciplina e a moral. Com isso, a doutrina, incrementada por premissas religiosas e raciais, ressaltava as virtudes do povo estadunidense na construção de instituições e sociedades avançadas, o que gerava um "fardo necessário": conquistar territórios para garantir, por meio da colonização, a redenção dos povos não brancos e não cristãos mesmo que isso custasse vidas brancas, em nome da modernização

14 ANGRY Aryans. Asian invasion. In: Racially Motivated Violence. Detroit: Tri-State Terror, 1999, faixa 05. Tradução nossa.

(MORRISON, 1997).

Na longa história das relações entre, primeiro, os EUA e a América Latina, e, posteriormente, os EUA e outras nações do globo, as intervenções militares, políticas e culturais são flagrantes. Isto somente foi possível devido à existência de consensos internos, sobre os quais o Estado se sustentava para agir em defesa de valores benéficos à própria segurança dos ideais estadunidenses. Com isto, sob a justificativa de civilizar os "selvagens" (fossem eles, inicialmente, os indígenas norte-americanos, ou, posteriormente, os árabes) e proteger o que diziam ser democracias liberais (fosse no Brasil em 1964 ou no Chile em 1973), os EUA atuaram além dos seus limites políticos para impor a outras nações as suas vontades e a universalização de seus valores. Um comportamento imperialista moderno, que embora distinto do praticado pelos velhos impérios europeus no século XIX expressa a necessidade estadunidense de uma centralidade política internacional.

Não é de se admirar que uma nação erigida sobre esses princípios os tenha denotado destacadamente em seu comportamento no cenário global. Parte da doutrina do Destino Manifesto se lastreia na convicção de que a expansão civilizatória não somente garante a satisfação dos desígnios de Deus dos quais os EUA estão imbuídos, mas também garante a salvaguarda da cultura branca estadunidense, um povo que se compreende historicamente como socialmente superior (MORRISON, 1997). De forma compatível, na Alemanha nazista predominava a ideia de que o povo germânico, embora definitivamente superior aos outros povos, "estava em perigo mortal de desintegração. Por essa razão, a pureza do seu sangue necessitava ser preservada, o que significava, sobretudo, a eliminação da influência judaica" (LAQUEUR, 1996, p. 24). Para que isso fosse garantido, a Alemanha precisava impor a ampliação do escopo de sua influência internacional e de seu espaço vital (CLAY, 1995).

Portanto, podemos dizer seguramente que a convicção na necessidade de um ímpeto colonialista, tanto por parte da doutrina do Destino Manifesto, quanto por parte do imperialismo nazista, é forjada na autocompreensão nacionalista das nações como dotadas de uma superioridade natural. Outrossim, proteger a nação é garantir a possibilidade de sucesso expansionista. Está na essência dos fascismos a contraditória percepção da nação como superior e imponente, ao mesmo tempo que ameaçada por um inimigo inferior, mas tão imoral que é capaz de tudo para alcançar seus intentos (KONDER, 2009). Algo disso se imprime na letra da música *North side of eight mile*, da banda *Angry Aryans:* "Houve um tempo em que Detroit era comandada por brancos/Agora temos um bando de negros reclamando seus direitos/O que houve com os dias de progresso Euro-Americano?/Agora

não resta nada além de retrocesso africano".

A reclamação dos negros por direitos é vista como uma afronta, algo inaceitável. Isto pressupõe o desejo de participação na vida política da comunidade e, caso tais direitos sejam garantidos, deve haver uma diversidade maior na tomada de decisões. Um certo "progresso Euro-Americano", elo de conexão com a história dos imigrantes brancos que fundaram os EUA, parece ameaçado pelo retrocesso supostamente causado pela disseminação da cultura negra. Não podemos escapar a uma conclusão óbvia: para os compositores da música, dividir espaço com o "outro" – aqui representado pelo negro – é um sinal de fragilidade nacional.

Seguimos pela música: "Nós demandamos as nossas bases de volta/Vamos retomar o nosso país/Vamos cobrir esses macacos com nossas chicotadas". A ideia de retomada sugere a ocorrência de um vilipêndio. Como se a população negra, em um país historicamente segregado, realmente dispusesse de condições para obter o tipo de controle que a música sugere existir. A prática colonialista é subvertida para ganhar a aparência de rebeldia. A menção à chicotada como forma de ataque é simbólica, e evidentemente se refere às torturas sofridas pelos africanos escravizados e levados ao país no passado. Da mesma maneira, a referência ao macaco é um comportamento típico do racismo contra os negros. O trecho da música se encerra dizendo: "Não precisamos fugir, não precisamos correr/Recuperaremos nossas antes orgulhosas terras/Pela mira de nossas armas".[15] As armas, parte do fetiche militar fascista (TEIXEIRA DA SILVA, 2000), parecem a solução para uma velha questão: a do território, seja ele doméstico ou não. Esta questão, como já pontuado, está no cerne do colonialismo imperialista praticado pelos EUA e pelos nazistas, cada um à sua maneira.

O racismo fascista, de um modo geral, busca substituir a luta de classes e legitimar a destruição da alteridade em nome do progresso e da união nacional, sendo a nação traduzida como um ente que concentra a superioridade da raça, em especial no caso do nazismo. Neste sentido, promove o que Paxton (2007) destacou como uma "corrida darwinista".[16] Este princípio, no entanto, já existia antes do nazismo e fazia parte de políticas de Estados ditos democráticos: os impérios europeus do século XIX. A diferença é que esse

15 ANGRY Aryans. North of 8 mile. In: Too white for you. Detroit: Tri-State Terror, 2002, faixa 02. Tradução nossa.

16 As primeiras teorias sobre o chamado "darwinismo social" surgiram na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, no Reino Unido e em boa parte da Europa Ocidental. Tinham como base a transposição da teoria da seleção natural de Darwin para a sociedade, descrevendo o uso dos conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos para justificar o racismo. Essas teorias acabaram por fundamentar a eugenia, o nazismo e a perseguição às etnias consideradas inferiores (Paxton, 2007).

princípio se tornou, a partir dos fascismos, mais amplo e aberto. No caso dos EUA, país fundamentalmente liberal e capitalista, as ideias de livre iniciativa e de competição meritocrática tão institucional e culturalmente difundidas certamente abriram espaço para a "corrida darwinista" dos fascismos (GROSS, 1980).

Igor Lapsky (2014, p. 91) comenta como, nos EUA, há uma tendência ao conservadorismo por uma parte da população que "se mostra na história do país, pois todas as crises que ocasionam problemas econômicos e sociais" acabaram fazendo "com que a população fortalecesse os movimentos conservadores". É o que tem ocorrido no país atualmente. E se, como reforça o autor, o conservadorismo é constituído por características como a "descrença na razão como guia; compreensão da sociedade como organismo vivo, impossibilitando a transferência de experiências históricas; e uma aversão a mudanças abruptas" (LAPSKY, 2014, p. 95), então o racismo aparece como uma das expressões disto.

O uso das armas mencionado na música sublinha uma força a mais nessa corrida contra o estabelecimento do "outro" e, é claro, a favor da preservação nacional-racial. Além disso, obviamente sugere também o morticínio. A vítima desse morticínio, como o leitor já deve supor, é o "outro", o não-germânico, não-estadunidense ou, resumidamente, o não-branco. Logo, temos argumentos para afiançar que aqui a idealização da nação passa pela necessidade de ação. Essa ação é sugerida constantemente: "Saia de cima do muro, homem branco/É hora de chutar alguns traseiros/ Pulverize os negros, destrua a porra dos viados/Pegue um porrete e derrube um judeu babaca/Deixe sua carcaça *kosher* pálida"[17], diz a banda *Angry Aryans*, em *Aryan Rage*. Além dos não-brancos, os sujeitos que não aderem a uma heteronormatividade conservadora são atacados em um convite à violência.

Ao mesmo tempo em que as visões de mundo aqui elencadas dão continuidade a expressões próprias do nazismo dos anos 1930-40, também buscaram discursos que pudessem "parecer tão familiares e reasseguradores aos americanos quanto a linguagem e os símbolos do fascismo original eram familiares e reasseguradores para muitos italianos e alemães" (PAXTON, 2007, p. 330). Na Alemanha, uma sociedade na qual o antissemitismo era sobrestante na primeira metade do século XX, converter os judeus em bode expiatório não foi tarefa difícil para os nazistas, apesar de todo empenho despendido pelo *Reich*. O terreno para isso vinha sendo preparado desde o

17 ANGRY Aryans. Aryan Rage. In: Racially motivated violence. Detroit: Tri-State Terror, 1999, faixa 02.

século anterior (ELIAS, 1997). Assim, em uma sociedade essencialmente cristã e branca como os EUA, os negros e os judeus, bem como outras etnias que vieram a se tornar vítimas convenientes pela sua presença numerosa, acabaram atirados a um mesmo rol de inimigos.

A presença do "inimigo" interno leva ao sonho de sua destruição. Isto, por sua vez, coaduna-se com o ímpeto de conquista, expansão e, finalmente, proteção nacional típico do nazismo. Vejamos a música *My Dreamland*, da banda *Extreme Hatred:* "Caminhando e sonhando com uma terra distante/ Onde os brancos orgulhosos dão as mãos/Lá não há medo, pois a paz reina/ Liberdade para todos os brancos é a conquista da Terra dos Sonhos".[18] Que "terra distante"? Com que terra sonham os compositores? Podemos sugerir ser um passado idílico, geralmente resgatado pelos fascismos para dar sentido ao presente como um modelo a ser resgatado. É também possível que "distante" não se refira à geografia, mas à dificuldade de realização. Fora do campo da especulação, a única certeza está na continuidade de um ideário expansionista, irresistivelmente colonialista, para o qual o extermínio do inimigo parece indispensável.

O colonialismo implica na guerra para a conquista, na agressão, na desestruturação da cultura alheia e finalmente na exploração, seja ela econômica ou de qualquer outra natureza. É, como já destacamos, parte considerável da força motriz do imperialismo para o qual o nacionalismo é um combustível. O racismo é um dos eixos de conexão entre estes variados sistemas de ideia, que se complementam e se retroalimentam. No afluxo dessa exploração, para a qual a questão racial possui grande relevância, existe o esforço conjunto e calculado para a transformação dos dominados em sujeitos desprezíveis, sobre os quais o terror do genocídio tem constantemente recaído - foi o caso dos judeus na Europa, durante o nazismo. Onde quer que os alemães ocupassem e explorassem, esses sujeitos logo eram vitimados.

Considerações finais

Em 2025, o republicano Donald Trump assumiu o governo dos EUA para um segundo mandato, após sua primeira administração ser interrompida em 2020 quando não conseguiu se reeleger, por ter sido derrotado pelo

18 EXTREME Hatred. My Dreamland. In: Have a nice day. California: Independent, 1997, faixa 06.

democrata Joe Biden nas eleições presidenciais. À época, Trump recusou-se a aceitar o resultado das urnas e incitou seus aguerridos apoiadores a invadirem o Capitólio, no dia seis de janeiro de 2021, buscando intervir nos procedimentos de formalização do novo governo. Ainda mais radical em sua agenda anti-migratória, intervencionista e persecutória, Trump assumiu também uma postura mais abertamente imperialista em sua segunda passagem pela Casa Branca, sugerindo ações militares para tomar o Canal do Panamá e até países próximos e independentes, como a Groelândia e o Canadá. Recentemente, militares estadunidenses atacaram a Venezuela e raptaram o presidente Nicolás Maduro. Além disso, participam ativamente dos ataques conjuntos com Israel ao Irã.

Em meio a um clima de recessão econômica iminente e de uma inflação aguda, acentuada pela guerra tarifária aberta contra países historicamente parceiros como Canadá, Brasil e México; bem como contra adversários conhecidos, como a China, as declarações de Trump ecoam discursos de superioridade racial e nacionalismo extremista. No bojo disso, a criação do *Department of Governmental Efficiency* (DOGE), liderado pelo bilionário Elon Musk (um dos mais importantes financiadores da campanha de Trump), somou-se às muitas controvérsias da administração. Por um lado, porque diversos analistas creem em uma influência desmedida dos interesses de Musk no governo por meio do DOGE enquanto esteve no cargo, tendo ele conquistado um papel importante na administração mesmo não tendo sido eleito pela população. Por outro, pois Musk chamou a atenção da opinião internacional por cumprimentar o público com o que pareceu uma saudação fascista, no evento de inauguração do governo Trump.

Quase três meses após iniciado o segundo mandato de Trump, o jornalista Jesse Watters, da *Fox News* – empresa mais fiel ao presidente entre as que compõem os grandes conglomerados televisivos tradicionais -, declarou que tomar a Groelândia, ou qualquer outro país, seria um favor concedido pelos EUA. Ele argumentou que o Japão sofreu com duas bombas atômicas e saiu de "território insignificante" para potência econômica internacional em poucas décadas, com apoio estadunidense. Com essas palavras, Watters afirmou que, às vezes, é necessário queimar uma ponte para construir outra. Por fim, declarou que Donald Trump é um líder estimado, cujos esforços para perpetuar o Destino Manifesto não são apenas visíveis, mas necessários.[19]

O fato é que Trump, Musk e a boa parte dos membros da extrema-direita em geral defendem ideias muito semelhantes às defendidas por alas

19 WATTERS, Jesse. "Trump is tapping young talent to make this the 'American century'". Fox News, 28 mar. 2025. Disponível em: http://foxnews.com/video/6370714458112.

consideradas mais radicalizadas desse espectro político, como é o caso dos nazistas ou dos nacionalistas cujo apego a doutrinas supremacistas são evidentes. Embora nem o presidente, nem seus parceiros ou mesmo seus militantes necessariamente apresentem-se todos como nazistas, ou façam uso da simbologia nazista, ou mesmo possam ser, de fato, classificados como nazistas, eles defendem uma "América para os americanos" e constantemente acionam o ideário imperialista e colonialista como referência, além de frequentemente definirem inimigos nacionais úteis a intenções autoritárias. Isto tem gerado uma aproximação que facilita o crescimento de ações nazistas, pois os indivíduos interessados em praticá-las se sentem à vontade para tanto. Os discursos se coadunam. Basta relembrarmos o caso do comício em Charlottesville, já sublinhado neste artigo. Não é coincidência que ele tenha ocorrido justamente quando o país era governado pela administração mais autoritária do país desde os anos da Guerra Fria.

O atual cenário de deterioração da antiga hegemonia internacional estadunidense – ou, como alguns podem dizer, da queda gradativa do império norte-americano – favorece discursos como os de Trump, para o qual a grandeza dos EUA depende do resgate de uma identidade, de sua expansão e de sua força (inclusive militar) internacional. No caso dos nazistas, esse resgate depende do brutal extermínio dos inimigos. E, como argumentamos sobre a tranquilidade com a qual esses indivíduos agem sob governos autoritários, é notável o crescimento de ataques aos "antípodas" da nação por eles idealizada. O nazismo tem sido uma preferência crescente para muitas pessoas no atual contexto.

Consideramos importante destacar que as guerras iniciadas ou apoiadas pelos EUA no chamado Terceiro Mundo, como no Vietnã, Coreia e Timor Leste, durante a Guerra Fria; bem como as intervenções militares na América Latina na segunda metade do século XX, além da Guerra do Golfo, são de suma importância para pensarmos a influência de uma ideologia racista norteadora de ações do país em diferentes contextos. Tais intervenções são objetiva e premeditadamente pensadas, pois os alvos são frequentemente territórios nos quais são verificadas ameaças aos privilégios das elites brancas submetidas ou associadas aos interesses estadunidenses. Mesmo que a questão racial não seja o motivador mor das incursões, ela está historicamente entrelinhada em tais ações. Nelas estão embutidas, também, a antiga e já mencionada crença no Destino Manifesto.

Essa doutrina, mesmo que não exerça mais a mesma influência de antes, permaneceu de forma fragmentada na mentalidade estadunidense e em suas instituições. Ao longo do século XX, ela se fez presente nas justificativas para as imposições dos EUA sobre a América Latina e outras

regiões, em especial durante a Guerra Fria, mesmo que em um novo formato. Estivessem os governos estadunidenses convictos da sua predestinação divina ou imbuídos de interesses econômicos, as intervenções ocorreram. E elas somente foram possíveis pela existência de uma forte convicção nacional sobre essa necessidade, muitas vezes amparada no entendimento sobre a "vocação" do país em espalhar seus valores pelo mundo. Ademais, as intervenções dos EUA em nações da Europa Ocidental são raras, para não dizermos inexistentes. Ainda que não seja possível generalizar, é correto afirmar que essa convicção na superioridade pode, ainda hoje, ter um respaldo social considerável, resultando de esforços para a prática do imperialismo mesmo que numa dimensão mais modesta. Entre os nazistas estadunidenses, essa convicção nunca desapareceu.

Longe de nosso propósito afirmar que os estadunidenses possuem uma pré-disposição ao nazismo; se demos a entender que sim, precisamos reforçar que não foi nossa intenção. Desejamos, sim, mostrar como elementos culturais presentes nos EUA – a saber: uma mentalidade supremacista, ímpetos imperialistas e comportamentos colonialistas – permitem explicar os diálogos possíveis entre esses elementos culturais e a visão de mundo nazista, que por essa razão encontrou forte aderência naquele país. Também não foi nossa intenção dizer que a crença dos estadunidenses em sua superioridade inata e em sua vocação para civilizar outros povos, seja hoje tão presente quanto era no século XIX ou início do XX. Porém, foi sim nossa intenção argumentar que os efeitos ou a continuidade dessas ideias, mesmo que de forma menos acentuada e mais diluída, ainda servem de referência. Sem sombra de dúvidas, é uma referência para os nazistas estadunidenses.

Temos, portanto, imbricações entre um modelo preponderante de nacionalismo estadunidense e o modelo nazista. Existe uma consonância na forma como o nacionalismo mobiliza ideias e comportamentos imperialistas nos dois casos. Indiscutivelmente, ambos são balizados por premissas racistas que possuem suas singularidades, impostas pelos contextos alemão e estadunidense, mas cuja origem parece ser a mesma: um passado idílico, irrecuperável, mas desejado; pelo qual se luta, como para tornar uma utopia real, e por vezes se satisfaz no domínio, mesmo que temporário, de outros povos e territórios. Não defendemos comparar a cultura estadunidense à nazista, mas exprimir como crenças nacionalistas podem convergir e causar efeitos semelhantes, pois organizam desejos consonantes.

Outra conclusão importante é a diluição do extermínio, consubstanciado no Holocausto, mas agora articulado a uma violência redentora fragmentada. O Holocausto não saiu da mente dos nazistas, mesmo daqueles que estão a um oceano de distância do berço do nazismo, do cenário

onde o extermínio ocorreu. Contudo, ele agora se manifesta de outras formas: seja pela exaltação do Holocausto em si, seja na sua referenciação em outros modos de extermínio, destinados a outros inimigos convenientes dos nazistas posteriormente ao fim da Segunda Guerra Mundial.

O rock fascista recupera esse passado. Faz com que ele resista em um tempo posterior. Permite a continuidade de sua herança, especialmente o ódio racial e o massacre como alternativas para estabelecer impérios colonialistas ou ideias imperialistas. Além disso, o rock fascista é uma ponte entre adeptos de uma direita mais "moderada" e a direita radical. Afinal, dos dois lados existem ódios compartilhados, notadamente o ódio racial. Com isto, a música é um instrumento profícuo à diminuição das barreiras ainda eficazes em entravar a disseminação dos fascismos. Como no passado, pode emergir para somar-se aos esforços de organizações e representantes fascistas, sobretudo na constante busca pelos mais jovens. Diferentemente dos anos 1990 e começo do século XXI, o rock fascista tem na internet um meio eficaz de disseminação.

Referências bibliográficas

AGOSTINO, Gilberto. O século XX e a experiência da "guerra total". In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. T. (Org.). *O século sombrio:* uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 239-259.

BARKUN, Michael. *Religion and the racista right:* the origins of the Christian Identity Movement. North Carolina: University of North Carolina Press, 1994.

BELL, Leland V. The failure of nazism in America: the German American Bund, 1936-1941. *Political Science Quarterly*, vol. 85, n. 04, 1970, p. 585-599.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita:* estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Editora UEM, 2008.

CLEY, Catrine. *Master race:* the Lebensborn experiment in nazi Germany. New York: Hodder & Stoughton Ltd., 1995.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos.* Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FREEDMAN, Lawrence; KARSH, Efraim. *The Gulf Conflict 1990-1991:* diplomacy and war in the New World Order. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio.* Trad. Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HILDEBRAND, Klaus. *The foreign policy of the Third Reich.* Berkeley; Los Angeles; University of California Press, 1973.

HILLGRUBER, Andreas. *German and the two World Wars.* Cambridge: Harvard University Press, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos:* o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORNE, Gerald. Race from power: U.S. Foreign policy and the general crisis of "White Supremacy". In: HOGAN, Michael J. (Org.). *The ambiguous legacy:* U.S. foreign relations in the "American Century". New York: Cambridge University Press, 1999, p. 302-336.

HUNTINGTON, S. *O choque de civilizações e a recomposição da Nova Ordem Mundial.* São Paulo: Editora Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. *Who we are?* The challenges to America's national identity. New York: Simon & Chuster, 2004.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAPSKY, Igor. Tea Party: A direita em luta pela "liberdade". In: SCHURSTER, Karl et al (Orgs.). *Velhas e novas direitas:* A atualidade de uma polêmica. Recife: EDUPE, 20114, p. 91-97.

LAQUEUR, Walter. *Fascism:* past, present and future. New York: Oxford University Press, 1996.

LEVITAS, Daniel. *The terrorist next door:* the militia movement and the radical right. New York: Thomas Dunne Books, 2002.

MUNHOZ, Sidnei J.; SOUZA, Mérite de. Fundamentalismos e verdades: história política e subjetividade no Tempo Presente. *Diálogos* (Maringá), vol. 16, n. 02, mai./ago. 2012, p. 601-626.

MORRISON, Michael A. *Slavery and the american west:* the eclipse of Manifest Destiny and the coming of the Civil War. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e contracultura.* São Paulo: Editora Contexto, 2023.

NELSON, Jack. *Terror in the night:* the Klan's campaign agiants the jews. New York: Simon & Schuster, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *O som do ódio:* uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente. Curitiba: Editora CRV, 2018.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo.* Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

SALAS, Antonio. *Diário de um skinhead:* um infiltrado no movimento neonazista. São Paulo: Planeta, 2006.

SCHLEE, Günther. *Imagined differences:* hatred and the construction of identity. Hamburg: Lit Verlag, 2002.

TAYLOR, Stan. *The National Front in English politics.* London: MacMillian, 1982.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: ARÃO REIS, Daniel Arão et al. (Orgs.). *O século XX:* o tempo das crises – vol 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109-164.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Sobre os tribunais no Terceiro Reich. Os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar? In: SCHURSTER, Karl et al (Orgs.). *Velhas e novas direitas:* a atualidade de uma polêmica. Pernambuco: UPE, 2014, p. 28-48.

THURLOW, Richard. *Fascism in Britain:* a history (1918-1985). Oxford: Blackwell, 1987.

TOYNBEE, Arnold J. *Civilization on Trial.* Oxford: Oxford University Press, 1948.

WISTRICH, Robert S. *Hitler and the Holocaust.* New York: Random House, 2002.

A DIMENSÃO COLONIAL EM KRIEGSFIBEL DE BERTOLT BRECHT

The colonial dimension in Bertolt Brecht's Kriegsfibel

Isabela Fuchs[1]

RESUMO

Este artigo analisa a obra Kriegsfibel, de Bertolt Brecht, com foco na articulação entre seus fotoepigramas e a crítica às estruturas coloniais durante a Segunda Guerra Mundial. Compreendendo o colonialismo como elemento constitutivo da modernidade ocidental, investigam-se os fotoepigramas enquanto dispositivos dialéticos que desestabilizam a narrativa hegemônica dos anos 1940 e 1950 sobre o conflito. A partir da análise de três montagens específicas, argumenta-se que a força discursiva de Kriegsfibel decorre do choque entre as imagens da guerra e o tom satírico dos epigramas, compondo uma narrativa que contrapõe os horrores do conflito à voz mordaz de um narrador oculto. Com isso, Brecht revela a persistência da colonialidade do poder e a estetização da barbárie sob o véu da civilização.

Palavras-chave: Kriegsfibel; ABC da Guerra; fotomontagem; Life Magazine.

ABSTRACT

This article examines Kriegsfibel by Bertolt Brecht, focusing on the interplay between its photo-epigrams and the critique of colonial structures during World War II. By understanding colonialism as a constitutive element of Western modernity, the photo-epigrams are analyzed as dialectical devices that challenge the dominant narratives of the 1940s and 1950s about the war. Through the analysis of three specific montages, the article argues that the discursive power of Kriegsfibel lies

1 Isabela Fuchs. É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora colaboradora de História da Arte na Escola de Música e Belas Artes da Universidade Estadual do Paraná (EMBAP/UNESPAR). E-mail: isa.fuchs@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3810-7543

in the tension between war imagery and the satirical tone of the epigrams, creating a narrative that juxtaposes the horrors of war with the sardonic voice of a hidden narrator. In doing so, Brecht exposes the persistence of coloniality of power and the aestheticization of barbarism under the guise of civilization.

Keywords: Kriegsfibel, War Primer; photomontage; Life Magazine.

Introdução

Em 1945, no ano que marca o encerramento da Segunda Guerra Mundial, Bertolt Brecht finalizou a primeira versão de *Kriegsfibel*, obra que só pode ser publicada em 1954. A coleta das imagens que estão presentes em sua obra foi realizada no exílio, que o dramaturgo iniciou em 1933, logo após o incêndio do Reichstag. Em correspondências, ele declarou que as suas constantes travessias entre territórios era também um exercício de constantes escolhas e correspondentes perdas. Como um colecionador, ele deveria selecionar o que carregaria consigo (SOUSA; PEREIRA, 2017. p.4). Em seus diários, reclamava que conseguia produzir apenas pequenos textos, epigramas, octossílabos (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.17). São obras fragmentadas as que ele produziu neste tempo, produzida em sua maioria com colagens, fotografias e recortes.

Em *Kriegsfibel* são operadas páginas em um fundo preto, imagens da mídia de massa e, abaixo delas, um epigrama. Eram fotografias que marcaram diferentes episódios da guerra: líderes, algozes, destroços, corpos desfalecidos. O pequeno poema abaixo cumpria uma certa função funerária – a função dos epigramas na Grécia Antiga – e não procurava explicar a imagem, mas sim chocar contra ela.

Para os limites deste texto, proponho uma reflexão sobre a relação entre os fotoepigramas de Bertolt Brecht e a questão colonial na Segunda Guerra Mundial, buscando compreender como Brecht, ao construir seus fotoepigramas, não apenas demonstra as atrocidades da guerra, mas também evidencia as profundas conexões entre o colonialismo e os conflitos desse evento.

Ao longo do artigo, será utilizada a categoria de colonialismo

enquanto as "situações coloniais impostas pela presença de uma administração colonial" (GROSFOGUEL, 2008. p.126-7), resultando na opressão e exploração cultural, sexual, econômica e política de grupos subordinados por meio do domínio e subjugação de nações colonizadoras. A Segunda Guerra Mundial, por sua vez, foi mais um episódio da organização colonial do globo – que podemos datar a partir do século XV e XVI – reafirmando e reconfigurando mecanismos de dominação e exploração já em curso, evidenciando a persistência das estruturas coloniais sob novas formas, mas também com certos níveis de persistência. Continuava, na ideia do "mito da modernidade" (DUSSEL, 2005. p.80), o dever moral de se desenvolver populações entendidas enquanto primitivas ou atrasadas. Neste processo de classificação, havia também o esquecimento, silenciamento de saberes e dominação dos corpos.

Tal compreensão permite situar a guerra dentro de um continuum histórico que revela o colonialismo como elemento constitutivo da modernidade ocidental. É a partir dessa leitura que se torna possível reconhecer a centralidade do conceito de colonialidade do poder (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2001, 2005), para a análise das relações globais de poder e da articulação entre raça, capitalismo e modernidade.

A raça consiste em uma categoria fundamental para pensar na Segunda Guerra. Basta pensarmos na ideia dos "indesejáveis" pelos nazistas ou nas Leis Jim Crow vigentes nos Estados Unidos durante este tempo. Na tentativa de "purificar" a nação e "mergulhar de cabeça no futuro" (EKSTEINS, 1992. p.384), nazistas perseguiram judeus, negros, pessoas com deficiência, homossexuais e "ciganos". Os Estados Unidos, por sua vez, conviviam desde 1876 com a segregação racial institucionalizada que só seria de fato extinta[2] na década de 1960. Estes dois casos, de dois lados diferentes do front, ecoam práticas que já eram comuns nos impérios coloniais e que se tornavam latentes no período da guerra.

Ao classificar e essencializar corpos, o discurso colonial produziu estereótipos e o corpo colonizado compreendido enquanto despido de subjetividade: ou eram mão de obra ou objeto de prazer ou desejo (hooks, 1995. p.464). Soldados africanos em recrutamento forçado e preparados ideologicamente para lutar pelas potências europeias, soldados negros estadunidenses excluídos sistematicamente dos comandos do Exército,

2 "De fato" pois, desde 1948 havia o decreto assinado por Truman que acabava com a segregação nas forças armadas e no serviço público. Porém, a segregação racial institucionalizada chegou ao seu fim com a Lei dos Direitos Civis de 1964. Ver em: LOEVY, Robert. The Civil Rights Act of 1964: The Passage of the Law That Ended Racial Segregation. Albany: State University of New York Press. 1997.

trabalhos forçados de cidadãos do Sudeste Asiático por ordem do exército japonês, a escravidão sexual de "mulheres de conforto" no Sudeste Asiático, são apenas alguns exemplos dessa dinâmica no período da Segunda Guerra Mundial (HASTINGS, 2012). Essa classificação e hierarquização dos corpos, sustentada por discursos científicos e ideológicos racistas, não foi apenas base do projeto nazista, mas atravessou todo o esforço de guerra, inclusive nos países aliados.

Ao aproximar as imagens selecionadas por Brecht de tais práticas, é possível reconhecer nelas o eco dessas estruturas coloniais e a crítica à naturalização da barbárie alargada à ordem colonial global. A organização do artigo se dará dividida em quatro partes. Em um primeiro momento, começarei com algumas considerações acerca da relação entre Bertolt Brecht e a Segunda Guerra e os propósitos da criação de um abecedário da guerra. Autores como Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Eric Hobsbawm nos darão algumas pistas rápidas para compreender os significados do colonialismo na Segunda Guerra Mundial. Em seguida, apresentarei as especificidades do fotoepigrama de número 38, com o retrato de Winston Churchill, figura central do império colonial britânico, buscando compreender a dinâmica entre cultura, civilização e barbárie a partir do fotoepigrama. Depois, vamos para o quadragésimo segundo fotoepigrama, que apresenta uma mulher tailandesa em um esconderijo subterrâneo, refletindo o impacto do conflito no Sudeste Asiático. O último fotoepigrama, de número 37, dinamiza as relações entre corpo e colonialismo na África durante a Segunda Guerra. Ao final do texto, concluirei com algumas observações sobre as lições transmitidas em Kriegsfibel, seja por seu valor de testemunho ou à sua crítica ao presente.

Brecht e um abecedário da guerra

Foram dois os principais diários de Brecht no exílio: os seus Diários de Trabalho e a *Kriegsfibel*[3]. Em ambos, ele construiu um atlas de imagens com os recortes dos eventos da Segunda Guerra Mundial. Não com a ambição de documentar; aqui Brecht transpõe do seu pensamento do teatro a essas imagens da mídia de massa.

3 O livro ainda não tem tradução para o português. "Kriegsfibel", em uma tradução literal, significa "Cartilha de Guerra", bastante semelhante ao "War Primer" da tradução para a língua inglesa. No francês, optou-se por traduzir como "ABC de la guerre", e "ABC de la guerra" em espanhol. Para os fins deste texto, optou-se por utilizar o título no original.

Kriegsfibel fornece um sentido pedagógico de se aprender por cartilhas. Porém, subvertendo-a. Fornece um olhar de estranhamento àquelas imagens. Não busca ensinar o que foi essa guerra. Não há uma cronologia, ou uma linha do tempo. A sua composição foi realizada por várias mãos. Os comentários que algumas imagens contêm foram redigidas por Gunter Kunert e Heins Seydel, enquanto o projeto gráfico foi criado por Peter Palitzsch (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.34). Ruth Berlau certamente foi a melhor ajudante deste projeto. Ela é quem assina como responsável pelo livro em 1955 e é de sua autoria os dois textos que estão presentes na versão alemã: o prefácio e o texto das orelhas da capa, onde lemos:

> Alguém que esquece o passado não poderá lhe escapar. Este livro busca ensinar a arte de ler imagens. (...) A grande ignorância das realidades sociais, que o sistema capitalista mantém com cuidado e violência, transforma milhares de fotos publicadas em ilustrados em grandes tábuas de hieróglifos, inacessíveis a quem não duvida de nada (BERLAU, 1985. p.231).

Não seriam imagens ingênuas, mas imagens que ocultam a violência. E elas estão dispostas em *Kriegsfibel* em uma política do presente, sem desconsiderar o passado que pode vir a se repetir. Isto é, a imagem não diz nada por ela mesma; só consegue sair do terreno obscuro quando conseguimos decompô-las.

A primeira versão de *Kriegsfibel* foi finalizada em 1945, mas só foi publicada em 1954. O livro não foi bem recebido, entendido enquanto absolutamente inapropriado (SCHUFFELS, 1985. p.198), e foi um inicial fracasso de vendas (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.33). Parte de sua polêmica era a ideia de que era um livro pacifista, ao estilo de Kriege dem Kriege (Guerra à Guerra) de Ernst Frederich[4], e outra parte por julgar a sua frieza e deboche.

Este tom satírico, na realidade, era uma maneira de se colocar uma dúvida em relação à nossa maneira de observar estas imagens da guerra. São fotografias recortadas e, abaixo delas, encontram-se epigramas irônicos que

4 O livro foi publicado em 1924, tendo uma excelente recepção e grande tiragem. Contando com quase duas centenas de fotografias mostrando horrores da guerra – mutilações, destruição e morte – acompanhadas de legendas, o livro assumiu uma posição pacifista e antimilitarista ao trazer textos que denunciavam a crueldade do evento. Ver em: ZERWES, Erika. A fotografia como testemunha e arquivo: dos sofisticados usos da imagem fotográfica nas coleções de imagens da Primeira Guerra Mundial. Studium, Campinas, SP, n. 35, p. 29–39, 2013.

chocam com a fotografia. Em seu Diário de Guerra, Brecht anota:

> Trabalho numa nova série de fotoepigramas, quando examino os antigos, que em parte datam do início da guerra, convenço-me de que quase não há o que cortar (politicamente nada), prova da validade de meu ponto de vista, dado o aspecto extremamente mutável da guerra (BRECHT, 2005. p.230).

O uso do epigrama junto à fotografia propõe um atrito que desestabiliza a leitura objetiva da imagem, oferecendo uma alternativa imaginativa ao discurso fixo da legenda. Podemos, inclusive, ler o poema sem ver a imagem acima. São comentários irônicos, zombeteiros, como se fossem ditos por uma espécie de um narrador sarcástico diante daquelas imagens. Um epigrama não é qualquer comentário; epigramas foram inscrições gravadas na Antiguidade em sepulcros. São poemas de quatro linhas que sustentam um estilo funerário. Seria então um narrador sarcástico ou um narrador sarcástico *e* morto, como "túmulos que se dirigem a nós" (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.44)? Estes fotoepigramas, por sua vez, criaram "pequenas máquinas dialéticas" (Ibidem, p.43). Benjamin advogava que não era preciso apenas uma legenda acoplada às imagens, na ideia de que as imagens isoladas não nos revelam nada, mas uma legenda dialetizada (BENJAMIN, 1987. p.97). Os epigramas cumpriam essa função, ajudando a revelar a imagem em sua ambiguidade e em sua crueldade.

Tomamos conhecimento através da estranheza despertada por essas montagens, que desmembram e deslocam a habitual percepção dos fenômenos históricos apresentados nestas imagens, neste "manual de guerra" que pondera sobre a guerra, a violência e sobre o colonialismo na Segunda Guerra.

Entende-se "colonialismo" como a lógica do desdobramento do Ocidente desde o século XVI até a atualidade, que permaneceu como a "face oculta da modernidade" (MIGNOLO, 2017). A modernidade que, por sua vez, era apresentada em sua retórica enquanto salvadora do progresso, modernização, democracia e desenvolvimento – mas às custas da violência empregada aos colonizados. Portanto, compreendemos o colonialismo enquanto produto inerente da noção de modernidade.

A Europa imaginou-se enquanto a portadora exclusiva da modernidade em uma operação mental de se observar enquanto o ápice

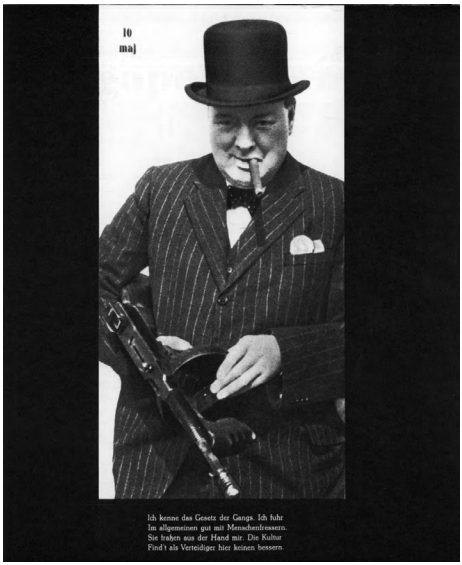
da trajetória civilizatória desde o século XV (QUIJANO, 2005. p.122). Nessa sua visão de mundo, e no longo projeto colonial, a Segunda Guerra transformou colônias em zonas de combate. A guerra moderna envolve e mobiliza a maioria de seus cidadãos, mobilizando a economia para a produção da guerra e brutalizando o globo. Evidentemente, isso se desloca também para as colônias dos impérios europeus. Em 1939, consideráveis frações do continente africano e asiático eram colônias das potências europeias que estavam em disputa. Hobsbawm salienta que "a história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é, portanto, determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como os senhores da espécie humana" (HOBSBAWM, 1995. p.199). As disputas entre as potências recaíam sobre seus domínios coloniais, evidentemente. Suas perdas, por seu turno, não resistiram aos processos de descolonização da segunda metade do XX.

Winston Churchill entre os canibais e a civilização

Kriegsfibel traz uma fortuna de retratos de líderes políticos e chefes de estado. Outros rostos são anônimos, sejam os burgueses andando pelas cidades com suas cartolas ou famílias inteiras desesperadas. Winston Churchill aparece em algumas de suas páginas. Falemos de uma delas, tirada em julho de 1940, de quando o primeiro-ministro britânico estava em uma visita às posições de defesa costeira perto de Hartlepool, em uma leva de viagens que realizou neste período na costa britânica (GILBERT, 2016, p.712). Neste momento, o Reino Unido não tinha perspectivas positivas, apesar do que havia acontecido em Dunquerque[5]. As forças britânicas, derrotadas na França ocupada, poderiam levar Hitler a vencer na Grã-Bretanha (GILBERT, 2016, p.8). Os bombardeios alemães se intensificaram e, poucas semanas antes, soldados alemães desembarcaram em ilhas do território britânico (GILBERT, 2014. p.312) (Figura 1):

5 A Batalha de Dunkirk, ocorrida entre maio e junho de 1940, foi travada próximo do porto francês de Dunkirk (Dunquerque) entre os Aliados e a Alemanha Nazista. Para os britânicos a batalha já estava perdida, visto que as forças do Reino Unido e as francesas ficaram encurraladas pelos alemães. Porém, a evacuação começou a ser executada sob o código de Operação Dynamo, onde a meta era a evacuação de aproximadamente 45 mil soldados. No fim, mais de 300 mil soldados aliados foram evacuados pelo mar. Ver em: SEBAG-MONTEFIORE, Hugh. Dunkirk: Fight to the Last Man. London: Penguin Books. 2006.

Figura 1: Fotoepigrama de Churchill com uma Tommy Gun.
Fonte: BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p.79.



A fotografia mostra um Churchill com armas em punho e olhando para o espectador. Mostra também um líder carismático. No mês em que a fotografia foi tirada, Churchill estava no auge de sua popularidade, com 88% de aprovação (ROBERTS; GEBREYOHANES, 2025). Do outro lado da trincheira, a fotografia tornou-se uma propaganda. Na fotografia original há dois soldados, mas foram apagados, mostrando um Churchill determinado e ameaçador. O exército alemão viu na fotografia uma espécie de um gângster do oeste americano. Como Churchill temia, logo em julho de 1940 a força aérea da Alemanha Nazista promoveu uma série de ataques ao Reino Unido, buscando forçar a rendição britânica por meio de ataques aéreos, na chamada "Operação Leão Marinho" (KORDA, 2011. p. 47). Nestes ataques, os nazistas disparavam de seus paraquedas folhetos de propaganda com essa fotografia de Churchill. Goebbels, ministro da propaganda alemão, assinalou nesse panfleto a seguinte mensagem:

> Este gangster, que você vê em seu elemento na imagem, incita você por seu exemplo a participar de uma forma de guerra na qual mulheres, crianças e cidadãos comuns assumirão os papeis principais. Esta forma absolutamente criminosa de guerra que é proibida pela Convenção de Haia será punida de acordo com a lei militar. Salve pelo menos suas próprias famílias dos horrores da guerra! (ALEMANHA, 1940)

Não é novidade a força da propaganda nazista, que produzia uma verdadeira máquina de envolvimento geral da população alemã. Goebbels compreendia que a propaganda era um instrumento de mobilização e de criação de um novo pensamento coletivo (RUDIGER, 2014). No panfleto disparado, satirizando a figura de Churchill, é apontado justamente o seu caráter controverso – algo que foi acolhido por Brecht no epigrama:

> Eu conheço a lei das gangues. Eu geralmente
> me dava bem com canibais.
> Eles comiam na minha mão. A cultura
> não consegue encontrar um defensor melhor aqui[6].

Brecht acolhe a imagem de Churchill como um *gângster* com uma *Tommy Gun*[7] em mãos, um criminoso *à la* Al Capone, que encarna tanto a violência quanto a astúcia política. Churchill, que começou cedo na carreira

6 No original: Ich kenne das Gesetz der Gangs. Ich fuhr/ Im allgemeinen gut mit Menschenfressern./ Sie frafen aus der Hand mir. Die Kultur/ Find't als Verteidiger hier keinen bessern. In.: BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p.79.

7 A submetralhadora Thompson, apelidada de *Tommy Gun*, foi uma arma projetada para ser utilizada na Primeira Guerra Mundial, mas se popularizou na chamada "Lei Seca" durante os anos 1920. Neste período, sindicatos de crime organizado nos Estados Unidos utilizavam este armamento, o que fez com que a arma se tornasse uma espécie de um símbolo de criminosos como Al Capone e John Dillinger. Ver em: RUMBARGER, John. Profits, power and prohibition: alcohol reform and the industrializing of America (1800-1930). Nova York: State University of New York Press, 1989.

militar, em 1905 era subsecretário das colônias e, mais tarde, tornou-se secretário. Em seu cargo, sentia-se confortável ao manifestar as suas opiniões sobre as colônias britânicas. Mais do que isso, orgulhava-se. Seus discursos incendiários exaltavam frequentemente o imperialismo britânico, acreditando que o império mantinha o bem-estar nas colônias britânicas. Também não é segredo o fato de que Churchill apoiou a *British Eugenics Society*, sendo inclusive vice-presidente honorário da instituição (KING, 1999).

Durante a Segunda Guerra Mundial, construiu-se a imagem de uma 'guerra santa', travada em nome da sobrevivência da glória nacional e da defesa das supostas virtudes superiores de seus Estados e culturas (DOWER, 2012. p.210). É justamente essa postura imperialista, permeada de arrogância e dominação, que Brecht satiriza de forma mordaz.

A relação de Churchill com o colonialismo britânico foi ironizada por Brecht entre a primeira e a segunda linha do epigrama: "Eu geralmente me dava bem com canibais". Nessa sentença, há um choque, um escárnio. O imaginário do Norte global é composto por várias lendas vindas de relatos de colonizadores britânicos e narrativas sensacionalistas vitorianas sobre bestas esquartejadoras e comedoras de gente (OBEYESEKERE, 2005). Ao utilizar "canibais", presume-se subjugação. Por consequência, não se daria bem. Ou dentro da ótica do colonizador, daria-se sim. Afinal, os canibais em vez de comer a sua carne, "comiam em sua mão", como diz a famosa expressão. Aqui é exposta a dinâmica da classificação entre civilizados e selvagens, com contornos políticos bastante claros. Assim, compõe-se uma fronteira entre o "eu" dominador e o "outro" canibal, perigoso. Ora, se eram bárbaros canibais perigosos, cabia a esse "eu" dominador justamente a sua colonização. Muitos naturalistas e antropólogos do século XIX e início do XX acreditavam na existência deste modelo de canibalismo, através dessas narrativas espetaculares. O canibal marcava o ponto mais baixo da escala evolutiva.

Caberia à cultura – *A cultura não consegue encontrar um defensor melhor aqui,* como diz o epigrama – resolver esse impasse. Brecht não emprega expressões como "cultura britânica" ou "culturas" no plural. Opta por utilizar "cultura" no singular. Essa escolha sugere o uso, novamente escancaradamente satírico, de um projeto cultural unificado, inscrito no ideal iluminista e no pensamento social do século XIX, onde a cultura é associada ao progresso humano e à evolução de uma sociedade racional e desenvolvida. "Cultura", neste caso, seria praticamente sinônimo de "civilização" – e, portanto, um contraponto à barbárie –, sendo vistas como forças impulsionadoras do projeto moderno e do refinamento intelectual em oposição ao que é percebido enquanto primitivo e atrasado (CUCHE, 1999.

p.21).

Aqui, Brecht apropria-se do conceito bárbaro de cultura, advertido por Walter Benjamin em vários de seus escritos, mas sobretudo na em sua Tese VII:

> Pois todos os bens culturais que ele [o materialista histórico] vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como **a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura** (BENJAMIN, 1897. p.222).

Brecht apropria-se da visão dialética da cultura em Benjamin. Contrariando a ideia de um historicismo cultural que se identificaria com as classes dominantes (os "vencedores" e, no caso específico, a atuação de Churchill na guerra) e compreenderia a história enquanto um repositório de grandes feitos culturais, Benjamin aponta que não existe cultura sem barbárie. Isto é, não são opostos excludentes, mas uma unidade contraditória.

A ideia de uma salvação da humanidade, posicionando a cultura britânica enquanto elemento estabilizador, fazia parte do amplo projeto de dominação cultural que, como sabemos, iniciou-se no século XVI com a acumulação primitiva das navegações e invasões de territórios ultramarinos. Na Segunda Guerra as companhias coloniais estendiam o seu poder e buscavam apoderar-se de terras que ainda eram livres (FANON, 2022. p.98). Caso exemplar disso foi a Fome de 1943 em Bengala, com estimadas 3 milhões de mortes decorrentes da fome, malária e desnutrição[8].

Ao ser questionado sobre liberar alimentos para a região, Churchill respondeu com deboche em um telegrama dizendo: "Então por que Gandhi não morreu ainda?" (CHOUDHURY, 2021. p.17). Sua prioridade na guerra era

8 A Fome de Bengala em 1943 foi um evento que contou com múltiplos fatores. O principal foi a perda dos territórios britânicos na Birmânia – maior exportador de arroz da região – para o exército japonês em 1942, o que reduziu a importação de arroz para a Índia. Além disso, no final de 1942 a costa leste de Bengala sofreu um grande ciclone que destruiu plantações e estoques de sementes.Ver em: Greenough, Paul. Prosperity and Misery in Modern Bengal: The Famine of 1943–1944. Oxford: Oxford University Press. 1982.

salvaguardar o território britânico e ter o domínio imperial para si, ignorando os desastres que assolavam as regiões colonizadas e tomando atitudes racistas em relação ao povo indiano (MUKERJEE, 2010. p.11). Churchill afirmava que a população indiana, depois dos alemães, era a mais bestial do mundo e que eles mesmos causaram a sua fome por conta da superpopulação. Vemos, portanto, como as autoridades britânicas marginalizaram os povos colonizados e reforçaram a exclusão social (MALLIK,2023. p.3210).

"Cultura", vemos, foi utilizada por Brecht para apontar o caráter de barbárie no papel de Churchill na Segunda Guerra, que é costumeiramente erguido enquanto um heroi neste evento. Assim como Churchill e outros defensores do império britânico viam a dominação como um meio de 'civilizar' os povos colonizados, Brecht desmonta essa retórica ao expor os mecanismos ideológicos por trás das narrativas de poder. Sua abordagem não impõe uma interpretação única, mas organiza imagens e textos de maneira a revelar as contradições desses discursos, permitindo ao espectador um olhar mais crítico sobre as violências justificadas pela ideia de progresso e cultura.

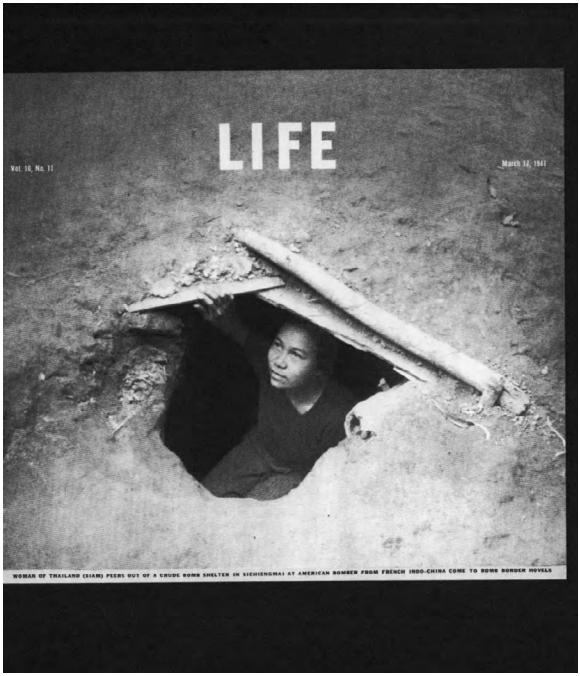
Brecht elabora uma cartilha que, dentre outras coisas, funciona como uma crítica à violência colonial (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.111). Suas montagens provocam formas de se observar a história que manifestam tomadas de posição, um comprometimento ético e um posicionamento ativo com o tempo presente. Mostra o mundo como ele aparece – em partes, a glorificação dos Estados-Nação – e, em contraste, como ele se deforma – na violência colonial que a retórica da modernidade e dos impérios escondem. Em vez de fornecer um discurso definitivo sobre o que está sendo retratado, toma-se um compromisso crítico de organizar as imagens e textos de maneira provocativa e polifônica, estimulando um olhar mais ativo e *posicionado* sobre a experiência da guerra. Como afirma Didi-Huberman, Brecht

> apresenta as coisas numa certa ordem, é verdade – uma ordem surpreendente, como colocar em desordem aparente nossas opiniões prontas a respeito da Segunda Guerra Mundial –, mas ela não detém nenhum julgamento definitivo, não fornece nenhuma apologia unívoca, não constroi nenhum quadro ideológico. (...) Veem-se imagens da política e não ícones políticos. Leem-se poemas à moda antiga em contraponto às legendas factuais acompanhando os documentos fotográficos, mas não se lê discurso sobre a história (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.110).

Deslocamos nosso olhar e estranhamos esta disposição. Vemos um Churchill bonachão, armado, gângster, poderoso, mas também um tanto quanto ridículo. Através dessas montagens, a Kriegsfibel possibilita um olhar crítico sobre a história da Segunda Guerra através de seu aspecto de estranheza. Nos distanciamos para compreendermos.

Olhar para cima, esconder-se no chão

Figura 2: Fotoepigrama de mulher em esconderijo na Tailândia.
Fonte: BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p. 87.



Ao longo das páginas da edição de 17 de março de 1941 da revista Life, saltam aos olhos as propagandas sobre viagens aéreas e sobre velocidade. Passageiros elegantes embarcando em um avião americano, buscando convencer de que as passagens não são tão caras; carros sendo vendidos como ultra rápidos; anúncio do avião militar *Bell Airacobra – o que ele estava fazendo aí?*; imagens aéreas das bases militares do Panamá… e assim que acabavam as fotografias de correspondência de guerra: receitas de sopas e propagandas de cigarros. Talvez o estranhamento não esteja apenas em *Kriegsfibel*, mas em seu próprio objeto de escolha: as revistas ilustradas.

No centro da edição estava a matéria "Japão força a paz no conflito entre França e Tailândia depois de uma pequena guerra no Sul Asiático"[9]. Existiria uma *pequena* guerra? A matéria explica o evento do seguinte modo:

> Ostensivamente, a Tailândia estava pedindo à França que devolvesse vários pedaços de território que a França havia conquistado na virada do século, quando todos os orientais eram caça justa para os homens brancos. A terra em jogo é principalmente uma selva despovoada, embelezada pelos templos mortos de Angkor Wat no Camboja. Além da borracha e do arroz, tem o valor de tornar uma invasão japonesa da Tailândia a partir da Indochina Francesa um pouco mais difícil. No entanto, o Japão parecia estar insistindo com esses pedaços de terra na Tailândia (LIFE, 1941. p.29).

As hostilidades entre França, Indochina Francesa, Japão e Tailândia já vinham se desenrolando antes de março de 1941. Com a queda da França diante da Alemanha nazista em 1940, o governo de Vichy passou a fazer diversas concessões ao Império do Japão na Indochina Francesa, como o uso de ferrovias, campos de aviação e zonas portuárias (SPECTOR, 2007. p.96). Ao mesmo tempo, o Japão estava envolvido na Segunda Guerra Sino-Japonesa e buscava bloquear o fornecimento de armas e combustíveis que chegavam à China pela ferrovia Kunming–Haiphong, que atravessava a Indochina. Essa movimentação fazia parte de um plano mais amplo de expansão japonesa pelo Sudeste Asiático.

Aproveitando-se da fragilidade francesa, o Primeiro-Ministro da Tailândia, Major General Plaek Phibunsongkhram, decidiu reivindicar os

9 Originalmente, "Japan forces peace on French and Thai after tiny war in South Asia".

territórios perdidos para a França durante o reinado do Rei Chulalongkorn. Isso desencadeou a Guerra Franco-Tailandesa, que teve início em outubro de 1940 e se estendeu até maio de 1941. O conflito terminou com a mediação do Japão, que emergia como uma força dominante na região. Como resultado do acordo, a França devolveu à Tailândia as províncias de Battambang e Siem Reap (atualmente no Camboja) e Champassak e Sayaboury (hoje parte do Laos) (BERGER, 2012. p.126).

Em troca da mediação japonesa, a Tailândia aceitou permitir a passagem de tropas japonesas por seu território, o que facilitaria a ofensiva contra colônias britânicas, como a Malásia. Ainda assim, em dezembro de 1941, o Japão invadiu a Tailândia. Diante da pressão, o governo tailandês foi forçado a formalizar uma aliança com o Japão, integrando-se ao Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Ao tratar dos conflitos nessa região, a matéria traz várias fotografias mostrando enfermeiras cuidando de soldados feridos, regiões inóspitas, celebrações militares em Bangkok e retratos da família real tailandesa. Dentre todas, uma foi escolhida pela Life para ilustrar o início da matéria – a mesma que Brecht escolheu. Ele poderia ter simplesmente recortado o nome da revista, dando ênfase somente à fotografia. Porém, preferiu destacar a sua fonte. Uma revista de variedades, de consumo, que estampava em suas páginas as desgraças da guerra. Dan Logwell, um dos editores fundadores da Life, observou antes de 1939 que "uma guerra, qualquer guerra, será uma promoção natural para uma revista ilustrada" (GOLDBERG, 1986. p.252). O conflito armado, então, certamente traria benefícios comerciais para a revista.

Brecht sabia que a democratização da comunicação seria, sob o capitalismo, uma prática impossível. Ou ainda: poderia ser utilizado pelo fascismo e liberalismo, que tolheriam de maneira bastante eficaz a consciência do público. O seu interesse em criar jogos com os meios de comunicação de massa era em "abalar a base social desse aparato, e desacreditar o seu emprego em função do interesse de poucos" (BRECHT, 2016. p.126). A sua intenção, portanto, era a de lutar contra o monopólio da fala da grande mídia. *Kriegsfibel*, por sua vez, se opõe à prática da estetização fascista. Indo em vias contrárias, oferece a politização da arte que Benjamin havia considerado – ou, ao menos, uma possível interpretação dessa politização.

A Revista Life, que se pretendia enquanto uma revista de variedades, de trivialidades, era permeada de ideologia em seu constante reforço da hegemonia estadunidense. Brecht, que era tributário da noção de ideologia vinda de Marx, a entendia enquanto uma falsa consciência do mundo real, como aparece na obra "A Ideologia Alemã" de 1846. Portanto, se a força da ideologia está em fazer parecer naturais as relações de dominação, cabe

àqueles que buscam a transformação social revelar o caráter histórico e contingente daquilo que se apresenta como permanente e inevitável (MARX; ENGELS, 2007).

Em *Kriegsfibel*, a suposta normalidade e a alegria casual típicas das revistas ilustradas são subvertidas. Não há uma via única entre quem lê e quem produz a matéria, mas cria-se a contradição e a crítica. Nas palavras de Brecht — dirigidas inicialmente à dramaturgia, especialmente à ópera *Mahagonny*, mas aplicáveis também ao seu *abecedário da guerra* —, era necessário renunciar às tentativas de hipnose (ROSENFELD, 2012. p.82). As páginas da revista, assim como um palco de teatro, não teriam um público hipnotizado e empático, mas uma "assembleia de pessoas interessadas" (BENJAMIN, 1987. p.79). É nesse gesto de romper a passividade que se inscreve o olhar atento às imagens selecionadas por Brecht, que mostram não apenas a destruição, mas os sujeitos que a testemunham

Boa parte das fotografias que estão presentes nos encartes da guerra são aéreas, mostrando o alastramento da destruição e dos escombros. Aqui não. Temos uma mulher abrigando-se em Chiang Mai, no noroeste tailandês, escondendo-se dos bombardeios estadunidenses vindos da Indochina Francesa. Ela se esconde, mas ela também vê o que nós não vemos: os sanguinários aviões de guerra. O epigrama pondera justamente sobre a distância entre céu e solo:

> Que não seja descoberta e morta -
> Pois no ar os Senhores estavam lutando -
> Muitas pessoas se esconderam com medo no chão
> E assim eu acompanhei suas lutas de longe[10].

Como cavaleiros no ar, a guerra aérea era excitante para muitos soldados jovens. Não viam o que acontecia no solo, mas preocupavam-se apenas com o que estava a acontecer nos céus. Sentiam-se dentro de "sonhos maravilhosos"[11]. Se o céu era o local de paradisíacos delírios, embaixo da

10 No original: Dass es entdeckt nicht und getötet werde -/ Denn i n den Lüften rauften sich die Herrn -/ Verkroch viel Volk sich angstvoll i n die Erde/ Und folgte ihren Kämpfen so von fern. In.:BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p.87.

11 Um excerto de um depoimento de um piloto de Spitfire diz: "Sinto uma animação que não lembro de ter sentido antes. É como um daqueles sonhos maravilhosos, como um sonho de Peter Pan. Tudo parece irreal (...) Que pena (...) que um avião capaz de provocar essa gloriosa sensação de pura alegria e beleza precise ser usado para lutar contra alguém". In.: HASTINGS, Max. Inferno: o mundo em guerra. São Paulo: Intrínseca, 2012. posição 731.

terra – onde a mulher se esconde – temos o inferno. E ela olha, com um semblante sereno, os desastres que estão para acontecer.

"Muitas pessoas se esconderam com medo no chão". A mulher fotografada esconde-se no solo, em um tipo de esconderijo que ficou bastante conhecido posteriormente com os *vietcongues* na Guerra do Vietnã, que cavavam túneis que poderiam abrigar centenas de pessoas por meses. Mas a Segunda Guerra teve vários tipos de esconderijos. Foram *bunkers*, túneis, trincheiras, judeus que se escondiam e não viam a luz do dia. No caso da anônima retratada pela Life, trata-se de um esconderijo improvisado, feito com materiais baratos. Porém, era eficiente.

A guerra aérea ocupa um papel relevante em *Kriegsfibel*, assim como ocupava na Life. Sejam as imagens que mostram tripulações de soldados alemães, escombros após os bombardeios lançados por aeronaves ou vistas aéreas de capitais europeias destruídas, todas expõem vias contrárias aos ares espetaculares do desenvolvimento técnico que a força aérea desempenhava entre 1939 e 1945. Desenvolvimento este comemorado nas coloridas propagandas sobre viagens aéreas na Life Magazine. Brecht opta, muitas vezes, por trazer a destruição: os escombros ou as pessoas que buscavam proteger suas vidas ao se esconder. Na fotografia da mulher que se esconde, o céu não pode ser visto. Apenas ela o vê. O céu aqui, portanto, sustenta uma paisagem histórica particular.

Entre o céu e o inferno. A mulher do fotoepigrama é a vítima deste teatro infernal que ela assiste, onde ela é espectadora e alvo dos impérios beligerantes. Seu território, apesar de neutro, foi arrastado ao conflito pelas pressões imperiais na Ásia. Longe do discurso heroico das potências, aqui temos o retrato cru da guerra no começo de 1941.

Porém, a produção do fotoepigrama é posterior. No final daquele ano, houve o ataque surpresa à base americana de Pearl Harbor, que trouxe grande comoção popular. A sociedade estadunidense, amparada na propaganda, acreditava na necessidade de uma grande punição ao Japão pelo que cometeram (MUNHOZ, 2020, p.120). A Revista Life, por exemplo, não poupou matérias denunciando as barbáries do Império Japonês, ou chamando os japoneses de *"jap"* em suas matérias.

Brecht produziu esse fotoepigrama, com uma foto do início de 1941, após a Guerra do Pacífico, que terminou somente com as bombas atômicas. Seriam estes os desastres que a mulher da fotografia chegava a ver? Esse cenário de operações bélicas afetava diretamente a Tailândia, que, embora politicamente independente, sofria constantes pressões de potências estrangeiras (PEATTIE, 2007. p.67). Em 1941, pouco após a invasão japonesa, o país aliou-se ao Japão. O exército tailandês, conhecido como

"Phayap", enviou tropas para ocupar o norte da Birmânia — uma região que, anos antes, pertencera à Tailândia antes de ser anexada pelos britânicos (WILLIAMSON, 2001. p.143).

O Japão avançava sobre postos coloniais que, durante décadas, estiveram sob domínio ocidental. Assumindo uma posição de dominância na Ásia, o Japão pôs em xeque boa parte da mística da supremacia racial branca na qual a expansão europeia e americana haviam se apoiado (DOWER, 2012. p.102). No contexto da Segunda Guerra, persistia a noção de "Perigo Amarelo", onde asiáticos eram uma ameaça à cultura ocidental.

Por mais que a propaganda japonesa durante a Segunda Guerra trouxesse ênfase aos temas anticoloniais e panasiáticos, a propaganda interna se desenvolvia de maneira oposta. O Japão era uma potência imperialista violenta que desenhava as nacionalidades asiáticas em critérios raciais, como consta em um documento do Exército Imperial de 1943. Os japoneses seriam a "raça líder", enquanto demais territórios poderiam ser, no máximo, "raças convidadas" (DOWER, 2012. p.58). Alguns teóricos, no entanto, argumentam que esse documento exerceu pouca influência sobre a política expansionista japonesa durante a guerra (ROEBUCK, 2015. p.70-1).

Paralelamente, o Ocidente perpetuava estereótipos racistas, como evidencia a retórica da revista Life. Ela, que continuamente utilizava o pejorativo "jap" para se dirigir ao exército japonês, afirmou que "todos os orientais eram caça justa para os homens brancos" (LIFE, 1941. p.29). O imaginário racial que dominou a propaganda contrária ao exército japonês, colocando-os como sujeitos inferiores, primitivos e insanos, de certa forma se aplicava para o continente asiático como um todo.

Diferente das imagens espetacularizadas de violência, o foco de Brecht recai sobre quem sofre a ameaça: o alvo invisível sob os céus. Não vemos aqui bombardeios, choro ou corpos dilacerados. Vemos somente o seu alvo.

Corpo-território

Poucas pessoas africanas deixaram de ser tocadas pelos eventos da Segunda Guerra. Os efeitos sociais, econômicos e políticos imediatos da guerra sobre a África foram imensos. Nos primeiros anos da guerra, o comércio do continente foi redirecionado e reduzido, e os territórios

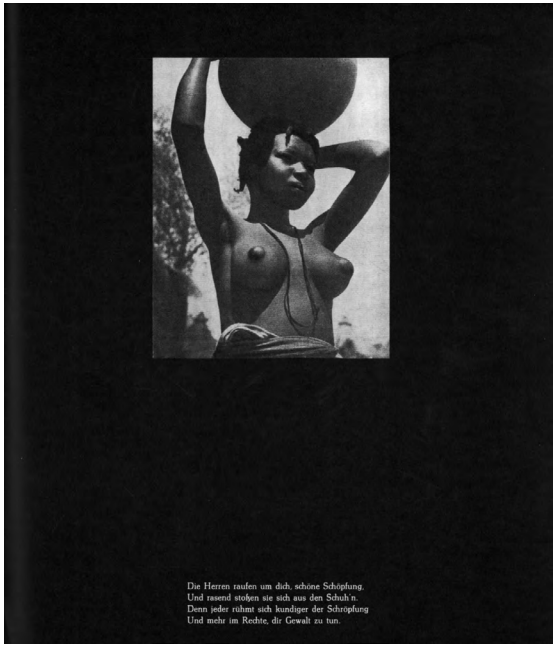
coloniais tiveram de suportar a perda de mão de obra para as metrópoles (KILLINGRAY, 1986. p.10).

Os Aliados, após a perda de produtos tropicais vindos do Sudeste Asiático, como a borracha e minérios, se interessaram pelos recursos que vinham do continente africano. Os Estados Unidos, por exemplo, país que tinha até então tinha pouco vínculo comercial com a África, encontraram na região subsaariana um território estratégico, que poderia fornecer matéria-prima para o seu novo programa atômico (KILLINGRAY; RATHBONE, 1986. p.10). Já o Egito, para os britânicos, era uma zona estratégica por conta do Canal de Suez. Churchill defendia o território egípcio, desde 1882 sobre domínio britânico, "como se fossem as regiões de Kent ou Sussex" (CHENTTOUF, 2010. p.51). As tropas britânicas também reconquistaram territórios que eram dominados pela Itália em 1941 (Ibidem, p.52).

Transformados em campos de batalha, sobretudo os países da África setentrional e do chamado "chifre da África" forneceram soldados às frentes europeias (Ibidem). A liberação da França, por exemplo, contou com 290 mil homens, entre argelinos, tunisianos e marroquinos, territórios que estavam sob o domínio francês desde pelo menos 1830 (Ibidem).

A África na Segunda Guerra salta sobretudo em um específico fotoepigrama de *Kriegsfibel (Figura 3)*:

Figura 3: Fotoepigrama de mulher africana.
Fonte: BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p.77



Os cavalheiros lutam por você, bela criação,
E eles se chutam para fora dos sapatos em um frenesi.
Porque todos se gabam de ter mais conhecimento sobre ventosaterapia
E mais ainda no direito de fazer violência a você[12].

Aqui não há bombas, desgraças ou chefes de estado. Porém, a fotografia mostra também justamente o que ela esconde: a violência colonial. É uma página que aponta como a montagem brechtiana se baseia no contraste entre a imagem, que pode discretamente enganar, e a fala, que revela exatamente aquilo que a imagem tenta esconder.

Durante a Segunda Guerra, o continente africano continuava a ser

12 Do original: Die Herren raufen um dich, schöne Schöpfung,/ Und rasend stoßen sie sich aus den Schuh'n./ Denn jeder rühmt sich kundiger der Schröpfung/ Und mehr im Rechte, dir Gewalt zu tun. BRECHT, Bertolt. Kriegsfibel. Berlim: Eulenspiegel, 1977. p.77.

partilhado, a milhares de quilômetros dos bombardeios às catedrais europeias. A África era continuamente percebida enquanto um território passivo ou "que não fazia parte da história mundial"[13], sendo então dependente das dinâmicas culturais que lhes eram externas. Denominando-a enquanto "o continente-mulher", produziam uma alusão à sua passividade e penetrabilidade, diferente de uma feminilização positiva do continente (MAZRUI, 2010. p.24).

Aqui, Brecht produz um elogio à beleza da mulher fotografada. Ao contrário dessa visão depreciativa, Brecht inscreve na mulher fotografada uma beleza afirmativa. Esta visão positiva em um elogio à beleza africana foi uma constante na poética de Léopold Sédar Senghor, escritor senegalês da primeira metade do Século XX e ex-presidente do Senegal. Em "Femme Noire", Senghor tece uma ode à mulher africana, descrevendo-a como uma "terra prometida", "savana", dentre outras metáforas ligadas à natureza africana[14]. Porém, aqui a mulher não é apenas objeto de desejo, mas também símbolo do sagrado, da ligação com os ancestrais e da continuidade da vida. De maneira semelhante, Brecht também produz uma alegoria.

A primeira linha do epigrama diz: "Os cavalheiros lutam por você, bela criação". Seria mesmo *por ela*? Sim e não. Aqui, Brecht retoma o tópos de romances de cavalaria, com duelos e disputas pelo interesse de uma dama. Exemplos na literatura não faltam, como Tristão e Isolda – e uma boa parte do Ciclo Arturiano. No entanto, ao desejá-la, não se fala de amor cortês, mas sim de conquista territorial.

13 Kabengele Munanga faz uma explicação didática sobre a perspectiva hegeliana em relação ao território africano. De acordo com o pesquisador brasileiro, Hegel entendia a África enquanto um mundo histórico que ainda não havia se desenvolvido e, portanto, estaria no início da história universal. Isso se encontra dentro da concepção da história enquanto dimensão fundamental esboçada por Hegel, e em sua noção de um tempo que se desenvolve em um movimento dialético de desenvolvimento. Nesta sua composição temporal, a África viveria em um constante estado de barbárie e selvageria. Para Hegel, os povos da chamada África negra não participam da trajetória racional da História, uma vez que, em sua visão, o Espírito — princípio que orienta o desenvolvimento histórico — não se manifesta nas realidades concretas dessas sociedades. Elementos como o clima considerado adverso, a inospitalidade do território, a ausência de instituições estatais, bem como práticas como o fetichismo, a magia e os sacrifícios humanos, são apontados por ele como obstáculos que impediriam esses povos de alcançar o patamar histórico reconhecido pelo pensamento ocidental. Ver em: MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

14 Como nos versos: "Terre promise, du haut d'un haut col calciné/ Et ta beauté me foudroie en plein cœur, comme l'éclair d'un aigle"; "Fruit mûr à la chair ferme, sombres extases du vin noir, bouche qui fait lyrique ma bouche/ Savane aux horizons purs, savane qui frémis aux caresses ferventes du Vent d'Est/ Tamtam sculpté, tamtam tendu qui gronde sous les doigts du vainqueur". Em tradução literal: "Terra prometida, do alto de uma passagem alta e carbonizada/E a tua beleza me atinge bem no coração, como o relâmpago de uma águia"; "Fruto maduro de polpa firme, êxtases escuros de vinho preto, boca que torna minha boca lírica/ Savana de horizontes puros, savana que vibra com as carícias ferventes do Vento Leste/ Tambor esculpido, tambor tenso que ressoa sob os dedos do ganhador". In.: SENGHOR, Léopold. Femme Noire. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/senghor_Femme%20Noire.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2025.

Brecht evoca neste verso – e também na integridade dessa prancha – a noção de sistema moderno-colonial de gênero, como exposta por Maria Lugones. A autora, amparada na noção de colonialidade de poder de Aníbal Quijano (QUIJANO, 2001), compreende que o sistema colonial estabelece uma nova forma de classificar a população a partir da raça, promovendo uma transformação significativa que redefine as relações de poder e hierarquia no sistema-mundo (LUGONES, 2020). Deste modo, "europeu", "índio" e "africano" são novas identidades "raciais".

O continente africano em torno do século XIX, foi firmado enquanto local de aberração e anomalia sexual. Continentes "desconhecidos", "inóspitos", como a América, Ásia e África, eram a partir da imaginação europeia locais altamente eróticos (MCCLINTOCK, 2010. p.39).

As mulheres eram a epítome das aberrações na tradição pornô-tropical destes relatos de aventuras coloniais. Tais visões não ficaram restritas às narrativas espetaculares de viajantes, mas elas também percorriam o imaginário do século XX. Brecht tomou a fotografia da mulher africana da grande mídia impressa das décadas de 1940 e 1950. Eram várias as propagandas nestes meios que mostravam uma África exótica para turistas americanos, ou reportagens que mostravam o território africano como um espaço homogêneo, selvagem e curioso.

Envolta em romantização, a África foi retratada em propagandas e outros discursos como um lugar que despertava o desejo por experiências exóticas, explorando tanto a curiosidade sexual quanto o fascínio por aventuras arriscadas. Neste cenário, a fotografia desempenhou o papel de criar estereótipos de sujeitos e sujeitas que estavam sob o domínio colonial, onde o corpo de mulheres africanas recebia um realce de sua erotização corporal (SKOLAUDE, 2016. p.132).

Nestas imagens, a população africana geralmente está retratada como "nativa" em trajes e adereços "tradicionais" (DUNN, 2004. p.490). O uso da nudez, por sua vez, viria acompanhada de um discurso que poderia indicar a ideia do atraso africano, como sobressaem nas cartas de viajantes, assustados com a nudez das nativas (BONSU, 2009. p.10).

Notemos que Brecht não buscou explicar os eventos ocorridos na África na Segunda Guerra a partir dessa sua prancha. Não porque foram poucos ou ele não se interessava, mas, pois, ao abolir com a cronologia em suas imagens, nos permitimos observar o que "atravessa sintomaticamente a ordem dos discursos" (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.90) neste seu livro de imagens. Isto é, a montagem brechtiana, ao romper com a linearidade temporal, busca evidenciar as tensões e contradições internas que atravessam os discursos e suas representações históricas. Ao desmontar os elementos

manifestos, Brecht privilegia o conflito e a fricção entre eles, instaurando um ritmo e uma velocidade que produzem uma sensação de desordem — condição necessária para uma leitura dialética das imagens. Nesse sentido, sua "prancha" não busca documentar, mas provocar, instaurando um campo de leitura no qual o espectador é impelido a reconhecer as fissuras do discurso histórico.

E logo após a imagem dessa mulher, ao virar a página, volta-se para aquela de um Churchill gângster. E aqui está mais um chiste.

Considerações finais

Brecht assistiu à guerra. Em sua posição de exilado, viu de longe o que estava a acontecer. Em seu distanciamento, era um narrador irônico e mordaz dos horrores que via. Ele era, no final das contas, um dramaturgo. Penso que via as operações da guerra como um espetáculo – como aparecia na grande mídia – e, talvez, como uma das peças que ele escrevia. Como espectador, estranhava o que via, recriava o seu olhar e tomava sua posição.

Sendo um abecedário, um *beabá* da guerra, um instrumento pedagógico, *Kriegsfibel* nos passa algumas lições. Uma delas talvez seja que, além de que devemos nos manter atentos aos destroços e aos horrores, devemos continuar a produzir imagens destas catástrofes. É uma ferramenta de produção de memória. Como adverte Benjamin, nenhum observador seria capaz de enxergar sua própria participação histórica e sobreviver para relatar — ou compartilhar visualmente — essa experiência com outros, sem recorrer à mediação proporcionada pela fotografia. Isto é, não é exatamente a fotografia ou seu aspecto técnico que nos vincula ao acontecimento, mas sim a narrativa que ela nos revela. A história, nesse caso, permanece invisível ao olhar humano.

Um documento sobre a guerra, e ao manuseá-lo e ao vislumbrar a não-linearidade dos aspectos históricos, percebemos que o que lemos nos mostra algo que não é terror, tampouco piedade. A montagem de Brecht constrói essa narrativa como uma história de guerra, abordando o mesmo evento no qual a violência fascista atinge seu ápice ao transformar a autodestruição da humanidade em algo que pode ser apreciado visualmente. Em contraste com o fascismo, que oculta a verdadeira natureza da guerra ao estetizá-la, o trabalho de Brecht apresenta essa história de forma antiestética, "mostrando" a auto aniquilação justamente ao não mostrá-la, explorando os

limites do que pode ser visto ou exposto.

Outra lição que *Kriegsfibel* nos oferece é a de que a destruição da Europa durante a guerra expõe o colapso de um modelo civilizacional que se construía sobre as bases do imperialismo e do colonialismo. As páginas da obra de Brecht são um testemunho do fim de um projeto colonial que, por séculos, se sustentou na exploração brutal de povos e territórios, e que, ao ser confrontado com sua própria violência, resultou em uma catástrofe global.

Por fim, *Kriegsfibel*, em suas "encenações épicas de um material visual saído da Segunda Guerra Mundial" (DIDI-HUBERMAN, 2017. p.163) se faz em uma crítica ao presente. Não resta dúvida de que haja elos entre a época dos impérios e o tempo presente, seja em rupturas ou continuidades. Contudo, nas páginas de Kriegsfibel, temos um passado fora da presença da história cronológica. Nessa temporalidade épica, devolve-se à imagem a sua palavra poética e a sua capacidade de invocação política.

Mesmo sendo uma cartilha, algo que se dá nas mãos de crianças para que possam aprender, alinhando imagem e texto, Kriegsfibel não é um livro nem um pouco inocente. Ensina-nos a ver abismos onde, aparentemente, está tudo absolutamente normal. Um manual para não desaprender a aprender os horrores da guerra. Em algumas dessas páginas, os horrores residem no colonialismo do século XX, oculto sob o véu do progresso. Churchill, perpetuado como um líder racional[15], aqui é um verdadeiro criminoso de guerra. Mas não assume a forma de um tirano cruel, mas sim a de uma espécie de monstro bonachão. A mulher tailandesa que cria o seu abrigo para escapar da morte, é descrita no epigrama como se fosse a espectadora de um espetáculo aéreo. Descrito como grandioso, cavalheiresco, eram na realidade, máquinas de matar gente. A fotografia da mulher africana, típica de postais e materiais gráficos de curiosos pelos mistérios vindos deste continente, aponta justamente a violência colonial sofrida na África durante a Segunda Guerra – terreno muitas vezes obliterado das narrativas sobre o período.

Deste modo, a montagem no abecedário da guerra de Brecht opera enquanto um mecanismo de inversão simbólica dos papeis designados na estrutura retórica da colonialidade, como Mignolo (2017) assinala, ao mesmo

15 Em leituras revisionistas, a extrema-direita contemporânea tem produzido na figura de Churchill um herói de guerra irretocável e uma inspiração para as alas conservadoras. Tais visões têm se popularizado nas redes sociais e em portais de notícias ligados à extrema-direita. Ver em: FERREIRA, Franklin. Winston Churchill: o mito, a liderança e o legado. Gazeta do Povo. 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/franklin-ferreira/winston-churchill-mito-lideranca-legado/>. Acesso em: 6 de maio de 2025; SCHILLING, Voltaire. Churchill, o herói do Império!. Terra. 2 fev. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/churchill-o-heroi-do-imperio,6492e3ae59dcac012248caeb040f49b8mdl1vzt8.html>. Acesso em: 6 de maio de 2025.

tempo em que cria novas formas de imaginação, como a criança que vê o evento, mas o recria a partir de um olhar ingênuo e fantasioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANHA. *Wanted: for incitement to murder*. 1940. University of Cambridge Library.

BENJAMIN, Walter. *O que é o teatro épico*. In.: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.71-90.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. In.: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.222-235.

BERGER, Thomas. *War, Guilt, and World Politics after World War II*. Cambridge University Press. 2012.

BERLAU, Ruth. *Introduction*. In.: BRECHT, Bertolt. ABC de la guerre. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1985. pp.7-9.

BONSU, Samuel. Colonial images in global times: consumer interpretations of Africa and Africans in advertising. *Consumption Market and Culture*. Londres: Taylor and Francis, v. 12, n.1, pp.1-25, 2009.

BRECHT, Bertolt. *Diário de Trabalho* - 1938-1941. Rio de janeiro: Rocco, 2005.

BRECHT, Bertolt. *Kriegsfibel*. Berlim: Eulenspiegel, 1977.

BRECHT, Bertolt. *O rádio como aparato de comunicação*: Discurso sobre a função do rádio. In: FREDERICO, Celso. Ensaios sobre marxismo e cultura. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. pp.121-132.

CHENNTOUF, Tayeb. *O chifre da África e a África setentrional*. In.: MAZURI, Ali (org.). História Geral da África VIII. Brasília: UNESCO, 2010. pp.33-67.

CHOUDHURY, S. Bengal Famine of 1943: Misfortune or Imperial Schema. Estocolmo: *Cognizance Journal of Multidisciplinary Studies*. v.1, n.5. pp.15-21, 2021.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição*: O olho da história I. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

DOWER, John. *War whitout mercy*: Race and Power in the Pacific War. Nova York: Pantheon. 2012.

DOWER, John. *Ways of Forgetting, Ways of Remembering*: Japan in the Modern World. Nova York: The New Press, 2012.

DUNN, Kevin. Fear of a black planet: Anarchy and anxieties in postcolonial travel to Africa. *Third World Quarterly.* v.25, n.3, pp.483-499, 2004.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp.25-34.

EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera*: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Zahar, 2022.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial*: os 2174 dias que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GILBERT, Martin. *Churchill*: uma vida. Volume 2. Lisboa: Leya, 2016.

GOLDBERG, Vicki. *Margaret Bourke-White*: A Biography. Nova York: Harper & Row, 1986.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Coimbra: *Revista Crítica de Ciências Sociai*s, n. 80, pp.115-147. mar. 2008.

HASTINGS, Max. *Inferno*: o mundo em guerra. São Paulo: Intrínseca, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. *Intelectuais negras*. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, 1995.

Japan forces peace on French and Thai after tiny war in South Asia. *Life Magazine*. 17 mar. 1941.

KILLINGRAY, David; RATHBONE, Richard. *Africa and the Second World War*. Nova York: Library of Congress, 1986.

KING, Desmond. *In the name of liberalism*: illiberal social policy in Britain and the United States. Oxford: Oxford University Press. 1999.

KORDA, Michael. *Com asas de águia*: uma história da Batalha da Inglaterra. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e gênero*. In.: HOLLANDA, Heloisa (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020, pp.50-81.

OBEYESEKERE, Gananath. *Cannibal Talk*: the man-eating myth and human sacrifice in the South Seas, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2005.

MALLIK, Senjuti. Colonial Biopolitics and the Great Bengal Famine of 1943. *Geojournal*. v. 88, pp.3205-3221, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZURI, Ali (org.). *História Geral da África VIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Unicamp, 2010.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.32, n.94., jun. 2017.

MUKERJEE, Madhusree. *Churchill's Secret War*: The British Empire and the Ravaging of India During World War II. Nova York: Basic Books. 2010.

MUNHOZ, Sidnei. *Guerra fria*: história e historiografia. Curitiba: Appris, 2020.

PEATTIE, Mark. Sunburst: *The Rise of Japanese Naval Air Power*, 1909–1941. Maryland: Naval Institute Press, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*, n.7-8, set/2001.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROBERTS, Andrew; GEBREYOHANES, Zewditu. *The racial consequences of Mr Churchill*: A review. Disponível em: <https://policyexchange.org.uk/wp-content/uploads/2022/10/%E2%80%98The-Racial-Consequences-of-Mr-Churchill-A-Review.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2025.

ROEBUCK, Kristin. *Japan reborn*: Mixed-Race Children, Eugenic Nationalism, and the Politics of Sex after World War II. Nova York: Columbia University, 2015.

ROSENFELD, Anatol. *Brecht e o teatro épico*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

RUDIGER, Francisco. Eugen Hadamovsky e a teoria da propaganda totalitária na Alemanha nazista. São Paulo: *Galáxia*, v.14, n.27. jun/2014.

SCHUFFELS, K. *Synopsis des différentes versions*. In.: BRECHT, Bertolt. ABC de la guerre. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1985. pp.29-40.

SENGHOR, Léopold. *Femme Noire*. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/senghor_Femme%20Noire.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2025.

SKOLAUDE, Mateus Silva. *Exotismo e Sensualidade Africana*: Raça, Nação e Império na 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934. In.: PAULA, Simoni Mendes; CORREA, Sílvio Marcus. Nossa África: ensino e pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2016, pp.131-145.

SOUSA, Edson Luís André; PEREIRA, Márcio Fransen. Bertold Brecht – Exílio, Imagem e Utopia. São Paulo: *Revista de Artes Visuais*, v. 22, n. 36, p.1-21, jan.-jun. 2017.

SPECTOR, Ronald. *In the ruins of empire*: the Japanese surrender and the battle for postwar Asia. Nova York: Random House Publishing Group. 2007.

WILLIAMSON, Allan. *A War to be Won*: Fighting the Second World War. Massachussets: Harvard University Press, 2001.

Artigos

SESMARIAS E FAZENDAS: ATIVIDADES ECONÔMICAS E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NOS ENTORNOS DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL (1750-1850)[1]

Sesmarias and farms: economical activities and the socio-environmental development in the rio taquari surroundings, rio grande do sul (1750-1850)

Moisés Ilair Blum Vedoy[2]
Luís Fernando da Silva Laroque[3]

RESUMO

A Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, localiza-se na região centro leste do Rio Grande do Sul, ocupada inicialmente por indígenas, mas com a chegada dos europeus, jesuítas e bandeirantes também percorrem o território no século XVII. A partir da segunda metade do século XVIII, atendendo interesses da Coroa Portuguesa, sesmarias e fazendas são erguidas nos entornos da Bacia do Rio Taquari. O objetivo do trabalho consistiu em analisar as atividades econômicas de cunho agrícola e seus desdobramentos ambientais no território entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e os procedimentos metodológicos consistiu na análise documental compostas de correspondências de subdelegacia, cartas de sesmarias, autos de medição e relatório que se encontro no Arquivo Histórico e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Evidenciou-se, tendo para análise aportes teóricos da História Ambiental

1 O estudo insere-se no Projeto de Pesquisa "Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS", vinculados ao PPG em Ambiente e Desenvolvimento e conta com auxílios financeiro da Universidade do Vale do Taquari – Univates, do PROSUC/CAPES e da FAPERGS.

2 Mestre em Ambiente e Desenvolvimento pelo PPG em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Graduação em História pela Univates. E-mail: moisesvedoy@gmail.com

3 Doutorado em História. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Graduação em História da Univates. Email: lflaroque@univates.br

e da Economia, que com o estabelecimento das primeiras sesmarias e fazendas no período em questão nos entornos do Rio Taquari, tem-se a implantação de atividades econômicas da agricultura, tais como trigo, erva-mate e madeira para consumo interno, situação que se contrapõe a pecuária predominante ao sul do Brasil Meridional. As características geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari faz parte do bioma Mata Atlântica, composta pela Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista, com predominância da Araucária angustifólia, as quais sofreram transformações devido a forma que se passou a usar para captação de recursos, diferente daquela manejada pelos indígenas Kaingang que viviam no local.

Palavras-chave: Sesmarias e Fazendas; Atividades Econômicas; Transformações Ambientais.

ABSTRACT

The Hydrographic Basin of the Taquari River is situated in the central-east region of Rio Grande do Sul and was initially occupied by natives. However, Europeans, Jesuits and Bandeirantes also crossed such a territory during the 17th century. From the 18th century second half onwards, with the interest of the Portuguese Crown, sesmarias and farms were erected in the surroundings of the Taquari River Basin. The present work aims to analyze the agricultural economic activities and the environmental development in this territory between the second half of the 18th century and the first half of the 19th century. The methodology used was qualitative and comprise a documentary analysis of the subdelegacy correspondences, sesmarias letters, as well as measurement records and reports. All the documental material is deposited in the Historical Archive and Public Archive of Rio Grande do Sul. Based on the analysis, it was evidenced that with the establishment of the first sesmarias and farms in the along the Taquari River during the studied the period, there is an implantation of agricultural economic activities, such as wheat crops, yerba mate and wood for domestic consumption. This contrast the southern Brazilian scenario, which predominantly comprised cattle raising. The environmental framework of the Taquari River Basin is included in the Atlantic Rain Forest Biome, which comprises decidual and ombrophilous mixed forests. The latter is predominantly composed by Araucaria angustifolia. Both forests suffered transformations due to the form used to capture natural resources, which was different of the that managed by the Kaingang natives who lived in such a region.

Keywords: Sesmarias and Farms; Economical activities; Environmental Transformations.

Introdução

O território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no decorrer do processo histórico foi um espaço ocupado por distintas levas de grupos humanos e desde tempos mais remotos a agricultura fora a principal atividade econômica. Do ponto de vista geopolítico trata-se de uma zona de fronteira, onde tensões e tratados moviam a fronteira sulina e o que garantia a posse era a ocupação definitiva em meio a um cenário instável, esta situação motivou a Coroa portuguesa a enviar grupos familiares a se estabelecerem na região (TIBURY, 2011). Inicialmente o processo deu-se por meio do estabelecimento de sesmeiros e estancieiros visando a colonização; em um segundo momento tem-se a doação de terras aos chamados casais açorianos. Incentivados pela coroa portuguesa a se estabelecerem ao sul da América Meridional e em um terceiro momento elites militares estabelecem-se no território.

O objetivo do trabalho consistiu em analisar as atividades econômicas de cunho agrícola e seus desdobramentos ambientais no território entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e os procedimentos metodológicos se consistiu na análise documental composto de correspondências de subdelegacia, cartas de sesmarias, autos de medição e relatório que se encontram no Arquivo Histórico e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, os quais foram analisados tendo por base aportes teóricos de autores da História Ambiental e da Economia.

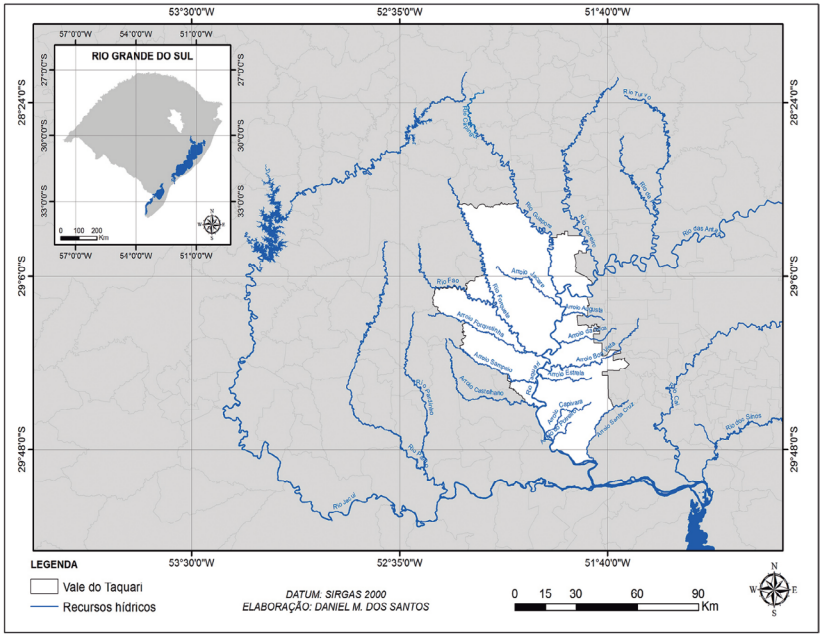
Aspectos geoambientais da bacia hidrográfica do rio taquari

Atualmente a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, insere-se na Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, cujas nascentes ocorrem no município de São José dos Ausentes no planalto sul rio-grandense e percorre a serra geral em direção a Bacia do Rio Jacuí onde vai desaguar. O Rio Taquari do ponto de vista geopolítico, localiza-se em jurisdição do território que na atualidade denomina-se de Região Vale do Taquari[4], porção centro-leste do

4 A Região Vale do Taquari consiste uma divisão política-territorial regional criada em 1991 pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT). Atualmente esta composto de 36 municípios que constituem 6 microrregiões.

Rio Grande do Sul a 120 km em média da capital Porto Alegre, conforme mapa (Figura 1). Segundo Kreutz e Machado (2017), a região apresenta três tipos diferentes de relevo, a Unidade Geomorfológica Serra Geral mais ao norte, a Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, mais central na bacia, e a Unidade Geomorfológica Depressão Rio Jacuí mais ao sul quando o Rio Taquari desagua no Rio Jacuí.

Figura 1: Mapa da Região Vale do Taquari



Fonte: Kreutz e Machado (2017, p. 8).

Ainda conforme Kreutz e Machado (2017), a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari está inserida no bioma Mata Atlântica, e a composição pode ser dividida em duas regiões Fitoecológicas[5], a Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista. Sendo que a primeira compõe a maior parte do vale, e a segunda se estende mais em direção norte da bacia, caracterizada principalmente pela espécie da Araucária angustifólia. A fauna típica dos

5 Repetição dentro de um mesmo clima de aspectos da flora e das formas biológicas, dando uma característica geral da vegetação.

entornos do Rio Taquari e que provavelmente compunha a fauna no período estudado é a seguinte:

> Ozotocerus bezoarticus (veado campeiro), Allouta guariba (bugio), Dasyprocta azarea (cutia), Tapirus terrestres (anta), Dasypus novemcintus (tatu galinha), Myocastor coypus (ratão do banhado), Tayassu pecari (porco do mato) e Cuniculus paca (paca). Entre as aves destacam-se Ortalis motmot (aracuã), Aramides saracura (saracura), Crypturellus obsoletus (inambú), Amazonetta brasiliensis (mareca do pé vermelho) e Ramphastos dicolorus (tucano do bico verde). Nas águas dos rios e lagos da região são comuns peixes como o Astyanax spp (lambari), Leporinus obtusidens (piava), Pimelodus maculatus (pintado), Salminus maxillosus (dourado), Rhamdia spp (jundiá), Hypostomus commeroni (cascudo) e Gymnogeophgus (cará) (RELLY; MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p.26).

Rambo (1954) analisa a formação hidrográfica, a fauna e a flora da região dos vales, dentro da depressão central e em direção ao planalto do Rio Grande do Sul a partir da perspectiva geológica. Conforme o autor a formação deste ambiente se deu em virtude do levantamento do planalto iniciado no terciário, levando ao o recuo do mar e a formação entre o que o autor chama de muralha da serra e os vales que ficavam para trás atuando "em toda parte, como condensadores de umidade, favorecendo a formação de precipitações e preparando o solo para a presença de formações selváticas" (RAMBO, 1954, p. 22). Os rios como é o caso do Rio Taquari-Antas que nasce no planalto como Rio das Antas e se transforma em Rio Taquari na decida do planalto, "nascem todos na beira dos precipícios, para em seguida, se dirigir, em longa volta, ao oeste e alcançar o oceano por via indireta" (RAMBO, 1954, p. 22).

A constituição fisionômica da Bacia do Rio Taquari, segundo Rambo (1954), chama de *selva pluvial*, um local de fertilidade do solo incomparável. Esta formação deu-se a milhares de anos com a entrada e saída do mar nestas áreas de vale que vão desde o Atlântico a leste até o centro do atual estado do Rio Grande do Sul, em virtude dos derrames do planalto.

Os entornos do Rio Taquari desde períodos mais remotos teve a ocupação indígena, conforme trabalhos arqueológicos e históricos, tais como Laroque (2000), Wolf (2012), Wolf, Machado e Oliveira (2016), os quais apontam para a importância de rios e bacias hidrográficas entre o planalto e a

Bacia do Rio Jacuí como delimitadores territoriais e de acessibilidade para as tradições arqueológicas como Tupi-Guarani e Proto Ge, bem como Guarani e Kaingang no período de contato com os europeus. No decorrer do século XVII, segundo Cristo (2016), jesuítas espanhóis e bandeirantes portugueses, também percorrem o território e de meados do século XVIII até meados do século XIX, sesmeiros militares, fazendeiros e casais açorianos, atendendo interesse colonizador da Coroa Portuguesa o posteriormente do Império Brasileiro, passam a estabelecer-se em territórios do entorno do Rio Taquari.

Segundo Noelli (1999/2000), do ponto de ocupacional, o último marco temporal de expansão demográfica histórica no Rio Grande do Sul seria o da chegada dos europeus a partir do século XVII. Este movimento, recorrendo os pressupostos de Crosby (2011), podemos identificar como de biota portátil[6], tendo em vista que plantas, animais e transformações na paisagem[7] passam a acontecer inicialmente nos Campos de Viamão, território onde se estabeleceram as primeiras sesmarias e fazendas, mas logo depois, o mesmo acontece em territórios do Rio Taquari.

Ocupação lusa e aspectos econômicos nos entornos do rio taquari de meados do século XVIII até meados do século XIX

A primeira leva de lusos que viriam a ocupar territórios da Bacia do Rio Taquari com incentivo da Coroa Portuguesa foram os açorianos. Conforme Scott e Berutte (2014), estes passaram a receber incentivos da Coroa Portuguesa para se estabelecer em áreas de disputa com a Coroa Espanhola pelas possessões ao sul da América portuguesa. Dentre os incentivos, conforme os autores, estava à isenção do serviço militar. Após o fracasso de estabelecer as primeiras famílias açorianas na região das Missões em função da Guerra Guaranítica (1754-1756), estes passaram a ser estabelecidos em territórios ao longo da Bacia Hidrográfica do Jacuí e

6 Conceito utilizado por Crosby (2011) para designar o agrupamento de espécies de seres vivos, sejam eles animais ou vegetais, que o homem leva consigo e adapta-os em diferentes espaços.

7 Segundo Santos (2006) a paisagem é uma imagem fragmentada do espaço sujeita a interpretação. Isto é, a natureza como espaço existe em si e não depende da nossa consciência, pois a existência precede a essência. Parcela do espaço interpretada na perspectiva fenomenológica que o transforma em paisagem.

posteriormente nos entornos da Bacia do Rio Taquari. São José de Taquari, fundada em 1764, inicialmente como povoamento e depois como freguesia, foi o marco colonizador no território, que segundo Scott e Berutte (2014, p. 116) foi "a freguesia conhecida por ter sido criada especificamente para receber os açorianos na região". Estes primeiros açorianos deram origem aos primeiros núcleos povoadores, "como Encruzilhada, Triunfo e Taquari, esta última projetada pelo Governador da Capitania, Custódio de Sá e Faria, em 1764" (BARROSO, 2011, p.124).

Nas terras entre a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí e do Rio Taquari, estes "dedicaram-se à produção agrícola, plantando trigo, abóbora, feijão, couve, cebola, mandioca, milho, frutas variadas. Em algumas propriedades, havia moenda e moinho, esse último para a produção da farinha de trigo" (SCOTT; BERUTTE, 2014, p.111). Barroso (2011) ressalta os moinhos de vento e as azenhas d`água, que inclusive viraram nome de bairros em Porto Alegre e são característicos da ocupação açoriana. O mesmo acontece com o estabelecimento nos entornos do Rio Taquari, aonde tiveram que adaptar a sua cultura aos novos espaços, haja vista que inclusive nos dias atuais se encontram os velhos moinhos e nomes de bairros. "O que é fato, na Capitânia de São Pedro, os açorianos acabaram por ilhados, em meio a terra, por todos os lados" (BARROSO, 2011, p136).

No que diz respeito as atividades agrícolas e a produção em áreas do Rio Taquari, tanto Christilino (2004) como a Correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari (CORRESPONDÊNCIA de 1847), referem-se a uma série de produtos agrícolas produzidos por fazendas que passam a se estabelecer ao longo do Rio Taquari. Estas informações sobre atividade econômica envolvendo a agricultura condiz com as possibilidades de novas levas de ocupantes em fins do século XVIII, em territórios ao longo do rio Jacuí e do rio Taquari considerando que as demais regiões da Província "já se encontravam praticamente ocupadas e divididas em grandes propriedades, destinadas à criação do gado *vacum*" (SCOTT; BERUTTE 2014, p.116). Neste sentido, salienta-se os entorno do Rio Taquari como um espaço propício para a agricultura levando em consideração a estrutura geográfica, conforme apresentadas por Rambo (1954), e não para a criação de gado, mesmo que estes espaços já estarem sendo ocupados por grandes sesmeiros, ligados ao serviço militar ou mesmo para famílias de açorianos.

> A freguesia de São José de Taquari, localizada na região central da capitania, surgiu dentro dos desdobramentos dessa imigração e das disputas entre as Coroas ibéricas pelo domínio dos territórios

> meridionais na América. Atendendo a necessidades militares, por ordem do governador José Custódio de Sá e Faria, teve seu povoamento iniciado por volta de 1764 em parte das terras ocupadas pelo tenente Francisco da Silva (SCOTT; BERUTTE, 2014, p.123).

Conforme ainda Scott e Berutte (2014, p. 124), o "Tenente Francisco da Silva era natural da Vila de Agreda, no bispado de Coimbra, casou-se com Maria Leme Barboza, natural de Laguna – filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e dona Lucrécia Leme Barboza". Frente a isto se percebe que o referido Tenente teria sido um dos primeiros grandes sesmeiros da região de Taquari, dando início a uma série de doações que se seguiriam até o início do século XIX, conforme segue:

> A concessão das sesmarias, a partir de 1732, representou o nascimento da propriedade privada no Rio Grande do Sul. Foi nessa época de desbravamento do território, na década de 1740, que Luiz Vicente Pacheco de Miranda e o seu concunhado Tenente Francisco da Silva instalaram-se em solo taquariense, no sopé do Morro da Carapuça, ao sudeste (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p.14).

No final do século XVIII e início do XIX, segundo Herlein Jr. e Carvalho (2002, p. 18), haviam dois tipos de habitantes na ocupação do Rio Taquari a partir do Rio Jacuí, o primeiro, de recursos mais limitados, em que "boa parte das famílias e sua prole transformou-se em homens pobres e livres, despossuídos, que se fizeram *matutos*, aprendendo a sobreviver com os índios e mestiços do lugar". Tratando-se do segundo tipo de habitantes apontam-se os "açorianos imigrados espontaneamente, que já possuíam recursos antes de aportar nas novas terras. Dentre esses, alguns se dedicaram ao comércio e outros às lavouras, com mão-de-obra escrava, e mais tarde à criação" (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p.18).

Neste cenário, concomitante as doações a grandes chefes militares, conforme se pode constatar, também se tem o estabelecimento dos casais açorianos, favorecidos pelas condições geoambietais das áreas inundadas de vale na depressão central, além do interesse português de aumentar a densidade populacional nestas áreas. Segundo Zarth (1997), as doações faziam parte de um processo de ocupação do sul da América portuguesa,

direcionando as possessões a chefes militares. Corrobarando para questão Kliemann (1986) acentua que o regime agrário da coroa portuguesa fora a grande propriedade, e que ao final do século XVIII, uma insipiente iniciativa da coroa Portuguesa de instalar pequenos núcleos de pequena e média propriedade com o incentivo à chegada de imigrantes açorianos, não foi o suficiente para evitar o fracasso da pequena propriedade. E função de que "uma vez que, na realidade, esses colonos acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio com a criação da fazenda agrícola de produção tritícola e as charqueadas" (KLIEMANN, 1986, p.18). Fazendas nas quais, muitas vezes os colonos açorianos acabavam por serem absorvidos.

Sesmarias e fazendas nos entornos do rio taquari: proprietários e características econômicas

O primeiro registro que se tem faz menção à doação de uma sesmaria a Francisco Machado Fagundes da Silveira, está registrada no ano de 1762 ao sul da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí, na margem esquerda do Rio Taquari. O documento também apresenta a localização desta sesmaria, localizada no "Campo nas várzeas do Rio Taquari, que confrontam pelo Norte com a serra; ao Sul uns morros e matos que dividiam a Fazenda de Lourenço Bicudo; a Oeste com uma grande várzea de matos de Cosme da Silveira e pela parte Leste com o Rio Taquari" (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1762, f. 204). Vale salientar que a doação desta sesmaria se dá no contexto da fundação da Vila de Taquari. "As fundações das povoações de Taquari e da Freguesia de Santo Amaro na década de 1760 foram planejadas e aplicadas por uma política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade" (PIRES, 2016, p. 13). Esta situação demonstrando as pretensões do centro da colônia e a preocupação da política portuguesa com as terras ao sul.

Christillino (2004) aponta que o estabelecimento destas Vilas e Freguesias, levando em consideração Triunfo, Santo Amaro, Taquari, São Jeronimo e Rio Pardo, estão conectadas ao contexto beligerante, e mesmo antes da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira, conforme o autor, já se tem o estabelecimento de outras sesmarias através da concessão de Gomes Freire de Andrade, com o objetivo de "[...] ocupar a Bacia do Rio Jacuí, concedendo sesmarias de terras ainda na década de 1750 ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme no

Vale do Taquari" (CHRISTILLINO, 2004, p.25). Tem-se também a doação de sesmarias a Francisco da Silva no ano de 1780 nas áreas de "Campos em Taquari, a margem do Rio desse nome, fazendo divisa com as de João Francisco" (CARTA de SESMARIA apud CRISTILLINO, 2094, p. 132) e também nos "Campos além das Pedras Brancas confrontando pelo norte com um arroio e os Campos de Antônio Ales Guimarães; ao sul com um arroio que nasce na serra" (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1780, f.65).

Além do registro da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira referido, temos as sesmarias apontadas por Christillino (2004) em nome do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme. Há ainda o registro da sesmaria de Francisco da Silva, doada, em 1780, em territórios ao sul da Bacia do Rio Taquari, bem como a doação ao Capitão Manoel Jesus da Ferreira, em 1800, e também o registro da sesmaria de José da Silva Lima, localizada entre o arroio Castelhano e o arroio Sampaio, de frente para o Taquari, a margem direita, no ano de 1798 (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1798, f.233; f.138).

O registro de doações aumenta muito para o final do século XVIII e virada para o século XIX, como pode ser visto a seguir. As doações foram feitas a João Ignacio Teixeira, essa sesmaria se "divide pelo Norte com Francisco Leonardo Cardoso, pelo Arroio Grande; pelo Sul com o Alferes João da Silva Ribeiro Lima, e pelo arroio do Ouro; fazem fundos a Leste e se dividem com matos devolutos" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f.226). Ainda no mesmo ano, foi doado ao irmão do referido em nome de José Ignacio Teixeira, pelo Conde de Rezende, que pelo "norte com o rio que vai para o Campo Novo; pelo Sul com João Bernardo da Silva, dividindo-se pelo arroio Seco, fazendo frente a Leste no rio Taquary e fundos a Este" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f.226). A localização das referidas sesmarias, atualmente se encontram em áreas de jurisdição dos municípios de Estrela e Lajeado no Vale do Taquari.

Outro concessionário foi Antonio de Vargas, que recebeu "à margem do Rio Taquary, no lugar denominado Arroio da Capivara, até o outro Arroio chamado Caramujo" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1796, f.23). A localização desta sesmaria, de acordo com o registro, está a margem esquerda do Rio Taquari na altura dos atuais municípios de Bom Retiro e Taquari. Conforme a documentação da Sinopse de Concessão de Sesmaria, também nestas terras, fora distribuída uma sesmaria a Eleutherio Nunes da Silva, que o mesmo teria vendido as terras no ano de 1800 a Fernando José Machado. Outro registro está em nome de José Theodoro Ferreira, com a medida de 2 léguas de fronte e ¾ aos fundos, no ano 1800, através do

Conde de Rezende, nos "Campos na freguesia de São José de Taquary, e que confronta: ao Norte com o rio Taquary, ao Sul com as datas de matos concedidas aos casais da dita freguesia; a Oeste com o mesmo rio, e a Leste com a continuação da Serra interior a qual vai para a Geral" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1800, f.115) . A descrição desta última pode ser localizada na altura do atual município de Bom Retiro, na margem direita aonde o Rio Taquari faz uma curva em direção leste, possibilitando que esta sesmaria tivesse ao norte e a leste o Rio Taquari.

Outras sesmarias, já no século XIX também se encontram no registro geral, como a sesmaria de Antonio da Costa Leite, que possuía ¼ de légua de frente ½ de légua de fundos, doada no de 1814 por Dom Diogo de Souza, e se localizava, na "Serra Geral, frente ao Sul, dividindo-se com Leonardo Fagundes, e fundos ao Norte. Confrontando a Leste com terras devolutas e a Oeste com outras do concessionário" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f. 164). Também a sesmaria de Juliana Rosa da Costa, concedida por Dom Diogo de Souza no ano de 1814, situada "á margem do rio Tibiquary, (1) districto de Santo Amaro. Seguindo o rumo Leste, se dividem pelo Norte com José Ferreira Guimarães; ao Sul com José Maria e a Oeste com o mencionado rio" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f.104). No mesmo ano, também foi concedido uma sesmaria a Francisco Antonio de Souza, com 3.250 braças de frente e 11/2 de léguas de fundo, concedida por Dom Diogo de Souza, situada na "fronteira do Rio Pardo, sitas na margem occidental do rio Taquary, confrontando ao Sul com José da Silva Lima e seus irmãos; e ao Norte com terras do falecido João Bernardes" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1814, f.27).

No ano de 1815 foi concedida uma sesmaria a Ignacio José Vicente da Fonceca, concedida pelo Marquez de Alegrete, com ½ légua em quadro, localizada no distrito de Taquari "nos fins dos Morretes, que confrontam ao rio Taquary. Pela parte Sul se dividem com o arroio Sampaio; ao Norte com terras cultivadas por José Marcellino, lindando pela frente dos ditos Morretes com Francisco Antonio de Souza, a rumo de Leste", e ainda a "Oeste fazem fundos ao sertão da Serra Geral" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1815, f.173). No ano de 1816 foi concedida uma sesmaria José Cezario de Abreu através do Marquez de Alegrete, com ½ légua de quadro, localizada a margem do Rio Taquari, "junto ás que estão de posse Ignacio José de Moraes, Sofia Adelaide Pires e Manoel Joaquim Pires de Carvalho" ainda faz limitação ao sul "com o morrete do Poço Grande; a Leste com os matos da Serra Geral; ao Norte com a mesma Serra, e a Oeste com o referido rio Taquary" (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1816, f.56).

Tem-se também o registro da fazenda do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro em nome de sua esposa, localizada a margem direita do rio Taquari, que aparece no auto de medição do seu genro Joaquim Alves Xavier datado de 1887. Conforme a descrição do documento, a denominada Fazenda São Caetano localizava-se "no fundo da Fazenda da mesma senhora denominada S. Caetano na margem direita do rio Taquary com frente ao sul fundos ao Norte ao arroio Jacaré desviando-se pelo Leste com as vertentes que desaguam no rio Taquary e pelo Oeste com o arroio da Forqueta (AUTO de Medição nº 2017 de 1887).

O Auto de Medição nº 2017 faz referência à agricultura efetiva, e é descrito com cultivo de erval. Isso possibilita inferir de que desde os tempos do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro a fazenda servia em primeiro as atividades agrícolas, principalmente envolvendo a produção de ervais. O Capitão Francisco Silvestre Ribeiro e sua mulher aparecem ainda possuidores de terras próximas ao Arroio Sampaio "O Ten. Cel. Joaquim Alves Xavier, enquanto herdeiro dos seus sogros, o Cap. Francisco Silvestre Ribeiro e Anna Sallazar Ribeiro, os quais possuíam ainda uma outra área que fazia rumo com a Fazenda São Gabriel" (CHRISTILLINO 2004, p.96). Conforme ainda o trabalho de Christillino (2004, p. 102), a Fazenda São Gabriel era de posse da família Azambuja. "Ocorre que essa família possuía uma concessão conhecida como Fazenda São Gabriel, acima do Arroio Sampaio na margem direita do Rio Taquari".

Consta no auto de medição de Primórdio Centeno de Azambuja de 1876, a posse de terra de Antonio Xavier de Azambuja, este possuidor de uma sesmaria na margem esquerda do Rio Taquari, na altura do que atualmente é Colinas, entre as terras de Ricardo Vila Nova e Ignácio de Moraes. Primórdio Centeno de Azambuja, segundo a documentação, teria comprado a sesmaria no ano de 1842, nos "quinhoins que nos trocou em Partilha na sesmaria de mato cita na margem esquerda do Rio Taquary pelo preço e quantia todos os quinhois de cento e setenta e um mil reis... (AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, 1876).

Consta no trabalho de Christilino (2004) que Antonio Francisco de Azambuja era descendente da influente família Azambuja. Este seria filho do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, um dos primeiros proprietários de sesmarias, ao da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí no ano de 1752, cujo intento era de proteger as possessões portuguesas de possíveis ataques espanhóis.

Conforme o Auto de Medição uma disputa judicial envolvendo Ricardo Villa Nova e Ignácio de Moraes e Antonio Xavier de Azambuja, onde aparece referência da Fazenda Beija Flor. Está de posse de Ricardo

Villa Nova, cuja área atualmente se localiza o município de Colinas continha cultivo simples, composto de laranjais e destinava-se para arrendamento, conforme é possível verificar a seguir:

> Não só as declarações do vendedor como as do primitivo dono da posse – Ricardo José Villa- nova, pelo referido documento de arrendamento a Beja-Flor era um simples cultivado, que se destinguia pelos laranjaes, e arrendava-se a preço de 6 mil e 400 réis por anno (AUTO DE MEDIÇÃO Primórdio Centeno de Azambuja, nº 696, 1876).

Ricardo José VillaNova também possuía uma sesmaria na margem direita do Rio Taquari. Esta sesmaria está documentada na carta de sesmaria em nome dele referente ao ano de 1815 e consta que Ricardo José Villa-Nova reclama por terras, as chamadas petições, conforme o documento de Doação de Sesmaria de março de 1815. Decorrido um mês da petição, em abril de 1815, Ricardo José Villa Nova é de fato contemplado com uma sesmaria, conforme a Carta de Sesmaria de 26 de abril de 1815. Conforme a documentação, a sesmaria recebida por Ricardo José Villa Nova se localizava no atual município de Arroio do Meio, tendo ao sul o Arroio Forqueta e a leste o Rio Taquari. Na carta de petição do sesmeiro fica clara a necessidade de demonstrar a vontade do mesmo de desenvolver a agricultura, sendo inclusive até aquele momento preciso arrendar terras, ou seja, isso possibilita pensar que o estabelecimento da atividade da agricultura nos entornos do Rio Taquari fazia parte do projeto provincial na primeira metade do século XIX.

Com base o documento de Carta de Doação de Sesmaria de Ricardo Villa Nova, e no trabalho de Relly, Machado e Schneider (2008) e de Vedoy (2015), Ricardo Villa Nova é possível constatar a prática de atividades agrícolas e da ocupação dos espaços nos entornos do Rio Taquari. Ricardo Villa Nova é um exemplo de que foi possível acender economicamente, mesmo com uma atividade secundária para o Rio Grande do Sul, no caso, a atividade agrícola. Corrobora para a questão, conforme ainda Relly, Machado e Schneider (2008), o fato de que o referido sesmeiro, também em Triunfo (que na época já não incorporava mais a Freguesia de Taquari) havia feito fortuna através da agricultura de subsistência e comercial, em torno da produção de trigo e da madeira, portanto sem estar envolvido com a pecuária, atividade econômica do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. O que tornou Ricardo Villa Nova um proeminente pelo fato de requerer

mais terras para o desenvolvimento de sua economia, se comprometendo a desenvolvê-la nos entornos do Rio Taquari.

No início da primeira metade do século XIX, outra relevante fazenda desta época, e a Fazenda da Estrella, de posse primeiramente de João Ignácio Teixeira e posterirormente permutada por Victorino Ribeiro (GREGORY, 2015). A Fazenda da Estrella, ou a sesmaria de João Ignácio Teixeira aparecem no Auto de Medição de Victorino Ribeiro 1861.

A Fazenda da Estrella esteve ativa pelo menos desde o início do século XIX até o início da segunda metade do século XIX, passando na mão de vários proprietários, e se tratava de uma fazenda produtiva, na qual todos os proprietários se utilizaram dela para a obtenção de lucros, visto a quantidade de escravos que Victorino José Ribeiro possuía e recebera de José Ignácio Teixeira quando da permutação das terras. "Permutação de uma Fazenda de terras com suas benfeitorias e utensílios por uma morada de casas de sobrado e venda de vinte escravos ladinos que fazem José Ignácio Teixeira Júnior e sua mulher a Victorino José Ribeiro e sua mulher" (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Sendo assim, observa-se que o Rio Taquari fez parte primeiramente do projeto português de ocupação dentro de um contexto de disputa entre as Coroas Ibéricas, momento no qual se incentivou a doação de sesmarias a chefes militares, desde a segunda metade do século XVIII até pelo menos o início do século XIX. Momento no qual se tem a união da elite local, seja ela econômica ou militar, com o governo português e provincial, conforme foi possível constatar pelo significativo número de pedidos por sesmarias em direção as chamadas terras devolutas. Portanto verificou-se que a principal atividade econômica destas sesmarias e fazendas era a agricultura, situação onde deve ser levado em consideração a composição geoambietnal da Bacia do Rio Taquari. Localizada na depressão central, com uma área de altitude mais baixa e uma mais elevada em direção ao planalto, com um terreno acidentado, possuindo um espaço de floresta com uma vasta fauna e flora irrigada por arroios e rios que desaguam na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, portanto diferenciando-se do modelo hegemônico da economia pecuarista, que dependia de vastas áreas de campo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Desdobramentos socioambientais do estabelecimento de sesmarias e fazendas na primeira metade do século xix nos

entornos do rio taquari

As informações das fazendas estabelecidas na primeira metade do século XIX encontradas em fundos como o da subdelegacia de Taquari, apresentam o rápido mapeamento e cercamento das terras, decorrendo disto conflitos com grupos indígenas, como neste caso os Kaingang. A exemplo das Correspondências de 19 de Dezembro de 1836 onde ocorreu conflito envolvendo um pardo escravizado.

> Illmo. e Exmo. Snr.
>
> Partecipo a V. Exª. que no dia 16 do que rege assisti a huma operação no corpo de hum pardo de nome Joze Antonio cuja operação consistia em tirar-se duas flexas que disem os conductores do dito **pardo** serem os bugre que lhe atirarão **huma das flexas estava metida no peito direito, e outra no braço esquerdo; e logo que se acabou a operação elle faleceu; cujos bugres disem haverem sahido nos fundos da fazenda da estrela, e querendo mandar seguir a estes infiéis receby ao mesmo tempo hum officio do** Sr. Juis Municipal para fazer seguir huma expedição de Cem. G. N. para se reunirem ao Tenente Coronel Antonio Manuel de Azambuja, ... Deus Guarde a V. Exª. Quartel em Taquary, 19 de Desembro de 1836. Illmo. e Exmo. Sr. Joze de Araújo Ribeiro, Dignissimo Presidente da Provincia. (CORRESPONDÊNCIA de 19 de Dezembro de 1836, grifo nosso).

Em outra correspondência expedida pela subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847, nota-se as atividades econômicas. Em uma carta de espécie informativa o subdelegado Francisco Matias de Souza Avila descreve características econômicas da bacia e aspectos naturais a serem explorados.

> Informação
>
> Na marge direita do Rio Taquary, ... do Jacaré para sima estão as matas de N...são montanhozas mais .....cahidas para ... Rio, terrenos estes .... e a **cultura da cana, Café, fumo, Algodão, Trigo, cha, Ninhas, milhos, Feijões, Lentilhas, Ervilhas, Batatas, Bananas**, por derem ... mesmos terremos altos

> confrontos a leste e a Norte por... izentos do G....(gados?)
>
> Na margem esquerda do mesmo Rio, no lugar denominado Salto... se achão as matas todas devolutas, São terrenos .... (dobrados?) todos abitáveis pr....propicios para a cultura como mencionei acima na....nação todos mais quatro e de ..contagem na planta por serem todas muito produtivas deste mesmo lado se achão algums tabuleiros de terrenos altos são bem propícios para a cultura da... Canna do Café os matos de hum e outro lado são abundantes de **madeiras de Ley q são o Ipês Guajubiras Louro, Tajube, Saguaragy, Cabriuba, E... a fundos e Anjico se acha l..pmilho, Canjerana e car... nermilho, Branco, Timbaube e fi ger i as (figueiras?) ...** o fundos desta mata na margem há grandes ervais de herva Matte tambem Pinhais o Rio dá navegação da maiores parte do anno..... a cortes, e ..... **em canoas pequenas .....grandes. o ultimo Form..deira na margem** direita deste Rio [...] (CORRESPONDÊNCIA da subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847, grifos nossos).

A partir destes dados é possível inferir algumas análises acerva da mão de obra e das atividades econômicas destas fazendas, caracterizada pela agricultura e mão de obra escrava e com pouca mobilidade social. Conforme Furtado (1979) a agricultura tradicional não é incompatível com o modo capitalista de produção, levando em consideração que este modo de agricultura tradicional faz parte de um processo inicial de crescimento econômico. Voltando a uma perspectiva ambiental, os recursos ambientais do Rio Taquari, como solo, recursos hídricos, e fauna e flora, possibilitaram o desenvolvimento desta agricultura, os recursos naturais e a acessibilidade à propriedade destes recursos, somados a um sistema escravocrata e de navegabilidade do rio e o crescimento das vilas até Porto Alegre possibilitaram um primeiro estágio econômico. Andrade (2008) define a economia nesta perspectiva como um subsistema de um sistema maior que a sustenta. Nesta perspectiva pensando a atividade agrícola nos entornos do Rio Taquari, esta só foi possível em função da estrutura, geoambiental e todos os recursos que esta estrutura possibilitava aos ocupantes da época. A perspectiva de Andrade (2008) leva em consideração a análise biofísica-ecológica do sistema econômico, possibilitando relacionar a atividade econômica com a estrutural ambiental.

Na Correspondência de 1847 é possível identificar alguns aspectos referentes às fazendas de cunho econômico, ambiental e dos atores sociais envolvidos. Se levarmos em conta os atores sociais que aparecem nestas

documentações, e que fazem referência direta as fazendas, pode-se pensar de que estes participavam ativamente das atividades na fazenda de Victorino José Ribeiro. O que nos possibilita identificar que o tipo de atividade econômica se produzia nestes espaços a partir da Fazenda da Estrella. Começando pelo fato de que provavelmente, tanto o referido pardo e o escravizado africano, estavam a trabalho no momento dos conflitos com os indígenas Kaingang. Já se pode pensar em um possível trabalhador ou arrendatário em relação ao pardo, e em relação ao escravizado não deixa qualquer dúvida, tratava-se de uma posse de Victorino José Ribeiro, portanto relacionado ao comércio de negros escravizados.

Levanta-se a questão sobre o tipo de produção na Fazenda da Estrella, cuja posse era de Vitorino José Ribeiro e como visto fora comprada em permuta de José Ignácio Teixeira, e que possuía trabalho escravo. Conforme Gregory (2015) tem-se conhecimento que este possuía escravos e até mesmo uma senzala em sua fazenda. As correspondências mencionadas corroboram para a questão, visto que, os conflitos com os indígenas eram sazonais, possivelmente em épocas de colheita do milho, portanto uma atividade agrícola. Vale salientar que na concepção Kaingang o milho tratava-se de um bem coletivo, e como as fazendas e lavouras encontravam-se em jurisdição do seu tradicional território nada havia de estranho em incursionar para colher o que precisavam. Sobre isto, tem-se:

> Como características gerais desses assaltos se podem observar, em primeiro lugar, o saque às roças de milho que se encontravam prontos para colheita, por isso, a maior parte das investidas indígenas ocorreu nos primeiros meses do ano. Durante o inverno, os Coroados mantinham-se envolvidos na coleta e processamento dos pinhões, principal alimento deste grupo, realizados pelas mulheres (DORNELLES, 2011, p.31).

Tomando os dados para a análise é possível que estes conflitos tenham ocorrido em função da produção agrícola do milho, além disto, tratava-se de uma produção muito comum para os entornos do Rio Taquari daquele período. Bem provável que esta produção não fosse à única da fazenda. Sendo assim é possível cogitar-se outros tipos de cultivos além da extração da madeira, também muito explorada na época, quer fosse para a subsistência da fazenda ou para o comércio. Através das informações apresentadas nas correspondências de dezembro de 1836 e fevereiro de 1845, em se tratando de Kaingang, escravos e pardos, estes eram grupos atuantes na história do Vale

do Taquari na primeira metade do século XIX. Os indígenas guerreando por uma um espaço que antes não possuía a configuração privada representada pelas fazendas, e o escravo e o pardo como membros atuantes das atividades agrícolas da fazenda. E para os Kaingang tratava-se de um espaço de bem comum longe da lógica do homem branco de privatização da terra. Para tanto é preciso levar em consideração as premissas de Pádua (2010) que considera que a natureza é construída culturalmente nas diferentes sociedades e possui características dinâmicas. Portanto não é somente um espaço onde a história do homem se desenrola, é uma relação de troca.

No que diz respeito a presença dos indígenas Kaingang no território pode-se pensar em uma relação conflitosa, conforme dados da Correspondência de dezembro 1836, possivelmente devido a obtenção de recursos no entorno da Bacia do Rio Taquari, pois conforme estudos históricos e arqueológicos como os de Laroque (2000) e Wolf (2012), este se tratava de um tradicional território Kaingang, cabendo a estes espaços da bacia, ou seja, de altitudes mais baixa em relação ao restante, um local de busca por recursos naturais e estabelecimentos temporários. Vale salientar, que estes possuíam uma relação com meio totalmente diferente da trazida pelas fazendas, principalmente em relação à noção de espaço público e privado, e a distinção entre homem e natureza.

Warren Dean (1996) a respeito do governo colonial e imperial do Brasil, chama a atenção de que este sempre se mostrou ineficiente perante o uso inesgotável das riquezas naturais da Mata Atlântica. Uma sociedade calcada na mão de obra escrava, em que se explorava ao mesmo tempo o elemento natural e humano de forma compulsória. Mostrando que a conservação da natureza e do homem se mostram irrelevantes para a sociedade colonial e tão pouco para a imperial do século XIX. No caso da ocupação dos entornos do Rio Taquari, este modelo seguia o mesmo ritmo, onde a frente de expansão e pioneira da "civilização" avançava e trazia consigo os elementos de uma economia predatória. A ocupação lusa do Rio Taquari está conectada a chegada da primeira leva de imigrantes europeus nestas terras ao sul da América Portuguesa, como visto a imigração açoriana e a doação de sesmarias foi o elemento propulsor deste movimento.

Apesar das lacunas na narrativa da Correspondência de 1847, temos a informação sobre alguns tipos de cultivos agrícolas acomodadas ao longo do rio Taquari, a exemplo do rio Jacaré afluente da margem direita do rio Taquari, onde hoje se encontra o município de Encantado. São descritas plantações de cana de açúcar, café, fumo, algodão, trigo, chá, ninhas, milho, feijão, lentilhas, ervilhas, batatas, bananas, demonstrando uma diversificada variedade do que era cultivado. Destaca-se a plantação de fumo que se mantém ainda presente

nas áreas de altitude mais elevada como Progresso e Boqueirão do Leão, no que atualmente se denomina Região de Vale do Taquari. O trigo que como visto, era característico destes ocupantes, bem como é o caso do milho, feijão e batatas. Estes produtos muito provavelmente abasteciam as primeiras vilas existentes, tais como a Vila de Taquari e Triunfo, seguindo o curso d'água, possivelmente tendo como o destino final Porto Alegre.

Um outro documento pesquisado trata-se de uma Correspondência de 1845 onde os territórios do Rio Taquari aparecem na categoria de terras devolutas, correspondendo a áreas territoriais não alcançadas até então pela doação de sesmarias, e que com a independência do Brasil e o fim das doações, tratava-se de um bem do Estado Nacional brasileiro. Nestas áreas de terras devolutas, localizados na margem esquerda do rio Taquari, são mencionadas madeiras de lei, dentre elas destacam-se o Ipê (*Tabebuia*), de floresta estacional semidecidual, característica do bioma da Mata Atlântica, Guajuvira (*Patagonula americana*), Louro (*Laurus nobilis*), Cabriuva (*Myrocarpus frondosus*), Figueira (*Ficus*), Angico (*Anadenanthera macrocarpa*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e também araucária (*Araucaria angustifólia*) (CORRESPONDÊNCIA de 1845). Estas informações relativas à madeira nos dão pistas sobre a produção de tábuas que era escoada através do rio Taquari, com vistas à produção de móveis, barcos e na construção civil envolvendo as estruturas das cidades que na época basicamente foram levantadas a base de pedra e madeira.

Relativo aos ervais de onde era retirada a erva-mate (Ilex paraguariensis), esta tornou-se um fator econômico relevante, bem a madeira da araucária (*Araucaria angustifólia*) que passou a ser transportada por meio de canoas seguindo o curso de rios. Sobre os ervais e a relação com os grupos indígenas tem-se o seguinte:

> É possível explicar, hoje, a formação dos ervais nativos no Sul da América como um processo predominantemente natural, resultado de características químicas do solo, da altitude, da concentração hídrica, do clima, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, é indispensável considerar também a ação humana, mesmo involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos. Não se pode ignorar a contínua intervenção dos povos indígenas Guarani, Charrua, Kaingang, Xokleng, Guaicuru, Paiagua e de outras etnias que habitaram o Sul da América sobre a dinâmica das florestas (GERHARDT, 2013, p.57).

As áreas da Mata Atlântica que cobriam grande parte da região sudeste do Brasil, incluindo as áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, com base em Dean (1996) eram já há muito tempo antes da chegada do elemento europeu modificadas em função das alterações provocadas pelas atividades indígenas. Portanto, a implantação das sesmarias e fazendas com a atividade econômica da agricultura acarretou significativa transformações nos entorno do Rio Taquari devido a forma de uso e captação de recursos.

Considerações finais

Os espaços nos entornos do Rio Taquari desde os tempos dos Guarani e os Kaingang provavelmente já era um espaço da onde este grupos extraíam a sua subsistência, e com a chegada do elemento luso das fazendas e da agricultura se tem um ponto de ruptura e inicial de um novo modelo econômico de posse privada da terra e do plantio e da extração transformadas em lucro, já no final do século XVIII.

A ativada agrícola como principal fonte da atividade econômica dos entornos do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, por meio do estabelecimento de sesmarias e fazenda, trouxe transformações econômicas através da agricultura e extração dos recursos naturais nos entornos do rio, principalmente diversos tipos de madeira para consumo interno da Província, situação que se contrapõe a pecuária predominante no sul do Brasil Meridional. Vale também salientar, que novos atores sociais como sesmeiros/estancieiros, casais açorianos, ervateiros, pobres lavradores e negros escravizados passaram a se estabelecer em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari que faz parte do bioma Mata Atlântica, composta pela Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista, as quais sofreram transformações devido a forma que áreas da Bacia passou a ser utilizada para captação de recursos, diferente daquela manejada pelos indígenas Kaingang que tradicionalmente viviam no local.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e

metodológicos nas visões neoclássicas e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*. Campinas, n. 14, p.1-31, ago./dez., 2008.

AUTO DE MEDIÇÃO de 1861. Auto de Medição nº 12. Proprietários: Vitorino José Ribeiro e Anna Emília Sampaio Ribeiro, 1861, Taquari. *AHRS*. Fundo Lei de terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, de 1876. Auto de medição, autoria de Primórdio Centeno de Azambuja, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 2017 de 1887. Auto de medição, autoria de Joaquim Alves Xavier, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida. *In*: CARELI, Sandra da Silva, KNERMIM, Luiz Cláudio. *Releituras da História do Rio Grande do Sul***.** Porto Alegre, CORAG, 2011, p.115-138.

CHRISTILINO, Cristiano. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889*). 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História da América Latina) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CORRESPONDÊNCIA de 19 de dezembro de 1836. Correspondência do Corpo Policial de Taquari de 1836, s/nº, AHRS. Maço 144, Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1845, AHRS. Maço 57. Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 1847 s/data. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1847, AHRS, Maço 57. Corpo Policial.

CRISTO, Tuani de. *Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e Jesuítas em territórios da Província do Tape (1626-1638)*. 128 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2016.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90***,** Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. Ed., São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. Santa Catarina, 2013. 290 f. Tese (Doutoramento em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Santa Catarina. 2013.

GREGORY, Josemir. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. 2015. 53 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História II), Centro Universitário do Vale do Taquari, dez. 2015.

HERLEIN Jr, Ronaldo; CARVALHO, Vera Refina F.O vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro – 1500 – 1822. In: SIMPÓSIO: *Historias subregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay: Ocupacion territorial, inmigraciones y desarollo socioeconômico*. 2002, p. 1 -26. Disponível em: < http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/artigo_sobre_o_periodo_colonial.pdf.> Acesso em: 15 jul. 2019.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *R*S: terra e poder – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. Lajeado: [s.n], 2017.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808–1889). *Pesquisas***.** Antropologia nº 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*. São Paulo-SP, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. São Paulo-SP. *Estudos Avançados* nº 24, p. 81-101, 2010.

PIRES, Karen. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/ RS – final do século XIX***.** 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2016.

RAMBO, Balduíno. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS. UFRGS, Caderno nº31, 1954.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli Galarce; SCHNEIDER, Patrícia.

História de Colinas: do Taiaçuapé a Colinas. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2008.

SANTOS, Marcio Pereira. *A Paisagem como Imagem e Representação do Espaço na Geografia Humana.* São Paulo, Espaço e tempo, Nº28, p.151-165, 2010.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. "Gentes das Ilhas": repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a Capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERTUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (orgs). *Gentes das ilhas*. *Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790.* São Leopoldo: Oikos, 2014, p.105- 146.

SINOPSE DAS CONCESSÕES DE SESMARIAS na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1780, livro 9, f. 65. 1798; livro 10, f.233, 138; 1800, livro 10, f. 115, 226; 1814, livro 10, f. 10, 27, 164; 1815, livro 10, f. 173; 1816. livro 10, f. 56. *APR***S**. Porto Alegre.

TIBURI, Margarida. *Charqueadores, estancieiros e vereadores: elites econômicas e políticas nas margens do Jacuí (São Jerônimo – XIX).* Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrograficas do Taquari-Antas e Caí.* 100 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

WOLF, Sidnei. *Paisagens e sistemas de assentamento: Um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta\ RS***.**2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2012.

_____; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; OLIVEIRA, Jean Lopes de. Arqueologia regional entre o forqueta e o Guaporé: o contexto de ocupação Jê pré-colonial no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul. *Rev. Cadernos do Lepaarq.* Vol. XIII, nº26, 2016, p.172-196.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIIJUÍ, 1997.

HISTORIOGRAFIA DA FARROUPILHA: ENTRE OS ÁULICOS E A CONSTRUÇÃ DA ORDEM MONÁRQUICA

Historiography of farroupilha: between the courtiers and the construction of the monarchical order

Fabrício Antônio Antunes Soares[1]

RESUMO

O presente artigo quer examinar como a operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. O período e espaço investigado é a primeira metade do século XIX no Brasil. Isto é, tem-se por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado "Construção da Ordem". Para isso, é analisada a obra/fonte Negócios do Rio Grande, do político e integrante do IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, que foi publicada no respectivo período. Portanto, o problema que norteia o artigo é saber como tal obra/fonte se articula com a construção da ordem monárquica, por um lado, e, por outro lado, na disputa política palaciana em torno do monarca. Por fim, o artigo infere que, ao analisar tais obras a partir da operação historiográfica, política e historiografia correm em via única para o sentido narrativo das obras examinadas.

Palavras-chave: história da historiografia; história intelectual; teoria da história.

ABSTRACT

This article aims to examine how the historiographical operation is articulated with the construction of meaning in the narrative of historiography. The period and space investigated is the first half of the 19th century in Brazil. That is, the objective is to analyze how the narrative

1Professor da FMP/SC e professor da Flacso/Brasil. Doutor em história pela PUCRS com estágio doutoral pela Universidade Livre de Berlim. Pós-doutor em História pelo PPGH/UDESC. E-mail: fabricioantunessoares@gmail.com

about the Farroupilha was constructed in the context called "Construction of Order". To this end, the work/source Negócios do Rio Grande, by the politician and member of the IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, which was published in the respective period, is analyzed. Therefore, the problem that guides the article is to know how such work/source is articulated with the construction of the monarchical order, on the one hand, and, on the other hand, in the palace political dispute around the monarch. Finally, the article infers that, when analyzing such works from the historiographical operation, politics and historiography run in a single direction towards the narrative meaning of the works examined.

Keywords: history of historiography; intelectual history; theory of history.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a obras/fonte N*egócios do Rio Grande*, publicada em 1842, pelo político, advogado e membro do IHGB, Saturnino Coutinho (1803-1848), que é uma narrativa histórica que, por um lado, se articula a construção da ordem monárquica do Brasil oitocentista e, por outro lado, é a segunda análise da Farroupilha publicada por um membro do IHGB.[2] Para tanto, a hipótese que norteia o artigo é de que Coutinho narra a Farroupilha como uma forma de defesa sua e de seu grupo político no período de consolidação da monarquia no Brasil.

Para desenvolver a hipótese proposta, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender a *Negócios do Rio Grande* como sendo uma operação historiográfica (Certeau 2007, p. 65-119). Portanto, um dos caminhos desta investigação é saber como as obras se articulam com o lugar social, com a prática e a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a "operação historiográfica" na historiografia sobre a Farroupilha (Rodrigues 2019, Soares 2019). Assim sendo, examinar a obra como uma operação historiográfica significa analisá-la como a articulação entre a) um lugar social b) práticas científicas e c) a escrita de um texto (Certeau 2007, p. 66). Para compreender, portanto, a história da historiografia sobre a

2 A primeira obra histórica sobre a Farroupilha é *Bosquejo histórico* de 1841, também escrita por Saturnino Coutinho.

Farroupilha (Pesanvento 2009, Soares, 2016), parte-se do pressuposto de que qualquer investigação e narrativa histórica[3] se encadeia com lugares, práticas e escritas e, também, com suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas[4]. Isso acarreta uma forma de proceder na historiografia limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação historiográfica, portanto, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita da história, por outro lado, o lugar social, a prática e a escrita, também a tornam possível e, assim, a escrita da história delineia-se "por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe" (Certeau 2007, p. 76).

Assim sendo, a Farroupilha, ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos[5], foi um conflito militar e político na Província de São Pedro[6] entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico, a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação (Piccolo 1985) e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados-nacionais (Guazzelli 1998). Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autônima política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois, tornar a Província de São Pedro uma República separada do Brasil. Também, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense, pelas mais variadas práticas simbólicas, ao longo de um século.

A memória histórica foi publicada por Coutinho no início da década de 1840, já com o processo de centralização monárquica liderada pelo Partido Conservador em ação. Assim sendo, em uma esfera pública regionalizada e limitada, a socialização de Coutinho foi na facção áulica, nos jornais *A verdade*

3 A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricoeur (1994), pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase. Quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa – historiográfica ou literária – relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, deste modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

4 Isso averiguado, é importante para o desenvolvimento desse artigo ter-se em consideração que para examinar a historiografia é necessário entender não apenas o seu caráter narrativo, mas, também, sua dimensão social e os usos políticos do passado na escrita da história. As narrativas circulam socialmente, mas não circulam livremente, elas são produzidas e transmitidas em um contexto político-social. São escritas com uma finalidade: estabelecer uma conformação política sobre o corpo social (Hartog; Revel, 2001).

5 Outras denominações pela qual a Farroupilha é conhecida.

6 Nome do atual Estado do Rio Grande do Sul.

e *Sentinela da verdade*, Universidade de Coimbra e a Guarda-Nacional. No contexto da construção da ordem, há na obra de Coutinho a disputa política em torno do monarca e do processo de construção e centralização do nascente regime monárquico. Além disso, sua defesa dos áulicos norteia a interpretação e escrita da obra e, também, é um ponto metodológico importante do artigo.

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. A primeira investiga o lugar social de produção de *Negócios*, isto é, o contexto político e social do segundo quartel no Brasil do século XIX período em que se ambientou a escrita dos livros. A segunda parte averigua a prática científica exposta na obra. A terceira parte examina a indissociabilidade do lugar social e da prática cientifica na operação historiográfica do Brasil oitocentista. A quarta e última parte, analisa a escrita da história da Farroupilha na fonte/obra.

O lugar social: a construção da ordem

O período imperial brasileiro foi um longo parto do Estado-nação na interpretação de Carvalho (2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. O período do Brasil imperial analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho, como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial brasileiro[7]. E é nesse período que está a fonte analisada neste artigo. Portanto, à sua maneira, ela participa da construção da ordem. Saturnino de Sousa Oliveira Coutinho foi o letrado e o político que escreveu essa obra e, também, foi o primeiro autor a publicar uma memória histórica sobre a Farroupilha. Também, ele foi duas vezes presidente da Província do Rio Grande. Na sua memória histórica, a escrita está direcionada para a sua defesa pessoal e de seu grupo político, como também para a salvaguarda da jovem monarquia.

Também, a inauguração do IHGB, em 1838, está no contexto que foi denominado a construção da ordem, que começa em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época

7 Dolhnikoff (2005, pg. 85) problematiza as afirmações de Carvalho.

com cinco anos de idade. Nesse contexto, em 1831, aumentara a tensão política em torno D. Pedro I. Na oposição a ele estavam liberais, republicanos e os brasileiros em geral incomodados com as práticas despóticas, com a lusofilia do governante e as questões derivadas da luta política em Portugal (Brancato, 2004; Gonçalves, 2012). Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como período regencial e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, "houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política". O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados e de 1837 a 1840 foi caracterizado pela reação conservadora.

A resposta inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto, a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho, o motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo, pois, os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e militar e dominavam o comércio. Também, os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro lado, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a Guarda Nacional com o fim de "colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários" (Carvalho, 2012, p. 89) e em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto. Portanto, em 1834 foi reformada a Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam a serem designados pelo governo central. Assim, "a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais" (Carvalho, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e Revolta dos Malês (1835).

Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar e quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, "profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional […] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador" (Carvalho,

2012, p. 95). Entretanto, quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados a magistratura e a agricultura de exportação[8]. Nesse período, começaram a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservado e o Liberal. Segundo Carvalho, a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras[9].

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular, a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população e em 1840, a maioridade de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano e os conservadores de volta ao poder avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram as armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais e foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Ademais, os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram dois anos após chamados ao governo e a anistia foi concedida, assim sendo, para Carvalho (2012, p. 98), "essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia" e após a rebelião Praieira "fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. Desse modo, o sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos" (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor, o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois:

> O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira

8 Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Para Carvalho (1999, p. 12), Vasconcelos foi político em tempo integral, respirava e transpirava política. Ocupou cargos no governo e teve uma constante atividade jornalística que na "época era complemento indispensável da atuação política". Ainda segundo Carvalho (1999), foi a partir da aprovação do Ato Institucional de 1834 que Vasconcelos iniciou a se distanciar dos antigos companheiros moderados, sobretudo Evaristo da Veiga e o padre Feijó. Na regência de Feijó, Vasconcelos já assumiu a liderança da oposição. E nesse período assumia cada vez mais uma clara defesa do tráfico e da escravidão. E como chefe da oposição, tornou-se figura dominante no mistério de Araújo Lima. Para Carvalho, Vasconcelos foi um dos esteios da centralização política do Regresso na Regência e, depois, no Segundo Reinado.

9 Sobre a composição social e a ideologia política do Partido Conservador e Liberal, ver: (Carvalho, 2012, p. 95).

> e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa (Carvalho, 2012, p. 98).

Também, nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade (Thiesse, 2001; 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Esta identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita que, também, eram espaços de política. Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica da escrita ajuda a entender o próprio escrito, isto é, o lugar social de produção textual que limita a escrita sobre a Farroupilha. Mas, isso não é tudo, o significado de um texto, de uma escrita, não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional. O texto exige uma análise de sua estrutura, de seus personagens e de sua intriga que não são, apenas, um reflexo do lugar de produção.

O IHGB – o modus operandis da historiografia

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado, assim sendo, só publicam, ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época, aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos[10]) para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia[11].

No campo da produção histórica em 1838 cria-se, no Rio de Janeiro, o

10 Um exemplo disso é o debate sobre a questão indígena. Ver Guimarães (2011).

11 Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver Alonso (2000).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desempenharia papel relevante na construção da memória e da história da nação. A partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional[12]. No pano de fundo da fundação do instituto,

> estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra […] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a "revolução" […] os "princípios republicanos anárquicos" são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país (Guimarães, 2011, p. 69).

Na sessão inaugural realizada em 1º de dezembro de 1838, o IHGB manifestava sua conexão com o poder político, porquanto seus sócios invocaram e dispuseram-se sob o abrigo imperial e essa proteção trouxe auxílio político e econômico. Assim sendo, a monarquia afiança sua atividade e o IHGB garantia o controle do passado à monarquia. Também, os letrados do IHGB preenchiam outras posições no aparelho do Estado e, desse modo, no IHGB, usavam sua escrita para interpretar o passado conforme o controle da construção da ordem[13]. Os letrados brasileiros, servidores públicos em sua esmagadora maioria, usaram da sua escrita para produzir a memória e o passado brasileiro[14]. De certa forma, o "Estado" narrava o próprio Estado:

> Ao reivindicar a tradição do patronato real para sua Academia, o IHGB preparava a sua incorporação ao Estado Imperial […] Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, o qual, na concepção desses homens, se confundia com a manutenção dessa conjunção

12 Conforme observou Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas, eram juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

13 Numa sociedade de estrutura social impermeável, o serviço público representava a única possibilidade de ascensão social. Assim, o sinal distintivo dessa elite intelectual e política era a trilha no serviço público. É o Estado que confere importância aos letrados e a historiografia.

14 Para Guimarães (1995, p. 498), do perfil do elenco do IHGB por ela analisado, duas palavras o caracterizariam: "dependência e lealdade. À Coroa e ao imperador".

> conceitual. Essa nova tarefa de zelador do interesse do Estado e, por conseguinte, do interesse nacional, exigia toda uma série de garantias epistemológicas de verdade para a história que se produzia (ARAUJO, 2008, p. 151).

Os componentes do IHGB partiam do preceito de que seria plausível selecionar exemplos e padrões do passado para o presente e para futuro[15] e, assim, o imperativo da história para o homem de Estado levou a história *magistra vitae* a ser o instrumento desta escrita da história, isto é, retirar do passado exemplos para o presente, de tal modo que, as biografias dos "grandes homens" seriam uma constante na revista do IHGB e ao historiador ciente dos ensinamentos da história competiria o serviço de educar seus contemporâneos a serem fiéis súditos[16]. Desse modo, partindo da Capital, a luz deveria alastrar-se por todo Império ajustando-se à construção da ordem, pois, era indispensável controlar a memória, porque as revoltas regenciais colocaram o projeto de centralização monárquica em questão[17].

O desafio de instituir uma nação foi acolhido pelo Estado e pelos letrados e, para Guimarães (2011), a historiografia quis harmonizar a velha lealdade à dinastia reinante com a nova lealdade à nação em construção, assim sendo, tomava uma restrição com formas estatais distintas, de tal modo, que "os inimigos da nação são antes as repúblicas sul-americanas vizinhas" (Guimarães, 2011, p. 245). Portanto, as condições a partir das quais a historiografia brasileira nasceu tinham um caráter político, pois "o interesse pelo conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política" (Guimarães, 2011, p. 251). Essa proeminência política na historiografia brasileira em seu começo e a evidência de seu vínculo com os interesses do Estado incidem por quatro temas capitais: a) construção e legitimação de uma política de centralização; b) questão indígena; c) escravidão; d) problemática das fronteiras[18].

15 Assim, é importante "constatar que cabe à história uma função com correspondentes consequências político-pragmáticas para o presente e o futuro" (Guimarães, 2011, p. 125).

16 "Na historiografia embasada em princípios conservadores […] história e política se entremeavam. Noutras palavras, questões políticas norteavam a interpretação da história e instrumentalizavam a história para fins políticos" (Guimarães, 2011, p. 257).

17 Assim sendo, os letrados eram engajados no projeto de uma historiografia que fornecesse um passado para a nação em construção. A nação brasileira é compreendida como se já fizesse parte do núcleo do passado. Só esperando a independência para emergir.

18 Para Guimarães (1995, p. 527), "Afora o objetivo de coletar documentos para a História do Brasil […] Deveriam colher subsídios que auxiliassem o governo na demarcação dos limites da soberania do país […] Independente desde 1822, o Império desconhecias suas fronteiras".

Os áulicos: um ponto de vista para a Farroupilha

A escrita sobre o passado rio-grandense foi um ponto de suma importância no IHGB[19]. Os possíveis arrependimentos e as aventuras separatistas poderiam ressurgir se o passado da Província não fosse bem escrito, bem dito, e se não obedecesse ao lugar de escrita, que exigia a construção da ordem, os nomes da história (Rancière, 1994) poderiam "matar o rei" e uma poética dissonante, na Corte e alhures, seria herética. Na Corte, as escritas obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritas com a sua interpretação controlada. E havia apenas uma intriga historiográfica: a construção da jovem nação imperial, pois, os nomes da história, tanto próprios quanto históricos, tinham um lugar a respeitar e a obedecer no alvorecer do segundo reinado[20]. Assim sendo, esta subdivisão do texto apresenta uma dimensão metodológica importante, pois, na metodologia de Certeau (2007) há uma clara divisão entre lugar social e práticas científicas. Contudo, na historiografia oitocentista brasileira e, em especial no período em questão, esta diferença está borrada, isto é, ainda não os meios de disciplinarização e profissionalização que permitam o tipo de historiador acadêmico. Como já apontado por Guimarães (2011) política e escrita da história são uma coisa só. Assim, pretende-se ver qual seria o ponto de entrelaçamento ou o ponto que borra a distinção entre lugar e prática.

A memória histórica de Saturnino Coutinho, além dos elementos históricos da construção da ordem, tem como particularidade surgir a partir das disputas políticas palacianas. Palaciano era denominando de áulico desde a corte de Jaime II[21]. Para Bentivoglio (2010, p. 188), na linguagem política da época o conceito de áulico assumia um sentido negativo, pois, o áulico seria o súdito que vive sob a proteção especial do monarca e no caso brasileiro,

> Os conselheiros de Estado eram também chamados áulicos naquele tempo. Vez ou outra, na imprensa também era comum o uso desta alcunha para homens que pareciam ter a proteção de

19 Para Guimarães (1995, p. 535), "Naqueles rincões meridionais a chamada 'República de Piratini' envolvera estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. 'Briga de brancos' […] Por motivos óbvios, os relatórios, ou mesmo as simples lembranças do cronista oficial da última fase da Farroupilha, não seriam impressos na *Revista*".

20 Para Cezar (2003), a historiografia do século XIX se caracterizou por: a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) combater os inimigos do Império; e c) a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.

21 Jaime II (1633-1701) foi rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda de 1685 a 1688.

> D. Pedro II. Para ser áulico era preciso ser palaciano, ou seja, ter valimento, título de nobreza e frequentar a corte. Mas a denúncia feita em 1847 de que Aureliano Coutinho de Oliveira liderava um grupo que agia nos bastidores do governo imperial manipulando D. Pedro II e interferindo na formação e dissolução dos gabinetes fez com que o termo áulico passasse a se referir exclusivamente ao grupo de Aureliano, ou seja, à facção áulica. A partir de então palaciano era quem vivia na corte, áulico os integrantes da facção áulica e nobre era todo aquele detentor de título de nobreza. Todos os áulicos da facção eram palacianos, mas nem todos eram nobres e a alcunha teve seu teor pejorativo potencializado (Bentivoglio, 2010, p. 189).

Saturnino era o irmão mais novo de Aureliano, o líder da facção áulica. A convivência muito próxima com a família imperial punha os palacianos como intermediários daqueles que ambicionassem a estima do imperador e, igualmente, quem cobiçasse a designação para algum cargo para si e para outrem no rol da administração imperial. Bentivoglio (2010, p. 190) analisa que, com a Independência, era preciso combinar a nobreza hereditária com a de aquisição e "este papel foi desempenhado, dentre outros, por Aureliano. Ele é um elo entre palacianos antigos e novos, do Primeiro e Segundo Reinado". Portanto, nesse espaço palaciano quem se sobressaía era Aureliano Coutinho. Personalidade próxima do imperador, seu triunfo político foi obtido depois do combate dado aos exaltados no decorrer da regência e no êxito ante José Bonifácio, removido da tutoria de D. Pedro II, depois de arremetidas no seu jornal *A Verdade* entre 1832 e 1834. Em seguida, ele escreveu no *Sentinela da Verdade*, que pertencia a seu irmão Saturnino, entre 1837 e 1840. Uma consequência desse jogo político, para Bentivoglio, é perceber que nem só de partidos vivia a política imperial e que o valimento era uma ferramenta para o acesso à burocracia do Estado. Assim, Aureliano foi um membro importante nas redes de poder e sua facção áulica interferiu no jogo político da regência e do Segundo Reinado:

> A facção áulica teve seu aparecimento mais efetivamente na abdicação de D. Pedro I e se constituiu numa força política de considerável influência no governo a partir de 1834, após se projetar na corte, superando outros grupos palacianos importantes como os de José Bonifácio, de Holanda Cavalcanti, do marquês de Abrantes, do visconde de Olinda, combatendo Bernardo Pereira de Vasconcelos e resistindo à paulatina projeção do

> grupo de Honório Hermeto Carneiro Leão, que em 1848 ao lado do visconde de Itaboraí sucedeu em São Cristovão o prestígio da facção áulica […] Assim, nos bastidores do poder os áulicos, particularmente, seu líder Aureliano Coutinho, assumiram uma posição estratégica unindo validos do Primeiro Reinado e novos validos, construindo redes de solidariedade […] em iniciativas filantrópicas e culturais como um instrumento de projeção social e política (Bentivoglio, 2010, p. 194).

E é com a facção áulica que a criação do IHGB está vinculada. E como escreve Guimarães (1995, p. 482), o personagem principal dessa história "o ponto de interseção, [é] o ministro Aureliano", pois, com a destituição de José Bonifácio da tutoria do jovem imperador, modificou-se o jogo das forças políticas na Corte. Porém,

> O prestígio e autoridade do futuro visconde de Sepetiba no circuito palaciano permaneceriam intocados, mesmo após sua queda do ministério, provocada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos. E, no intricado jogo de xadrez que foi a disputa pelo governo, na segunda metade do período regencial, à proporção que Vasconcellos avançava, o grupo de Aureliano […] viu-se obrigado a recuar […] Apeados dos postos chaves da Regência, com a subida do "Gabinete Parlamentar", em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcellos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isso mesmo, muito visados pelos adversários, os "áulicos" necessitavam abrir um espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos afiançar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. Nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Gerada em altos conchavos, nos salões de São Cristóvão. Funcionando, a princípio, numa modesta salinha, cedida pelos seus patrocinadores da Sociedade Auxiliadora, em pouco mais de um mês o IHGB já estaria com os Estatutos aprovados e a primeira mesa diretora eleita (Guimarães, 1995, p. 482).

Não sem razão quase metade de seus fundadores eram áulicos[22], como o cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, além de Aureliano Coutinho de Oliveira, que pertenceu ao quadro de fundadores do IHGB. Januário[23] foi escolhido primeiro-secretário perpétuo, Cunha Matos vice-presidente que, ao falecer, assumiu em seu lugar Aureliano. O presidente do IHGB também era um áulico, o político José Feliciano Pinheiro[24]. Outro áulico importante no grupo do IHGB seria o político e magistrado Rodrigo de Souza da Silva Pontes[25]. Portanto, pode-se dizer que o IHGB foi idealizado no círculo palaciano[26]. Assim,

> Passo a passo, através das iniciativas acadêmicas, o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os "áulicos" estavam submetidos, desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria ocorrer em 1840, quando se instalou no Rio de Janeiro o "Clube da Maioridade" […] Indício da trama, na formação do Primeiro Gabinete do Segundo Reinado, figurava como titular do Ministério dos estrangeiros o vice-presidente do IHGB, o deputado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. A volta dos "palacianos" ao governo significou prestígio crescente para a associação […] multiplicaram-se verbas e benesses (Guimarães, 1995, p. 485).

Próximos do imperador, os políticos do IHGB faziam questão

22 E todos eram estabelecidos na Capital do Império (Guimarães, 1995).

23 O cônego Januário antes de assumir como secretário pouco tempo antes fora demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional pelo ministro e inimigo político Bernardo Vasconcelos.

24 Em 1839, o Visconde de São Leopoldo publica *Anais da Província de São Pedro*. O livro não trata sobre a Farroupilha, mas seu autor não deixa de comentá-la, ver: (Pinheiro, 1982, p. 175-176).

25 Pontes escreveu em 1841 um importante texto para o IHGB intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história do e geografia do Brasil?*, mas em relação a Farroupilha ficaria conhecido com o escrito *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835*. Segundo Hruby (2012, p. 196), "permaneceria escrita a mão no Acervo do Arquivo Público do Império e com cópias espalhadas por outros estabelecimentos durante quase cem anos. Datada de 21 de abril de 1844 (Rio de Janeiro)". A memória de Pontes não foi publicada a época de sua escrita.

26 Se o IHGB foi responsabilidade dos áulicos, outro lugar de memória no Império, o Arquivo Nacional, foi responsabilidade do Bernardo Pereira de Vasconcelos. O Arquivo Nacional foi fundado em 2 de janeiro de 1838. Portanto, antes do IHGB, que foi em 21 de outubro. Para Guimarães (1995, p. 474), "Esta duplicação de meio para fins idênticos nos levaria a imaginar se a Sociedade Auxiliadora não estaria patrocinando o que hoje em dia denominaríamos de 'entidade alternativa', ou quem sabe, uma espécie de 'arquivo paralelo', organizado pelos opositores do ministro Vasconcellos".

de manter as aparências e, assim, suas relações com o monarca seriam protocolares, na mesma medida correspondia o imperador. Segundo Guimarães (1995), em celebrações no IHGB o imperador homenageava a entidade concebida pela sua família palaciana. Pessoas às quais em sua infância o monarca se afeiçoou tais como Araujo Viana e Aureliano por quem, segundo a autora, o imperador seria fascinado. Assim sendo, acredito que a hipótese de que *Negócios* além de ser uma defesa política de Saturnino e dos áulicos, também, podem levar a repensar a distinção entre prática científica e lugar social para o contexto observado, em outras palavras, ser "áulico"[27] é uma condição política, ao mesmo tempo que, é uma condição de possibilidade epistêmica.

Negócios do Rio Grande – a escrita áulica da história

Há um material abundante de narrativas sobre a Farroupilha [28]. As primeiras memórias históricas sobre a Farroupilha, apesar de serem escritas e publicadas a partir do surgimento do IHGB e seu projeto historiográfico em torno da construção da ordem monárquica, acabaram sendo, também, uma forma de se acomodar pessoalmente ou a terceiros nesse projeto. Contudo, a memória histórica de Saturnino não foi publicada na revista do IHGB[29], isso se deve a que

> Nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo parco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse em assuntos que envolvessem o tempo presente (Boeira, 2013, p. 36) 30.

27 Sobre a condição do historiador, no Brasil do século XIX, entre ciência e política ver: (Cezar, 2018)

28 Algumas memórias históricas que não foram publicadas logo após sua escrita e dormiaram nos arquivos pessoais ou públicos e não tiveram repercussão em sua época de produção foram: Fontoura (1928; 1984) e Barreto (1935).

29 A "Revista representava a palavra oficial do grêmio" (GUIMARÃES, 1995, p. 558).

30 Não se pode esquecer que um dos objetivos do IHGB em seu artigo 1º era: coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários à história.

Desse modo, quem escreveu a primeira memória publicada sobre a Farroupilha foi Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho (1803-1848)[31], fluminense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra[32]. Foi deputado pelo Rio de Janeiro em 1833. Tinha 36 anos quando assumiu pela primeira vez a presidência da Província de São Pedro, em 24 de junho de 1839[33]. Terminou o seu primeiro mandato e retornou à Corte em 27 de junho de 1840. Ocupou vários cargos políticos no Império. Depois de ter sido presidente da Província, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Justiça e, interinamente, ministro da Fazenda. E em 1847 foi senador do Império e, desde 1840, era membro do IHGB.

Em 17 de Abril de 1841 voltava à província, para a sua segunda presidência, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho. Na sua primeira passagem na presidência, (24/06/1839 a 27/07/1840) ele deixou um livro de memória histórica relativo a este período. Da mesma forma, na sua segunda passagem na presidência ele escreveu o livro de memória histórica "Negócios do Rio Grande: As operações do Passo Fundo"[34] publicado em 1842. Este sua segunda memória-histórica relativa à Farroupilha esta imersa nas disputas políticas dos áulicos e é, também, "sobre as causas concorrentes para a malogrado das operações do Passo Fundo, em novembro e dezembro de 1840" (COUTINHO, 1986, pg. 3), isto é, usa de um acontecimento militar para narrar a Farroupilha e fazer a disputa política na Corte imperial. O político e historiador áulico parte, em sua narrativa, da defesa que o general Labatut[35] fez ao conselho de guerra sobre as incriminações que lhe fez o brigadeiro João Paulo[36]. Conforme Saturnino Coutinho (1986), a alegação que Labatut manifesta é que as repreensões que lhe fez João Paulo foram injustas, contudo, para o historiador áulico, Labatut não apresenta de onde proviam as ordens pelas quais a divisão de São Paulo[37] achou-se desapoiada

31 Falta uma biografia sobre Saturnino Coutinho, o material que há sobre ele é genérico e esparso. Uma biografia sobre ele com certeza é de suma importância para a historiografia da Farroupilha.

32 Ver Carvalho (2003), capítulo "Unificação da elite: uma ilha de letrados".

33 É importante perceber a data que Saturnino assume a presidência da Província, pois Vasconcelos deixara o ministério em abril de 1839.

34 Atualmente Passo fundo é uma cidade do Rio Garden do Sul, à época da Farroupilha era um povoado pertencente a Rio Pardo. Também, Passo Fundo é o nome do rio que corta a cidade.

35 Pierre Labatut (1776 –1849) foi um militar francês. Participou das Guerras Napoleônicas atuando na Espanha. Também, esteve na Colômbia, onde foi comandante revolucionário na Guerra de independência na América espanhola. Labatut chegou ao Brasil em 1819, mas só 1822 foi contratado e admitido ao posto de brigadeiro. Em 1839, já como Marechal de Campo, foi designado para combater os farroupilhas. Em 1840 seu batalhão chegou a Passo Fundo, mas terminou derrotado em setembro de 1840 por tropas lideradas por David Canabarro.

36 João Paulo dos Santos Barreto (1788 — 1864) foi um militar brasileiro e político brasileiro.

37 A divisão São Paulo era um destacamento que saiu de Santos para opor confronto, pelo norte

em Passo Fundo, sem o amparo esperado. Tem-se publicado, isto é, escrito em jornais, segundo Saturnino Coutinho (1986), que aquelas operações foram fracassadas por que João Paulo remeteu tarde, ou anulou as resoluções para marchar o apoio por Botucaraí[38], conforme o plano de seu predecessor, o general Andréa.[39] Contudo,

> "infelizmente para a exatidão da história, a exposição do Sr. Labatut vem confirmar esta crença e aumentar a ilusão. Ela contém mais um notável anacronismo, que a mesma exatidão histórica exige que seja corrigido" (Coutinho, 1986, p. 3).

Ora, aqui duas observações se fazem necessárias. A primeira, de ordem epistêmica, em um contexto de criação do IHGB, Saturnino Coutinho (1986) postula uma maneira de escrever a história a partir da exatidão histórica, isto é, na forma como a história é contada em jornais (da Capital) e em relatos militares (como no supracitado) pela oposição, ou melhor, por outras facções políticas e no que virá a ser o Partido Conservador, há uma ilusão histórica, que precisa ser corrigida pela presença de documentos (no qual ele muito se vangloria de ter ao total de 31 documentos no livro) e uma narrativa fidedigna dos fatos. Em segundo lugar, o general Andréa, que pertenceu a Sociedade Militar e que faz parte do nascente Partido Conservador, além de ter uma visão militar diferente de Saturnino Coutinho, é um oponente político. Ora, o general João Paulo dos Santos Barreto era integrante da facção áulica, assim, a narrativa histórica de Saturnino Coutinho que além de expor o "correto" procedimento historiográfico, por outro lado, também é uma disputa política muito concreta na Corte Imperial envolvendo a facção áulica seja em nível militar, político e historiográfico.

Sendo assim, Saturnino Coutinho (1986) quer demostrar que era o general Andréa e não o general João Paulo quem estava à frente do exército imperial (na operação de Passo Fundo), pois, quando João Paulo tomou posse (do comando das Armas na Província sulina) no dia 30 de novembro a

da Provincia de São Pedro, aos farroupilhas (Fragoso, 1938).

38 Botucaraí é uma região no centro do atual Estado do Rio Grande do Sul, onde há um rio com o mesmo nome.

39 Francisco José de Sousa Soares de Andrea (1781 — 1858) foi um militar e político luso-brasileiro. Foi presidente e comandante de armas do Rio Grande do Sul, de 27 de julho a 30 de novembro de 1840. Era do partido conservador.

subida da serra pelas tropas de Canabarro foi de 16 a 18 deste mês[40], por esta correção de data e, logo, uma mudança de elemento factual que:

> Destas defesas e memórias tiram-se elementos com que para o futuro se escreva a história, e, contribuindo com elementos que tenho ao meu alcance, eu não quero fazer mais favor ou carga a este do que aquele; apareça cada um no lugar que devidamente lhe compete. Em aditamento à defesa do Sr. Labatut, farei a narração destas desgraçadas operações de cima da Serra, confirmando-a com os documentos oficiais que tenho coligido. Necessariamente serei difuso e minucioso nas observações que tenho a fazer, para que o público possa formar seu juízo com todo o conhecimento de causa, não só sobre os concorrentes para a malograrão desse plano, como sobre ele mesmo (Coutinho, 1986, p. 4).

Partindo da citação acima, Saturnino Coutinho quer que sua memória-histórica seja fonte para que futuramente se escreva a história baseada em fatos, igualmente quer proceder de maneira que não favoreça a nenhuma pessoa, isto é, a imparcialidade da nascente ciência da história do século XIX e, novamente, documenta fartamente esta memória com documentos oficiais, isto é, um procedimento historiográfico fortemente expresso como um elemento básico da formação do historiador do século XIX. Mas, claro, além desta dimensão epistêmica e metodológica, seu livro de memória histórica está umbilicalmente envolta nas disputas políticas dos áulicos.

Voltando a narrativa do livro, para Saturnino Coutinho (1986) se desde agosto de 1840[41] houvesse a finalidade de acometer em Viamão o exército farroupilha, antes que ele começa-se suas operações e de ajustar movimentos com as tropas que tinha na campanha e para isso se tivesse tratado de agrupar as forças militares monarquistas tão espalhadas e se o general Andréa não se levasse além disso pela "ideia quimérica de ocupar a campanha" (Coutinho, 1986, p.5), compreenderia, segundo Coutinho, que era um falha ir procurar as tropas que os rebeldes tinham na campanha e

40 Quando Saturnino expõe a movimentação das tropas de Canabarro, naquela data, ele quer demonstrar que seria neste período que deveria ter sido atacado e exército farroupilha e que depois disso, quando o general João Paulo tomou posse, já não era mais possível o que levou ao fracasso da operação de Passo Fundo.

41 A primeira passagem de Saturnino na presidência da província foi até 27 de julho de 1840.

deixar as de Viamão[42] para depois. E é por isso, que Coutinho (1986) não aceitava a probabilidade de o exército rebelde evadir-se pela serra, se fosse pronta e vigorosamente atacado pelo exército imperial. Conforme Saturnino Coutinho (1986), os rebeldes iniciaram primeiro a marcha e conseguiram vantagens no campo, pois que o exército imperial nunca quis atacá-los em Viamão, porque, o general Andréa os deixou livremente se moverem para só depois fazer a contramanobra de cercar, os rebeldes, em Passo Fundo. Assim sendo, a situação militar para Saturnino Coutinho (1986, p. 7) era de que:

> Pelos ofícios do Sr. brigadeiro Nery vê-se que, desde setembro e outubro, este general subalterno lamentava ao general-presidente a nossa inação e divisão de forças; lembrava-lhe que os rebeldes iam mover-se breve (...) e, enfim, lembrava a mesma urgente necessidade que eu, ao mesmo tempo, indicava na Corte, a de atacar-se aqui [Viamão] o pequeno exército rebelde, antes que este pudesse achar-se em estado de tomar a ofensiva (...) vê-se que desde o princípio de setembro era conhecido ao Sr. Andréa o planejou deixá-los executarem esse movimento, e manda-los cercar no Passo Fundo.[43]

Retomando a narrativa de Saturnino Coutinho (1986), o general-presidente Andréa, no dia 27 de novembro suspendeu a marcha de dois batalhões e da 2ª brigada de cavalaria, designadas a Passo Fundo e a 29 de novembro o brigadeiro Nery lhes expedi-o ordem para retrocederem. O general Andréa determinava esta ordem, na dúvida em que estava se David Canabarro desceria ou não, mas, para Coutinho, ela não é menos singular pelo estilo em que o general Andrea continuou a dar ordens e planear, quando, segundo Saturnino Coutinho, já estava seu sucessor presente, o general João Paulo, que devia logo ser empossado. Assim continua Coutinho (1986, p. 9-10)

42 A cidade de Viamão era por onde os farroupilhas sitiavam Porto Alegre.

43 Ora o que se apreende aqui é a análise e a disputa entre sistemas de guerra. Ao invés de ser o general Jorge Manoel Rodrigues (na primeira passagem de Saturnino Coutinho na presidência), agora é o general Andréa sucessor de Saturnino na presidência na província, ao mesmo tempo chefe das armas, posto antes do general Manoel Jorge. Como ficou dito no *Esboço* (primeiro livro de Coutinho), Andréa seguiu militarmente o mesmo sistema de guerra de general Manoel Jorge, que para Saturnino era equivocado. Saturnino achava quimérico ir lutar com os exércitos dispersos na campanha, e também, acusou o general Andréa de nunca atacar os rebeldes, de não ter a iniciativa do ataque e, logo, de não procurar a batalha decisiva. Esta, a batalha decisiva, para Coutinho seria o fim dos farrapos.

> O Sr. João Paulo, empossado no dia 30 de novembro, recebendo o ofício, expedi-o no dia 1º de dezembro o ofício confirmando as ordens dadas, e mandando que os dois batalhões revertessem com prontidão a linha do Taquari; mas, no dia 5, recebeu do Sr, Labatut a participação de que, a 26 de novembro, já estava na Vacaria com sua divisão, e que Canavarro o seguia com perto de 2,000 homens, e então expedi-o de novo a ordem terminante e apressada para a marcha do reforço ao Passo Fundo.

Ora, para Coutinho (1986), o resultado de todas estas marchas e contramarchas foi a vacilação e assim que se terminarão essas "desgraçadíssimas operações", em que tantas forças e tantos meios se arruinados (perdendo-se 2.000 cavalos) sem nenhum saldo positivo. Assim sendo, Saturnino Coutinho (1986, p. 14) avalia a conjuntura militar e política:

> Na verdade, alguns de nossos generais com pouco se tem contentado (...) não reconhecerão a necessidade de um combate decisivo (...) hoje sente a legalidade e sentimos nós as consequências do pouco que se fez em comparação do muito que se podia e devia fazer. Devo contudo observar, em abono de verdade, que nesse mesmo pouco o Sr. João Paulo fez mais do que o seu antecessor, e talvez com justiça não possa ser censurado por não ter atacado a Bento Gonçalves alguns dias antes, e com mais forças (...) Já se vê pois que as principais causas do triste desfecho destas operações foram não se querer prevenir o inimigo, não se querer abrir operações ofensivas, antes que ele se achasse em estado de começar as suas, não se procurar dominar seus movimentos e frustrar seus planos pela iniciativa dos nossos.

Ora, novamente a memória histórica, serve para três objetivos, por um lado, uma crítica militar ao general Andréa sendo deste modo, também, uma crítica a oposição áulica, por outro lado, uma avalição política disto para a "legalidade", isto é, uma análise política do ponto de vista da Corte imperial, mas, em um contexto de formação do Estado-nacional brasileiro em que as disputas entre facções estão em pleno vapor, por fim, uma defesa pessoal do general João Paulo.

Voltando a narrativa da memória-histórica de Coutinho (1986), para que o plano do Passo Fundo exibisse os resultados prontos e decisivos era

imperativo que o reforço partisse muito tempo antes para Passo Fundo e não se estar em uma constante vacilação sobre a marcha do reforço, também, era necessário, não parar nem deixar o inimigo parar. Sendo sem dúvida mais proveitoso, no sistema militar de Coutinho, agredir o oponente com tropas muito superiores agrupadas do que as dividir, portanto, compreendeu que a razão do desamparo em Passo Fundo foi o atraso em fazer marchar às tropas que iriam socorrer a divisão de São Paulo liderada por Labatut. Mas, na compreensão de Saturnino Coutinho (1986), esta demora não pode ser dada ao general João Paulo (não esqueçamos que ele era um áulico) como se crê, pois, ela competiria toda ao general Andréa (inimigo político da facção áulica). Para Coutinho (1986, p. 17)

> É verdade que o Sr. João Paulo confirmou essa ordem do seu antecessor do dia 27 (...), mas vê-se disto que o fez à vista do ofício do Sr. brigadeiro Nery (...) e, tendo chegado de novo, deixou-se também prejudicar pelas ideias de seu antecessor; mas ao quarto dia a revogou, e mandou seguir o reforço a toda pressa, e indo para o Rio Pardo outra vez, expediu ordem para que a divisão de S. Paulo, com o reforço recebido, regressasse para o Passo Fundo.

Ora, outra vez, Saturnino Coutinho usa da narrativa sobre a história da Farroupilha, para defender os áulicos e, particularmente, o general João Paulo. Ao mesmo tempo, usa de documentos para embasar sua imparcialidade como exige a historiografia do século XIX. Retornando a narrativa do texto, para Coutinho (1986) como o plano da operação de Passo Fundo foi desde o começo mal arquitetado e mal executado pela demora do reforço e por não terem marchado tropas que perseguissem Bento Gonçalves e Canabarro por Vacaria[44], então, o general João Paulo achou em mal começo de execução um plano de contramanobra, quando já não era possível desistir dele, entendia Coutinho (1986, p. 19) que "seus bons desejos o iludiram a ponto de desconhecer as consequências dos erros anteriores e os embaraços que lhe causava a divisão das forças que lhe foram entregues".[45] Por fim, termina

44 Atualmente, Vacaria é um município sul-rio-grandense. No período colonial e monárquico, poderia ser atribuído o nome de Campos de Cima da Serra ou Campos de Vacaria

45 No sistema de guerra de Saturnino Coutinho foram às divisões da tropa o que fez com que o general Andréa não atacasse os rebeldes em Viamão, antes concebesse a contramanobra de mandar cercar, os rebeldes, em Passo Fundo. Além disso, cita a opinião do brigadeiro Filippe Nery, que avaliava que se devia, também, dar este ataque e "até pedia ao Sr. Andréa que o desse

esta sua segunda memória-histórica com uma reflexão sobre seu modo de narrar os fatos, seu entendimento da política nacional e do seu sistema de guerra:

> Aqueles que tem ridicularizado o *Bosquejo Histórico* poderão fazer o mesmo a este suplemento, mas com isso não destruirão as convicções que produzem narrações históricas, fundadas em documentos oficiais, cuja veracidade se não contesta; enquanto não mostrarem a falsidade de tais documentos, seus ditos de mofa não poderão destruir as impressões que elas causam no público. O *Bosquejo Histórico* contém uma ideia dominante – a necessidade de atacar e destruir de pronto o pequeno exército rebelde que estava seguro do lado de Viamão –; esta ideia que eu tanto sustentei, tenho-a justificado com o raciocínio e com os resultados do seu desprezo. Todos os que a desprezaram por diversos princípios não podem simpatizar com estas narrações; […] mal pensava que dizia uma verdade, que toda a província reconhece com o exército que estava possuído daquela mesma ideia dominante no Bosquejo! […] Se não tenho justificado a minha opinião, refutem-na (COUTINHO, 1986, p. 23).

Ao fim, na sua memória histórica alguns elementos são centrais: a maneira correta de produzir a escrita da história no século XIX, a imparcialidade, documentação, a ideia militar de uma batalha decisiva e a defesa dos áulicos na figura do general João Paulo. Sua narrativa em *Negócios do Rio Grande* é uma narrativa dos acontecimentos militares e das discussões políticas dos militares monarquistas, neste caso a operação de Passo Fundo comandada pelo presidente-general Andréa.

Considerações finais

Através da construção da ordem havia todo uma rede política, jurídica e epistêmica sobre o como abordar o passado da Farroupilha. A princípio a trama narrativa já estava fornecida pelo IHGB em 1838 e pelo contexto social

quanto antes", e não deixasse os rebeldes principiarem seus movimentos.

e político do regresso conservador. Desse modo, as memórias históricas de Saturnino estão nessa ambiência.

Portanto, Saturnino operacionalizou *Negócios do Rio Grande* para a sua defesa e, também, a proteção da facção político dos áulicos que ele representava. Mostrou com isso o seu entendimento do passado, que fornece lições ao presente. Além disso, ofereceu a su memória histórica, documentadas, para que sejam fontes para os futuros historiadores. Igualmente, a intriga narrativa em *Negócios do Rio Grande*, que organiza a ligação dos fatos são as divergências militares e, principalmente, política, isto é, é a disputa entre facções pelo comando do Estado Imperial. Ademais, toda a sua narrativa se concentra nos episódios militares, batalhas, escaramuças políticas, entre militares monarquistas e os líderes rebeldes e sobre seus sistemas de guerras e a política imperial. Desse modo, a construção da ordem monárquica e a defesa dos áulicos faz-se presente, a partir desses elementos, em sua memória histórica, pois trata-se da defesa de suas escolhas militares e políticas dos áulicos. Por fim, essa avalição do trabalho historiográfico de Saturnino, levou-me a repensar a metodologia de Certeau (2007) como tendo que ser alterada para a realidade local, isto é, lugar social e práticas cientificas da historiografia deram-se de forma diferente da que foi postulada pelo historiador francês, pois, "ser" áulico é uma dimensão gnosiológica e política.

Bibliografia

Alonso, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: *Revista brasileira de ciências sociais,* vol. 15, nº 44 outubro de 2000.

Araujo, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Barreto, João da Cunha Lobo. "Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio Pardo". In: *Publicações do Arquivo Nacional.* Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935.

Bentivoglio Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In:

Revista Esboços, vol. 17, nº 23, UFSC, 2010.

Boeira, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense*: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/ PPH, 2013.

Brancato, Braz, A. A. D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o constitucionalismo ibérico. In: *Historia constitucional* (revista eletrônica), n. 5, 2004.

Carvalho, José Murilo de. Introdução. In: Vasconcelos, Bernardo Pereira. *Bernardo Pereira de Vasconcelos.* Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Carvalho, José Murilo de. Elites políticas e construção do Estado. In: *A construção da ordem*: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2003.

Carvalho, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Certeau, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Cezar, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.) *História cultural*: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

Coutinho, Saturnino de Souza e Oliveira. (1841-1842). *Negócios do Rio Grande*: as eperações de Passo Fundo. Porto Alegre: Corag, 1986.

Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

Fontoura, Antonio Vicente da. [1934, RIHGRGS]. *Diário*: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina; Martins; Caxias do Sul; Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1984.

Fontoura, Antonio Vicente da. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. Porto Alegre: [s.n], 1928.

Fragoso, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*: Narrativas sintéticas das operações militares. Rio de janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

Gonçalves, Andréa Lisly. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. In: *História da*

historiografia, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012.

Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província*: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

Guimarães, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o 8Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de janeiro, a. 156 n. 388, p. 459-613, jul./set.1995.

Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil*: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

Hruby, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil*: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1967-1895). Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese (Doutorado em História).

Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes. (1839). *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

Pontes, Rodrigo de Souza da Silva. *Memória histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas, 2006.

Rancière, Jacques. *Os nomes da história*: Ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

Rüsen, Jörn. Tópica - Formas da historiografia. In: *História Viva*: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Thiesse, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

AS RELAÇÕES ENTRE AS ECONOMIAS PAULISTA E PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: EXPECTATIVAS E DISPUTAS EM TORNO DA EXPANSÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO

The relations between the economies of São Paulo and Paraná in the First Brazilian Republic: expectations and disputes around the expansion of the coffee complex

Paulo Roberto de Oliveira[1]

RESUMO

Há uma vasta discussão sobre o papel da economia cafeeira para a industrialização do Brasil e, mais especificamente, para a ocorrência da concentração industrial no Estado de São Paulo. São teses que passam pela Sociologia, pela História e se espraiam pela História Econômica de historiadores e economistas. Entre estas teses, uma das mais influentes diz respeito à compreensão do funcionamento de um complexo econômico ligado ao café, o qual se diversificou e deu origem à indústria paulista. Tendo Wilson Cano como seu principal expoente, a tese acerca da diversificação da economia paulista se debruça sobre o funcionamento dos negócios do café, suas características e interrelações. A instigante proposição de Wilson Cano inspira questões cruciais para a compreensão da economia brasileira e a formação de seu mercado interno, principalmente no que tange à relação do complexo cafeeiro com as regiões não paulistas e como estas reagiam a tal expansão. Neste sentido, o artigo tem como objetivo compreender a expansão do complexo cafeeiro para além de São Paulo, bem como as ações e reações a ela, por meio da investigação de seu desdobramento rumo a um estado específico, o Paraná. O resultado da análise aponta para um estreitamento das relações entre ambos os estados no período indicado, devido ao avanço do complexo cafeeiro rumo ao sul, completado pela atuação paranaense.

1 Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS/UFABC). Vinculado aos bacharelados em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades, e ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial. Email: prohist@gmail.com

Palavras-chave: Complexo cafeeiro; Integração econômica; São Paulo; Paraná.

ABSTRACT

There is a vast discussion about the role of the coffee economy for the industrialization of Brazil and, more specifically, for the occurrence of industrial concentration in the State of São Paulo. These are theses that go through Sociology, History and spread through the Economic History of historians and economists. Among these theses, one of the most influential concerns the understanding of the functioning of an economic complex linked to coffee, which diversified and gave rise to the São Paulo industry. Having Wilson Cano as its main exponent, the thesis on the diversification of the São Paulo economy focuses on the functioning of the coffee business, its characteristics and interrelations. Wilson Cano's thought-provoking proposition inspires crucial questions for understanding the Brazilian economy and the formation of its domestic market, especially with regard to the relationship between the coffee complex and non-São Paulo regions and how they reacted to such expansion. In this sense, the article aims to understand the expansion of the coffee complex beyond São Paulo, as well as the actions and reactions to it, through the investigation of its unfolding towards a specific state, Paraná. The result of the analysis points to a closer relationship between both states in the indicated period, due to the advance of the coffee complex towards the south, completed by the performance of Paraná.

Keywords: Coffee complex; Economic integration; São Paulo; Paraná.

Introdução

A Primeira República brasileira (1889-1930) é um momento crucial para compreensão da industrialização e formação do mercado interno brasileiro. Foi neste momento que se concretizou a hegemonia de São Paulo, por meio da atuação de sua elite regional e da criação do Complexo Cafeeiro paulista, o qual, segundo Wilson Cano, desenvolveu as relações econômicas mais avançadas do país no período.

Ao analisarmos de forma mais detida a economia de São Paulo na Primeira República, notamos que, como afirmou Wilson Cano, São Paulo não era uma ilha. Em outras palavras, o funcionamento de um complexo econômico no estado não descartava a relação econômica com outras unidades federadas – no que o desdobramento do setor de transportes paulista tinha grande importância. Tais relações aparecem com maior profundidade quando analisamos as fontes produzidas pelo executivo de São Paulo e dos estados vizinhos. A partir delas, é possível desvelar as expectativas da dinamização da integração econômica entre São Paulo e outros estados, bem como a dinamização de circuitos comerciais de grande importância para a reprodução da economia paulista e do complexo cafeeiro. Nesse viés, apesar de baseado em São Paulo, este complexo atingia outras regiões e se reproduzia em boa medida com base no comércio com o interior do país (OLIVEIRA, 2014). Apesar de se concentrar na criação e funcionamento do complexo cafeeiro paulista, a obra de Wilson Cano, "Raízes da Concentração industrial em São Paulo", abre caminho para a investigação das relações entre a economia paulista e os estados vizinhos na Primeira República. Tendo isto em vista, o trabalho proposto objetiva explorar esta questão através da investigação das relações econômicas de São Paulo com um estado específico, o Paraná, principalmente por meio da análise da expansão do sistema de transportes de ambos os estados – constituídos por seus portos, Santos em São Paulo e Paranaguá no Paraná, ferrovias e estradas de terra. Busca compreender tais relações durante a Primeira República, analisando as expectativas e concretizações de projetos por parte de diferentes grupos regionais. Os projetos concretizados, mas também as expectativas e os projetos fracassados, dizem muito não só sobre o complexo cafeeiro e seu papel para a concentração industrial em São Paulo, mas também sobre a formação econômica do Brasil e a construção do mercado interno brasileiro.

Neste intento, o texto se divide em três partes, além desta introdução: a primeira parte, "São Paulo e o avanço do complexo cafeeiro rumo ao sul", analisa a economia paulista no período em tela baseada no funcionamento do complexo cafeeiro. Também investiga a ação de grupos locais que perseguiam a dinamização das relações com o Estado do Paraná, a qual poderia levar ao aumento do transporte pela ferrovia paulista, abastecimento interno e expansão das exportações via porto de Santos. A segunda parte, "A economia paranaense e suas relações com São Paulo na Primeira República brasileira", analisa a questão com uma mudança de foco que contempla a ação de grupos paranaenses que atuavam para a dinamização das ligações com São Paulo, assim como os conflitos ligados a esta questão – para tanto, é mister compreender quais eram as principais atividades econômicas do estado e a atuação complexa dos administradores paranaenses que labutavam para a

criação de um sistema de transportes constituído pelo seu porto, Paranaguá, estradas de ferro e de terra que servisse tanto ao estreitamento das relações com São Paulo, quanto à atração de itens que eram contrabandeados para a economia paulista. Por último, apresenta uma síntese por meio de breves considerações finais.

São Paulo e o avanço do complexo cafeeiro rumo ao sul

As últimas três décadas do século XIX foram marcadas por profundas transformações na política e economia internacionais e brasileiras. No sistema mundial, houve o avanço de países do centro do sistema sobre zonas de comércio em busca de monopólios em reação à crise da década de 1870, acarretando na divisão de vastas regiões entre eles e o extermínio em massa de populações não europeias (HOBSBAWM, 2016).[2]

O Brasil, intocado pela face mais agressiva desta política, foi impactado de maneira distinta, com o recebimento de amplo fluxo de investimentos ingleses (Cf. GRAHAM, 1973) que tornaram possível o aprofundamento do processo de modernização/ocidentalização da sociedade brasileira, o qual, em parte, junto com a Guerra do Paraguai, a ascendente pauta republicana e o movimento abolicionista, levou ao esgarçamento do governo imperial e à ascensão de novos grupos econômicos e políticos, entre eles os cafeicultores paulistas,[3] construtores do complexo econômico que desenvolveu em São Paulo relações capitalistas avançadas e aprofundou, já naquele momento, a hierarquização da economia nacional que levaria à concentração industrial nas décadas seguintes.[4]

O ano de 1889 se tornou um marco neste processo. Com o golpe republicano, uma importante etapa da ascensão paulista se concretizou

2 Sobre o colonialismo em suas diferentes facetas, ver: CESAIRE, 2020. Sobre o padrão de poder que sustentou este processo ver: QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992.

3 Os paulistas constituíram um dos grupos regionais mais favorecidos com o arranjo político da Constituição de 1891. Contudo, o predomínio que ostentaram no período só foi concretizado nas primeiras décadas republicanas, junto a um processo de disputa pelo mercado interno. Neste aspecto, podemos destacar a disputa entre paulistas e paraenses pela região central do Brasil até 1910. Ver: OLIVEIRA, 2017.

4 Sobre o desenvolvimento de relações capitalistas em São Paulo, na Primeira República, ver: CANO, 1977. Ainda sobre a industrialização em São Paulo ver: CANO, 1985. Para uma análise da industrialização brasileira e suas diferentes interpretações ver: SUZIGAN, 1986. Também é importante destacar o clássico de SILVA, 1976 sobre as relações entre café e indústria.

(ALONSO, 2002; VISCARDI, 2001), tal como a edificação de uma economia regional capaz de se desdobrar rumo às demais regiões por meio do exercício de uma hegemonia que se estendeu pelas décadas seguintes (PERISSINOTO, 1999).[5] Foi este novo arcabouço institucional que tornou possível a concretização e o desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista, formado pelos seguintes componentes:

i) a atividade produtora de café;
ii) a agricultura produtora de alimentos e matérias primas;
iii) a atividade industrial;
iv) a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário paulista;
v) a expansão do sistema bancário;
vi) a atividade do comércio de importação e exportação;
vii) o desenvolvimento da atividade criadora de infraestrutura.

O funcionamento do complexo cafeeiro paulista – há que se problematizar este termo, "paulista", já que se articulava a outras regiões (Cf. OLIVEIRA, 2019) – dependia do arranjo político colocado em prática pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891, sobretudo no que diz respeito à divisão dos impostos e à autonomia regional. No que se refere à distribuição de impostos, pela Carta de 1891, cabia ao Governo Federal a arrecadação do imposto de importação e às unidades federadas o imposto sobre exportações. Deste feito, estados exportadores como São Paulo e Pará passaram a ter ao seu dispor recursos que antes não lhes cabiam.[6] Em relação à segunda questão, as unidades federadas passaram a gozar de ampla autonomia, o que se tornou foco de conflitos e frequente sistematização pelos tribunais na Primeira República (Cf. LOVE, 1993; COSER, 2008; OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2005). O federalismo brasileiro distinguia-se dos demais latino-americanos, como o argentino e mexicano, onde existiam maiores restrições aos estados/províncias, sobretudo no que dizia respeito à proibição de impostos regionais no trânsito de mercadorias entre eles (LOVE, 1982; LOVE, 1993).

O complexo cafeeiro paulista tinha como item central o café e se caracterizava por uma gama de atividades que se desenvolviam em torno da rubiácea: a agricultura produtora de alimentos e matérias primas servia

5 Segundo Joseph Love os paulistas conseguiram ocupar cargos estratégicos no governo federal que tornavam possível a influência sobre questões que lhes eram caras, como a política cambial, a garantia aos empréstimos estaduais e a elaboração de leis relativas à cobrança de impostos e à imigração. Ver: LOVE, 1982.

6 A Constituição de 1891, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a diferenciação da economia paulista acentuou o processo de crise de outras economias regionais, como a Pernambucana. Ver: LAVINE, 1980.

às cidades cada vez mais populosas e fornecia insumos ao complexo; a atividade industrial fornecia bens para as ferrovias, sacaria para o café e itens alimentícios para as cidades; o sistema ferroviário tornava possível a expansão do plantio de café e se colocava como mais um *lócus* de investimento para a elite cafeeira[7]; o sistema bancário fornecia meios para o desdobramento das diferentes atividades (SAES, 1986; MARCONDES; HANLEY, 2009); o comércio de importação e exportação, ao mesmo tempo em que colocava o café no mercado internacional, abastecia o complexo com itens do exterior e, por fim, a atividade criadora de infraestrutura construía as condições para a reprodução do complexo, como é o caso do setor portuário. Todas estas atividades eram realizadas pelo capital cafeeiro que, segundo a definição de Sérgio Silva:

> Apresentava ao mesmo tempo as características de capital agrário, de capital industrial, de capital bancário e de capital comercial. Estes diferentes aspectos correspondiam a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas (SILVA, 1976, p. 60).

A esta altura, é necessário reiterar que o corte estabelecido pela Constituição de 1891 é fundamental para compreender o funcionamento do Complexo Cafeeiro. O imposto sobre as exportações do principal produto da economia brasileira era, em sua maior parte, apropriado por São Paulo, o que tornava possível a expansão, por exemplo, dos setores bancário e de criação de infraestrutura. Além disso, ao se colocar como hegemônica, a elite paulista – o capital cafeeiro – era capaz de pressionar o governo central para o estabelecimento de parcerias no financiamento de novos empreendimentos ferroviários – basta lembrar que as ferrovias contavam com privilégios, como a garantia de juros, muitas vezes divididas entre o governo central e as unidades federadas.

As ferrovias em São Paulo, para além da sua estreita ligação

7 Sobre o papel das ferrovias em São Paulo, ver: MATOS, 1974; SAES, 1981, além de MELLO, 1998. É necessário destacar que nem todas as ferrovias eram lucrativas, como o era o caso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ver, por exemplo, QUEIRÓS, 2004. Há discussões sobre o papel das ferrovias para o desenvolvimento de diferentes países. Para os Estados Unidos ver: FOGEL, 1964. Para o caso argentino ver: GÓMEZ, 2011. Há um interessante apanhado de textos sobre as ferrovias e a integração regional no Brasil nos dois volumes de GOULART FILHO; QUEIROZ, 2011.

com os negócios do café, serviam ao projeto paulista de articulação de outras regiões brasileiras ao porto de Santos (ARAÚJO FILHO, 1969). A análise de algumas das diferentes ferrovias desvela esta atuação, na qual o governo paulista operava em conjunto com a iniciativa privada, em busca de novas áreas produtoras de café e de áreas de outros estados, como no caso da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ambas cobiçavam as regiões para além das fronteiras paulistas como potencial produtoras de itens que poderiam ser escoados por seus vagões (SAES, 1981).[8] Em outras palavras, ao mesmo tempo em que os trilhos destas empresas desbravavam o solo paulista para o café e outras atividades, também possibilitavam a intensificação das relações com outras regiões brasileiras.

As ações e expectativas que visavam ao estreitamento das relações entre a economia paulista e a economia paranaense ultrapassavam as preocupações do governo estadual e eram planejadas e articuladas em diferentes níveis. Em 1 de novembro de 1924, a Câmara Municipal da cidade paulista de Ourinhos (ver Mapa 1), na divisa com o Paraná, tratou da construção de uma balsa para atravessar o Paranapanema, entre aquela cidade e a de Jacarezinho, no Paraná (ver Mapa 1), buscando atender à população daquela última, que possuía negócios e comércio do lado paulista.[9] A ação seria paga por ambas as municipalidades. Em anos seguintes, foram dadas autorizações para aquisição de novas balsas (ACMO, 1 de novembro de 1924).

A importância do comércio entre a cidade paulista e o norte do Paraná foi evidenciada pela preocupação acerca da destruição da ponte sobre o rio Paranapanema pela Coluna Prestes, o que havia prejudicado a relação entre ambas as regiões, fato também registrado pela diretoria da Companhia Sorocabana em 1924, devido ao prejuízo causado pela ação[10]. No final da década de 1920, em 1928, os circuitos comerciais entre o norte do Paraná e Ourinhos estavam estabelecidos. Na Ata da Sessão da Câmara Municipal daquela data foi destacada a posição geográfica privilegiada do município por encontrar-se na fronteira com o Estado do Paraná.[11]

8 Para uma análise sistematizada dos planos da Companhia Mogiana de Estradas de ferro para além de São Paulo, ver: OLIVEIRA, 2017. Ainda sobre a Companhia Mogiana, ver: VUGMAN, 1976 e ZAMBONY, 1993. Especificamente sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ver: GRANDI, 2013.

9 Atas da Câmara Municipal de Ourinho, 1924, doravante abreviadas como ACMO.

10 Relatório da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro, 1924, p. 3. A década de 1920 foi de profundas transformações, as quais levaram à contestação do panorama republicano. A Coluna Prestes foi sintoma daquele processo, como analisado por FAUSTO, 1997.

11 ACMO, 1928.

O estabelecimento e dinamização deste circuito comercial se deu com base em um processo que remete às décadas anteriores: ao mesmo tempo que o norte do Paraná era povoado por paulistas e mineiros, em um movimento que mais tarde auxiliaria na expansão do plantio de café naquela área, uma parcela do capital cafeeiro voltava as suas atenções ao sul, impulsionada pelo desenvolvimento dos negócios do café e pelas possibilidades abertas com os fluxos de mercadorias – existentes ou pretendidos – provenientes daquelas regiões. Já no relatório de 1890, a diretoria da União Sorocabana e Ituana destacou a possibilidade de aumento de volume transportado na ferrovia, por meio da ligação com os estados do Sul.[12] Um dos planos colocados pela diretoria da empresa no relatório de 1894 tratava da necessidade da criação de uma via entre a capital federal e a região Sul; era considerada a construção de um prolongamento que, completado com navegação fluvial e contando com diferentes ferrovias, ultrapassaria o Paraná e Santa Catarina.[13] "Assim ficaria completa a grande rede férrea que sob todos os pontos de vista prestaria notáveis serviços ao país, quer pelo lado de seu desenvolvimento interno e relações externas com as repúblicas platinas e Paraguai, quer pelo [valor] estratégico e político".[14]

Dez anos depois, em 1904 – período em que após crise a ferrovia, adquirida pelo governo de São Paulo, passou a ser administrada por uma junta de liquidação – a diretoria defendeu que o prolongamento até os limites de São Paulo e Paraná e o comércio advindo desta integração, que também atingiria Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tornaria a Sorocabana um empreendimento rentável.[15] Este prolongamento foi perseguido ao longo dos anos, sempre com a promessa de desenvolvimento da área atingida e de aumento do comércio com os estados do Sul. Em 1910 foi anunciado o início do tráfego mútuo com a Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio Grande e com a Estrada de Ferro do Paraná.[16]

12 Relatório da União Sorocabana e Ituana de Estradas de Ferro, 1890.

13 Relatório da Companhia União Sorocabana e Ituana de Estradas de Ferro, 1890, p. 8. Sobre a criação e desenvolvimento da Sorocabana em suas diferentes fases e denominações, ver: SAUKEF JÚNIOR, 2001.

14 Relatório da Estrada de Ferro Sorocabana e Ituana, 1894, p. 8.

15 Relatório da Estrada de Ferro Sorocabana para o ano de 1904, p. 6.

16 Sobre as estradas de ferro do Paraná, ver: KROETZ, 1985; VALENTINE, 2009; LOEFLER, 2009.

Figura 1: Estrada de Ferro Sorocabana em 1970



Fonte: < http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970efSorocabana.shtml>, acessado em 10 de novembro de 2021.

Na figura 1 estão destacadas a estação de Cerqueira Cezar e a de Ourinhos da Estrada de Ferro Sorocabana; em território paulista, foram pontos importantes na ligação entre o norte do Paraná e o Estado de São Paulo.

Observando a partir do sul do Paranapanema, ao mesmo tempo em que os paulistas atuavam para a drenagem de alguns itens produzidos no norte do Paraná, os paranaenses moviam-se para fugir à sua influência e atrair estes mesmos itens para os seus portos sem, contudo, desprezar as potencialidades do mercado paulista.

A economia paranaense e suas relações com São Paulo na Primeira República brasileira

A situação econômica enfrentada pelos paranaenses nas últimas décadas do século XIX, na passagem do regime imperial brasileiro para a Primeira República, não difere em profundidade do que enfrentava a população de muitas regiões brasileiras. As rendas eram insuficientes, o problema da fiscalização das mesmas era notável, assim como a necessidade premente de abertura de vias de comunicação que, segundo os administradores locais, quase que de maneira sobrenatural fariam florescer atividades econômicas no solo que tocassem.17 Os administradores do estado do Paraná pareciam render-se a esta crença, sustentando que a abertura de estradas incentivaria quase que automaticamente a produção de diferentes itens, o povoamento de diversas regiões de estados e o provimento de mão de obra.18

As primeiras mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná, no período republicano, apresentaram as principais questões sobre as quais o governo se debruçaria nos anos posteriores. Há a preocupação com a erva mate, com as estradas de ferro, com as perspectivas do rebanho bovino e com a integração com o Estado do Mato Grosso. Além destas, outras importantes questões seriam agregadas nos anos posteriores, como as perspectivas da indústria madeireira e, principalmente, a ascendente produção de café na região norte do estado e a consequente necessidade de escoá-lo via porto de Paranaguá, desvinculando-se da atração paulista.

17 Sobre o fascínio exercido pelas ferrovias ver: HARDMAN, 1988.

18 Ainda neste sentido, é necessário enfatizar que as fontes utilizadas neste tópico, as Mensagens dos presidentes do estado do Paraná (MPEPR), eram produzidas a partir de um lugar específico, qual seja, do executivo estadual, contendo os planos e expectativas daqueles que administravam o estado, limitados pelo lugar social, temporal e geográfico que ocupavam. Tendo isso em vista, são fundamentais para que, cotejadas com outras fontes e com a bibliografia, desvelem aspectos importantes do processo aqui analisado.

Mapa 1: Estado do Paraná em 1924

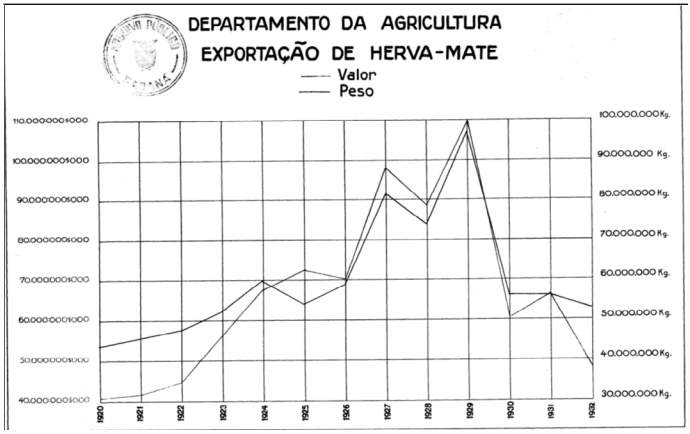


Fonte: https://www.acervosvirtuais.com.br/layout/centroculturaldigital/item-imagem.php, acessado em 10 de novembro de 2021.

No Mapa 1 estão em destaque a cidade de Ourinhos, em São Paulo, por onde era embarcada parte dos itens produzidos no norte do Paraná, a cidade de Jacarezinho, grande produtora de café no Paraná da primeira República, e o porto de Paranaguá, para onde os paranaenses buscavam atrair os itens do norte do estado.

Ao final do Império e início da República, a erva mate era colocada com a principal atividade econômica, contribuindo com um quarto das rendas provinciais. Como é possível notar na Figura 3, as exportações da erva mate se expandiram durante o período, com momentos pontuais de retração até 1929, quando, devido à crise mundial, os mercados internacionais demandaram este item em menor volume, tal como ocorreu com a produção brasileira de café.

Figura 2: Exportações de erva mate pelo Estado do Paraná 1920 – 1932, em valor e peso



Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Senhor Manoel Ribas, digníssimo Interventor Federal no estado do Paraná, pelo secretário dos negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivadavia de Macedo. Curitiba, 1933, p. 158.

A estratégia paranaense, em 1888, consistia em evitar que a erva deixasse a província em natura para ser processada em outros países. As exportações eram feitas por meio de ferrovia e pela estrada Graciosa, preferida àquela altura devido aos altos fretes cobrados pelas empresas ferroviárias.

A mudança de regime abriu novas perspectivas para os paranaenses, expressas por meio das palavras do Presidente do Estado na primeira mensagem da era republicana:

> Com um litoral no oceano, outro no rio Paraná e vias internas navegáveis, a natureza prodigalizou à província os mais preciosos dotes.
> Ahi nos chega à imigração, o trabalho, a indústria, o desenvolvimento das estradas de ferro.[19]

A autonomia federativa era exaltada, como sinal dos novos tempos e

19 Mensagem do Presidente do Estado do Paraná, 1889, p. 9. Doravante abreviadas como MPEPR.

das possibilidades que se apresentavam.

Para seguir o ritmo das transformações, era necessário cuidar das vias de comunicação, vistas como insuficientes e como culpadas pela não atração de imigrantes. Aqui, as preocupações dos administradores locais coincidiam com as dos demais estados, onde a questão dos transportes ganhou destaque como garantidora do desenvolvimento das atividades econômicas locais, do aumento da produção de itens já existentes e do surgimento de novas atividades responsáveis pela atração de imigrantes.

Àquela altura era empreendida a reconstrução de três grandes vias de comunicação que se voltavam para a capital (MPEPR, 1892, p. 14). Junto a isso, era destacada a distribuição de terras e a cobiça de paulistas e mineiros sobre elas para a plantação de café. Nas mensagens também mereceu destaque a preocupação com o gado exportado para São Paulo e a cobrança de impostos sobre as invernadas, vistas como inúteis, pois teriam como única consequência que o gado paranaense fosse engordado em São Paulo.

Na mensagem de 1895, as finanças públicas eram descritas "em estado de prosperidade". Entre as diferentes estradas em construção ou pretendidas, destacavam-se as que ligariam ao Estado de Mato Grosso e a São Paulo. Havia a "necessidade de povoar os sertões do oeste do estado, pois seria lá que se desenvolveria a grande lavoura, sobretudo a de café" (MPEPR, 1895, p. 19).

A preocupação com as estradas não era motivada somente pelas necessidades de incentivo ao povoamento de diferentes regiões. Sobretudo, a principal preocupação dizia respeito à necessidade de trazer para as raias do estado os itens que eram atraídos pelos vizinhos (MPEPR, 1897, p. 6). Em diferentes momentos, os administradores do Estado do Paraná abriram negociações com os paulistas para a cobrança de impostos devidos às autoridades paranaenses referentes aos produtos exportados via porto de Santos. Em 1898 há a alusão a estas negociações acerca dos impostos a serem cobrados sobre o café paranaense.

Os problemas com a fiscalização das fronteiras e da arrecadação dos impostos não se restringiam ao café. Em 1899 a cobrança sobre a saída de gado e mate pela fronteira norte do estado havia sido arrematada em leilão por particulares. A prática era defendida pelo Presidente do Estado por dispensar a contratação de pessoal para este fim, levando à economia, e, além disso, à estabilidade ao garantir a continuidade da arrecadação. O valor a ser pago era fixo, independente das variações das exportações (MPEPR, 1899, p. 11).

Apesar de alguns anos de bons resultados, desde as primeiras mensagens transparecia a instabilidade da situação econômica do Paraná.

Com a crise nacional[20] que se manifestava, descrita desde a mensagem de 1897, outros expedientes eram deixados à iniciativa privada; a mensagem de 1901 trouxe a alusão à manutenção de estradas por meio de concorrências (MPEPR, 1901, p. 7). Outra prática utilizada para manter a construção e preservação de importantes vias de comunicação era a de delegar o trabalho a imigrantes que ganhariam o título definitivo de suas terras por este meio (MPEPR, 1904, p. 9).

Ao longo da Primeira República, o café ganhou maior importância no rol dos itens paranaenses e, consequentemente, maior número de linhas nas mensagens. Era dito que as terras paranaenses, do Norte, eram tão ou mais produtivas que as terras roxas paulistas para o cultivo da rubiácea.

A historiografia já estabelecida atenta para a importância da produção de café paranaense e para as questões suscitadas por sua proximidade com o Estado de São Paulo.[21] Balhana, Machado e Westphalen (1969) destacam que o movimento de ocupação do norte paranaense ocorreu a partir da década de 1870, com a penetração de fazendeiros paulistas e mineiros, os quais seguiram pelo baixo Itararé, iniciaram a plantação de café e a formação e fazendas na região. Segundo os autores, a principal vantagem do Paraná estava no fato de sua produção não ultrapassar os limites estabelecidos pelo acordo entre os estados produtores, ao contrário do que ocorria no Estado de São Paulo (BALHANA; BRASIL; WESTPHALEN, 1969. p. 213, 214 e 221).[22]

Cacian ressalta que diversos fatores fizeram com que, a partir do início do século XX, as terras do norte do Paraná fossem procuradas por agricultores de outras regiões, com o intuito de desenvolver a lavoura cafeeira: a busca por terras roxas adequadas a esta cultura, o programa de defesa do café – como já colocado – paralelamente à deliberação do governo local em incentivar o plantio, a proibição de novos plantios pelo governo paulista e o declínio da produção de café nas regiões mais antigas (CACIAN, 1981). Ainda segundo Cacian, as flutuações do preço do café influenciaram a expansão da cafeicultura paranaense no seguinte sentido: de 1906 a 1929 houve o incentivo à produção, o período de 1930 a 1944 foi caracterizado

20 Os primeiros anos da Primeira República brasileira foram marcados por profundas crises econômicas e políticas por conta da disputa entre militares e civis, dificuldade de concretização do novo arranjo institucional e malogro da primeira política econômica republicana, o encilhamento, como analisado por MELLO, 1998 e FRITSCH, 1990.

21 Além das obras consolidadas sobre o período, o café no estado do Paraná tem inspirado novas pesquisas. Destaco, para o período posterior ao aqui tratado, a dissertação de Leonardo Antonio Santin Gardenal, que se debruça sobre as relações entre café e indústrias no Paraná. GARDENAL, 2018.

22 Tais políticas visavam evitar a expansão descontrolada da produção cafeeira e a sua consequente desvalorização, como analisado, por exemplo, por DELFIN NETO, 1979 e FURTADO, 1963.

pela depressão dos anos de guerra e o período entre 1945 a 1970 por uma conjuntura dinâmica. Neste contexto, preços baixos correspondiam à diversificação da agricultura e preços altos incentivavam a monocultura (CACIAN, 1981. p. 14 e 15).

Cacian ainda afirma que a produção de café no norte do Paraná, a princípio, seguia para São Paulo cruzando o rio Paranapanema em balsas, ao mesmo tempo que o gado cruzava a nado. Este comércio foi intensificado com a construção de uma balsa que comunicava Ourinhos ao Paraná, o que possibilitou a ligação com a Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro, na estação Cerqueira César (CACIAN, 1981. p. 4) – ver figura 1. A análise da economia paulista aponta para a hipótese de que a lavoura cafeeira no norte do Paraná, inicialmente, foi incentivada pelo avanço da economia paulista, já que o escoamento deste item àquela altura seria mais vantajoso via porto de Santos, dada a melhor estrutura de escoamento oferecida pelo complexo cafeeiro.[23]

A ocupação da região Norte do Paraná por paulistas e mineiros e, sobretudo, pela produção de café, criou fortes laços entre o norte paranaense e a economia paulista, registrados na bibliografia e nas fontes. Balhana, Machado e Westphalen, já na introdução do primeiro volume de *História do Paraná,* destacam a importância desta ligação. Durante a Primeira República, o "ponto de ligação com o Estado de São Paulo era Itararé, em região de terras pobres. Era por ali que passava a *civilização* (grifo meu), como continuou a acontecer por largo tempo". Mais adiante, afirmam que até a década de 1920 não houve exportação regular pelo porto paranaense de Paranaguá (BALHANA; BRASIL; WESTPHALEN,1969. p. 12 e 221). De fato, em 1926, as exportações de café pelo porto de Paranaguá já excediam as feitas pelo porto de Santos (MPEPR, 1926, p. 72). Do exercício 1925/1926 para o de 1927/1928, a arrecadação de impostos sobre as exportações paranaenses de café feita pelo porto de Santos caiu de 387:374$400 para 68:956$786. No mesmo exercício (1927/1928), a arrecadação sobre o café exportado pelo porto de Paranaguá foi de 539:516$696 (MPEPR, 1928, p. 67).

Ruy Wachowicz, no seu livro *História do Paraná,* destaca a ligação dos núcleos populacionais do norte do Paraná à economia de São Paulo e o que então ficou conhecido como "Perigo paulista". Era preciso paranizar o Norte (WACHOWICZ, 2016. p. 305). Nadir Apparecida Cancian, também deixa claro em seu livro esta ligação ao afirmar já em suas primeiras páginas que o café no Paraná é continuação da Marcha para Oeste dos paulistas,

23 Sobre a atração do porto de Santos sobre diferentes regiões do Brasil ver ARAÚJO FILHO, 1969.

apoiando-se no geografo Pierre Monbeing (CACIAN, 1981. p. 13). Dennison de Oliveira, em *Urbanização e Industrialização no Paraná,* publicado em 2001, repete estas conclusões ao afirmar que tanto "o escoamento quanto o abastecimento da região com gêneros nos quais ela não era autossuficiente se dava pelo Estado de São Paulo" (OLIVEIRA, 2001. p. 33).

Por meio das Mensagens é possível constatar a atração paulista sobre o café paranaense e as reações a esta. Contudo, este processo não era simples, assim como não eram simples ou facilmente descortináveis os interesses que moviam os grupos econômicos ao norte e ao sul do rio Paranapanema. Ao mesmo tempo em que resistiam à atração paulista sobre itens que pretendia exportar via seus portos, os administradores do Estado do Paraná se preocupavam em dinamizar as ligações com São Paulo, enfatizando os benefícios que disso colheriam. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que São Paulo era visto como concorrente no que se referia à exportação cafeeira, também o era como mercado consumidor em potencial para outros itens.

De toda forma, o avanço da economia paulista sob a Constituição de 1891 fortaleceu o processo de hierarquização do espaço nacional, fazendo com que convergissem para si itens de estados com os quais fazia fronteira e até mesmo de outros com os quais não compartilhava divisas, como é o caso de Goiás (OLIVEIRA, 2014). O avanço do setor de transportes paulista rumo às suas bordas era em grade parte responsável por esse processo; no caso do Paraná, a Estrada de Ferro Sorocabana auxiliava na atração de seus produtos.

A produção paranaense e a reação à atração paulista

Os administradores paranaenses em diferentes ocasiões buscaram acordos com as autoridades paulistas para que estas se encarregassem da arrecadação sobre a exportação de seus produtos e do repasse dos impostos devidos. Em 1902, esta tentativa fracassou (MPEPR, 1902, p. 13). Pouco mais tarde, em 1905, houve a tentativa de novo convênio com São Paulo para a arrecadação de impostos sobre o café produzido no norte do Paraná e exportado pelo Porto de Santos. Os impostos cobrados pelo Estado do Paraná eram menores, o que criava dificuldades para autoridades paulistas, as quais se depararam com guias falsas que tentavam fazer o café paulista passar por paranaense. Por muito tempo, esta diferença impossibilitou a assinatura de outro convênio (MPEPR, 1905, p. 44).

A crise econômica da primeira década republicana se refletiu no estado e nas possibilidades de integração econômica. Em 1903, somente as obras necessárias foram mantidas, entre elas a construção da estrada de rodagem que se ligaria à estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Esta estrada integraria as zonas produtoras do norte do estado ao seu centro. A intenção era que as exportações daquela região se desviassem do Porto de Santos para porto paranaense. Ao mesmo tempo, o estado não possuía condições de reforçar a fiscalização, mesmo no que diz respeito a pontos conhecidos de contrabando, como é o caso da fronteira com a Argentina, em Foz do Iguaçu, e da madeira que por ali saia (MPEPR, 1903). O mesmo acontecia em relação ao Estado de São Paulo, onde eram abertos portos clandestinos para o desvio de mercadorias paranaenses (MPEPR, 1904, p. 12). Era destacado pelos paranaenses a importância do mercado paulista também para a madeira do estado. Em 1928, a cotação do pinho melhorara sensivelmente, vendido no mercado de São Paulo ao preço de 80$000 por dúzia de tábuas de primeira (MPEPR, 1928, p. 73).

Com o passar dos anos, alguns produtos mantiveram-se importantes, como a erva mate e a madeira. Houve aqueles que ganharam cada vez mais destaque, como o café, ao mesmo tempo em que as expectativas com relação a outros se frustraram, como as nutridas no que se refere ao gado. Quanto ao mate, o governo agia no sentido de aumentar as suas exportações por meio de mudanças tributárias, como a trazida pela Lei n. 449 de 22 de março de 1902. Esta acabou com taxas que dificultavam a exportação de mate, criadas em 1885 com o argumento de desenvolvimento de indústria local (MPEPR, 1905, p. 13).

No início da segunda década do século XX, algumas das principais questões ainda persistiam. A situação das finanças era descrita como precária, mesmo com o aumento da arrecadação de impostos sobre a erva mate. As despesas ultrapassavam as receitas, dada a necessidade de levar adiante os gastos com os planos de viação, vitais à integração e ao incentivo à produção de algumas regiões do estado. Àquela altura, a madeira já havia alcançado o segundo lugar no quadro de exportações e o aumento das exportações de café também era notável (MPEPR, 1911). Entre os principais artigos importados estavam o açúcar, farinha de trigo, ferragens, fazendas, sal, comestíveis, trilhos e acessórios, couros trabalhados e miudezas (MPEPR, 1911, p. 17).

Interessante notar que, assim como em boa parte dos estados brasileiros, os paranaenses enxergavam a própria terra como reservatório de riquezas, com um amplo potencial a ser explorado: erva mate, madeira, café, centeio, trigo, arroz e algodão eram produtos apontados como de grande futuro. Havia planos para a exportação de erva mate para o Amazonas.

Em 1917 foi anunciada a inauguração da ponte sobre o Rio Paranapanema, na divisa com São Paulo, visto como grande feito que estreitaria a relação entre ambas as unidades federadas. Ficou registrado que era necessário, ainda neste sentido, estender a viação férrea paranaense até a divisa com os paulistas. Ponto interessante da mensagem de 1917 era a preocupação com a integração mais estreita também com o Mato Grosso, devido à importação do gado deste estado que ia até Guarapuava. Curiosamente, durante a Primeira Guerra Mundial, as receitas estaduais sobre o gado exportado pelo Paraná caíram, o que poderia significar que, assim como ocorreu com Minas Gerais, naquele momento a economia paulista atraia o gado paranaense para seu território, processando-o e reexportando-o como produto local (OLIVEIRA, 2014).[24]

Assim como ocorria em outros estados, frente à incapacidade de levar adiante os planos ferroviários, os paranaenses dedicaram-se à construção de estradas de rodagem que tinham como objetivo integrar as diferentes regiões. Segundo as mensagens, o Paraná possuía a maior rede de estradas de rodagem do Brasil, a qual necessitava de especial cuidado em sua manutenção. Eram 1433,930 km em manutenção, com o trabalho de 258 homens (MPEPR, 1918, p. 18). Existiam estradas de rodagem até a fronteira com a Argentina e portos do rio Paraná.

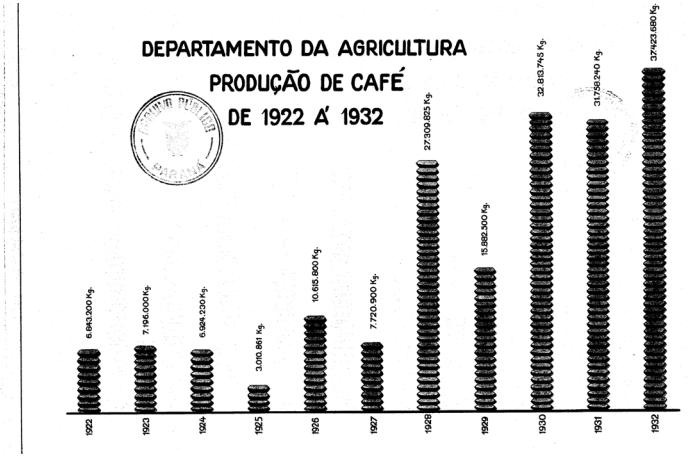
É algo interessante que a mensagem de 1917 foi aberta com um apelo do Governo Federal ao aumento da produção de itens alimentícios, trazendo informações sobre o crescimento da produção destes pelo Paraná. Houve aumento da produção de centeio, milho, feijão, arroz, os quais produziram o triplo de outros anos. Não há, pela documentação consultada, como saber se ficaram entre as fronteiras paranaenses ou se foram exportados (MPEPR, 1918, p. 33). A produção de gado vacum não mostrava avanços e os preços altos faziam com que até as reprodutoras fossem vendidas.

A preocupação com a atração dos itens produzidos no norte do estado pela economia paulista, a necessidade de integrar estas regiões, tal como a intenção de ligar o Paraná às regiões centrais do Brasil e a países vizinhos – como é o caso do Paraguai (MPEPR, 1922, p. 65) – guiaram os esforços do governo local no sentido de desdobramento de um sistema de transportes e da modernização de seu porto. Sendo assim, a expectativa era que o porto de Paranaguá drenasse para si os itens produzidos no estado, inclusive o café, tornando os paranaenses independentes dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo (MPEPR, 1920, p. 64, 65). Esta ação não descartava os benefícios que

24 Sobre o processamento do gado em São Paulo ver: BENITES, 1978; PERINELLI NETO, 2008 e 2009.

poderiam ser obtidos com a dinamização da ligação da economia paranaense à paulista. Na mensagem os paranaenses eram descritos como descendentes dos paulistas (MPEPR, 1920, p. 16) e ainda persistiam os esforços para esta dinamização, como é o caso da ação empreendida para a ligação de Curitiba à fronteira do Estado de São Paulo (MPEPR, 1921, p. 61).

Figura 3: Produção de café do Estado do Paraná 1922-1932



Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Senhor Manoel Ribas, digníssimo Interventor Federal no Estado do Paraná, pelo secretário dos negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivadavia de Macedo. Curitiba, 1933, p. 150

Com o início da década de 1920, desenhou-se um panorama de crescimento da produção e das exportações paranaenses, o que não se mostrou sustentável ao longo dos anos seguintes – com exceção do café, como demonstra a figura 3. As mensagens posteriores ainda destacavam perdas de arrecadação em diferentes itens. Em 1923 houve a diminuição das exportações de mate e madeira, com a saída de firmas do estado. Ainda havia, naquele ano, a dificuldade na arrecadação na fronteira com o Estado de São Paulo devido ao contrabando que se mantinha ao longo dos anos. Este problema era atribuído às vias de comunicação precárias que serviam ao norte do estado. No mesmo ano, os paranaenses trabalhavam com a perspectiva de tornar Paranaguá um novo Porto de Santos (MPEPR, 1923, p. 44).

Era justamente aquela região do estado – o Norte – descrita como mal servida por meio de comunicações mais eficazes, que chamava a atenção dos administradores paraenses ao início da década de 1920, dado o incremento populacional e o surgimento e expansão de atividades econômicas. O Norte começava a produzir cana de açúcar, arroz, algodão, fumo e milho, sendo este último consumido em grande parte pelos suínos criados no Paraná e exportados ou contrabandeados para São Paulo. Ainda àquela altura foram intensificados os esforços para integrar o Norte do estado ao porto de Paranaguá, agora por meio da construção ou melhoramento das estradas de rodagem, financiadas com empréstimos adquiridos dos capitalistas da região (MPEPR, 1924, p 36). O Norte era uma região descrita como segregada das demais praças comerciais do estado.

Naquela mesma década, frente à impossibilidade de produzirem os itens alimentícios na proporção exigida por seu desenvolvimento urbano e populacional, os paulistas passaram a se valer da produção de diferentes estados, como é o caso de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais (OLIVEIRA, 2014). O mesmo ocorria em relação ao Paraná. Muitos dos itens paranaenses, como a madeira, os suínos, o café, entre outros, eram atraídos pelo complexo cafeeiro, seja para lá serem consumidos ou para a reexportação, como ocorria com o café paranaense e com alguns itens de outros estados. Em 1924, o governo paranaense restringiu as exportações de alimentos para São Paulo, com a intenção de evitar o agravamento do quadro de carestia que já se constatava.[25] Naquele momento a Estrada de Ferro do Norte do Paraná já chegava até Ourinhos, em São Paulo (MPEPR, 1924, p. 66, 1925).

A partir de meados da última década da Primeira República, as receitas do estado passaram novamente a serem descritas como em movimento ascensional, apesar dos impostos sobre erva mate e gado arrecadarem menos que o previsto. Aquela melhoria era atribuída à situação econômica e à mudança na tabela de impostos (MPEPR, 1926, p. 46). Também podemos destacar o aumento da exportação de café, como demonstra a figura 3. A arrecadação e a fiscalização haviam sido separadas (MPEPR, 1926, p. 61). O café paranaense, já àquela altura, era atraído para o porto do estado; em 1926 a mensagem tratava da cobrança de impostos sobre o café paranaense que saia por Paranaguá, imposto que antes inexistia. A exportação de café por Paranaguá já excedia a feita por Santos e foram estabelecidos prêmios para quem importasse e exportasse via portos paranaenses (MPEPR, 1927, p. 70).

25 A atração de itens de outras regiões por São Paulo e a atuação do governo para tanto eram justificadas pela necessidade de sustentar uma população em expansão, como se vê em CAMARGO, 1952.

Considerações finais

Os dilemas presentes nas tentativas de dinamização das relações econômicas entre São Paulo e Paraná na Primeira República desvelam nuances importantes da construção e funcionamento do complexo cafeeiro paulista e da formação do mercado interno brasileiro.

Como ocorreu em outras unidades federativas brasileiras durante a Primeira República, o Estado do Paraná possuiu uma relação de aproximação e distanciamento em relação ao Estado de São Paulo. Não buscou desvencilhar-se da histórica ligação com os paulistas, mas sintonizá-la com os interesses locais; a preocupação com a captação dos itens produzidos no norte do estado não contradizia os projetos de dinamização das relações econômicas com seu vizinho do norte. Há que se destacar que, assim como em outras regiões, as rendas que poderiam levar a articulação interna dependiam da expansão comercial interna, rumo a estados vizinhos e mercados internacionais. Era isso que ocorria com o Paraná, não só quando se voltava para São Paulo, mas quando tentava estabelecer relações comerciais com países como a Argentina e o Chile ou com estados como o Amazonas. A construção/modernização do porto de Paranaguá, junto à construção e manutenção de caminhos de ferro e de terra, deram ênfase ao processo que, ao final da Primeira República brasileira, havia permitido aos paranaenses ascensão sobre seu próprio território. 26 As ferrovias, como se vê por este e outros casos, além de incentivar o setor exportador e as ligações entre diferentes regiões brasileiras e o mercado externo, também serviram como apoio à expansão de economias regionais e à integração interna – o que já foi notado, por exemplo, por William Summerhill (SUMMERHILL, 2018).

Para São Paulo, a conclusão à qual é possível chegar é parecida com a relativa a outros estados, já construída em uma série de trabalhos publicados nos últimos anos. Foi na Primeira República que São Paulo iniciou o processo de hierarquização do espaço econômico nacional, ao estabelecer relações dinâmicas com o mercado interno em construção. No caso paranaense, assim como para os goianos e mineiros, a atração paulista constituiu, ao mesmo tempo, um problema e uma possibilidade. Um problema ao submeter a produção de algumas regiões aos seus interesses e uma oportunidade ao colocar-se como um mercado de grandes proporções, capaz de absorver o que os paranaenses estavam dispostos a exportar. Assim,

26 Dadas as especificidades, outros estados, como Minas Gerais, também labutavam pela integração econômica entre as suas diferentes regiões em meio à escassez de recursos e a dificuldade de concretização de projetos ferroviários. Ver: BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012.

ao mesmo tempo em que os paranaenses se mobilizavam para a construção de linhas de transporte que ligavam o norte do estado ao porto de Paranaguá, agiam no sentido de estreitamento de vínculos com o Estado de São Paulo, por meio da construção de estradas de rodagens e ferrovias que levassem a ele. A construção e reprodução do complexo cafeeiro se dava por negociação e conflito, o que auxilia na sua compreensão para além das fronteiras de São Paulo.

Por último, para a economia paulista, já diversificada, com seu setor de transportes desdobrado em diferentes direções e com a ascensão sobre o mercado interno em construção, as ligações com o Paraná não eram determinantes nem imprescindíveis. Não houve com o Sul o mesmo que ocorreu com relação aos sertões goiano e mato-grossense, de onde provinham os recursos determinantes para a reprodução da economia paulista durante alguns dos momentos cruciais da Primeira República, como a Primeira Guerra Mundial.

Bibliografia

ALONSO, A. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ATAS da Câmara Municipal de Ourinhos – SP (1925 – 1929).

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti; BRASIL, Pinheiro Machado; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Vol 1. Curitiba – PR: Grafipar, 1969. p. 213, 214 e 221.

BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional – subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. *Revista de história regional*, v. 17, n. 1, 2012.

BENITES, Miguel Gimenes. *Os frigoríficos da grande São Paulo e arredores*. Um estudo geográfico. Tese (Mestrado em Geografia). Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/ São Paulo, 1978.

CACIAN, Nadir Apparecida. *Cafeicultura paranaense 1900 – 1970*. Curitiba – PR: Grafipar, 1981.

CAMARGO, José Francisco. de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ceências Humanas/USP, 1952. 3 volumes.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

CESAIRE, Aime. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução Cláudio Willer e ilustrações de Marcelo D'Salete. Cronologia de Rogério de Campos. São Paulo: Veneta, 2020.

COSER, Ivo. O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX. Dados: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 51, n. 4, 2008.

DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930.* Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOGEL, R. W. , *Railroads and American Economic Growth*: Essays in Econometric History. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1964.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900 – 1930. ABREU, Marcelo de Paiva. (org.) *A Ordem e o Progresso*: Cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Brasília, DF: UNB, 1963.

GARDENAL, Leonardo Antonio Santin. *Café e indústrias no Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2018.

GÓMEZ, T. El incerto lugar de los ferrocarriles em lãs políticas públicas (1850

– 1950). In: SOLVEIRA, Beatriz R. (coord). *Prescidencia e intervención. Relación retrospectiva entre Gobierno y servicios Públicos*. Córdoba – Argentina: Brujas, 2011.

GOULART FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. (Org.). *Transportes e formação regional:* Contribuições à história dos transportes no Brasil. 1ed.Dourados, MS: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011. 2 volumes.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização brasileira 1850 – 1914*. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDI, Guilherme. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo*. A Companhia Paulista de Estradas de ferro entre 1930 e 1961. São Paulo: Alameda, 2013.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875 - 1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LAVINE, Robert M. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira, 1889 – 1937*. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOVE, J. Federalismo y regionalismo em Brasil, 1889 – 1937. In: CARMAGNANI, M. (coord). *Federalismos latinoamericanos*: México – Brasil – Argentina. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889 – 1937.* Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KROETZ, Leandro Rogério. *As estradas de ferro do Paraná 1180 – 1940*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 1985.

LOEFLER, Walli. *Aspectos da indústria paranaense*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*. (USP Impresso), 2009.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. Evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa Omega. Sociologia Política, 1974.

MENSAGENS dos Presidentes de Estado do Paraná, 1880 – 1930. Disponível em < http://ddsnext.crl.edu>, acessado em novembro de 2022.

MENSAGENS dos Presidentes de Estado de São Paulo, 1880 – 1930. Disponível em < http://ddsnext.crl.edu>, acessado em novembro de 2022.

MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Norte do Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. p. 33.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil: limites e interesses regionais. In: *4 ° Seminário Nacional de História da Historiografia*: tempo presente e usos do passado, 2010, Mariana, MG. Anais do 4° Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente e usos do passado, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Entre rios e trilhos*: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República. Curitiba - PR: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Rosa e Gabriel entre o litoral e o interior do Brasil na Primeira República. *Nova Economia* (UFMG), v. 29, p. 651-675, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Um caminho voltado para dentro*: o circuito goiano e as relações entre Goiás e São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2014.

PERISSINOTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889 – 1930)*. São Paulo: FAPESP: Campinas SP: UNICAMP, 1999. t.1.

PERINELLI NETO, Humberto. *Nos quintais do Brasil*: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854 – 1931). 2009. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/ Franca, SP, 2009.

PERINELLI NETO, Humberto. *Era a Paulista uma ferrovia "cata café"?* Apontamentos sobre o comércio de gado e as ferrovias em São Paulo. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.32, 2008.

QUEIRÓS, P. R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos*: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Bauru/SP: EDUSC; Campo Grande/ MS: UFMT, 2004.

QUIJANO, Aníbal & WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial. *RICS* 134/Diciembre, 1992.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 – 1930.* São Paulo: IPE/USP, 1986.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. de. *As ferrovias de São Paulo (1870-1914).* São Paulo: HUCITEC, 1981.

SAUKEF JÚNIOR, Antonio. *Estrada de Ferro Sorocabana*. Uma saga ferroviária. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2001.

SILVA, M. S. Federalismo Fiscal no Brasil, 1889 – 1988: competências tributárias, transferências intergovernamentais e coordenação fiscal. *História Econômica e História de Empresas*. VIII.1, 2005.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa ômega, 1976.

SUMMERHILL, William R. *Trilhos do desenvolvimento. As ferrovias no crescimento da economia brasileira 1854 – 1913*. Tradução de Manuel de Assis e Cristina Yamagami. São Paulo: Alfaiatar, 2018.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VALENTINE, Delmir José. *As atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil.* A instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado 1906 –1916. Tese (Doutoramento em História). Porto Alegre: PUC, 2009.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VUGMAN, Gitel. *A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação*

(1872-1914). Subsídios para o estudo de uma estrada de ferro paulista. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Pota Grossa – PR: UEPG, 2016.

ZAMBONY, M. C. *A Mogiana e o café*. Contribuição para a história da Estrada de Ferro Mogiana. 1993. Dissertação (mestrado em História) UNESP- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1993.

A PROTO-HISTÓRIA DO SPHAN E OS REFLEXOS NA ELABORAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 25/1937.

The "proto-history" of SPHAN and its reflections in the drafting of the decree-law no. 25/1937

Isabella Maria de Oliveira Almeida[1]
Emerson Dionísio Gomes de Oliveira[2]

RESUMO

O presente artigo discute a chamada "proto-história" do SPHAN. O termo cunhado nos anos 1970 busca diferenciar as inciativas preservacionistas nacionais que antecederam a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN e do Decreto Lei nº 25/1937, tipificando-as como incipientes e ineficazes. A partir de uma seleta e pontuada revisão crítica da literatura sobre o tema, aliada à análise dos primeiros projetos preservacionistas, buscou-se delinear o contexto dessas primeiras iniciativas diante do fomento e as políticas posteriores, destacando suas similaridades com os projetos pós-Estado Novo.

Palavras-chave: Projetos de lei; SPHAN; Patrimônio.

ABSTRACT

The topic of this article is the so-called "proto-history" from SPHAN. The term coined in the 1970's aims to distinguish the national preservation initiatives that preceded the creation of the former SPHAN (National Historic and Artistic Heritage Service) and of the Decree-law no. 25/1937, typifying them as incipient and inefficient. By assessing selected and

1 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Bacharela em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de História na Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: bellaunb1@gmail.com

2 Doutor em História pela Universidade de Brasília. Mestre em História da Arte e da Cultura e Especialista em História da Cultura e das Religiões pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Pesquisador CNPq e Editor da Revista MODOS. E-mail: dionisio@unb.br

accurate critical literature review on the theme in addition to the analyses of the first preservation projects, I aimed to outline the context of these first initiatives in face of the foment and the ulterior policies, highlighting the similarities with the projects subsequent to the New State political regime (Estado Novo).

Palavras-chave: Bill drafting; SPHAN; Heritage

Introdução

Excetuando-se algumas preocupações pontuais com a preservação do patrimônio "nacional", como a carta do Conde de Galveias[3] ao governador de Pernambuco ainda no século XVIII, visando a proteção de bens de origem holandesa, as iniciativas para criação de uma legislação no Império e princípio da República voltadas à proteção e preservação do patrimônio nacional foram infrutíferas.

Nas três primeiras décadas do século XX, diferentes setores conduziram mudanças no cotidiano urbano como reverberação de uma cultura voltada para o progresso científico e a modernidade aos moldes europeus. Lentamente a ética do automóvel e uma forte especulação imobiliária foram instituídos. Grandes avenidas foram criadas inspiradas nas reformas urbanísticas francesas, derrubando edifícios vistos como "atrasados" ou "não modernos". Exemplos dessas remodelações urbanas podem ser vistos na Bahia, com a derrubada da Igreja de São Pedro Velho em 1916, na demolição da Igreja da Sé já nos anos 1930, assim como da Igreja do Corpo Santo e da remodelação do Porto, todos em Recife. Outro exemplo dessa prática foi a derrubada dos Arcos da Sé de Olinda e do Morro do Castelo no Rio de Janeiro (RODRIGUEZ, 2012; DÓCIO, 2014).

Frente a essa derrubada modernizadora, grupos de intelectuais se mobilizaram em prol da defesa da história da Nação. Aliado a nova República e a uma necessidade de se estabelecer o que seria o nacional, ou particular brasileiro, desenvolveu-se uma rede de iniciativas e agentes devotados a causa

3 Carta presente na obra "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória". SPHAN/Pró-memória. Brasília. 1980.

da preservação do patrimônio. O princípio dessas atuações se constituiu no âmbito regionalista, tendo cada estado manifestado suas preocupações com o patrimônio local, utilizando jornais e revistas como principais veículos de manifestação. Segundo Dócio, eram "iniciativas individuais e isoladas que já chamavam a atenção do poder público para as necessidades de se preservar o patrimônio brasileiro" (DÓCIO, 2014, p.20).

Nesse cunho mais regional, podemos destacar a atuação de Gilberto Freyre[4] (Partido Social Democrático – PSD) em Pernambuco, ao manifestar sua preocupação com as constantes modificações na região, destruindo vestígios das tradições locais. Corroborando sua defesa de valores, Freyre se aproximou de nomes como Luís Cedro[5] (Partido Social Democrático – PSD) e Anníbal Fernandes[6] (Partido Comunista Brasileiro), e juntos formariam um rede de defesa do patrimônio pernambucano. Em consonância com a rede pernambucana, a Bahia, sob liderança do Instituto Geográfico e Histórico local, atuou de forma similar, tendo como principais representantes Wanderley Pinho[7] (Partido Social Democrático – PSD) e José do Prado Valladares[8] (União Democrática Nacional – UDN). Nas principais capitais do país – Rio de Janeiro e São Paulo – podemos ver movimentos semelhantes, assim como Minas Gerais já despertava o interesse de nomes como Mário de Andrade e Gustavo Barroso.

Estaria aí o princípio de uma rede de relações entre Estado e

4 Gilberto Freyre começa uma defesa pela arquitetura tradicional ainda na década de 1920, escrevendo uma série de artigos do Diário de Pernambuco. Empenhou-se na defesa do projeto preservacionista apresentado por Luís Cedro em 1923 e posteriormente na criação da Inspetoria dos Monumentos de Pernambuco, em 1928. Freyre também atuou como colaborador do SPHAN, atuando no 1º distrito, correspondente as regiões norte e nordeste. (RODRIGUEZ, 2012).

5 Luís Cedro atuou como deputado estadual entre 1920 e 1921 e como deputado federal entre 1921 e 1923 ambos pelo Estado de Pernambuco. Formado em direito, Cedro apresenta a Câmara dos Deputados seu projeto de criação de uma Inspetoria dos Monumentos, buscando a criação de um órgão que controlasse as constantes derrubadas de bens coloniais na região. Mesmo não tendo seu projeto aprovado, continuou presente no cenário preservacionista, atuando posteriormente no desenvolvimento da Inspetoria dos Monumentos em 1928. Fonte: Luís Cedro. FGV/CPDOC

6 Anníbal Fernandes era professor, deputado estadual e secretário de justiça. Entre as décadas de 1910 e 1920 começou a utilizar sua posição como colunista no *Diário de Pernambuco* para criticar a crescente arquitetura eclética, defendendo a preservação de um arquitetura caracteristicamente nacional. Na década de 1920, Fernandes se aproxima ainda mais do cenário preservacionista ao defender a criação da Inspetoria dos Monumentos de Pernambuco. (RODRIGUEZ. 2012).

7 José Wanderley de Araújo Pinho era deputado pelo Estado da Bahia. Apresentou dois projetos de inciativa preservacionista, um em 1917 e outro em 1925, ambos não sendo levados adiante. Participou da criação da Inspetoria dos Monumentos da Bahia em 1927, também atuando futuramente como colaborador do SPHAN a partir de 1937. (DÓCIO,2014).

8 José do Prado Valladares dirigiu a Pinacoteca e o Museu do Estado da Bahia, além de atuar na Inspetoria dos Monumentos do Estado até o ano de 1959. Valladares era próximo de Rodrigo Melo Franco de Andrade e atuou como colaborador do SPHAN, assim como intermediador entre o órgão e a Inspetoria dos Monumentos. Também atuou como cronista em jornais de Salvador, bastante ligado ao cenário cultural local. (CERÁVOLO, Suely, 2007).

intelectuais, buscando delinear as origens da nação. Tais intelectuais circulariam numa rede que visava a produção de projetos e o desenvolvimento de instituições visando a proteção patrimonial, em muito se baseando na legislação estrangeira, formando uma teia de ações preservacionistas pelo país nas primeiras três décadas do século. As medidas fomentadas nesse princípio preservacionistas teriam seu ponto alto em 1937, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fomentado pelo Decreto Lei nº 25/1937.

As práticas que antecederam a criação do SPHAN são denominadas por Silvana Rubino (1992) como a *proto-história* do SPHAN, termo utilizado por Luís Saia, ainda na década de 1970, para determinar tudo que antecedeu a criação do órgão dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Numa análise sobre o tema, Silvana Rubino (1992) identificou a cristalização de uma narrativa pela própria instituição. Tal narrativa, em suas diferentes variações, defende que as práticas e os projetos de preservação anteriores ao SPHAN eram deficitários e incompletos e que somente após a criação do órgão tais práticas puderam ser realmente consideradas como eficientes e coordenadas (RUBINO, 1992).

Analisando as práticas desenvolvidas nessa proto-história da preservação do patrimônio percebe-se que muitas foram pioneiras e fomentaram a atuação posterior do órgão preservacionista, relativizando essa concepção de insuficiência das propostas anteriores.

A proto-história do SPHAN

O começo do século XX no Brasil foi permeado por iniciativas preservacionistas. A preocupação com o patrimônio nacional, bens culturais e com a história da nação necessitava de suporte legal para que pudesse agir de maneira efetiva (ALMEIDA, 2018, p.35). A preocupação com as tradições regionais, assim como os bens coloniais, tornou-se tema central na agenda de figuras proeminentes no cenário nacional, seja no campo cultural ou político. Em 1917 o deputado baiano José Wanderley Pinho traz o seu primeiro projeto de preservação do patrimônio nacional. Aliado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o deputado propõe a elaboração de um catálogo para registro desses bens. Essa seria a primeira de outras iniciativas que Wanderley Pinho desenvolveria ao longo das décadas seguintes. Essa primeira iniciativa de Pinho ainda era bastante principiante, preocupando-se em registrar esses

bens numa espécie de catálogo, mas não imputando necessariamente em alguma prática de coibição da perda ou venda desse patrimônio, tinha caráter apenas de registro (ALMEIDA, 2018, p.36).

Pouco tempo depois, Alberto Childe, conservador[9] do Museu Nacional, submeteu um projeto de preservação de bens arqueológicos nacionais em 1920, numa vertente distante da preservação patrimonial sugerida por Pinho, que visava bens históricos e artísticos. Esse projeto abriu portas para a preocupação com os registros arqueológicos da nação e pode ter sido a proposta inicial para a criação do futuro Conselho de Fiscalização das Expedições, criado em 1933, que funcionou de forma colaborativa com o Museu Nacional (GRUPIONI, 1998).

Na mesma direção, em 1922, a Semana de Arte Moderna foi tomada como mais um marco do processo de construção de uma identidade nacional para elites brasileiras, naquele caso, a elite paulista. Fabris (2016) mostra a Semana menos como evento e mais como fenômeno midiático que reúne em São Paulo um círculo de intelectuais engajados na construção de representações da nacionalidade e de uma identidade delineada entre a modernidade e a tradição.

Essa rede de expandiria através de projetos e iniciativas de cunho nacionalista, que resultaria numa rede de agentes da preservação. Esse grupo viria a ganhar mais notoriedade alguns anos mais tarde, ao se aliar ao Estado Varguista na centralização de ações culturais. Como reflexo dessa busca pelo nacional, ocorre em 1924 uma excursão de intelectuais a Minas Gerias, contando com nomes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado e Blaise Cendrars. A partir desse momento, Minas Gerais passa a ser vista como "espelho da alma primitiva do Brasil, a fundadora de uma civilização" (TAVARES, 2016, p.34).

Ocupando-se da necessidade de "criação" de uma identidade nacional unificada a partir da ótica paulista (FERREIRA, 2002), esses intelectuais circulavam nas instituições que iam se formando em torno da prática preservacionista. Muitos desses nomes circularam em várias esferas de proteção do patrimônio, até desembocarem no órgão centralizador dessa prática, o SPHAN. Como exemplo temos a atuação de Lucio Costa na Escola Nacional de Belas Artes (1930), Manuel Bandeira no Salão Nacional de Belas Artes (1931), Carlos Drummond de Andrade como chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde (1934) e Mário de Andrade no Departamento

9 Conservador era um cargo técnico administrativo, inspirado no modelo museológico europeu. O conservador atuava na guarda de objetos, no estudo e na difusão do conhecimento histórico.

de Cultura do Município de São Paulo (1935).

Em 1922, na esteira do Centenário da Independência, foi criado o Museu Histórico Nacional, dando início a uma nova tipologia de museus, os que buscam narrar a história da nação. O MHN, ficou sob a direção de Gustavo Barroso (1922-1930 e 1932-1959) que realizou, dentro da instituição, diversas iniciativas preservacionistas voltadas para narrativas memoriais dos grandes feitos e a eleição de heróis nacionais. Segundo Mário Chagas:

> Voltada para o passado monumental, heroico e grandiloquente-lançava uma ponte na direção do século XIX e concebia a história nacional como a história dos grupos dominantes e vitoriosos, cabendo ao museu que dirigia, um uma perspectiva classificatória e evolucionista, o papel de preservar as relíquias históricas desse passado de glória (CHAGAS, 2009, p. 202).

Ainda naquela década, em 1923, já alimentado pelas ideias modernistas, Luís Cedro, deputado pernambucano, decide apresentar um projeto de lei visando a preservação de bens históricos nacionais. Interessando em bens históricos e artísticos, seu projeto tinha bases iniciais, mas já demonstrava as ideias preservacionistas que dominariam o cenário cultural pouco mais de uma década depois. Apesar de sua proposta não ter sido levada a frente, Cedro teve participação ativa nas causas preservacionistas de seu estado, Pernambuco. Na década de 1920 atuou fortemente no IHGB e, junto com intelectuais da região como Anníbal Fernandez e Gilberto Freyre, desenvolveu outra iniciativa, de cunho legal, que vingaria no cenário nacional, a Inspetoria Estadual dos Monumentos de Pernambuco, em 1928.

As ideias preservacionistas também caminhariam em outra vertente, além da preservação de monumentos arquitetônicos considerados históricos, tratando da preservação dos bens móveis, objetos de valor histórico, artístico e cultural que porventura viriam a se perder, seja por descaso, pela venda ou pela perda. Em 1924, o poeta Augusto de Lima decide apresentar um projeto à Câmara de Minas Gerais coibindo a venda ou a saída de bens nacionais para o exterior. Assim como as iniciativas anteriores, havia uma preocupação em resguardar o nacional, criando uma rede de proteção aos registros históricos da nação, porém, foi malfadada como as iniciativas que o precederam. Segundo Fonseca (2005) um dos principais empecilhos para a não efetivação dessas propostas era a própria constituição de 1891. A carta legislativa da recém instaurada república não abordava, em nenhum de seus parágrafos, a

questão da preservação dos bens nacionais, muito menos imputava punições a possíveis perdas, danos, destruições ou venda do mesmo. Além disso, havia a clara defesa sob a propriedade privada.

Mesmo com o impedimento de cunho legal, as iniciativas preservacionistas não foram completamente coibidas. Numa prática cada vez mais voltada para o local, surgem propostas estaduais para a preservação de bens regionais. É o caso do projeto proposto em 1925 pelo governador de Minas Gerais, Mello Viana, que propõe a criação de uma comissão estadual que mapeasse e protegesse os bens mineiros, em especial as antigas igrejas coloniais, destacando ali o valor do barroco local. As iniciativas com foco em Minas Gerais não eram novas, já que a região se tornou principal foco de atenção de intelectuais preservacionistas. As diferentes vertentes do modernismo tinham como direção a preservação dos bens locais, atribuindo valor de raridade, nacionalidade e exclusividade ao barroco mineiro. Sendo assim, ainda na década de 1920, Minas Gerais já havia se tornado palco de práticas preservacionistas, dentre as quais podemos destacar a atuação de Gustavo Barroso, que em parceria com o arquiteto Epaminondas de Macedo, atuaram na preservação de bens imóveis em Ouro Preto, especialmente igrejas e chafarizes (TAVARES, 2016).

A iniciativa mineira não tinha efetividade legal, mas foi frutífera em sua proposta preservacionista, dando base para a criação, em 1927, da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais da Bahia, seguida em 1928 pela Inspetoria dos Monumentos Nacionais de Pernambuco. Tais iniciativas, por mais que não incentivadas pela constituição de 1891, trouxeram à tona a preocupação com os bens nacionais e a criação de uma rede de agentes atuantes nessa causa.

O papel das Inspetorias dos Monumentos merece destaque não só por seu pioneirismo, mas por sua atuação no cenário local. Envolvida com a "causa do patrimônio" essas agências atuaram em parceria com outras instituições, sejam museus ou o próprio IHGB na preservação de uma memória, em princípio regional. Em destaque na atuação dessas instituições temos a participação de José Wanderley Pinho e José do Prado Valladares na Bahia, assim como Gilberto Freyre, Luís Cedro e Anníbal Fernandes em Pernambuco. É importante destacar que esses intelectuais atuariam no SPHAN como colaboradores do órgão, nos anos seguintes.

Em 1930 José Wanderley Pinho, deputado recém reeleito em Pernambuco apresenta um novo projeto à Câmara dos Deputados, novamente abordando a questão preservacionista no país. De cunho muito mais avançado e detalhado que seu primeiro projeto, quase quinze anos antes, essa nova proposta levantava questões como desapropriação de bens e a questão do

entorno do bem preservado. Segundo Sant'Anna (1995) era uma concepção mais avançada para época, que só ganharia efetiva visibilidade e projeção a partir da década de 1960.

Segundo Cabral (2019) o projeto de Pinho previa a criação de relatórios anuais de trabalhos e a apresentação de um catálogo do patrimônio na Bahia, o que se assemelharia ao futuro Livro do Tombo, efetivado pelas práticas do SPHAN em 1937. O projeto de Pinho possuía semelhanças com os projetos estrangeiros, de países como França e Portugal. Pinho, assim como Gilberto Freyre em Pernambuco, teria se inspirado na obra de Ramalho Ortigão – O culto da arte em Portugal[10] – como base de suas defesas patrimoniais (CABRAL, 2019, p.18).

O projeto de Pinho não obteve sucesso devido a dissolução do Congresso Nacional em 1930 que deu fim à República Velha (1889-1930) sustentado pelo Decreto nº 19.398 de 11 de novembro, mas seu projeto apresentou diversos pontos compatíveis com o futuro Decreto lei nº 25/1937, que viria a regulamentar a atuação do SPHAN, como será apresentado a diante.

As Inspetorias do Monumento

Sobre as primeiras iniciativas preservacionistas do século XX, podemos destacar a atuação da Inspetoria Estadual dos Monumentos da Bahia, criada em 1927. Segundo Dócio (2014) a criação dessa Inspetoria vinha aliada ao desejo de criar uma memória coletiva no âmbito nacional, mas que colocasse a Bahia em lugar de evidência, num prestígio que vinha se perdendo ao longo da República. Vinculada ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, a Inspetoria herdou algumas de suas principais características. Conhecido como um "reduto da elite intelectual e política" (DÓCIO, 2014, p.11), o IGHB produziu as primeiras iniciativas preservacionistas em âmbito estadual. Foi dentro do escopo desse instituto que o deputado José Wanderley

10 A obra de Ramalho Ortigão causou forte impacto em Portugal no final do século XIX ao realizar um panorama sobre a situação de grande parte dos monumentos portugueses. O autor faz um alerta, a sociedade e ao Estado sobre o abandono e consequente destruição dos monumentos portugueses, ressaltando a necessidade de criação de iniciativas que coibissem a perda definitiva desse patrimônio. Escrita em 1896, considerava extremamente relevante ao campo patrimonial, a obra foi publicada no Brasil em 1900, servindo como fonte de inspiração aos intelectuais do começo do século XX. ALVES, Alice Nogueira. "Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX". Universidade de Lisboa. 2009.

de Araújo Pinho sugeriu, em 1917, o projeto de lei visando a criação catálogo de monumentos, que preservasse os bens nacionais.

Segundo Vanessa Dócio, o IGHB trabalharia com "pressupostos historicistas que buscavam associar as ideias de povo e nação numa mesma identidade coletiva" (DÓCIO, p. 17). Tanto o IGHB quando a Inspetoria dos Monumentos funcionara em grande parte através de relações familiares, de amizade e interesses políticos. Ou seja, a busca por uma história modelo. O próprio IGHB já contava com a participação de certos intelectuais de destaque local, que receberiam mais visibilidade após a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos. Esse seria o caso de José Antônio do Prado Valladares, nome de forte presença na Inspetoria Estadual dos Monumentos também atuou como diretor do Museu de Arte da Bahia entre 1939 a 1959, e como diretor da Pinacoteca do Estado da Bahia, no período em que também se aproximou das práticas do SPHAN, servindo-lhe como colaborador regional em 1947. Valladares trocou constantes correspondências com Rodrigo M. F. de Andrade, tornando-se muito próximo do diretor do SPHAN (CERAVOLO, 2007).

A prévia atuação de Valladares nessas instituições garantiu que seu nome estivesse nos círculos de colaboradores do SPHAN, onde atuaria a partir de 1947, tornando-se um elo entre as práticas do Serviço com a Inspetoria dos Monumentos. A atuação de Valladares tipifica a circulação de intelectuais em instituições preservacionistas, entre instituições museológicas, associações de intelectuais e órgãos federais.

Outro ponto de aproximação entre a Inspetoria dos Monumentos e o SPHAN seria a construção de uma memória elitista, moderna e civilizada, de preferência uma memória vinculada a colonização europeia, em prejuízo da memória de outros grupos e comunidades. As concepções elitistas do SPHAN no que concerne a preservação de bens patrimoniais podem ser observadas nas narrativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre Minas Gerais:

> Minas Gerais era lusitana: a mão de obra escrava não imprimiu a sua arquitetura os sinais de sua origem africana ou ameríndia, e a grande influência foi de elemento reinol, via seus mestres de ofício. (ANDRADE, 1987, p.74).

Dentro da Inspetoria Estadual da Bahia desenvolveu-se o conceito de monumento, especificando-se o conceito de monumento histórico. Foi a partir de então que se desenvolveu uma aproximação entre patrimônio

material e conceitos como memória e identidade. Seguindo um modelo que já se iniciava no começo do século XX, a Inspetoria dos Monumentos se interessou de forma particular na preservação do barroco baiano, o que mais tarde se refletiria no interesse do SPHAN por identidades regionais da arte e arquitetura coloniais, com ênfase ao barroco mineiro. Assim como atuação posterior do SPHAN, a Inspetoria selecionou bens de elite relacionados em especial a Igreja Católica e ao ciclo do açúcar e diamante. A busca por representar uma história dos tempos áureos, sempre voltada a grandes fatos e eventos históricos. Com o surgimento do SPHAN em 1937 a Inspetoria perde espaço no cenário local, dividindo sua atuação com o órgão recém-criado. Segundo Dócio (2014) Valladares buscou uma aproximação entre os órgão, tentando manter o prestígio da Inspetoria, entrando numa espécie de "acordo" entre as partes. A Inspetoria ficaria responsável pelos bens móveis, enquanto o SPHAN teria foco nos bens arquitetônicos. É importante ressaltar que após a criação do SPHAN a Inspetoria dos Monumentos da Bahia tentou se encaixar nas práticas e políticas preservacionistas ditadas pelo órgão federal. Cabe destacar a atuação de José Valladares como interlocutor das duas agências preservacionistas.

Na mesma vertente preservacionista que ocorria na Bahia foi inaugurada em 1928 a Inspetoria Estadual dos Monumentos de Pernambuco. Defendida e planejada por dois intelectuais proeminentes no cenário pernambucano, Anníbal Gonçalves Fernandes e Gilberto Freyre. A Inspetoria foi resultado de longos anos de disputa pela defesa do patrimônio pernambucano. De acordo com Rodriguez (2012) tanto Anníbal Fernandes quanto Gilberto Freyre utilizaram os jornais locais, em especial o Diário de Pernambuco como plataforma de defesa de suas teses de valorização do regional e a luta contra o apagamento do que consideravam como um Pernambuco antigo. Pernambuco, assim como a Bahia, enfrentava um constante processo de remodelação urbana, cuja visão de progresso era conflitante com a permanência de estruturas e edificações antigas. A demolição de igrejas e edifícios coloniais tornou-se constante, originando um movimento de salvação desses monumentos, num processo que José Reginaldo Gonçalves (1996) denominou como "retórica da perda".

Apesar de diferenças conceituais, Anníbal Fernandes era um entusiasta do movimento modernista e acreditava na noção de progresso, enquanto Gilberto Freyre tinha uma visão mais regionalista e de valorização do passado (Rodriguez, 2012), ambos tinham como propósito comum a preservação dos bens tradicionais pernambucanos, que demonstrassem sua ancestralidade e importância no Brasil colonial. Freyre também era bastante próximo do deputado Luís Cedro, apoiando enfaticamente seu projeto de

criação de uma Inspetoria dos Monumentos, ainda em 1923. É importante destacar que Freyre, mais tarde, viria a contribuir com o SPHAN ocupando o cargo de colaborador, mesmo com suas visões iniciais voltadas ao regionalismo e proeminência local.

> Gilberto Freyre e alguns outros intelectuais se colocaram contra as ideias modernistas, defendendo a preservação dos valores tradicionais e apontando a necessidade de se valorizar cada uma das realidades locais. Estava iniciada a disputa entre os passadistas e os futuristas. (RODRIGUEZ, 2012, p. 59).

Dentro dessa visão regionalista ainda podia se contar com a presença de Manuel Bandeira, poeta modernista, que atuou dos movimentos de defesa e preservação de Pernambuco, participando da publicação do *Livro do Nordeste* e escrevendo o poema "Evocação do Recife". A luta desses intelectuais, considerados passadistas, era contra a perda de características particulares da região frente a um suposto projeto de europeização do Brasil. Manuel Bandeira também viria a atuar como colaborador do SPHAN.

Na década de 1930, o cenário político nacional sofreria uma nova mudança que traria impactos ao cenário cultural. A revolução de 1930 deu fim à chamada República Velha e consequentemente, colocaria em pauta a necessidade de criação de uma nova Constituição. As práticas que se iniciariam a partir de então, na chamada Era Vargas (1930-1945) seriam extremamente profícuas aos ideias preservacionistas, delineadas nas primeiras décadas do século. Como principal marco dessa nova perspectiva podemos citar o Decreto nº 22.928 de 1933 que eleva a cidade de Ouro Preto a patrimônio nacional. A região, que já atraia atenção de intelectuais desde o começo do século XX agora possuía uma política efetiva de preservação.

Sob a influências das Inspetorias vigentes desde o final da década de 1920 é desenvolvido em 1934 um projeto que culminaria no Decreto nº 24.735 instaurando-se a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, sobre a coordenação de Gustavo Barroso e do Museu Histórico Nacional. O objetivo dessa Inspetoria era claro - organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico do país. Tal Inspetoria seria fundamentada pela própria constituição de 1934 que, ao contrário de sua antecessora, trazia um capítulo inteiro dedicado a preservação cultural do país. Além do respaldo constitucional, o código penal de 1940 dispõe sobre sanções relacionadas ao não cumprimento das medidas de proteção do patrimônio nacional. Apesar de uma proposta

inovadora de centralização da preservação patrimonial nacional, a Inspetoria dos Monumentos teve vida curta. Sua vigência termina em 1937 com a criação do SPHAN, e tirou do MHN a centralização das práticas de preservação.

Sobre a Inspetoria Nacional dos Monumentos, Chagas diz:

> A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista que tinha em Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus representantes mais destacados. (CHAGAS, 2005, p. 128).

A criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais foi um passo decisivo para a centralização das práticas preservacionistas no Brasil e daria base ao desenvolvimento de uma legislação própria ao patrimônio, como do decreto Lei nº25/1937 assim como a criação do próprio SPHAN. Mesmo após criação da Inspetoria Nacional, as Inspetorias Estaduais ainda permaneciam em funcionamento.

Decreto- lei nº25/1937 e o reflexo da "proto-história" do SPHAN

Percebe-se que a ideia de que a proto-história do SPHAN foi constituída por inciativas frustradas não é necessariamente verdadeira. Por mais que as propostas tenham esbarrado em impedimentos políticos e legais, elas abriram um caminho para o debate das ideias preservacionistas no país, além de reunirem em torno da causa do patrimônio uma rede de intelectuais e defensores de uma ideia de nacionalidade. O reflexo dessas primeiras propostas pode ser visto no Decreto-lei nº25/1937, que efetivamente amparou o patrimônio nacional, servindo como suporte a atuação do SPHAN.

Vale comparar que as propostas da chamada proto-história do SPHAN tiveram impacto direto na criação do órgão, e embasaram de forma pontual o desenvolvimento do decreto lei nº 25/1937. Podemos analisar que alguns dos pontos do decreto tiveram como inspiração, ou ao menos corroboraram com pontos dos projetos de leis "frustrados" da década de 1920. Podemos

ver exemplo dessa aproximação dos projetos entre a proposta de Luís Cedro em 1923 e o decreto de 1937. A principal característica das duas propostas é a preocupação com a preservação apenas do bem material – móvel ou imóvel - deixando de lado as manifestações imateriais.

No Decreto-Lei 25/1937, logo no primeiro artigo, há a proposta de integração ao patrimônio histórico e artístico nacional, de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público. Em seguida, no artigo 25 do mesmo decreto é declarado que o SPHAN procurará entendimento com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional. Os dois artigos se relacionam ao artigo 04 do Projeto de Lei de Luiz Cedro (1923) por este também tratar da abertura ao proprietário de bens em solicitar a proteção, a partir de requisitos conforme legislação. Essa solicitação faz parte também do interesse público, e não só do interesse do Estado. Além de ser, também, uma dinâmica de cooperação em benefício da proteção ao patrimônio.

Já o art. 17 do Decreto-Lei 25/37 aborda a questão das modificações nos bens tombados. De acordo com o decreto, nenhuma intervenção física deve ser feita no bem tombado sem prévia autorização especial do SPHAN, acarretando penalidades ao proprietário que descumpra tal determinação. Essa medida já podia ser vista no projeto de Cedro, nos artigos 05 e 06, nos quais constam que o bem depois de classificado não poderia sofrer alterações de nenhuma natureza, sem que fossem autorizadas pela inspetoria. É importante destacar que essa medida prevista por Cedro era considerada inconstitucional, visto que, como já abordado, a constituição de 1891 não previa penalidades a alterações de bens privados, não havendo campos específicos a preservação patrimonial.

Logo em seguida, o art. 19 do Decreto-Lei 25/37 determina que, na ausência de recursos do proprietário para atender as necessidades de conservação do bem tombado, o mesmo deverá contatar o SPHAN, que então tomará as providências julgadas necessárias, incluindo nas medidas a desapropriação do bem. Como também, poderá tomar medidas sem que haja, necessariamente, a comunicação do proprietário em relação a providências de conservação. Essa medida se articula diretamente ao art. 07 do Projeto de Lei de Cedro (1923), que também discute sobre a insuficiência de recursos do proprietário para suprir as necessidades de conservação, sugerindo que o Governo Federal providenciasse por empréstimos a desapropriação, a juízo da inspetoria, novamente esbarrando no direito à propriedade privada garantido pela constituição de 1891. Esses pontos de aproximação revelam a similaridade entre o decreto lei nº 25/1937 e as iniciativas que o antecederam,

o que revela que as mesmas não eram insuficientes em suas propostas, apenas não possuíam plena capacidade de execução por esbarrarem na carta magna do país.

Na mesma medida preservacionista do projeto de Luís Cedro (1923) está a proposta do deputado Wanderley Pinho em 1930. O Projeto de Pinho, considerado inovador e pioneiro por muitos, inclusive pelo próprio diretor do SPHAN, que classificou a proposta como "esclarecida" e como um "conceito de patrimônio mais alargado" (ANDRADE, 1987), teve clara importância nos fundamentos que nortearam o desenvolvimento do decreto lei nº 25/1937. Destaca-se que Pinho, tinha papel central na atuação da Inspetoria da Bahia, e inspirou-se de forma enfática nas propostas e leis vigentes em países como Portugal e Espanha.

Rubino (1992) destaca a incorporação no projeto de Wanderley Pinho de edificações em conjuntos e sítios de "reconhecida e peculiar beleza", ressaltando que essa teria sido a primeira vez que um projeto de lei contemplava uma noção de entorno. Esse conceito só viria a ganhar maior relevância entre as décadas de 1960 e 1980, com a noção de conjuntos urbanos tombados e preservação do entorno e não só do edifício.

O art. 06 do Projeto de Lei de Wanderley Pinho (1930) discorre sobre a questão entre proprietário e o bem protegido. Segundo o deputado baiano, o proprietário de um bem protegido poderia recorrer ao Conselho Deliberativo e Consultivo de Defesa ao Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, ao processo de tombamento, justificando que o bem não teria interesse histórico, artístico ou beleza que motivasse a proteção legal. Tal preocupação também se faz presente no decreto lei nº 25/37 onde o proprietário tem o direito de recorrer, agora ao Conselho Consultivo do SPHAN, no caso de uma inscrição considerada prejudicial ou inadequada. No entanto, o decreto lei nº 25/37 traz uma abordagem um pouco mais enfática, sugerindo o tombamento compulsório, sem recurso ao proprietário, caso assim seja deliberado pelo órgão. Ressalta-se que o projeto de Pinho (1930) não poderia sugerir tal medida, ao passo que o direito à propriedade privada, garantido pela constituição de 1891 era superior a qualquer bem social do imóvel, noção essa que só seria colocada em pauta com a constituição de 1934.

Abordando questões além da preservação arquitetônica, Pinho tratou nos artigos 08 e 23 do seu Projeto de Lei sobre a questão da venda de bens catalogados, afirmando ser necessária a notificação junto a Inspetoria e às repartições estaduais para que seja decidido o direito de preferência para aquisição, em preço e condições equivalentes. Sugere ainda a aplicação de penalidades aqueles que descumpram a ordem e vendam, sem prévio aviso a Inspetoria, obras de arte nacionais. Esse mesmo tema pode ser visto no

art. 22 do Decreto-Lei nº 25/37 que direciona a preferência a União, aos Estados e aos Municípios e, caso o respeito a preferência não fosse efetivado, a alienação não era permitida, assim como não será autorizada judicialmente.

Outro ponto abordado por Pinho (1930) seria a necessidade de desenvolvimento de museus para salvaguardar os bens artísticos e históricos. É importante salientar que as Inspetorias, tanto da Bahia quanto de Pernambuco, tiveram sua concepção atrelada a formação de um museu de artes. O art. 09 do Projeto de Pinho sugere que a inspetoria e as repartições estaduais motivassem a fundação e a manutenção de museus locais para recolhimento de bens catalogados adquiridos por modalidades legais. No art. 24 do Decreto-Lei 25/37 também aparece o estímulo a criação de museus "tanto quanto fossem necessários" para conservação e exposição de bens tombados.

O projeto de criação de museus locais, como descrito por Wanderley Pinho, ganha notoriedade nas práticas do SPHAN, denominados como Museus Regionais. É valido pontuar que a sugestão pela criação de museus regionais também aparece no anteprojeto de Mário de Andrade, em 1936, com a denominação de museus municipais.

Sobre a manutenção do bem protegido, Pinho ressalta no art. 12 e 14 de seu projeto que nenhuma alteração poderá ser feita no bem catalogado sem autorização da Inspetoria ou por intermédio das repartições estaduais, e que, caso autorização seja feita, a intervenção seria fiscalizada. Essa preocupação já tinha aparecido no projeto de Luís Cedro em 1923 e surgiria novamente no decreto lei nº 25/37, no art.17 que solicita a autorização especial junto ao SPHAN para quaisquer intenções de alteração do bem tombado. As semelhanças também se dão com relação a conservação do bem. No art. 13 do projeto de Pinho, assim como no art. 19 do Decreto-Lei nº 25/37, destaca-se que, uma vez que se verifique uma emergência na conservação do bem tombado ou bem catalogado a Inspetoria ou o SPHAN, no caso do decreto, poderá "deliberar" sobre as medidas necessárias para manter a integridade do bem, independente da comunicação com o proprietário.

A aproximação entre os dois projetos também se dá em relação a venda, ou exportação, de bens nacionais protegidos. No art. 15 do Projeto, bem como os arts. 14 e 15 do Decreto-Lei, a exportação de bens catalogados ou tombados é proibida salvo se tiver prévia autorização da Inspetoria ou repartições estaduais, se a legislação for desrespeitada há implicações de penalidades. No caso do Decreto-Lei nº 25/37, o bem só poderá sair do país, além da autorização junto ao Conselho Consultivo do SPHAN, por um curto período, sem transferência para domínio e para fins de intercâmbio cultural.

O projeto de Wanderley Pinho (1930) também previa a inspeção,

ou a manutenção do bem preservado. Segundo o deputado, seria necessário a criação de um catálogo com as obras de arte e antiguidades nacionais, a fim de prevenir a perda ou extravio da mesma, catálogo esse que seria inspecionado periodicamente pela Inspetoria ou por repartições interessadas. Também previa o registro de negociantes de obras de arte, para controle dos bens comercializados. Essa proposta, sugerida nos artigos 16,17 e 18 de seu projeto, foi refletida nos artigos 26 e 27 do decreto lei nº 25/37 que apresenta determinações semelhantes, incumbindo ao SPHAN a criação desse registro, revisado semestralmente.

Por fim, o art. 22 do projeto de Wanderley Pinho, bem como o que consta no Decreto-Lei nº 25/1937, cria o Conselho Deliberativo e Consultivo em defesa do SPHAN, e atribui funções a este. As funções dos conselhos são, basicamente, semelhantes. No caso do Decreto-Lei nº 25/1937 há a abrangência do tombamento voluntário e compulsório cuja decisão de integração ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aprovação de impugnação será a juízo do conselho.

É perceptível as similaridades do projeto de Wanderley Pinho, apresentado na Câmara dos Deputados no ano de 1930 e o decreto-lei nº25/1937, que fundaria as bases de atuação do SPHAN. No entanto, Pinho, como opositor de Getúlio Vargas, não recebeu reconhecimento sobre a importância de seu projeto, nem nas similaridades ali presentes. Segundo Cabral (2019) sua presença, ao menos como base ao decreto foi preterida a memória do anteprojeto de Mário de Andrade. Pinho ainda colaborou com a elaboração de um artigo na revista do SPHAN, assinando apenas como "W.P.".

Ainda que sucinta, a comparação entre as propostas de Luís Cedro (1923) e Wanderley Pinho (1930) corroboram a importância dos projetos de leis anteriores no desenvolvimento do Decreto lei nº25/1937. Em especial esses dois projetos estiveram ligados a criação das duas primeiras inspetorias do patrimônio, em Pernambuco e na Bahia e embasaram uma visão mais ampla e detalhada sobre a preservação patrimonial no Brasil. Tal análise ressalta que a "proto-história" não deve ser associada a incipiência de projetos, mas a formação de bases jurídicas que passaram por um refinamento até se consolidar institucionalmente através do SPHAN.

Não obstante da clara influência nos projetos anteriores, uma proposta específica ganhou destaque no cenário político e cultural, tornando-se o signo de criação do SPHAN: o anteprojeto de Mário de Andrade. Em 1936, a convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade desenvolve um anteprojeto de criação de uma instituição preservacionista, denominada por ele como SPAN- Serviço do Patrimônio

Artístico Nacional.

O anteprojeto de Mário de Andrade (1936) é, possivelmente, o mais citado pela literatura como a base para a criação do SPHAN. Andrade produziu o anteprojeto para o serviço denominado por ele como SPAN – sem o histórico, e que deveria tutelar não só o patrimônio nacional material, mas toda manifestação cultural imaterial. O anteprojeto, também, se posicionou a respeito da criação de museus para a salvaguarda do patrimônio, sugerindo o desenvolvimento de museus municipais. Apesar de não ter sido oficialmente implementado na criação do SPHAN, o anteprojeto de Mário de Andrade contribuiu com alguns de seus princípios. Dentre as colaborações mais relevantes do projeto andradiano podemos reconhecer a proposta de criação dos chamados livros do tombo. Em seu anteprojeto Mário de Andrade sugere a criação de quatro livros do tombo para a inscrição de bens que integrarão o Serviço Patrimônio Artístico Nacional - SPAN, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas-Artes, Livro de Tombo das Artes Aplicadas, podendo, cada um, ter mais de um volume. No decreto-Lei nº 25/1937 essa mesma medida é aplicada com a mesma finalidade, integrando o patrimônio tutelado pelo SPHAN.

No que concerne aos museus, os dois projetos alinharam-se na concepção de museu como conservador e expositor do patrimônio. No entanto suas competências se deram de modos diferentes. Mário de Andrade tinha uma visão mais avançada e pluralista do que deveria ser guardado num museu, abordando em especial questões como cultura popular e folclore. Miceli (1987) refere-se ao anteprojeto marioandradiano como uma proposta de "ampla generosidade etnográfica, que não se encaixava nas circunstâncias do momento, ao passo que o barroco se firmou como pedra de toque da política preservacionista" (MICELI, 1987, p.44).

Já o decreto lei nº 25/1937 tratou desse tema em apenas um artigo, nº 24, em que prevê a criação de museus "a medida em que forem necessários". Segundo Costa, "a ação de criar essas instituições era uma responsabilidade inteiramente nova, que não se enquadrava em seus objetivos [do SPHAN] primeiros de seleção, documentação, defesa, conservação e restauro de bens arquitetônicos e do que lhes integrava" (COSTA, 2002, p. 87). Nesse mesmo sentido, Letícia Julião afirma:

> Em detrimento do pluralismo cultural contemplado no anteprojeto de 1936, o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da

> cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais. (JULIÃO, 2006, p. 24).

Outro ponto de aproximação entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto lei nº 25/1937 seria a criação de conselhos consultivos. O conselho Consultivo do SPAN de Andrade apoiaria a Diretoria, constituída de membros fixos e móveis. Já ao Conselho Consultivo do SPHAN, constituído também de membros externos, seria atribuído, as avaliações e decisões de tombamento sendo formado por um grupo de conselheiros do próprio SPHAN em conjunto com os diretores dos principais museus nacionais. A necessidade de criação de um conselho deliberativo sobre as medidas relacionadas ao patrimônio também estava presente no projeto de Wanderley Pinho, demonstrando que já havia a preocupação em cooptar um grupo de agentes capazes de determinar ações em prol do patrimônio nacional. Claramente, Mário de Andrade também aborda a questão das intervenções estéticas no patrimônio histórico. Segundo ele, qualquer intervenção física no bem tombado deveria passar pela aprovação prévia do SPHAN, mesmo para propriedade privada. Esse mesmo dispositivo pode ser visto nos projetos anteriores de Luís Cedro e Wanderley Pinho.

O Anteprojeto do Mário de Andrade, apresenta um caráter mais conceitual, principalmente no que se refere as definições dos instrumentos legais ligados ao tombamento e a entidades encarregadas do Patrimônio Artístico Nacional. Já o decreto-lei nº 25/1937, possui um caráter declaratório, e apresenta as disposições, finalidades, e efeitos do tombamento, bem como as penalidades em caso do descumprimento da Lei. Contudo, os procedimentos de proteção ao patrimônio dados pelos projetos, são dispostos de maneiras diferentes, a começar pelo reconhecimento de interesses no tombamento. No caso do anteprojeto marioandradiano, o interesse é essencialmente do Estado, cabendo ao próprio diretor do Serviço dirigir a seleção, a organização e a catalogação, e determinar, respaldando em exposições de motivos, a inscrição do bem nos livros-tombos. No Decreto-Lei 25/1937, o tombamento já passa a ser de interesse público, os proprietários particulares podem requerer a proteção legal dos bens que podem ter vinculação aos fatos memoráveis da história do Brasil, sob os valores declarados no Decreto-Lei, por meio dos procedimentos do tombamento voluntario ou do tombamento compulsório. Nos dois casos, o Conselho Consultivo do SPHAN, constituído também por membros externos, avaliará e decidirá sob as causas. Além disso, o SPHAN trabalharia na cooperação de autoridades e pessoas físicas e jurídicas em prol do patrimônio histórico e artístico nacional.

De acordo com Lygia Martins Costa (2002) atrelar os dois projetos não é um ato justificável, pois o Decreto-lei nº 25/1937 se trata de outro projeto, síntese do que é válido nos precedentes, somado à consulta cuidadosa à legislação específica estrangeira. A colocação de Costa é pertinente ao analisarmos a trajetória das políticas de preservação anteriores ao SPHAN e na presença de diversos conceitos já nas propostas de lei da década de 1920. Na mesma vertente que Lygia Martins Costa, Judith Martins (1984) também afirma ter sido o Decreto Lei 25/1937 um projeto novo, explanando que:

> [...] o trabalho de elaboração desse Decreto-Lei foi muito grande, levou muitos meses para **concatenar e resumir, reduzir todos os pareceres e reduzi-los à essência**. É isso. O trabalho foi esse. (Martins, 1984 grifo nosso).

Dessa forma, podemos identificar que a ideia de uma "proto-história" incipiente, carregada de iniciativas frustradas, não condiz com o cenário preservacionista da época. Apesar da suposta originalidade do Decreto lei mº 25/1937 e da efetiva centralização das práticas preservacionistas, o SPHAN absorveu de forma significativa, tópicos das legislações e projetos anteriores. Miceli (1987) afirma que o SPHAN foi um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista e estaria empenhado na construção de uma identidade nacional iluminista no trópico. (MICELI, 1987, p.44).

É possível perceber que essas iniciativas anteriores, da "proto-história" influenciaram diretamente a criação e a forma de atuação do SPHAN fornecendo bases e exemplos de atuação, no caso das Inspetorias, de como se efetivaria a proteção do patrimônio nacional. Ao que Dócio (2014) afirma:

> Será por meio dos textos dos decretos de fundação de inspetorias estaduais que se tem as primeiras definições legais do que seria patrimônio nacional, bem como as medidas a serem implementadas para a sua proteção. (DÓCIO, 2014, p. 22).

Braga (2010) aborda um ponto relevante sobre a trajetória de Rodrigo Melo Franco de Andrade antes de assumir a direção do SPHAN. A autora mostra que Andrade já possuía uma posição de destaque no centro da elite e da intelectualidade brasileira, sendo bem relacionado com figuras

proeminentes em Minas Gerais e São Paulo, em especial. Ressaltando sua atuação como editor do jornal *O Jornal*, Braga (2010) evidencia a busca de Andrade para trazer ao foco do periódico temas mais modernos, em especial escrito por intelectuais modernistas, identificando assim sua aproximação com o grupo. Destaca então a edição de 1928, dedicada a Minas Geras, onde Rodrigo M. F. de Andrade convidou intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa a escreverem.

Isso mostra o princípio de uma relação que ganharia ainda mais destaque após a criação do SPHAN em 1937, mostrando uma aproximação prévia de Andrade com os centros da intelectualidade e com as ideias modernistas. Essa relação de colaboração prévia pode auxiliar na visão de que a atuação inicial do SPHAN teria ocorrido em grande parte na base da "camaradagem", como descrito por Judith Martins[11]. Sua própria indicação ao cargo de chefia do SPHAN ocorreu através de Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

Supõem-se que essa rede de "camaradagem" tenha se originado da proto-história do SPHAN, ao passo que muitos dos agentes preservacionistas da instituição já vinha traçando uma trajetória na área antes da institucionalização do Serviço. Esa rede de camaradagem fundamentou as bases para que o SPHAN se consolidasse como centro preservacionista nacional, espaço que ocupa até os dias atuais.

Considerações finais

Partindo dessa revisão pontual, evidencia-se que as práticas levadas a frente pelo SPHAN em muito se basearam nas iniciativas que o antecederam. Sendo assim, ressalta-se o papel pioneiro dessas propostas, em especial as que culminaram na criação de instituições, como as Inspetorias da Bahia e de Pernambuco. As medidas sugeridas nesses projetos seriam, em grande parte, absorvidas e centralizadas no órgão dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o que relativiza a ideia de incipiência da "proto-história" do órgão.

Ampliando o olhar sobre as propostas do começo do século

11 Judith Martins foi secretária de Rodrigo M. F. de Andrade entre 1936 e 1962 quando substituiu Carlos Drummond de Andrade como Chefe da seção de História e Arquivo, onde ficaria até 1973. Em entrevista ao Projeto Memória do SPHAN/Pró-Memória descreveu que a atuação inicial do SPHAN era feita através de relações de amizade e camaradagem, justamente pelo órgão ainda ser iniciante e não contar com muitas verbas para atuação (THOMPSON, 1984)

XX é possível aferir que tais iniciativas traçaram o princípio de um viés preservacionista, com medidas de efetiva importância, que esbarravam constantemente em impeditivos legais, em especial na Constituição de 1891. Com a promulgação da Constituição de 1934 essas medidas passam a ter respaldo legal para sua efetivação, o que embasa a criação tanto do Decreto-Lei nº 25/1937 quanto do SPHAN.

Destaca-se também a importância desses projetos anteriores na cooptação de intelectuais interessados na "causa do patrimônio" e a formação, desde o começo do século, de uma rede de agente dispostos a atuar como guardiões de uma memória e tradição nacional. Alguns desses nomes, envolvidos nos primeiros projetos e medidas preservacionistas, estariam presentes também na atuação do SPHAN, o que reitera que o surgimento de projetos pontuais no começo do século XX, o oposto de serem propostas pontuais e desconectadas, se fundiram numa teia preservacionistas, em que cada proposta reforçava a necessidade de um centralização política e jurídica no que se relacionava ao patrimônio nacional.

Referências

ALMEIDA, Isabella Maria de Oliveira. *Museu do Ouro – "Um museu pobre quase franciscano"*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2018.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.* Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987

ANTEPROJETO DE MÁRIO DE ANDRADE. DETERMINA A CRIAÇÃO DO SPAN. 1936. In. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural Nacional: uma trajetória. IPHAN, nº 31. Brasília. 1980.

BRAGA, Vanusa Moreira. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2010.

CABRAL, Renata. *A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira.* Anais do Museu Paulista. São Paulo. 2019.

CERÁVOLO, Suely. SANTOS, Daisy Conceição dos. *Apontamentos sobre José Antônio do Prado Valladares – "Um homem de museu"*. Cadernos da CEOM. Ano 20, n.26. Educação Patrimonial. 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. *A IMAGINAÇÃO MUSEAL – Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Coleção Museu Memória e Cidadania. 2009.

DECRETO-LEI Nº 25/1937. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. In. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural Nacional: uma trajetória. IPHAN, nº 31. Brasília. 1980.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927-1967).* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

FABRIS, Annateresa. "1922: A Semana de Arte Moderna: uma revisão crítica". In: CAVALCANTI, A.; OLIVEIRA, E.; COUTO, M; MALTA, M. *Histórias da Arte em Exposições*. Modos de ver e exibir no Brasil. Rio de Janeiro: RioBooks, Faperj, 2016, p.81-95.

FERREIRA, A. C. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).* São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Editora UFRJ/ MinC- Iphan. 2005.

GRUPIONI. Luís Donizete Benzi. *Coleções e Expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil.* São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

JULIÃO, Letícia. In.: __ Apontamentos sobre a história dos museus. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. MinC. IPHAN. Belo Horizonte. 2006.

MICELI. Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio, nº22. 1987.

PROJETO DO DEPUTADO JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHO (1930). *In. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural Nacional: uma trajetória.* IPHAN, nº 31. Brasília. 1980.

PROJETO DO DEPUTADO LUIZ CEDRO (1923). In. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural Nacional: uma trajetória.* IPHAN, nº 31. Brasília. 1980.

RODRIGUEZ, Rodrigo José Cantarelli. *Contra a conspiração*

da ignorância com a maldade. A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte antiga do estado de Pernambuco. UNIRIO. Dissertação de Mestrado. 2012.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1937 – 1968.* Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1991.

TAVARES, Denis. "*É esse conjunto que importa no seu todo": a negociação e conflitos na implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967).* Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

THOMPSON, Analúcia. [Org.] *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC. 2009.

“O AMIGO DO DEMÔNIO”: A GESTÃO SUJEITADA DE MAURO MOTA A GILBERTO FREYRE NO COMANDO DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS (1956-1971)

“The devil’s friend”: the subject management of Mauro Mota to Gilberto Freyre in charge of the Joaquim Nabuco Institute for Social Research (1956-1971)

Tércio de Lima Amaral[1]

RESUMO

O sociólogo Gilberto Freyre foi um importante nome das ciências humanas e sociais no Estado de Pernambuco no século 20. O intelectual, além de autor de livros como o *Casa Grande & Senzala*, publicado nos anos 1930, também teve atuação na gestão de instituições científicas e culturais. No Recife, Freyre exerceu com influência significativa os rumos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), sobretudo quando a instituição era dirigida pelo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), o jornalista e poeta Mauro Mota, entre os anos de 1956 e 1971. Por meio do subordinado, que era o diretor-executivo, Freyre ditou os rumos da instituição, nomeando amigos, familiares e ajustando os novos tempos do instituto ao regime militar (1964-1985), do qual foi um grande defensor e entusiasta. Este artigo tem como objetivo contribuir para a história do instituto, que desempenhou um papel de grande relevância na consolidação das pesquisas sociais no Nordeste do Brasil, debater as relações entre intelectuais e as instituições, além de descortinar como os espaços de ciência eram organizados pela elite pernambucana antes e durante a ditadura militar (1964-1985). No artigo, ao discutir esse cenário de troca de favores, patrimonialismo e subordinação, utilizamos como fontes cartas, portarias instituições, artigos e matérias de jornais.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Mauro Mota; ABL.

1 Tércio de Lima Amaral é Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor da Rede Municipal de Educação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. Email: tercio.amaral@uol.com.br.

ABSTRACT

The sociologist Gilberto Freyre was an important figure in the humanities and social sciences in the state of Pernambuco in the 20th century. Besides being the author of books such as *Casa Grande & Senzala*, published in the 1930s, the intellectual also played a role in the management of scientific and cultural institutions. In Recife, Freyre significantly influenced the direction of the Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), especially when the institution was directed by the immortal member of the Academia Brasileira de Letras (ABL), the journalist and poet Mauro Mota, between 1956 and 1971. Through his subordinate, the executive director, Freyre dictated the institution's course, appointing friends and family and adapting the institute's new era to the military regime (1964-1985), of which he was a great defender and enthusiast. This article aims to contribute to the history of the institute, which played a highly relevant role in consolidating social research in Northeast Brazil, to discuss the relationships between intellectuals and institutions, and to reveal how scientific spaces were organized by the Pernambuco elite before and during the military dictatorship (1964-1985). In discussing this scenario of exchange of favors, patrimonialism, and subordination, we use letters, institutional decrees, articles, and newspaper reports as sources.

Keywords: Gilberto Freyre; Mauro Mota; ABL.

Introdução

> Na vida sempre fui diferente, mas subserviente, jamais!
> Isso não quer dizer que eu deixe de reconhecer no autor de Casa Grande & Senzala um grande escritor.
> Entretanto, individualmente, ele é um homem mau!
> E, ouçam bem os que tiverem ouvidos para escutar, como diz a Bíblia: - Não há gênio mau! (...) O gênio mau não é gênio, - é Demônio!
> Carta de Ascenso Ferreira ao presidente Juscelino Kubitschek em 7 de dezembro de 1956

"Vou danado pro Catete, vou danado pro Catete, com vontade de chegar". A campanha do futuro presidente Juscelino Kubitschek ganhou um reforço e tanto nas ruas: a autoparódia dos versos *Trem de Alagoas*, do poeta Ascenso Ferreira, produzida e recitada pelo próprio em comícios na campanha de 1955. O sucesso das ruas se converteu também em votos, dando a Juscelino a vitória na disputa pelo Palácio do Catete, sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro (BOLAND, 1983). Para compensar o aliado do mundo das letras e ferir à vaidade do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que na campanha apoiou um dos principais adversários, o marechal Juarez Távora, Juscelino Kubitschek resolveu presentear Ascenso com a diretoria executiva do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), no Recife. Em jornais recifenses, Ascenso chegou a declarar que tal cargo lhe serviria exclusivamente para lhe proporcionar um carro oficial e bancar parte de suas despesas, até porque possuía, publicamente, duas mulheres e duas casas para sustentar (MOTA, 1977 [1975]). Com a adversidade instalada, o então editor do *Diário de Pernambuco*, Mauro Mota, amigo do então chefe do Gabinete Civil do presidente da República, o crítico literário Álvaro Lins, e nome favorável a Gilberto Freyre, criador do IJNPS e a quem Ascenso Ferreira se refere como "demônio" em carta a JK, assumiu o comando o instituto em 1956, ficando no cargo até 1971.

Referência e divisor de águas no quesito pesquisa em ciências humanas e sociais na região Nordeste, o Instituto Joaquim Nabuco foi criado pela lei federal nº 770, de 21 de julho de 1949. A mesma lei deu uma dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para a sua criação e início do funcionamento. Devido uma omissão na lei original de sua fundação, em 1953, outra foi criada e deixou claro que o IJN era subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde (posteriormente, Educação e Cultura) e cria a função de diretor. Em 1960, o instituto ganhou autonomia administrativa e financeira. Em 1963, o nome foi oficialmente mudado para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Somente em 1980, na ocasião das comemorações do 80º aniversário do sociólogo Gilberto Freyre, que a instituição passou a ser chamada de Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), nome que adota até os dias atuais. A ideia da criação do instituto partiu de Gilberto Freyre quando cumpria mandato de deputado federal por Pernambuco. Em 1948, ele apresentou o projeto de lei criando o instituto devido às comemorações do centenário do embaixador pernambucano Joaquim Nabuco (FRESTON, 1989). Pela instituição, passaram nomes importantes das ciências humanas e sociais de Pernambuco, boa parte oriundos de famílias tradicionais e do círculo de amizade de seu fundador, a exemplo de Amaro Quintas, Manuel Correia de Andrade, Nilo Pereira, Waldemar Valente e os irmãos Renato e Maximiano Campos, estes últimos tio

e pai, respectivamente, do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em 2014.

Figura 1 - Mauro Mota assina o termo de posse como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1956. Na foto, a presença do amigo Álvaro Lins de braços cruzados como que desprezasse o momento solene.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Desde a cerimônia de posse, realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no dia 5 de abril de 1956, às 16h30, em um gabinete do Ministério da Justiça, Mauro Mota reverenciou o nome do autor de *Casa Grande & Senzala*: "Como todos sabemos, o Instituto Joaquim Nabuco resultou da Lei 770 de 21 de julho de 1949, e essa lei de um projeto do então deputado Gilberto Freyre" (PLANO..., 1956), disse no começo do seu discurso, que ainda contou com as presenças do então ministro da Educação, Clóvis Salgado, e o então chefe da Casa Civil e seu amigo de infância, Álvaro Lins. "Até hoje, embora sem qualquer missão oficial, (Gilberto Freyre é) o principal orientador dos trabalhos de pesquisa diretamente e através de seus livros, conferências, aulas e até de sugestões contidas em artigos de jornal" (PLANO..., 1956, n.p.), prossegue. "Na justificativa do projeto, bem fora do sumário de outras justificativas, o autor deu rumo e a ambiência dos movimentos da instituição" (PLANO..., 1956, n.p.). Mauro Mota, antes de dar sequência ao discurso, que tratava, entre outros pontos, da potencialidade de pesquisas do instituto, reafirmou que leis posteriores ao projeto de lei de Gilberto Freyre jamais contrariaram a fixação inicial de seu fundador para o estudo antropométrico, etnológico, etnográfico, folclórico, sociológico e econômico das comunidades regionais, particularmente dentro das várias zonas rurais do Nordeste.

Em sua gestão no Instituto Joaquim Nabuco, que durou 14 anos, da queda de Ascenso até a nomeação do novo diretor-executivo Fernando Freyre, filho de Gilberto, Mauro foi responsável pela consolidação da instituição e gozou de um prestígio graças a parcerias com organizações, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No livro *Cara e C´oroa*: *uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, ele faz um panorama da gestão. Ao entrar no instituto, Mauro Mota relata que encontrou a instituição apenas com sete servidores – incluindo o motorista e o contínuo (MOTA, 1974, p. 17). Diz que durante seu comando, foram contratados diversos pesquisadores e que a instituição, de fato, saiu do papel. Entre os números, está a realização, entre sua entrada até 1970, de 110 pesquisas, 1159 aulas e conferências, e 83 publicações sobre pesquisas sociais de técnicos da casa (MOTA, 1974, p. 18). O relatório também abordou o crescimento da biblioteca: de 398 livros, em 1958, passou para um acervo de 24.695 mil títulos em 1971 (MOTA, 1974, p. 19). De fato, a escassa bibliografia disponível sobre a história da Fundação Joaquim Nabuco faz uma análise positiva do tempo em que Mauro Mota ocupou a diretoria executiva.

Natural do Recife, Mauro Mota teria nascido no ano de 1908 (MOTTA, 2012), apesar de publicamente ter adotado o ano de 1911[2] como data de nascimento. Essa mudança seria para, supostamente, camuflar sua escolaridade tardia. Fez parte dos estudos iniciais no município de Nazaré da Mata, no interior de Pernambuco, e o secundário no Colégio Salesiano, na capital, onde conheceu o crítico pernambucano nascido em Caruaru, Álvaro Lins. Concluiu os estudos no Ginásio do Recife. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1937, mas direcionou sua carreira ao mundo das letras, em especial a poesia, o jornalismo, a geografia e as ciências sociais. Tinha suas preferências políticas – mais ligadas a grupos de direita – e estéticas: por exemplo, deixou de lado os dois "ts" dos Mottas e o adotou apenas um.

Mauro foi um intelectual de referência na cultura pernambucana, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1980, período analisado neste trabalho. O intelectual tornou-se conhecido por meio do jornalismo, iniciando a carreira como secretário e depois redator-chefe do jornal *Diario da Manhã*, entre 1935 e 1941. Logo em seguida, em 1941, entrou no *Diario de Pernambuco*

2 Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som de Pernambuco (MISPE), em 10 de junho de 1977, Mauro Mota diz que, apesar de ter nascido no Recife, foi registrado em Nazaré da Mata. Apesar disso, quando mandou buscar seu registro em Nazaré da Mata, o documento não foi localizado. Na pesquisa de Roberto Motta, ele aponta a existência de mais de um registro de nascimento (MISPE, 1977).

(DP), onde ocupou cargos de direção e editou um suplemento literário influente na região Nordeste entre os anos de 1947 e 1959, beneficiando com o auge do então maior conglomerado de mídia do Brasil, os *Diários Associados*. Ele também foi diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJPNS), entre os anos de 1956 e 1971, professor catedrático de geografia do Instituto de Educação de Pernambuco, entre 1950 e 1971. Além disso, foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia Pernambucana de Letras e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura (CURRICULUM..., 1984). Mauro Mota faleceu em Recife, em 22 de novembro de 1984. No período, era diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), cargo que ocupou desde 1972. Do trabalho enquanto geógrafo, cientista social, chama a atenção a submissão ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, a quem deveu fidelidade até o fim da vida, mesmo quando foi prejudicado por manobras articuladas por aquele que foi a sua maior referência intelectual.

Assim como Mauro Mota, Gilberto Freyre nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900. Era filho de Alfredo Freyre, educador, juiz de direito e catedrático de economia política na Faculdade de Direito do Recife, com Francisca de Mello Freyre. Na infância, ele entrou no Colégio Americano Gilreth, no Recife. Conviveu, por exemplo, desde muito cedo com a elite açucareira decante, com suas temporadas no Engenho São Severino do Ramo, de seus parentes. Também como Mauro Mota, iniciou sua vida literária por meio da participação de uma sociedade literária na escola e tornou-se o redator-chefe do jornal impresso do colégio intitulado O Lábaro. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras na escola recifense, depois seguindo para as universidades norte-americanas de Baylor, no Texas, onde concluiu a formação em bacharel em Artes, e de Columbia, em Nova York, onde tornou-se mestre com a tese sobre a vida social no Brasil no século XIX. Em dezembro de 1933, publicou o seu livro mais conhecido, com diversas traduções pelo mundo: Casa Grande & Senzala. Logo em seguida, publicou outros trabalhos importantes, como Sobrados e Mucambos (1936) e Ordem e Progresso (1956). Gilberto Freyre chegou a ser eleito deputado federal por Pernambuco em meados da década de 1940, e tornou-se um intelectual com projeção nacional e internacional, com braços na imprensa e no poder público. Manteve relações próximas como lideranças hoje rechaçadas publicamente, como ditador português Oliveira Salazar. Era esse o peso simbólico com o qual Mauro Mota teve que lidar. De um intelectual – que não mudou de domicílio para o Rio de Janeiro, como a maior parte dos consagrados –, que permaneceu no Recife e ditou os rumos de parte da imprensa e das instituições científicas de Pernambuco (FREYRE, 2006 [1975]).

Presença constante na trajetória de Mauro Mota, o sociólogo Gilberto Freyre foi sua maior referência intelectual. Aliado de primeira ordem, em alguns momentos, crítico ferrenho e até intimidador. Com Gilberto, Mauro Mota criou uma relação de fidelidade, às vezes, não correspondida.

Um favor com cegueira: Patrimonialismo, a sombra freyriana e a consolidação do gestor de instituições em Mauro Mota

Em um bilhete de 13 de março de 1968, Gilberto Freyre pediu a Mauro Mota que contratasse uma de suas protegidas: Maria Cristina Andrade Nascimento. Em uma época na qual o serviço público não dispunha de seleções de caráter ilibado, um simples recado poderia se consolidar em forma de contratação. "Meu caro Mauro", disse Gilberto, "ficarei muito grato pelo que lhe vou propor fazer, com cegueira, a favor da minha protegida Maria Cristina Andrade Nascimento. Bom elemento, trabalha com o melhor senso de dever e merece sua atenção" (FREYRE, 1968, n.p.). A contratação de Maria Cristina foi um dos tantos casos de favorecimento pessoal tanto de Mauro Mota como de Gilberto Freyre no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Pelo menos dois dos filhos de Mauro e outro de Gilberto também fizeram parte do quadro de funcionários da instituição. De Mauro, Roberto Motta e Luciana Motta. De Freyre, Fernando Mello Freyre, que administrou o IJNPS, também com o novo nome, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj, entre os anos de 1971 e 2003. A construção de Mauro Mota enquanto gestor de órgão público se identifica com a tese clássica do patrimonialismo[3] no Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, onde o público se confunde com o privado.

O sociólogo, jurista e historiador Raymundo Faoro, no clássico "Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro" (1958), defende que a estrutura patrimonialista do estado brasileiro é a principal causa de suas mazelas. Este tipo de estrutura - a confusão entre o público e o privado - foi

3 O historiador Sérgio Buarque de Holanda também trata, em seu livro clássico *Raízes do Brasil*, da questão do patrimonialismo na esfera pública. Segundo ele, devido às suas raízes históricas – a sociedade patriarcal foi determinante nessa formação –, a gestão pública no Brasil obedece a interesses privados e o homem público no país considera que suas funções, na verdade, são direitos pessoais, e acaba se apropriando do patrimônio e/ou das benesses do aparelho de estado. Até a escolha dos gestores públicos, segundo sua tese, estaria baseada em acordos pessoais, e não na questão da capacidade técnica dos indicados (HOLANDA, 1995).

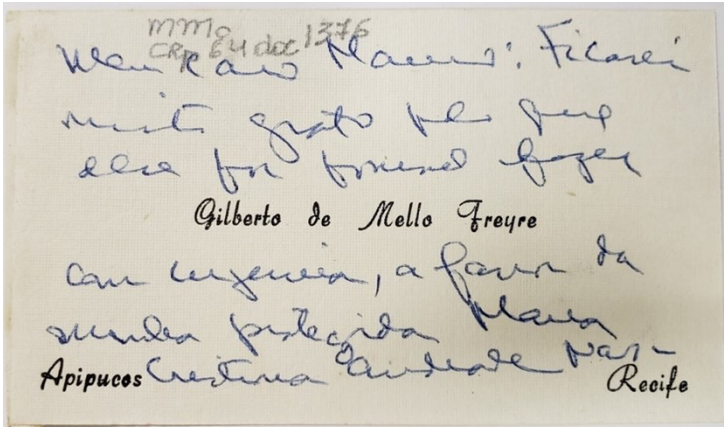
introduzida pelo governo português ainda no período colonial e reforçada com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Esse padrão continuou após a independência, em 1822, e permaneceu consolidado no Império e no atual período republicano. Segundo ele, o estado intervém, planeja e dirige o mais que pode na economia, tendo em vista interesses particulares do grupo que o controla (o estamento). Não há regras do jogo estáveis na economia, pois elas atendem o grupo que está no poder no momento. O segundo aspecto desse patrimonialismo é sociopolítico. Na visão do intelectual, a sociedade brasileira está dividida em classes (CAMPANTE, 2003). Segundo o sociólogo e cientista político Rubens Goyatá Campante,

> O estamento é uma camada organizada e definida politicamente por suas relações com o Estado, e, socialmente, por seu modus vivendi estilizado e exclusivista. Não se confunde com a burocracia: "burocrático" é uma qualificação, não a substância; o cargo burocrático é um veículo para a diferenciação social. E, por último, não é, adverte Faoro, uma "elite", nos termos de Mosca, Pareto ou Michels, pois não é uma camada heterônoma e aberta, surgida da "composição patrício-plebeia" que operou nos países capitalistas a partir do século XIX. Ao contrário, é uma estrutura social autônoma e fechada, típica de um "Estado patrício", em que não há uma circulação de baixo para cima (CAMPANTE, 2003, p. 2).

Dentro da lógica patrimonialista, o estado é centralizador e administrado por uma camada social que o controla. O patrimonialismo é personalista, é representado por figuras ou controlado por elas. Meritocracia, palavra hoje em dia bastante usada, é longínqua a essa realidade. A sociedade patrimonialista é regida pelo poder pessoal. A lógica administrativa do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) era justamente essa: aliada do poder dominante, seja ele no período democrático e reforçado pelo regime militar, a instituição servia ao seu diretor, Mauro Mota, filhos, amigos, e colegas de profissão, como também vivia em virtude da celebração da obra de seu fundador e presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Tanto é que as rotinas pessoais, tanto de Mauro como de Gilberto, confundiam-se com a instituição, até mesmo com relação a gostos, a preferência pessoal por determinados temas e determinados pesquisadores (CAMPANTE, 2003, p. 3).

Figura 1 - Bilhetes demonstravam a força de Gilberto Freyre em Mauro Mota:

o pedido da contratação "com cegueira" para a protegida Maria Cristina Andrade Nascimento.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A sombra freyriana sobre Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi construída em pelo menos duas frentes: uma simbólica, já que Freyre, enquanto deputado federal por Pernambuco foi o responsável pelo projeto de lei que criou a instituição, e outra jurídica. Entre os anos de 1960 e 1987, ano de sua morte, Gilberto Freyre foi presidente do Conselho Diretor da instituição, órgão de caráter consultivo da Diretoria Executiva. O Conselho Diretor foi criado quando o Instituto Joaquim Nabuco, pela Lei de 2 de agosto de 1960, conquistou personalidade jurídica e autonomia administrativa. O conselho seria composto de cinco membros, "'escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação que se dediquem a estudos e pesquisas científicas de natureza social', e por um Diretor-executivo, ao qual o Conselho delegaria poderes" (JUCÁ, 1991, p. 95). O mandato dos conselheiros seria de seis anos. Somente na Portaria nº 310, publicada pelo ministro da Educação, Ney Braga, em 31 de maio de 1974, o Ministério da Educação define as competências do conselho (JUCÁ, 1991, p. 95): entre elas, opinar sobre assuntos de natureza diversa, como os trabalhos científicos da instituição, a aprovação do orçamento anual e a aprovação das contas do diretor-executivo. O conselho teria ainda a competência de apreciar os balanços anuais e os valores patrimoniais do instituto. Foi de Mauro Mota a proposição ao Conselho Diretor, em 13 de dezembro de 1960, que alterou o nome da instituição de Instituto Joaquim Nabuco para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (JUCÁ, 1991).

Em carta a Gilberto Freyre em 19 de agosto de 1960, Mauro Mota explicou a articulação para a autonomia jurídica do instituto e a criação do Conselho Diretor. Ele relatou que, após o parecer favorável do então senador Milton Campos, que conferia personalidade jurídica e autonomia financeira, e administrativa a instituição, o projeto ficou em "hibernação", no jargão político, parado, engavetado no Senado: "Quase inesperadamente, logo suspeitei de outras interferências, obteve aprovação em plenário e foi enviado à sanção presidencial" (MOTA, 1960, n.p.), avalia. Com a iminente sanção presidencial, Mauro se deslocou ao Rio de Janeiro e, em seguida, a Brasília. "Viajei logo para o Rio para os contatos inadiáveis: Abelardo e Aderbal, que se mostraram de extraordinária dedicação, Antiógenes, que me deu ótima carta para o Penido, e com Armando Monteiro Filho" (MOTA, 1960, n.p.), completou. Na sede do poder, Mauro Mota foi recebido pelo então presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, no Palácio da Alvorada – residência oficial – e logo depois ao Palácio do Planalto – gabinete da presidência. A correria na articulação é justificada por prováveis oposições ao instituto, em Brasília. Ao dizer que o presidente assinou o ato de nomeação do Conselho Diretor e deu ordens para ser publicada no dia seguinte, ele confessa que "isso significou eliminar todas as chances de certos pedidos, já armados em alguns setores" (MOTA, 1960, n.p.). Não se sabe quais seriam.

A luta de Mauro, em suas palavras, foi para que não houvesse qualquer "perda de tempo" e para que "continuasse a merecer" a confiança de Gilberto Freyre. A correspondência demonstra o jogo de cartas marcadas nos cargos de confiança da instituição, com os nomes já acertados previamente:

> Durante audiência, referiu-se a você em termos de altíssima simpatia. De acordo com o recorte de jornal que lhe foi enviado, você já sabe como ficou organizado o Conselho: por seis anos, você, já eleito presidente na reunião de instalação, Antiógenes e Delgado; por três, Merval Jurema e Fernando Milanez, atual secretário da Justiça da Paraíba.
>
> Nenhum dos nomes que lembramos inicialmente foi esquecido nas conversações. Entretanto, as circunstâncias impuzeram modificações e sobre elas conversaremos. Apresentarei ao querido mestre e amigo minucioso relatório verbal. A luta foi para que não houvesse qualquer perda de tempo e para que continuasse a merecer a sua confiança.
>
> O Conselho já enviou ao governo a lista tríplice para a nomeação do diretor executivo: fui incluído juntamente com Albino Fernandes e Cláudio Souto.
>
> Agora vamos começar os estudos para o ajustamento do IJN à

> nova situação. Mas é claro que a reestruturação, sobretudo dos cargos científicos, somente será aprovada depois de sua chegada. Os trabalhos do Museu acham-se em fase de acabamento e o Marcos Vinicios em atividade. O seu livro com ilustrações de Bandeira já está em provas.
> Do seu amigo firme, Mauro (MOTA, 1960, n.p.).

Na gestão de Mauro Mota, o instituto ainda não contava com a concorrência de outras instituições científicas, sobretudo nas áreas de sociologia. Órgãos do próprio governo federal ou de governos estaduais atuavam como clientes, bancando pesquisas realizadas pela instituição. De acordo com a pesquisadora Joselice Jucá, diversas pesquisas foram realizadas pela equipe do Departamento de Estatística, nos anos 1960, e foram financiadas pelos governos dos estados de Alagoas e Ceará, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (JUCÁ, 1991). O sociólogo Gilberto Freyre era constantemente informado dessas pesquisas. Nas cartas enviadas de Mauro Mota ao presidente do Conselho Diretor, há informações do andamento dos inquéritos – como eram tratadas as pesquisas no período – e do desempenho dos pesquisadores envolvidos. De certa maneira, Mauro Mota também era os olhos de Gilberto Freyre no instituto. Em uma carta enviada a Freyre em 20 de setembro de 1962, cujo destino é a Embaixada do Brasil, em Lisboa, Mauro Mota diz que estava tudo bem quanto poderia estar na ausência do presidente do Conselho Diretor:

> Meu caro Gilberto:
> Aqui tudo bem. Isto é, quanto pode ir bem na sua ausência. Os cursos, o de Nelson Chaves, e de Waldemar Valente e o que estamos fazendo em colaboração com a Sudene e a Universidade, funcionando regularmente. Já estamos iniciando a pesquisa de Fortaleza: ontem mesmo falei com Parsifal (José Parsifal Barroso, governador do Ceará), na reunião da Sudene, e ele prometeu liberar logo pelo menos metade da verba aqui que foi consignada ao IJN no orçamento do Ceará. A pesquisa no vale do Jaguaribe (equipes do IJN e da Sudene), na fase final de planejamento. Os outros projetos, que você conhece, em fase de acabamento (MOTA, 1962, n.p.).

Outras questões aparentemente desimportantes para o funcionamento de um instituto científico consistiam nas pautas dessas cartas de prestação de contas. Na mesma carta, Mauro Mota relatou que estava instalado na "régia cozinha de azulejo e mármore" do instituto – segundo ele, os visitantes estavam encantados. "Felizmente os azulejos estão muito bem pregados. Agora vamos entrar na fase das janelas. Estou fazendo força para que elas fiquem tão belas quanto aquelas de Talvez Poesia" (MOTA, 1962, n.p.). De fato, o culto às casas grandes pernambucanas e às famílias tradicionais foi uma pauta freyriana que a gestão de Mauro Mota conseguiu implantar no instituto. Entre as missões concluídas estão a restauração e demais dependências do casarão Francisco Ribeiro Pinto Guimarães, que contou com a ajuda de Abelardo Rodrigues e do servidor Aécio de Oliveira. O então delegado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Pernambuco, Airton Costa Carvalho, e o engenheiro Telmo Maciel se envolveram no projeto. No casarão, construído no século XIX, foi onde nasceu o Instituto Joaquim Nabuco, na Av. 17 de Agosto, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, recebendo o nome do seu proprietário. Francisco Ribeiro Pinto Guimarães foi um rico comerciante de açúcar que utilizava o espaço para a compra e exportação do produto.

O historiador João Alberto da Costa Pinto coloca o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais como "feudo institucional" (PINTO, 2009) de Gilberto Freyre. Moldado à sombra de seu criador, a instituição já tinha prestígio internacional em fins da década de 1950. O golpe de 1964 representou uma das faces da consagração internacional de Freyre que, longe das estruturas dominantes de fala, o eixo Rio-São Paulo, imprimia, junto a uma intervenção política, uma "sobrevida ideológica a uma fração importante da classe dominante brasileira no século XX – a burguesia agroindustrial nordestina, que declinava politicamente nos estertores do seu solapamento produtivo" (PINTO, 2009, p. 449). Aliado de primeira ordem, Mauro Mota contribuiu com a manutenção dessa estrutura enquanto foi diretor.

Apesar da grande interferência de Gilberto Freyre, a gestão de Mauro Mota pode ser considerada vitoriosa do ponto de vista político, e não somente quando se refere ao Conselho Diretor. A gestão de Paulo Maciel, anterior à de Mauro, preparou cerca de quatro a cinco projetos de reestruturação do instituto, com a criação de departamentos científicos, cargos e funções. Nenhum deles sequer foi analisado pelo Ministério da Educação e Cultural ou pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): "Com a vinda de Mauro Mota, tornou-se possível uma reestruturação do Nabuco, efetivada através do Decreto nº 50.433, de 10 de abril de 1961 (D. O. U. de 12 de abril de 1961), assinado pelo Presidente Jânio da Silva Quadros" (JUCÁ,

1991, p. 100). Esse decreto é a espinha dorsal do então instituto, sendo responsável pela criação dos departamentos de História Social, Sociologia, Psicologia Social, Antropologia, Economia, Geografia Humana, Estatística e Cartografia, além dos departamentos de Administração, Serviço de Biblioteca e Documentação e o Serviço de Contabilidade (JUCÁ, 1991).

Analisando as correspondências de Mauro Mota a Gilberto Freyre, de posse da Fundação Gilberto Freyre, no Recife, chega-se à conclusão de que a dependência do diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco e da própria instituição também era material, claro que, com elementos de mistura do espaço privado, literalmente, a casa – tema central de Freyre em *Casa Grande & Senzala* –, com o espaço público. Na década de 1960, Mauro Mota, por exemplo, chegou a enviar um ofício à residência de Gilberto Freyre, em Apipucos, pedindo equipamentos de construção emprestados para realizar uma reforma no instituto: "Senhor Diretor, solicito de V.S. ceder por empréstimo, durante alguns dias, duas pás que servirão às obras que estão sendo atualmente executadas neste Instituto" (FUNDAJ, 1962, n.p.). Em outros momentos, o próprio Gilberto foi responsável pela doação de livros (FUNDAJ, 1959) e obras de arte. Freyre doou, por exemplo, objetos da casa que pertenceu ao industrial Delmiro Gouveia, a Vila Anunciada, que se transformou numa unidade do instituto, no bairro de Apipucos. "Tenho a satisfação de agradecer a oferta ao Instituto Joaquim Nabuco do material relacionado no ofício de V.S., ref. CRR nº 1239/60" (FUNDAJ, 1960, n.p.), diz Mauro Mota em ofício, que completa: "Tratando-se de peças da secular Vila Anunciada, que pertenceu a Delmiro Gouveia, muito úteis serão ao Museu deste órgão, ora em face de organização" (FUNDAJ, 1960, n.p.).

Com amplos poderes – simbólicos e jurídicos –, Gilberto Freyre ordenava a contratação de funcionários, sugeria palestras e pesquisas e mantinha o instituto sob seu controle, ao ponto de colocar seu filho, Fernando Mello Freyre, na diretoria-executiva e no comando da instituição com a saída de Mauro Mota, em 1971. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais serviu também como espaço de consagração intelectual do próprio Gilberto Freyre. Por lá, diversas palestras e conferências foram realizadas por ele durante a gestão de Mauro Mota. Ao longo de 14 anos de gestão, Freyre apresentou 19 conferências, fora os livros e debates na instituição em torno de sua obra[4]. Além disso, intelectuais que pesquisavam seus trabalhos e se tornaram especialistas e propagadores deles tiveram no instituto um órgão

4 O sociólogo Gilberto Freyre aparece como maior conferencista do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) durante a gestão de Mauro Mota, entre os anos de 1956 e 1971. Os números estão disponíveis no relatório de gestão de Mauro Mota à frente da instituição (MOTA, 1974, p. 63-109).

financiador. Ligado à Universidade de Brasília, Edson Nery, por exemplo, chegou a pedir a Mauro Mota passagens aéreas da capital federal ao Recife para dar andamento à biografia que estava produzindo sobre Gilberto Freyre. Em uma carta datada de 20 de outubro de 1964, Nery pediu a Mauro: "Gostaria de saber se o Instituto Joaquim Nabuco poderia dar-me passagens aéreas RIO-RECIFE-RIO, a fim de que eu passasse o mês de janeiro no Recife, acabando a biografia de Gilberto Freyre" (NERY, 1964, n.p.). O autor argumenta que tal trabalho só poderia ser realizado na "própria casa" de Gilberto, ou seja, no Recife, pois havia muita coisa que ainda não tinha visto e era preciso estar *in loco* com o biografado.

O próprio diretor contou com a presença de dois de seus filhos nos quadros da instituição. Além de funcionários do instituto, Roberto e Luciana Motta figuraram entre os 12 pesquisadores agraciados com bolsa de estudos e que foram acolhidos pelo instituto. "Em 1963, Roberto Mota, que fez o curso de desenvolvimento nacional no Instituto de Ciências Sociais de Haia, que lhe concedera bolsa de estudos, e onde recebeu o grau de mestre em ciências sociais", diz o próprio Mauro em seu relatório de gestão. "Em 1968, Luciana Cortez Mota, que fez, na Universidade de Gante, Bélgica, entidade concessora da bolsa de estudos, curso de aperfeiçoamento em técnica de pesquisa em história social" (MOTA, 1974, p. 28). A prática patrimonialista, juntada ao ingresso no serviço público, segundo o sociólogo Sérgio Miceli, permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da antiga oligarquia resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação" (MICELI, 2001, p. 200). Ou seja, o que seria a primeira vista uma prática de aparelhamento também era, na verdade, uma forma de usar o aparelho de Estado para sobrevivência.

As práticas patrimonialistas da gestão Mauro Mota também podem ser exemplificadas pelo seu motorista: Luís Severino de Lima, também conhecido como Galego. Contratado pelo Instituto Joaquim Nabuco, ele cumpria dupla jornada na instituição à qual estava vinculado e no "Diario de Pernambuco", jornal em que Mauro Mota era diretor. Além de acompanhar o diretor na instituição de pesquisa, Galego ficava noites adentro esperando o fechamento do jornal, servindo até como porteiro da sala que dava acesso à diretoria do *Diario*. Segundo Waldemar Valente, amigo de Mauro, "Galego era gente de confiança de Mauro. De noite, no *Diario* e de dia no Joaquim Nabuco. Quase não tinha tempo para dormir. Às vezes, de madrugada, quando não tinha disposição para voltar para casa, cochilava nas cadeiras do *Diario*" (VALENTE, 1986, p. 33). A fidelidade de Galego também lhe rendeu benefícios familiares, com o emprego de parentes no instituto, apesar da função simples comparada à infinidade de benefícios e cargos disponíveis

no Instituto Joaquim Nabuco. "João Severino de Lima, irmão do motorista Luís Severino de Lima, mais conhecido por Galego, trabalhava no Instituto como jardineiro" (VALENTE, 1986, p. 124). Entre os anos de 1956 e 1971, Mauro ficou ligado a três ambientes de trabalho, nos quais era funcionário: diretor do Instituto Joaquim Nabuco, editor e posteriormente diretor do *Diario de Pernambuco* e professor do Instituto de Educação de Pernambuco. Essas instituições se misturavam.

Mas o auge e influência sobre essas instituições não permaneceu por um longo período. No caso do Instituto Joaquim Nabuco, a instituição começava a enfrentar um contexto adverso, sobretudo com os pilares de sua gestão ruindo – as fontes de receitas minando com o advento da criação das universidades e seus departamentos de pesquisa nos anos 1970. Ou seja, com a consolidação dessas instituições, sobretudo a Universidade Federal de Pernambuco, houve um aumento da mão de obra especializada de sociólogos e outros profissionais de ciências humanas na região Nordeste, cuja referência até então era o instituto. Nesse período, em outubro de 1970, Mauro Mota encerrou mais mandato na diretoria executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Entre outubro de 1970 e maio de 1971, ele continua à frente da instituição conforme pedido do Conselho Diretor, que enviou ao governo federal a lista tríplice para a escolha da nova gestão. Apesar de ter encabeçado a lista – que continha ainda Waldemar Valente e Ruy João Marques –, deixou a instituto que outrora lhe abria os caminhos para a intelectualidade e as ciências sociais. Aliás, também, claro, ele perde uma fonte de receita que também beneficiou parentes e amigos.

A narrativa institucional, construída por Joselice Jucá, servidora da Fundação Joaquim Nabuco, relata que ele se ausentou da instituição ao aceitar o convite do governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, para assumir o Departamento de Cultura de Pernambuco, onde ingressou em 6 de maio de 1971 (JUCÁ, 1991, p. 118). No entanto, na vida real, ele foi derrotado pela influência do amigo e sociólogo Gilberto Freyre, que colocou na função de diretor-executivo seu filho Fernando Freyre, que era administrador. Fernando permaneceu até o ano de 2003 e a instituição continuou com as mesmas práticas até as mudanças ocasionadas pela gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destituiu o filho de Freyre do comando. Em nenhum momento, até a morte, encontramos registros do próprio Mauro Mota questionando o que, na avaliação de parte de sua família, seria uma traição (FRESTON, 1989, p. 335).

Comemorando a ditadura: As palavras alusivas de Mauro Mota ao Golpe de 1964 e seu alinhamento institucional ao regime militar

Em 31 de março de 1969, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais comemorou mais um aniversário do que chamara de "Revolução". A expressão que soava positiva e dava sentido de mudanças, bem distante da realidade, referia-se ao Golpe de 1964, que iniciou um governo ditatorial no Brasil até o ano de 1985. Para registrar uma data tão especial para a instituição, foram escalados o presidente do Conselho Diretor, o sociólogo Gilberto Freyre, que presidiu a sessão, e o diretor-executivo, o poeta e jornalista Mauro Mota, que compôs a mesa. A conferência na sede, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, ainda contou com a presença do conferencista e servidor Carolino Gonçalves e foi acompanhada pelo corpo técnico e administrativo do centro de pesquisas. As falas dos gestores foram econômicas. Enquanto Gilberto afirmava que o 31 de março de 1964 já tinha se tornado uma data histórica, Mauro Mota apenas teria dito "palavras alusivas" ao acontecimento. Os elogios rasgados ficaram por conta do palestrante: "A revolução trouxe estabilidade para o desenvolvimento social e econômico do país. Já podemos constatar os efeitos positivos da Revolução em todos os campos de atividades, transportes, saúde, educação, habitação, etc.", afirmou Carolino Gonçalves (IJNPS, 1971, p. 193).

Mais do que palavras, a relação do Instituto e de Mauro Mota com o regime militar foi de parceria e cumplicidade. A instituição afastou funcionários no despertar do novo regime, cancelou pesquisas que poderiam criar problemas políticos e gozou do prestígio que os militares, detentores do poder de então poderiam proporcionar. Em um mundo à parte, negando todo um contexto de repressão e violação de liberdades, além de atentados aos direitos humanos, o Instituto destacava, na comemoração do Golpe, que o governo militar (tratado como revolucionário) trouxe um programa pioneiro à vida republicana do Brasil[5]. Também elogiou a reforma universitária empreendida, com o aumento de matrículas e uma hipotética reforma agrária, tema indiferente ao governo ditatorial de então (IJNPS, 1971, p. 193). A boa relação dos gestores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o regime foi imediata, mesmo que a relação com os militares tenha estreitado

5 A repressão política com o Golpe de 1964 foi uma das mais virulentas em Pernambuco, comparando-se a outros estados do país. No estado, durante a consolidação do novo regime e a prisão do governo Miguel Arraes, estimam-se mais de três mil prisões (COELHO, 2004 [2204], p. 199).

já na década de 1950[6]. Assim que o Golpe de 1964 eclodiu, a instituição acentuou a presença e recebeu, diversas vezes, militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército e da Marinha. O ano de 1964 foi emblemático nessa relação que foi construída e teve laços fortes até o fim do regime. Naquele ano, a primeira visita registrada em nossa pesquisa foi de oficiais do contratorpedeiro Benevente, em transito pelo Porto do Recife no mês de abril. Eles foram representados pelos capitão-tenente Beraldino Sarzedos e os tenentes Antônio Sérgio de Cajueiro Costa e Hélio Hermano Almeida de Bustamante. A justificativa da visita foi a coleta de dados para trabalhos sobre Pernambuco e o conhecimento das atividades da casa (INFORMES..., 1964/1965e).

A série de visitas continuou com a presença do general Aurélio Lyra Tavares, então comandante do IV Exército, cuja sede era no Recife, em 5 de abril de 1964. Na ocasião, ele realizou uma conferência no instituto sobre "A pesquisa social e segurança da democracia". O evento foi presidido pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o jurista Murilo Guimarães, e contou com a presença de representantes das Forças Armadas e teve a participação do diretor-executivo, Mauro Mota, que fez a apresentação do conferencista. O discurso do convidado fez alusão ao momento político em que o país estava vivendo, na ótica dos novos donos do poder. "Todos nós observamos que uma das grandes características sociais dos tempos em que vivemos é a ânsia coletiva pelo bem-estar social" (A PESQUISA..., 1964/1965, p. 322), disse Lyra Tavares. O general afirmou que os problemas contemporâneos transcendiam o campo nacional, transferindo-se para esfera internacional, e tratou de ações conjuntas entre povos ligados pelas mesmas concepções de vida e identificados pelo princípio ideológico. A fala era uma alusão ao contexto histórico da época, cuja divisão era representada por países aliados aos Estados Unidos, capitalista, e da União Soviética, de cunho socialista. O general, em parte da conferência, também dá a entender que o país não estaria vivendo uma ditadura.

A relação de Mauro Mota com o novo regime também foi de troca de favores. Em 2 de setembro de 1964, no ano do golpe, ele encaminhou

6 Houve uma aproximação com os militares antes do Golpe de 1964, que estavam presentes, com menos frequência, nas atividades do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Lá, eles participaram de cursos e capacitações. Ainda no fim da década de 1950, Mauro Mota, então diretor executivo, comunicou a Gilberto Freyre, que ainda não era presidente do Conselho Diretor - porque este ainda não havia sido criado –, que dois militares da Escola Superior de Guerra desejavam falar com o sociólogo. O caráter era de urgência: "Caro Gilberto, dois coronéis da Escola Superior de Guerra Hélio Silveira e Antônio Jorge Corrêa desejam falar com você hoje à tarde, pois chegaram ontem e voltam amanhã ao Rio. Peço dizer se pode recebê-los e a que horas. Combinei transmitir à informação ao meio-dia (relógio militar). Um abraço, Mauro. O seu telefone está quebrado?" (MOTA, 1958, n.p.)

uma carta ao então secretário de Imprensa da Presidência da República, José Vamberto, solicitando um encontro do seu irmão, dom João Mota, que era arcebispo da cidade de São Luís, no Maranhão, com o então presidente da República, o marechal Castelo Branco, para tratar de interesses do estado. Mauro Mota revelou que o irmão já tinha uma recomendação de Gilberto Freyre, mas que estava fazendo um reforço com a correspondência. Escreve Mauro Mota: "Apresento-lhe Dom João Mota, que me dá o título de ser seu irmão. Como você sabe ele é o Arcebispo de São Luís" (MOTA, 1964, n.p.), pontua no início. "Antes de ir participar da nova fase do Concílio Ecumênico, quis ir a Brasília para tratar, junto ao presidente Castelo Branco, dos problemas da Universidade (já instalada) do Maranhão" (MOTA, 1964, n.p.). Mauro destacou que já havia outra referência feita por Gilberto Freyre: "Peço assim prestigiá-lo nos trânsitos palacianos. Em troca, você, que é um bom católico, receberá uma bênção episcopal. Os agradecimentos" (MOTA, 1964, n.p.). Os dois lados se beneficiavam pelas relações de poder, que traziam também benefícios à família.

No ano de 1964, o instituto também investiu em pautas como a comemoração de figuras militares. O centenário de nascimento do marechal Cândido Rondon foi celebrado com a conferência do antropólogo Valdemar Valente, amigo de Mauro Mota e pesquisador da instituição. Com o tema "Rondon, exemplo de brasilidade", o evento foi presidido pelo general Lyra Tavares e contou com as presenças do general Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, de Gilberto Freyre e de Mauro Mota. Os chefes de departamento do IJPNS e "numerosas outras pessoas" marcaram presença (CENTENÁRIO..., 1964/1965, p. 323). Ainda no mês de julho, o contra-almirante da Marinha, Hélio Lopes de Sousa, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, acompanhado do capitão-tenente Francisco Sérgio Marinho e do primeiro tenente Hélio Trigueiro Londres Barreto foram recebidos na instituição (CONTRA-ALMIRANTE..., 1964/1965, p. 326). Além disso, o instituto recebeu alunos do curso de Informação da Escola Superior de Guerra. Além da recepção feita por Mauro Mota e Gilberto Freyre, eles contaram com uma programação com uma série de conferências no instituto. As palestras foram realizadas pelo próprio Mauro Mota, seu filho Roberto Motta, o antropólogo Estevão Pinto e o estatístico Carolino Gonçalves (CONFERÊNCIAS, 1964/1965).

O ápice do ritual de aproximação do instituto com os militares no ano de 1964 foi a recepção realizada para receber o então presidente Humberto Castello Branco. Numa demonstração pública de prestígio, o ditador visitou as instalações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais acompanhado de dois ministros, o da Viação, Juarez Távora, e o da

Educação e Cultura, Flávio Lacerda. O boletim institucional, por sua vez, reforçou a intimidade do chefe de estado com o presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Na ocasião, a comitiva também visitou o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também dirigido por Freyre. "Os visitantes, sempre em companhia do antropólogo-sociólogo Gilberto Freyre, percorreram demoradamente essas instituições, manifestando-se bem impressionados" (MINISTROS..., 1964/1965g, p. 264). O *Jornal do Commercio*, do Recife, em texto do jornalista Calazans Fernandes, anunciou que o Instituto, gerido por Mauro Mota, e o centro de pesquisas, dirigido por Freyre, tiveram recomendações expressas pelo presidente da República para que o Ministério da Educação prestigiasse "com recursos esses dois órgãos e busque neles as informações necessárias à formulação de uma política de valorização do homem, no Nordeste" (INTERESSE..., 1964/1965f, p. 264). A imprensa, além de dar destaque a essa aproximação, também lembrou que o então presidente da República chegou a frequentar as instalações da instituição de pesquisa ainda no ano de 1962, quando comandava o IV Exército, em Recife. Na época, ele participou de um curso especial sobre problemas agrários (FUNDAJ, 1964a).

Além do prestígio e dos recursos federais, a gestão de Mauro Mota também teve que se adequar ao novo governo, vestir a camisa de fato. Palavras não eram suficientes, gestos também eram importantes. No ano do Golpe e em 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais teve uma verdadeira "dança das cadeiras". Diversos colaboradores foram desligados por portarias e resoluções. O caso emblemático, já em maio de 1964, é a rescisão de contrato com o pesquisador Heraldo Pessoa Souto Maior pela Resolução de nº 117, de 11 de maio de 1964. Na ocasião, ele desenvolvia um projeto de pesquisa sobre às "Ligas Camponesas", tema sensível ao regime militar. O desligamento do pesquisador foi realizado quase um mês depois do novo governo. Chama a atenção que ele teve que restituir o valor de Cr$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) que teria recebido como adiantamento contratual da pesquisa: "Fica o Diretor-executivo autorizado a rescindir o contrato firmado a 15 de abril de 1963, com o prof. Heraldo Pessoa Souto Maior para a realização do projeto de pesquisa citado, dispensada a cominação contratual" (FUNDAJ, 1964a, n.p.), informa a resolução, assinada por Gilberto Freyre, na Sala de Sessões do Conselho Diretor em 11 de maio de 1964. O discurso da rescisão é pautado na decisão do pesquisador:

> O Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, usando de suas atribuições, e considerando a exposição

> de motivos do Diretor-executivo a respeito do projeto de pesquisa sobre "Ligas Camponesas", do Prof. Heraldo Pessoa Souto Maior e, bem assim, as razões apresentadas pelo autor do trabalho, justificando que, por motivo de força maior, não poderia mais executar aquele projeto (proc. 0604, de 30.04.64), de acordo com o seu plano primitivo (FUNDAJ, 1964a, n.p.).

Um dia depois da resolução que informava a rescisão do contrato com Haroldo Pessoa Souto Maior, em 11 de maio de 1964, o instituto publicou outra resolução, dessa vez anunciando o aproveitamento de servidores temporários e apresentando todo o pessoal técnico e administrativo da instituição, que totalizava, segundo o documento, 111 cargos e funções gratificadas. Segundo a resolução, alguns servidores temporários seriam reaproveitados. Para isso, eles teriam sido admitidos antes do Artigo 23 da Lei nº 4069, de 11 de junho de 1962. As funções da resolução foram divididas em diversos setores: administração e escritório, com 20 cargos; comunicação e transportes, com cinco; educação e cultura, com 19; guarda, conservação e limpeza, com 14; profissional, com 38; quadro de provimento em comissão, com uma vaga, representada pelo diretor-executivo, Mauro Mota; e as funções gratificadas, com 14, designadas pelas chefias de departamento, como os de história social, sociologia e antropologia. A publicação de todas essas vagas também tinha como justificativa o crescimento de projetos da instituição e a concorrência por profissionais qualificados.

A resolução nº 115, de 11 de maio de 1964, apresenta todas as funções do instituto, mas não demonstra quais os profissionais estariam ocupando tais cargos. Era como uma "prestação" de contas da gestão de Mauro Mota com o novo regime. O documento, assinado na Sala de Sessões do Conselho Diretor por Gilberto Freyre, destaca que as ocupações estavam ligadas ao crescente número de programas ligados à execução de projetos, inquéritos, estudos e análise decorrentes das atividades da casa, além de serviços relacionados ao seu funcionamento – infraestrutura administrativa, por exemplo. O destaque é a justificativa para a manutenção de parte do então quadro de funcionários: "Falta de garantias na prestação de serviços eventuais ou temporários, e o mercado de trabalho qualificado, cuja demanda a Sudene valorizou nesta área regional" (FUNDAJ, 1964b, n.p.). Além de Haroldo, outros funcionários também saíram do instituto, hipoteticamente, a pedido. Outros também foram promovidos no ano de 1964, assumindo funções gratificadas, bolsas e autorizados a prestar serviços na instituição.

Um dos beneficiados foi o filho mais velho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto Motta. A resolução nº 119, de 3 de julho de 1964

concede auxílio ao já assistente de pesquisas sociais do instituto, que também já recebia bolsa no Instituto Sociais de Haia[7], nos Países Baixos (FUNDAJ, 1964c). Na justificativa, a resolução informa que Roberto Mauro Cortez Motta se achava, desde janeiro de 1963, realizando um curso de mestrado em Ciências Sociais. Informa, ainda, que as despesas do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o filho do diretor-executivo eram apenas dos seus vencimentos mensais e que, o trabalho, quando concluído, o pesquisador voltaria ao Recife, onde aplicaria seus conhecimentos especializados. A ajuda incluiria um pedido do próprio Roberto nas despesas da viagem de retorno ao Brasil. O pesquisador recebeu um auxílio de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), indexado na categoria de "despesas de qualquer natureza ligadas a Atividades-meio, no setor de atividades educativas e culturais, inclusive auxílio e bolsistas" (FUNDAJ, 1964c, n.p.). A assinatura com a liberação é do jurista Luiz Delgado, então presidente do Conselho Diretor em exercício.

A arrumação no quadro de funcionários continua no ano seguinte, com contratações, reconduções de funcionários, autorização de novos prestadores de serviços e até dispensas. Diversas portarias e resoluções de 1965 tratam do reaproveitamento de funcionários contratados, ou reconduzidos. Em 12 de agosto de 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publica uma nova resolução, desta vez por meio de uma portaria com os funcionários contratados a partir de 9 de agosto até 31 de dezembro. A portaria nº 28 trata de 29 funcionários da casa, desde assistentes de pesquisa, como cargos administrativos e de serviços gerais (FUNDAJ, 1965). Dessa vez, o instituto colocou a função de cada um deles e os respectivos salários. O documento informava a permanência de 14 funcionários, reconduzidos ao longo do ano, que são: Hebe Augusta de Barros Rocha, Graziela Irene Barbosa Bruscky, Helena Simões Duarte e Pedro Alves de Miranda, os quatro como assistentes de pesquisa social; Gleide de Oliveira Guimarães e Maria Isaura Lins de Lima, ambas auxiliares de pesquisa social; Pedro Alves de Miranda, assistente administrativo; Aécio de Oliveira, assistente de museu; Irene Sobreira de Araújo e Elza Áurea de Luna, ambas atendentes de datilógrafo; Vladimir Andrade Sobrinho, auxiliar de divulgação e relações públicas; Paulo Miguel dos Santos, fiel de almoxarifado; João Batista do Espírito Santo, oficial de carpinteiro; Ubiraci Gonçalves dos Santos, contínuo; e Fernando Antônio Vieira Gonçalves da Silva, analista de estatística (FUNDAJ, 1965).

No mesmo período, novos nomes foram autorizados a prestar serviço à instituição, como o artista plástico Paulo Roberto Barbosa Bruscky,

7 Em seu currículo Lattes, Roberto Mauro Cortez Motta informa que, durante o mestrado, foi bolsista do Nederlandse Bureau Voor Buitenlandse Technische Hulp (NEBUTA), da Holanda. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0828507755265572. Acesso em 02 fev. 2021.

conhecido pela atuação crítica ao regime militar, Hermilo Borba Filho, famoso teatrólogo pernambucano, além de Gustavo Henrique Altino de Campos, Hildo Cezar de Lima, Lucia Helena Motta Collier e Sérgio Moacir de Albuquerque. Entre os contratados, estão Maria de Fátima de Andrade Quintas, filha do primeiro do Departamento de História do Instituto, Amaro Quintas. Entre os dispensados, um nome: José Hesketh Lavareda. Além da contratação de intelectuais com a linha de pensamento à esquerda, a gestão de Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco também reforçou a política de nomes e sobrenomes na instituição – primos, sobrinhos, filhos, enfim, muitos parentes comungavam do mesmo emprego público. Essa foi uma estratégia institucional, que também envolvia a aliança com as tradicionais famílias usineiras da região Nordeste, sobretudo da Zona da Mata de Pernambuco. Na ditadura, o instituto tornou-se um bastião ideológico do pensamento desse grupo então decadente no jogo de poder do país (PINTO, 2009, p. 449).

Considerações finais

Apesar de uma bibliografia que indique uma gestão razoável de Mauro Mota à frente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (INJPS), hoje Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), os trabalhos até então dedicados à história da instituição não abordavam as contradições tanto da gestão como do próprio gestor no período. Além disso, é possível, por meio da análise da gestão de Mauro, descontruir a imagem de Gilberto Freyre como um "intelectual público", que sobrevivia somente por meio de suas obras e palestras.

Gilberto não só usou e abusou de Mauro Mota para empregar amigos, familiares e satisfazer seus caprichos pessoais. A gestão do instituto reforçou a projeção internacional da obra de Gilberto e deu a ele uma instituição para chamar de sua. Mauro Mota, mesmo com a submissão, galgou novos espaços a partir dessa relação: a permanência no cargo por muitos anos, o emprego de filhos e o prestígio consagrado com a conquista da imortalidade na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1970, são alguns dos exemplos.

A dupla Mauro e Freyre foi habilidosa - apesar de Mauro, quase sempre, executar os desejos do Mestre de Apipucos. A ditadura trouxe a eles um novo desafio que foi executado com louvor. Ambos sobreviveram em suas funções depois da mudança de regime, mesmo que isso custasse a exoneração de diversos pesquisadores e funcionários, além de elogios

públicos a líderes políticos e militares que até hoje sofrem com a imagem manchada por práticas de tortura, corrupção e afronta aos direitos humanos.

Foi durante o regime militar, e em parte no período de sua gestão no instituto, que Mauro Mota foi eleito membro do Conselho Estadual de Cultura (1969), diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (1971), presidente da Academia Pernambucana de Letras (1972) e membro do Conselho Federal de Cultura (1981) e também retornou ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, na época já Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj (1983), como membro titular do Conselho Diretor. Por indicação do então governador Eraldo Gueiros, Mauro também assume a gestão do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (1972), em Pernambuco, permanecendo lá até sua morte, em 22 de novembro de 1983.

A força de Gilberto Freyre e a ascensão de nomes ligados a ele na intelectualidade nordestina, como Mauro Mota, não foi sentida apenas no IJNPS. A história da gestão de Mauro Mota revela como determinadas práticas em instituições públicas de pesquisa foram construídas e até hoje permanecem em nichos onde o público, infelizmente, se confunde com o privado.

Referências

A PESQUISA Social e a Segurança Nacional. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 322. 1964/1965.

BOLAND, Roberto. Ascenso Ferreira, poeta e filósofo... da preguiça. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20/02/1983.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CENTENÁRIO do nascimento de Rondon. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 323, 1964/1965.

COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver*: *o golpe de 1964 em Pernambuco*. 2.ed., Recife: Bagaço, 2004 [2004], 580 p.

CONFERÊNCIAS. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 325, 1964/1965.

CONTRA-ALMIRANTE visitou o Instituto. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 326, 1964/1965.

CURRICULUM vitae. *Revista do Arquivo Público*, Recife, vol. 1, n. 1, p. 21-48, 1984.

FRESTON, Paul. Um império na província: O Instituto Joaquim Nabuco em Recife. *In*: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989, p. 316-358.

FREYRE, Gilberto. Correspondência. 13/03/1968. Destinatário: Mauro Mota. Recife, Código MMo CRp64 doc 1376,1, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*: *trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade, 1915-1930*. 2. ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006 [1975]. 384 p.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 115, de 11/05/1964*. Aprova o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Abr./maio/jun. 1964b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 119, de 3/07/1964.* Concede auxílio a bolsista. Jul./ago./set. 1964c.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965*. Recife, Portaria nº 28, de 12/10/1965a.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965*. Recife, Portaria nº 28, de 12/10/1965b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 111/59. 09/04/1959*. Recife, Código GF CR57p1doc6, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 413/62. 24/04/1962*. Recife, Código GF CR5p1doc14, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 413/62. 24/04/1962*. Recife, Código GF CR5p1doc14, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 650/60.* 05/12/1960. Recife, Código GF CR57p1doc11, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 117, de 11/05/1964*. Autoriza a rescisão de contrato para realização de pesquisa. Abr./ maio/jun. 1964a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936]. 220 p.

IJNPS comemora aniversário da Revolução. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, 1971.

INFORMES sobre Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 261, 1964/1965e.

INTERESSE do Presidente Castelo Branco pelo IJNPS. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 264, 1964/1965f.

JUCÁ, Joselice. *Joaquim Nabuco*: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. 1. ed Recife: Editora Massangana, 1991, 236 p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 440 p.

MINISTROS visitam o Instituto. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 264, 1964/1965g.

MOTA, Mauro. *Cara e C'oroa*: *uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. 1. ed. Recife: Dialgraf, 1974. 144 p.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 02/09/1964. Destinatário: José Vamberto. Recife, Código MMo CEp6 doc.110, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 19/08/1960. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código GF CR57p1doc9, Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 20/09/1962. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código GF CR57p1doc17, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Correspondência*.03/04/1958. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código: GF CR57p1doc4, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Modas e modos*. 2. ed. Recife: Editora Raiz, 1977 [1975]. 228 p.

MOTTA, Roberto. Mauro Mota, Memória, Data e Festa. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 65, 2012, p. 1-21.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE PERNAMBUCO - MISPE. *Entrevista de Mauro Mota*. Entrevistadores: Olímpio Bonald Neto, Francisco Bandeira de Mello e Fernando Jader Magalhães Melo. 1977.

NERY, Edson. *Correspondência*. 20/10/1964. Destinatário: Mauro Mota. Recife, Código MMo CRp55 doc 1197, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). In: *História,* Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009.

PLANO de ação do IJN: estudo sistemático dos problemas do Nordeste. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 08/04/1956.

VALENTE, Waldemar. *As diabruras de Mauro Mota*. 1. ed. Recife: Edições Pirata, 1986. 146 p.

PARA ALÉM DO TRÁGICO DESFECHO: UMA HISTÓRIA VISTA DE BAIXO DA "OPERAÇÃO MATA-MENDIGOS"

Beyond the tragic outcome: a history from below of the "Operation killer of beggars"

Mariana Dias Antonio[1]

RESUMO

A "Operação mata-mendigos" foi um conjunto de crimes contra pessoas em situação de rua perpetrados por agentes do Serviço de Repressão à Mendicância do extinto estado da Guanabara, no início dos anos 1960. O caso é usualmente abordado a partir de disputas políticas entre Carlos Lacerda, governador do estado, e o jornal Ultima Hora, pioneiro em denunciar os crimes. Visando uma história vista de baixo e o exercício da empatia histórica, este trabalho resgata as histórias de quatro indivíduos diretamente envolvidos no episódio, sendo duas vítimas e dois perpetradores/acusados. Os entrecruzamentos destas histórias individuais evidenciam: uma distribuição territorialmente desigual de oportunidades de vida reais ou percebidas; uma tradição policial autoritária; diferentes agenciamentos políticos; e um gradiente de maior punibilidade para estratos hierarquicamente inferiores do aparato estatal.

Palavras-chave: "Operação mata-mendigos"; história vista de baixo; histórias individuais.

ABSTRACT

The "Operation killer of beggars" was a series of crimes against homeless people perpetrated by agents of the Service for the Repression of Begging in the extinct state of Guanabara, in the early 1960s. The case is usually

1 Doutora e mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora convidada de História do Brasil República no curso de especialização em História Contemporânea e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: mariana.diasant@gmail.com.

approached from the perspective of political disputes between Carlos Lacerda, governor of the state, and the newspaper Ultima Hora, pioneer in denouncing the crimes. Aiming for a history from below and the exercise of historical empathy, this work brings the stories of four individuals directly involved in the episode, two victims and two perpetrators/ prosecuted. The intertwining of these individual stories highlight: a territorially unequal distribution of real or perceived life opportunities; an authoritarian police tradition; different political agencies; and a gradient of greater punishability for lower hierarchical strata of the state apparatus.

Keywords:"Operation killer of beggars"; history from below; individual stories.

Introdução

A "Operação mata-mendigos" ou "chacina do rio da Guarda" foi um conjunto de crimes contra pessoas em situação de rua no extinto estado da Guanabara[2], no início da década de 1960, perpetrados por funcionários lotados ou emprestados para o Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) do estado. O nome do órgão revela a repressão como finalidade, além de que o SRM era vinculado à Secretaria de Segurança Pública, e não à Assistência Social como ocorre nos dias de hoje. Inicialmente, os crimes consistiam no abandono das vítimas em estradas do estado do Rio Janeiro e outras localidades, uma prática comum entre diversas cidades da região na época e infelizmente existente até os dias de hoje em várias localidades do país. Entre 1962 e 1963, devido ao regresso das vítimas à Guanabara e sob o receio que fossem prestadas queixas ou denúncias, agentes do SRM passaram para o extermínio, lançando as vítimas com ou sem vida nos rios Guandu e da Guarda (ANTONIO, 2021; FREITAS, 2018; PEREIRA, 2017).

Investigações resultantes da denúncia de uma sobrevivente ao

2 O estado da Guanabara foi uma unidade federativa que existiu entre 1960 e 1975, após a transferência da capital federal para Brasília. Criado através da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, que estabelecia ao novo estado os mesmos limites geográficos da ex-capital federal, então Rio de Janeiro. A extinção do estado e sua fusão com o estado do Rio de Janeiro ocorreram em 1975, através da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel (ANTONIO, 2021).

jornal *Ultima Hora* ocorreram em diversas esferas. Podemos citar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa da Guanabara (ALEG), dois inquéritos administrativos e um inquérito criminal. As investigações apontaram para um total de quatro viagens de extermínio, realizadas entre outubro de 1962 e janeiro de 1963, totalizando 13 vítimas executadas; entretanto, mais sete vítimas executadas podem ser computadas dentro da totalidade de crimes da "Operação mata-mendigos", sendo uma morte por espancamento nas dependências do SRM e mais uma quinta viagem com seis vítimas, em dezembro de 1962. Ademais, quando a deportação se torna extermínio, a imprensa carioca inverte os valores tradicionalmente associados aos "mendigos", que deixam de ser um problema urbano e se tornam dignos de piedade humana. A mudança é significativa nas páginas do *Ultima Hora*, mas tal humanização parece derivar da simples oposição política ao governo da Guanabara à época (ANTONIO, 2021).

A sistematicidade das práticas levadas adiante por agentes de um órgão público e a polêmica desencadeada na imprensa nacional e internacional resultaram em formas de se apresentar o caso através de uma oposição simplista da Imprensa contra o Governo, mais precisamente do jornal *Ultima Hora* (primeiro jornal a denunciar o caso e produtor da massa documental mais abundante sobre o assunto) contra Carlos Lacerda (então governador da Guanabara e antigo desafeto do periódico).

As intensas relações entre imprensa e política no período e local de interesse condicionam essas leituras, seja pela abundante massa documental produzida, seja pelas posições sociais de diversos agentes históricos com variados níveis de envolvimento na imprensa, na política e na administração guanabarina. Todavia, apesar das várias tentativas, nem mesmo uma CPI composta majoritariamente por representantes de oposição ao governador do estado foi capaz de vinculá-lo ou implicá-lo nos crimes (ANTONIO, 2021). Desse modo, narrativas que apenas tangenciam ou mencionam a "Operação mata-mendigos" criam certa percepção equivocada de impunidade.

O caso retorna à esfera pública em 2009, com o lançamento do longa-metragem *Topografia de um desnudo*, de Teresa Aguiar, bastante comentado e difundido em eventos sobre pessoas em situação de rua (ANTONIO, 2021; FREITAS, 2018). O longa gerou várias rememorações que não só mantém as oposições e percepções citadas, mas que incorporam elementos fictícios e se perenizam em reportagens e trabalhos contemporâneos[3]. Embora o

3 Para citar apenas alguns casos: A MATANÇA de moradores de rua no Rio Guandu durante o governo de Carlos Lacerda. *O Globo*. 17 mai. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2022/05/matanca-de-moradores-de-rua-no-rio-guandu-durante-o-governo-de-carlos-lacerda.ghtml. Acesso em: 30 mai. 2024; CAMARGO, Francisco. Sem

longa-metragem se desenvolva a partir de narrativas individuais paralelas, priorizando uma pessoa em situação de rua, um policial e uma repórter, essas posições estereotípicas são personagens ficcionais que não adicionam muito à compreensão do ocorrido na Guanabara no início dos anos 1960, mas fornecem uma forma distinta de pensar, investigar e apresentar o caso.

A "Operação mata-mendigos" ganhou a atenção acadêmica apenas recentemente, como pode ser evidenciado pela monografia de Caio Cezar Cuozzo Pereira (2017), pelos capítulos específicos sobre o assunto na dissertação de Renata Martins de Freitas (2018) e na tese de Evandro Cruz Silva (2023), ou pela tese doutoral de Mariana Dias Antonio (2021) que, conforme Silva (2023, p. 149) "[...] aparece como o único trabalho de pós-graduação focado em analisar o episódio em sua devida profundidade".

Apesar dessa alegação, tal tese se encerra com uma autocrítica sobre os percursos investigativos e narrativos adotados. Ao priorizar a História Política e a História Cultural, uma consequência indesejada foi o apagamento das trajetórias individuais de pessoas diretamente envolvidas no caso: vítimas e perpetradores. Tais lacunas indicam silêncios e apagamentos nos vestígios documentais e formas tradicionais de escrita da história, fazendo com que a narrativa gire em torno de altas posições políticas, administrativas e grandes veículos de imprensa. Mas a crítica também indica os ganhos potenciais de abordagens alternativas que priorizem a história *de* pessoas negligenciadas *para* pessoas negligenciadas, revelando trajetórias marginais às grandes questões políticas através de uma linguagem mais acessível, menos atravessada por explicações teóricas que pouco adicionam ao assunto e que dificultam a compreensão de leitores externos à academia.

Nosso apelo à democratização compreende assuntos e públicos, mesmo cientes de que este trabalho e seu meio de circulação são artefatos acadêmicos sujeitos a barreiras e limitações de acessibilidade, ritos e práticas que dificultam o desafio proposto. Segundo Sharpe (2011 p. 54-55):

> [...] a história vista de baixo constitui uma abordagem da história ou um tipo distinto de história? O ponto pode ser enfocado de

esquecer a operação mata mendigo. *Plural*. 27 mai. 2021. Disponível em: https://www.plural.jor.br/colunas/francisco-camargo/sem-esquecer-a-operacao-mata-mendigo/. Acesso em: 30 mai. 2024; PAVIOTTI, Joel. Carlos Lacerda, o governador que mandava matar mendigos. *Iconografia da História.* 17 nov. 2020. Disponível em: https://iconografiadahistoria.com.br/2020/11/17/carlos-lacerda-o-governador-que-mandava-matar-mendigos/. Acesso em: 30 mai. 2024; SILVA, Roberto Bitencourt. Combater o lacerdismo de Bolsonaro. *Jornal GGN*. 27 mar. 2021. Disponível em: https://jornalggn.com.br/artigos/combater-o-lacerdismo-de-bolsonaro-por-roberto-bitencourt-da-silva/. Acesso em: 30 mai. 2024.

> ambas as direções. Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo à história da elite [...]. A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão dos tipos mais tradicionais de história. [...] O tipo de história vista de baixo introduz outra questão, aquela da ampliação da audiência do historiador profissional, de permitir um acesso mais amplo à história de um padrão profissional do que aquele normalmente permitido aos nobres acadêmicos profissionais e seus alunos.

A partir de Edward Palmer Thompson, Sharpe (2011, p. 42) apresenta a necessidade de "[...] tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência." Tal compreensão exige um exercício de empatia histórica, compreendida como processo de "[...] envolvimento cognitivo e afetivo com figuras históricas para melhor compreender e contextualizar suas experiências de vida, decisões e ações" (ENDACOTT; BROOKS, 2013, p. 41, tradução livre). A incursão pelas trajetórias de pessoas reais (como nós, e vistas como tais) facilita esse exercício, sobretudo se o formato narrativo for capaz de mobilizar vieses cognitivos e afetivos para melhor atingir ao público amplo. Contudo, não podemos cair nas armadilhas que o senso comum impõe:

> A empatia histórica é um exercício que não se sustenta por si só. Não basta buscar entender o comportamento das pessoas do passado; é preciso ter subsídios que sustentem tal interpretação. [...] Por fim, empatia histórica requer respeito e sensibilidade para entender a complexidade que envolve as ações humanas do passado. Ao analisar ações ocorridas no passado, os estudantes têm a seu favor o fato de conhecer as consequências geradas por aquelas escolhas. O desenvolvimento da empatia histórica também tem a ver com o entendimento das consequências das ações passadas no presente e seu potencial reverberador no futuro. Tal entendimento perspectivado não deve, no entanto, excluir a contingência intrínseca ao fazer humano. O estudo da história não é exato; não existem regras possíveis de serem aplicadas para entender ou prever as ações humanas. Pessoas diferentes passando por uma mesma situação podem agir de

forma completamente distinta (CARVALHO, 2023, p. 248-249).

É por isso que a empatia histórica deve ser compreendida, simultaneamente, como processo cognitivo e afetivo, capaz de considerar contextos, repertórios culturais, possibilidades de ação e estados psicológicos das pessoas estudadas.

Tendo tais elementos em vista, este artigo visa exercitar a empatia histórica em prol da compreensão das razões e consequências de ações e motivações humanas, mobilizando fragmentos das histórias de quatro indivíduos cujas trajetórias se entrecruzaram num trágico desfecho. Priorizamos duas vítimas (Olindina Alves Japiassú e Ari de Loiola Barata) e dois perpetradores/acusados (o chefe do SRM, Alcino Pinto Nunes, e o guarda Pedro Saturnino do Santos). Embora a "Operação mata-mendigos" tenha envolvido diferentes agentes públicos e vítimas, tomamos esses quatro casos como objeto de uma análise mais cuidadosa devido à disponibilidade de fontes que permanecem escassas mesmo para esses indivíduos. Como pontuado por Sharpe (2011), tal escassez constitui um dos desafios inerentes à história vista de baixo, sendo necessárias estratégias alternativas para imaginar o que não pode ser verificado a partir do pouco que ainda persiste nas fontes e arquivos, como a fabulação crítica proposta por Hartman (2020).

Mesmo diante de uma escolha forçada pelas fontes, os casos são representativos por compreenderem um antagonismo de posições no episódio citado, com vítimas e perpetradores; e um antagonismo de leitura sociais, por situação de rua voluntária e sustentada (ou "falsa mendicância", caso de Ari Loiola Barata) ou involuntária e transitória (por problemas psiquiátricos, caso de Olindina Alves Japiassú); e por alta e baixa hierarquia funcional (o chefe do SRM e um guarda noturno meramente emprestado à repartição).

Uma incursão pela(s histórias de) rua

O trânsito pelas possíveis histórias de rua pode ser pensado a partir do texto *Main Street*, de Lucy Maynard Salmon (1915). Em seu trânsito narrado por uma rua imaginada, diversos registros históricos e socioculturais se revelam como passíveis de análise histórica: a coexistência de idiomas e origens nos nomes dos estabelecimentos, as formas de comunicação visual não escrita, a divisão social do trabalho, os padrões arquitetônicos, o

registro do tempo nos nichos de mercado explorados pelos estabelecimentos conforme a época do ano, e até a perenização da memória das elites nos nomes que podem ser dados às ruas.

A possibilidade de ocupar uma rua principal ou deixar ali seu nome é, sem dúvida, um privilégio de poucos. A visibilidade permitida a poucos nomes e poucos estabelecimentos nesses espaços de grande circulação contrasta com o apagamento dos nomes e identidades daqueles que buscam esses mesmos espaços para habitar ou esmolar. Para Rodrigues (2015), há um equívoco em considerarmos as pessoas em situação de rua como invisíveis, já que elas costumam ser muito visíveis pelos dispositivos e instituições de controle social e repressão. Ademais, diversas iniciativas que buscam "visibilizar" esses públicos em redes sociais, portais de internet e na produção literária e intelectual, por vezes, reforçam algumas formas de violência através do seu encobrimento.

> Nesse sentido, a sociedade repressora passa a ser identificada tão-somente [sic] como sociedade omissa, ou cuja solidariedade (de classe) não se manifesta. Ela também reforça o mito de que todos nós estamos igualmente submetidos à repressão e da mesma maneira ao controle social, teatralizando e espetacularizando o drama e o sofrimento de milhares de indivíduos como "histórias interessantes" a serem lidas e descobertas em momentos de lazer por indivíduos privilegiados (RODRIGUES, 2015, p. 77).

Para Freitas (2018), há certa naturalização da situação de rua no imaginário coletivo devido à nossa incompreensão das condições que levam o indivíduo àquela situação. "E esta 'naturalização' pode aparentar uma invisibilidade. Não conhecemos suas trajetórias, suas histórias ou seus nomes de batismo [...], mas isto não quer dizer que enquanto fenômeno não sejam notados" (FREITAS, 2018, p. 88). Tal naturalização é presente nos discursos da época, quando os casos vieram à tona, visto que os jornais raramente mencionavam o nome das vítimas, enfatizando e relacionando os crimes à gestão estadual de Carlos Lacerda.

Retornando às considerações de Rodrigues (2015), uma questão que não deve ser confundida com a invisibilidade é o anonimato, uma categorização desses indivíduos pelo seu despertencimento a outras tantas categorias, como se o único denominador possível fosse aquele que os vincula à rua enquanto condição de existência: morador de rua, pessoa em situação

de rua, "mendigo", entre outros termos. Essa categorização por exclusão nos ajuda a compreender como o fenômeno pode ser notado enquanto o indivíduo é negligenciado.

Historicamente, o "mendigo" (com uso intencional de aspas, considerando os valores negativos que o termo carrega ainda hoje) é aquele indivíduo que incorre na contravenção de mendicância, diferente do "morador de rua" (situação durável do indivíduo sem abrigo) ou da "pessoa em situação de rua" (condição transitória do indivíduo que possui local de residência ou familiares que possam acolhê-lo). No Direito brasileiro, a contravenção de mendicância vigorou até 2009, coexistindo e se confundindo com a vadiagem. Conforme Antonio (2021, p. 29):

> [...] embora a literatura usualmente vincule a gênese de tais contravenções ao regime escravista em decadência no século XIX, pudemos rastrear suas origens portuguesas pelo menos até o século XIII. Acreditamos que a vinculação ao regime escravista decadente resulte de análises amparadas apenas em legislação brasileira, a partir de uma sucessão que se inicia com o Código Criminal de 1830 (artigos 295, 296) e progride para o Código Penal de 1890 (capítulos XII e XIII), para a Consolidação das Leis Penais de 1932 (capítulos XII e XIII) e para a Lei das Contravenções Penais de 1941 (artigos 59 e 60). Todavia, alguns autores citam a existência de legislações europeias em períodos anteriores.

Citadas em vários trabalhos sobre o tema (FRAGA FILHO, 1996; KOWARICK, 1994; ODON, 2013; STOFFELS, 1997), tais legislações estrangeiras enfraquecem uma suposta gênese para a contravenção a partir das lógicas liberais. Mas essa ressalva não anula a dimensão e os efeitos deletérios do colonialismo, tráfico transatlântico e da escravidão na sociedade brasileira. Na verdade, ela atesta heranças coloniais ainda mais remotas, que mudam sutilmente de forma sem mudar sua essência.

Retornando à anonimização desses sujeitos, uma avaliação preliminar sobre o fenômeno na chamada "Operação mata-mendigos" pode ser feita através dos apêndices 7 e 10, constantes na pesquisa de Antonio (2021). A pouca preocupação com a precisão do nome próprio nos registros deixados e produzidos sobre o episódio não afeta somente as pessoas em situação de rua. Enquanto há quase três nomes ou apelidos possíveis para cada vítima, são

quatro nomes ou apelidos possíveis para cada perpetrador (negligenciando nomes derivados da simples omissão de algum fragmento)[4]. Todavia, o termo "de tal" aparece somente entre as vítimas, demonstrando certa irrelevância estimada pelas autoridades e jornalistas quanto à identidade daqueles indivíduos, um fenômeno que não ocorre com os perpetradores. Também é importante situar que alguns nomes de vítimas ocorrem tão esporadicamente entre as fontes que inviabilizam erros de reprodução, e uma interpretação puramente matemática dos dados mascararia esse fenômeno, apresentando como "maior precisão" o que, na verdade, seria uma "menor relevância" daquela identidade individual. Desse modo, dinâmicas de apagamento e anonimização individual de vítimas e perpetradores da "Operação mata-mendigos" decorrem de uma conjunção entre omissão e ampliação da entropia (medida de incerteza ou desordem dos dados), e não a partir da omissão pura. Se pensarmos nos nomes do governador Carlos (Frederico Werneck de) Lacerda e do jornalista e empresário Samuel (Haimovich) Wainer (fundador, proprietário e diretor *Ultima Hora*), priorizados na historiografia sobre o caso, não encontramos qualquer erro de grafia entre as diversas fontes e livros que mencionam a "Operação mata-mendigos".

A grande entropia de informação entre os nomes possíveis das figuras centrais no acontecimento histórico não invalida e nem contradiz as considerações sociológicas, antropológicas e históricas sobre como as pessoas

4 Vítimas: [1] Agenor José Gonçalves / Agenor Gonçalves Pinheiro; [2] Antônio Maia da Conceição / Antônio Moura da Conceição / Antônio Maria da Conceição; [3] Ari (de) Loiola Barata / Ary de Loiola Barata / Ari de Barros / Ari Loiola Batista; [4] Djalma Alves da Silva / "Perneta" / "Capenga" / Djalma de tal / Edgar "Capenga" / Djalma "Perneta" / Djalma Gomes de Miranda; [5] Elias Marcondes / Elias Machado; [6] Elizeu José Gonçalves; [7] Eunice (Marques) Evangelista / Eunice Maria / Eunice "Pescoço Sujo"; [8] Expedito (de) Jesus Vieira; [9] Geraldo Pereira / Geraldo Vieira; [10] João Goulart; [11] José de Tal; [12] José dos Santos; [13] José Vital da Silva / José Vidal da Silva; [14] Marcionília Catarina / Marcionílio Catarino; [15] Maria Luiza (do) Socôrro / Maria Luís Socorro / "Miss Copacabana" / Maria da Glória; [16] Milton Rodrigues Barbosa / Nilton Marques dos Santos / Nilton Rodrigues dos Santos / Milton Rodrigues dos Santos / Nilton Rodrigues dos Santos Barbosa / "Mandureba" / "Marambaia"; [17] Olga Pereira dos Santos; [18] Olindina (Alves) Japiassu / Olindina Alves Jupiaçu / Ondina Alves Jupiassu / Olindina Japyassu / Olindina Alves Jupiassa / Olinda Jupiassu / Olinda Alves Jubiaçu; [19] Pedro Francisco (Cachoeiro) / "Cachoeira"; [20] Sebastião Ribeiro (Ambrósio) / Sebastião Ribeiro Ambrózio; [21] Vitório de Souza; [22] Zuleika Silva / Zuleika de Tal / Zuleica de Tal. Sendo assim, 58 nomes ou apelidos possíveis para 22 pessoas ou, em média, 2,64 nomes por pessoa.
Perpetradores: [1] Alcino Pinto Nunes; [2] Anísio Magalhães da Costa / "Caçador" / Anísio "Caçador" / Anísio Magalhães Castro / Anísio Teixeira / Anízio Magalhães da Costa / Anísio de Sousa; [3] José Mota / José Motta; [4] Mário Teixeira / Anísio Teixeira; [5] Martinho José Graciano / "Gordinho" / José "Gordinho" / "Zé Gordinho" / José Graciliano dos Santos / Martinho Graciliano de Oliveira / Marinho José / Mariano José Gracindo / Martinho José Garcia; [6] Nilton Gonçalves da Silva / Milton Gonçalves da Silva / Nilton Gonçalves dos Santos / Nilton Soares da Silva; [5] Pedro Saturnino dos Santos / "Tranca-Rua" / "Tranca-Ruas". Sendo assim, 28 nomes ou apelidos para 7 pessoas ou, em média, 4 nomes por pessoa.
Nessa relação constam 4 possíveis nomes ou apelidos encontrados em nossas buscas e não apresentados por Antonio (2021).

em situação de rua são socialmente vistas. Na verdade, essa constatação apenas reforça como a centralidade do indivíduo no acontecimento histórico pode se converter em negligência ou periferização do mesmo indivíduo aos olhos da historiografia quando os interesses dominantes (que moldam as narrativas e registros históricos) advém de outros grupos. Nesse sentido, a escassez de informações sobre as vítimas é outro obstáculo, dificultando a escrita de uma narrativa ampla e coesa, como aquela apresentada nas rememorações do caso a partir dos polos supramencionados, Carlos Lacerda e o jornal *Ultima Hora*.

Retornando às histórias de rua a partir da entropia notada, temos o caso de Olindina Alves Japiassú, preferencialmente tratada pelo sobrenome Jupiaçu, algo distinto do que consta em sua certidão de nascimento[5]. Olindina nasceu em 15 de junho de 1915 e foi registrada em 30 de junho de 1954, no Recife. Era filha legítima de André Japiassú, agricultor, e Ursulina Alves Japiassú, doméstica, casados civilmente em João Pessoa-PB. Os avós paternos e maternos são ignorados em sua certidão de nascimento, mas a genealogia trazida por Luís Wilson (1983) nos permite preencher algumas lacunas.

Pode-se dizer que a família Japiassú se inicia com o Cel. Mariano da Costa Araújo Agra, que mais tarde alterou seu nome para Mariano Japiassú e casou-se três vezes. Em seu primeiro casamento, com Isabel Francine Japiassú, teve nove filhos: Otaviano Japiassú, André Japiassú, Augusto Japiassú, Viana Japiassú, José Japiassú, Antônio Japiassú, Adelina Japiassú, Maria Japiassú e Bárbara Japiassú. André Japiassú (ou Dé), juntamente com Ursulina Alves Japiassú (ou dona Sulina), teve entre seus filhos Olindina, José e Maria. André morreu na antiga cidade de Rio Branco (atual Arcoverde-PE) por volta de 1926, na casa de seu irmão, Cel. Antônio Japiassu, antes de registrar sua filha (WILSON, 1983).

Apesar de Olindina levar uma vida de mendicância nas ruas da Guanabara ao longo da década de 1960, sua família gozava de certo prestígio e poder no interior de Pernambuco. As primeiras menções ao povoado de Olho d'Água, que viria a se tornar a cidade de Arcoverde, datam do início do século XIX, nas atas da Câmara de Cimbres (atual Pesqueira-PE). Na segunda metade do século começam a se estabelecer casas e comércios na localidade, que foi elevada à condição de vila em 1909 e teve seu nome alterado em 1912, de Olho d'Água (Olho d'Água dos Bredos) para Rio Branco (Barão do Rio Branco). Em 1928, por lei estadual, foi criado o município de Rio Branco, que teve como seu primeiro prefeito o Cel. Antônio Japiassú, tio de Olindina. O topônimo Arcoverde passou a vigorar apenas em 1943, muito

5 Imagens da certidão de nascimento foram gentilmente cedidas por Ramon Japiassu, em 29 de janeiro de 2024.

embora um abaixo assinado popular de 1906 já solicitasse que o nome do povoado fosse Cardeal Arcoverde (WILSON, 1983).

Olindina viveu vários anos com o tio, o que contrasta com a condição amplamente conhecida de "mendiga" nas ruas da Guanabara, vítima, sobrevivente e denunciante da "Operação mata-mendigos" (ANTONIO, 2021; FREITAS, 2018). Não obstante, considerações como as de Salmon apresentadas anteriormente poderiam facilmente ser feitas pensando-se na Av. Cel. Antônio Japiassú, de Arcoverde-PE[6]. Como então esse passado aristocrático, capaz de chegar às ruas como topônimo, chega à rua como habitação transitória?

Alguns jornais, à época das denúncias, trazem retrospectivamente a chegada de Olindina Alves Japiassú à Guanabara através de seu depoimento durante o inquérito criminal. Na ocasião, Olindina alegava ter 49 anos[7] e residência na rua Carlos Laet, na Tijuca. A pernambucana teria chegado à Guanabara no ano anterior, trabalhando inicialmente como costureira na Casa Barbosa de Freitas, em Copacabana. Com a perda do emprego, passou a prestar serviços domésticos em diferentes casas no subúrbio, até uma de suas patroas suspeitar de sua sanidade mental e convencê-la a se internar. Incomodada com o local onde escolhera se internar, Olindina fugiu para as ruas e foi capturada por agentes do SRM[8]. Entre as cinco viagens de extermínio confessadas pelos perpetradores, Olindina foi uma das passageiras (e única sobrevivente) da quinta viagem, realizada em 17 de janeiro de 1963, quinta-feira, até a ponte do rio da Guarda, juntamente com as vítimas José "de tal", Milton Rodrigues Barbosa, Geraldo Pereira, Eunice Marques Evangelista e Zuleika Silva e os perpetradores José Mota, Pedro Saturnino dos Santos, Nilton Gonçalves da Silva e Mário Teixeira (ANTONIO, 2021). Em relato ao jornal *Ultima Hora*, publicado em 23 de janeiro de 1963 (mesma edição em que o caso se torna amplamente conhecido pela opinião pública), Olindina narra que na noite de 17 de janeiro, ao perambular próximo das imediações do SRM, foi detida por três policiais e colocada numa viatura com outros indivíduos.

6 Para aqueles que quiserem realizar uma breve incursão através do Google Street View: https://www.google.com/maps/place/Av.+Cel.+Ant%C3%B4nio+Japiass%C3%BA,+Arcoverde+-+PE,+56506-100/@-8.4226207,-37.0549564,13z/data=!4m6!3m5!1s0x7a81be82d3f453f:0xf7e48eb7da682c1!8m2!3d-8.419608!4d-37.0534446!16s%2Fg%2F1ymvk54_l?entry=ttu.

7 47 anos considerando os dados da certidão de nascimento.

8 MENDIGA CONFIRMA massacre no rio e deputado denuncia prisões ilegais no Abrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/37308. Acesso em: 30 mai. 2024; MENDIGA QUE denunciou crimes do Rio da Guarda depôs ontem na Polícia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/37595. Acesso em: 30 mai. 2024; SALVOU-SE no rio da Guarda por ser campeã de natação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/28084. Acesso em: 30 mai. 2024.

> Após uma demorada viagem, as vítimas foram violentamente retiradas da viatura pelos policiais, conduzidas até a ponte do rio da Guarda e arremessadas ao rio. Olindina teria caído rente a algumas estacas, conseguindo se esconder dos policiais e fugir [...]. Por determinação do delegado Ariosto Fontana, do 36º DP, Olindina foi internada no hospital psiquiátrico de Engenho de Dentro (ANTONIO, 2021, p. 162).

Até aqui, sua história permite importantes considerações. Inicialmente, revela como o tempo foi irrelevante para a aplicação de um rótulo, estigma ou identidade que trouxe a rua como elemento comprobatório de pertencimento a uma categoria. Não é o ingresso à rua enquanto morada transitória, ainda que de curta permanência, que lhe atribui a condição de "mendiga", mas a perda de uma condição anterior, socialmente tida como legítima. Diferentes marcadores relacionados à condição de trabalho, residencial e psicológica se mesclam na criação de uma nova identidade no imaginário de terceiros. E se falamos da condição psicológica, chegamos a outra consideração importante sobre uma pretensa continuidade que vincula à situação de rua a quadros psiquiátricos no imaginário social. A ênfase na sua condição psiquiátrica é uma das tônicas ao rememorar Olindina, desde os jornais da época até livros posteriores. Em 25 de janeiro de 1963, o *Ultima Hora* menciona que Olindina seria ouvida apenas "[...] com auxílio de um Curador, a ser nomeado para acompanhá-la, já que se trata de uma débil mental"[9]. Na biografia de Samuel Wainer, Karla Monteiro reproduz um trecho de depoimento publicado pelo *Ultima Hora* à época que reforça essa percepção: "O que me impressionou mais foi a dona que escapou, urrava feito bicho, querendo me morder. Lutei muito com ela até poder colocá-la em um ônibus que a levou para a delegacia de Itaguaí" (MONTEIRO, 2020, p. 400). Na crônica policial de Adriano Barbosa, a condição de "desajustada" teria tornado sua história inverossímil às autoridades, mas também se menciona que Olindina era "nadadora profissional" (BARBOSA, 1971; BARBOSA; MONTEIRO, 1980). Em seu depoimento durante o inquérito criminal, Olindina realmente alegou ter sido campeã em uma competição de natação, e se aproveitou da prática para enganar os perpetradores e escapar com vida[10].

9 CONFIRMADO: Mendigos Foram Chacinados Por Policiais da Guanabara! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/92325. Acesso em: 25 dez. 2025.

10 Olindina teria mencionado a competição na cidade de Tartro ou Teatro, na Paraíba ou Pernambuco. Não encontramos municípios com nomes parecidos em nenhum dos dois estados. MENDIGA CONFIRMA massacre no rio e deputado denuncia prisões ilegais no Abrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocRea-

Olindina prestou seu depoimento sobre o caso após ter alta do hospital psiquiátrico e, entre fevereiro e março de 1963, retornou ao Recife para ficar sob cuidados de seus familiares[11], vindo a falecer em 1985, aos 70 anos.

Em oposição à condição involuntária e transitória de Olindina, temos o caso de Ari de Loiola Barata. Ari era irmão de Jacy de Loiola Barata e Adauri de Loiola Barata (ou Liliu), um tradicional tipógrafo de Natal-RN, entusiasta de futebol e indiciado na Intentona Comunista de 1935 (COSTA, 2015; PINHEIRO, 2017). Anos antes de sua trágica execução na "Operação mata-mendigos", Ari é retratado nas páginas da revista *Manchete*, em uma fotorreportagem intitulada "Profissão: Mendigo", publicada em 13 de abril de 1957. A matéria se inicia dizendo que "[a] jovem funcionária de conhecido banco do Rio de Janeiro anotou o lançamento de Cr$ 15.500,00 na conta do Sr. Ari de Loiola Barata. Ele saiu, mudou de roupa num bar, e deitou-se no meio da rua. Estava trabalhando. Era mendigo"[12]. Sob uma de suas fotografias, apresentado de corpo inteiro e com barba farta, a legenda: "Ary Loyola Barata [sic] tem uma conta no banco que muita gente boa gostaria de ter"[13]. A oposição estigmatizante entre "mendigo" e "gente boa" é um importante sinal de que os dados trazidos nesta fotorreportagem não devem ser tomados como indicadores biográficos relevantes por si só, e somam-se outros indicadores, como um mapeamento dos espaços urbanos priorizados como pontos de mendicância "bons", induzindo leituras do fenômeno social como um empreendimento. Ainda assim, é possível notar uma condição voluntária e sustentada, revelando um perfil distinto ao de Olindina.

Entre as cinco viagens de extermínio confessadas pelos perpetradores, Ari foi uma das vítimas da segunda viagem, realizada em 19 de outubro de 1962, até a ponte do rio Guandu, juntamente com as vítimas José Vital da Silva, Antônio Maia da Conceição e Sebastião Ribeiro Ambrósio. Os perpetradores foram José Mota, Pedro Saturnino dos Santos, Nilton Gonçalves da Silva e os

der/030015_08/37308. Acesso em: 30 mai. 2024; MENDIGA QUE denunciou crimes do Rio da Guarda depôs ontem na Polícia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/37595. Acesso em: 30 mai. 2024; SALVOU-SE no rio da Guarda por ser campeã de natação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/28084. Acesso em: 30 mai. 2024.

11 MENDIGA SOBREVIVENTE foi "deportada" para Recife. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1963. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/386030/87498. Acesso em: 30 mai. 2024.

12 MOREL, Mário. Profissão: Mendigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1957. p. 24-28. p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/17995. Acesso em: 30 mai. 2024.

13 MOREL, Mário. Profissão: Mendigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1957. p. 24-28. p. 26. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/17995. Acesso em: 30 mai. 2024.

motoristas Anísio Magalhães da Costa e Martinho José Graciano. Além das vítimas executadas, foram deportados para fora da Guanabara João Goulart, Agenor José Gonçalves e Vitório de Souza (ANTONIO, 2021).

Após a morte de Ari, seu irmão Adauri constituiu o juiz aposentado Gil Soares de Araújo como advogado da família para acompanhar os desdobramentos da "Operação mata-mendigos". A imprensa carioca também menciona seu pertencimento a uma família tradicional de Natal-RN e que ele teria estudado no Colégio Santo Antônio, instituição por onde passaram figuras políticas de projeção nacional[14]. Também encontramos referências a um quadro de hemiplegia (paralisia completa de um lado do corpo), possivelmente decorrente de problema vascular cerebral, mas é inconclusivo se isso teria motivado sua ida à Guanabara ou se teria ocorrido posteriormente[15].

A longa permanência de Ari nas ruas da Guanabara é reforçada nos autos da CPI que investigou a "Operação mata-mendigos". Conforme depoimento prestado por seu sobrinho, Carlindo de Souza Revoredo, Ari morava com sua irmã no Rio de Janeiro, mas a opção pela mendicância teria levado Jacy a expulsá-lo de casa. Ainda assim, Ari dispunha de um quarto na Lapa para pernoitar. Os autos trazem declarações do Banco Português do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Comercial do Estado de São Paulo, demonstrando a inexistência de bens ou somas ínfimas em seu nome, o que contrasta não apenas com a fotorreportagem da *Manchete*, mas também com afirmações do próprio Ari para seu sobrinho, segundo as quais possuía joias, boas roupas e se considerava um homem rico[16].

É notável a assimetria entre os discursos jornalísticos sobre Olindina e Ari, uma portadora de transtorno psiquiátrico e um "mendigo profissional", mas essa assimetria nos exige pensar a própria produção jornalística.

Uma das questões centrais do ato de reportar consiste na revelação

14 EX-JUIZ contra mata-mendigos. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1963. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/386030/87956. Acesso em: 30 mai. 2024.

15 EX-JUIZ contra mata-mendigos. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1963. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/386030/87956. Acesso em: 30 mai. 2024; PORTILHO, Creston. Tranca-Rua: as memórias de um condenado a 361 anos de prisão. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968. p. 64-68. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/91555. Acesso em: 30 mai. 2024.

16 GUANABARA. Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar os fatos relacionados com a matança de mendigos no rio da Guarda e desaparecimento de cidadãos da Invernada de Olaria e demais estabelecimentos policiais do estado*. 1963 [Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fundo ALEG. Dossiê 2000-2.05, Pasta P1066].

> da existência de um fato social. Existência jornalística, esclareça-se. Mas para quem índios, sertanejos, moradores da favela e outros grupos sociais ganham sentido? Para alguém que nunca esteve entre eles, que lerá o jornal, verá as imagens e saberá que eles existem de tais e tais modos, pensam de tal jeito, vivem de outro. O "outro" não é o receptor da reportagem e nem o repórter. O narrador jornalista descreve o mundo que não é o seu, da mesma forma que os viajantes descreveram (e inventaram) um Brasil que não conheciam. É a descoberta da alteridade. O estranhamento é o componente invariável das impressões que cientistas, escritores e repórteres deixaram sobre os lugares que visitaram, assim como o desconforto de saber que tudo aquilo é parte do seu próprio país (SOUZA, 2010, p. 111-112).

Considerando que o "outro" não é o leitor e nem o produtor, Souza (2010 p. 90) afirma que "[...] a voz do repórter é soberana em sua reportagem. Os depoimentos recolhidos compõem uma história cujo fio é tecido pelo jornalista que veio de fora e com eles permaneceu durante algum tempo". Crítica semelhante deve ser aplicada aos documentos criminais, administrativos ou judiciais, produzidos com finalidades específicas e sob ritos predefinidos, mas também aos historiadores que compilam e organizam fontes e informações para criar uma narrativa coesa que também atende a propósitos específicos. Nesse sentido, são valiosas as considerações de Spivak (2010) que denunciam quando se busca falar *pelo* ou *a partir do* subalterno, mas mantendo-o silenciado e aprisionado nas mediações e escolhas discursivas de terceiros.

Essa mediação traz consigo as visões de mundo, valores e repertórios culturais de quem a produz, condicionados ao próprio contexto de produção. Qual seria a credibilidade dos relatos de uma "mendiga" com aparentes transtornos mentais, seja para os jornalistas ou para as autoridades da época? Por que revirar as escolhas individuais e condições sociais que levaram à mendicância enquanto empreendimento pessoal, se essa escolha se enquadrava como conduta criminalizada à época? Tais questões ultrapassam a figura do jornalista e devem se aplicar também às expectativas de um público leitor para quem os conteúdos eram produzidos, agrupado em diferentes grupos sociais que compartilham certas visões de mundo, valores e repertórios culturais. Esse exercício triplo de empatia histórica (que atravessa o "mendigo" retratado, o jornalista produtor e o público leitor) nos obriga a questionar os limites éticos e epistemológicos da própria história vista de baixo, afastando certas pretensões acadêmicas à neutralidade e à soberania

de um discurso intelectual. Como nos lembra Spivak (2010), somos apenas outro mediador que opera escolhas alheias aos indivíduos aqui retratados. Para questões que extrapolam o escasso conteúdo disponível nas fontes, mesmo através de fabulações críticas, Hartman (2020, p. 33) atenta que "a tarefa de escrever o impossível [...] tem como pré-requisitos o acolhimento ao provável fracasso e a prontidão para aceitar o caráter contínuo, inacabado e provisório desse esforço, particularmente quando as disposições do poder ocluem o próprio objeto que desejamos resgatar."

A partir dessas histórias de vida, considerados contextos, possibilidades de ação, estados psicológicos e as mediações de terceiros sobre as fontes disponíveis, as passagens mais ou menos duráveis de Olindina e Ari pelas ruas terminaram no cárcere, onde encontraram seus perpetradores. Esses perpetradores provaram dois lados distintos do cárcere, mas suas histórias de vida também têm sido negligenciadas, como veremos a seguir.

Uma incursão pelos (convívios nos) cárceres

Em 14 de dezembro de 1968, após sua condenação a 316 anos de prisão[17], a revista *Manchete* publicou uma fotorreportagem sobre Pedro Saturnino dos Santos. Supostamente com 35 anos de idade, o ex-guarda noturno rememora sua trajetória para os jornalistas. Natural de Serra Negra-RN (atual Serra Negra do Norte), Pedro não conheceu os pais. Foi criado por parentes, mas alega ter sido vítima de maus tratos que o levavam a fugir de casa frequentemente. Vivia maltrapilho pela zona rural da cidade até ser incentivado, por um vizinho, a fugir definitivamente de casa e buscar refúgio na fazenda de uma família rica, que rememora apenas pelos nomes de Santinha e Epaminondas. Recebido, cuidado e educado pelo casal, passou a auxiliar com o gado até a idade de se alistar no exército, por opção pessoal. Perdeu o padrinho antes do alistamento e a madrinha após o serviço militar. Tentou a vida inicialmente em Minas Gerais, por cerca de três anos, depois

17 A sentença de pronúncia de 1963, analisada por Antonio (2021), responsabilizava Pedro Saturnino dos Santos por 13 homicídios triplamente qualificados (Art. 121, §2º, incisos I, III e IV do Código Penal) e 13 casos de violência arbitrária com coautoria de crime e concurso material (Arts. 322, 25 e 51 do Código Penal). A condenação efetiva se deu a partir do Art. 121, §2º, incisos I, II, III e IV, 350; e Art. 350, Parágrafo Único, incisos III e IV, combinado com os Arts. 25 e 51 do Código Penal, ou seja, 13 homicídios quadruplamente qualificados e abuso de poder com coautoria de crime e concurso material. Ver: PORTILHO, Creston. Tranca-Rua: as memórias de um condenado a 361 anos de prisão. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968. p. 64-68. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/91555. Acesso em: 30 mai. 2024.

seguiu para o Rio de Janeiro, onde chegou por volta de 1950. Trabalhou como servente de obras alguns anos até se estabelecer na cidade. Certa vez se entusiasmou ao ver guardas noturnos e decidiu tentar a carreira. Não passou no primeiro teste, mas se apresentou à Inspetoria do Bonsucesso e conseguiu ficar encarregado pelas ruas Ubiraci, Ubiratã e Francisco de Medeiros. Do trabalho como guarda noturno nas ruas veio o apelido "Tranca-Rua". "Foi trabalhando que eu tive a infelicidade de acompanhar um pessoal que não era da minha corporação e me enrolei todo. A minha corporação era no mesmo prédio do Serviço de Mendicância"[18].

A idade trazida na reportagem da revista *Manchete* (cerca de 35 anos) é inconsistente. Em depoimento prestado à CPI da "Operação mata-mendigos", em 1º de março de 1963, Pedro alegou ter 40 anos de idade, de modo que sua idade mais provável em 1968 seria 45 anos. O lapso pode derivar de digitação pela equipe da *Manchete*. Antes de ser preso, Pedro residia à rua Ubiraci, n. 433, no bairro de Higienópolis, e era fiscal da guarda noturna lotado no 21º Distrito Policial[19].

Pedro participou ativamente de todas as viagens de extermínio confessadas: em 15 de outubro de 1962; em 19 de outubro de 1962; em 4 de dezembro de 1962; em 7 de janeiro de 1963, todas para o rio Guandu; e em 17 de janeiro de 1963, para o rio da Guarda (ANTONIO, 2021). Preso preventivamente quando o caso ganhou dimensão pública, diz ter sido espancado até desmaiar e ter perdido a noiva Edite, que lhe apresentou a religiosidade cristã. As agressões teriam cessado apenas após transferência da Delegacia de Vigilância para o Regimento de Cavalaria Caetano de Faria. Para ocupar a cabeça durante a prisão preventiva, trabalhou junto com o sargento Eli Marcato na oficina do quartel. Seu advogado, Milton Pacheco Pereira, sustentou durante e após o julgamento que a cadeia de comando e o aparato burocrático deveriam ser mais bem avaliados quanto às suas implicações nos crimes. Para o advogado, Pedro não teria capacidade de questionar a legalidade das ordens recebidas devido ao seu histórico simples[20].

Quais seriam os limites dessa simplicidade na liberdade de escolha

18 SANTOS *apud.* PORTILHO, Creston. Tranca-Rua: as memórias de um condenado a 361 anos de prisão. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968. p. 64-68. p. 68. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/91555. Acesso em: 30 mai. 2024.

19 GUANABARA. Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar os fatos relacionados com a matança de mendigos no rio da Guarda e desaparecimento de cidadãos da Invernada de Olaria e demais estabelecimentos policiais do estado*. 1963 [Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fundo ALEG. Dossiê 2000-2.05, Pasta P1065].

20 PORTILHO, Creston. Tranca-Rua: as memórias de um condenado a 361 anos de prisão. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968. p. 64-68. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/91555. Acesso em: 30 mai. 2024.

do guarda noturno? O argumento é oportuno e adequado ao seu contexto de produção, enquanto tentativa de defesa para um processo criminal, mas é difícil avaliar sua pertinência efetiva na compreensão do caso. Tal avaliação é complexa e eticamente ambígua, pois traz consigo o risco de inculpar alguém que não tinha pleno discernimento de suas ações e, simultaneamente, desvalorizar moral e intelectualmente as pessoas simples. Contudo, é necessário pensar o indivíduo de baixa hierarquia funcional num contexto de segurança pública que supervaloriza a hierarquia, a disciplina, e deriva de uma tradição autoritária voltada ao controle de "classes perigosas". Na história do Brasil independente, foi constante a mobilização dos aparatos de segurança pública para impor aos pobres uma subjetividade voltada ao trabalho, afastar ideias revolucionárias estrangeiras e conter supostas ameaças aos negócios e visões de mundo de uma seleta elite (FELITTE, 2023; ODON, 2013).

> Na Velha República, contravenções incriminavam perigos meramente abstratos, sem a necessidade de se observar qualquer violação real de direitos. Para se ter ideia do impacto desta previsão penal, em 1908, só no Rio de Janeiro, mais de 3.500 contravenções foram processadas, contra pouco mais de 3.000 processos crimes. No caso da vadiagem, o Código Penal a configurava pelo mero ato de não possuir profissão, domicílio certo e meios próprios de subsistência. Esta preocupação em punir condutas ligadas à falta de ofício, porém, já havia sido demonstrada antes, justamente quando se discutia o fim da escravidão no Brasil. Em 1888, o então Ministro da Justiça, Ferreira Viana, apresentou projeto de lei para combater a ociosidade como resposta à Abolição (FELITTE, 2023, p. 65).

Somadas às considerações anteriores sobre as origens remotas das contravenções de mendicância e vadiagem, o autor nos permite ilustrar o que chamamos de mudanças sutis de forma sem alterar a essência de certas ideias coloniais.

Avançando para o contexto mais próximo, a Guanabara do início dos anos 1960 nos traz abundantes casos de repressão, prisões arbitrárias, tortura e violações variadas à dignidade de pessoas encarceradas. Antonio (2021) apresenta diversas denúncias jornalísticas contra estabelecimentos prisionais e a ampla mobilização policial para conter manifestações após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Desse modo, como descartar um eventual conhecimento prático de *como se faz policiamento*, mesmo que incoerente

com as previsões legais? Até onde a obediência à hierarquia permitiria liberdade de ação ao guarda-noturno? Até onde existiria hierarquia diante da situação específica de guarda-noturno emprestado a outra repartição?

Se pensarmos na hierarquia funcional do SRM, chegamos ao inspetor Alcino Pinto Nunes, chefe do setor à época dos crimes. Em outubro de 1954, durante um inquérito sobre o atentado na rua Tonelero[21], alguns jornais revelaram breves dados biográficos sobre Alcino. O inspetor era natural do estado do Rio de Janeiro, com 37 anos à época e solteiro. Fora nomeado investigador em 1943, por meio de concurso, e designado para servir na Divisão de Polícia Política e Social (DPS), onde permanecia até então. Residia em um condomínio na rua Machado de Assis, n. 39, apartamento 104. Trabalhou no Palácio do Catete durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), até cerca de oito ou dezoito meses antes de findar o mandato presidencial. Alcino era amigo de Gregório Fortunato e de sua esposa, e fora nomeado inspetor da DPS em abril de 1953, tendo servido na guarda pessoal do Presidente Getúlio Vargas à disposição da família de Gregório[22].

Por um breve momento após o atentado na rua Tonelero, houve certa confusão entre diferentes Alcinos. O pistoleiro do caso era Alcino João do Nascimento, mas os jornais da época foram céleres em esclarecer o impasse[23]. Como é de amplo conhecimento na história política nacional, o atentado implicou diretamente o chefe da guarda pessoal do então Presidente Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, como mandante do crime. Contudo, a proximidade entre Alcino e Gregório não deixou de ter consequências para o inspetor. Poucos dias após o depoimento, em 21 de outubro de 1954, Alcino foi suspenso da polícia por 15 dias por conduzir "[...] em automóvel oficial pessoa estranha ao serviço e ligada a elemento envolvido no atentado da Rua Toneleros, e por ter dado, também, tratamento especial a Juraci Lencina,

21 Atentado da rua Tonelero se refere a uma tentativa de homicídio contra Carlos Lacerda em agosto de 1954. Lacerda foi alvejado no pé esquerdo e Major Rubens Florentino Vaz, da Força Aérea Brasileira (FAB), que cuidava de sua segurança pessoal no dia, foi assassinado. Devido à relevância política do acontecimento e óbito de um oficial da AFA, as investigações levaram à criação de um Inquérito Policial Militar (IPM) conduzido na Base Aérea da FAB, na Ponta do Galeão, que ficou conhecida como República do Galeão (ANTONIO, 2021).

22 DEPÕE o inspetor Alcino da Divisão de polícia Política e Social. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 1º out. 1954. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/35487. Acesso em: 31 mai. 2024; O DEPOIMENTO do Inspetor Alcino Pinto Nunes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º out. 1954. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_07/44345. Acesso em: 31 mai. 2024.

23 O CHEFE de Polícia avocou inquérito sobre o atentado. *Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030678/1322. Acesso em: 31 mai. 2024; NÃO É o inspetor Alcino. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1954. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/34438. Acesso em: 31 mai. 2024.

mulher de Gregório Fortunato, enquanto a polícia investigava o caso [...]"[24]. Apesar da punição, as relações pessoais e favores não terminaram, conforme noticiado em novembro de 1955, quando Alcino e Juraci se envolveram num acidente de carro na avenida Brasil[25].

Conforme a relação de pessoas em situação de rua recolhidas pelo SRM e enviadas para outros estados, apresentadas nos autos da CPI sobre a "Operação mata-mendigos", podemos supor que Alcino passou a chefiar aquele serviço por volta de agosto de 1962[26]. Quando do seu depoimento à CPI, o endereço se mantém, mas o apartamento se altera para o n. 906[27]. Alcino não esteve presente em qualquer das viagens de extermínio realizadas, mas sua posição hierárquica levou ao enquadramento em diversos crimes relativos ao caso[28].

Como os demais implicados na "Operação mata-mendigos", Alcino foi preso preventivamente logo após as primeiras denúncias. Em 1974, mais de 10 anos depois, obteve liberdade provisória para aguardar seu julgamento, o que foi retratado pela imprensa como um atestado inequívoco do mau funcionamento de nosso sistema judicial: "[...] das duas uma, ou um inocente pode ficar 11 anos preso ou um culpado de homicídios é capaz de driblar o julgamento por mais de uma década"[29]. No ano seguinte, Alcino veio a óbito ainda aguardando julgamento[30] e sem a prescrição de seus crimes, cuja pena

24 CHEFE de polícia suspendeu inspetor Alcino P. Nunes. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 21 out. 1954. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/25725. Acesso em: 31 mai. 2024.

25 A MULHER de Gregório Ferida no desastre. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 18 nov. 1955. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/30569. Acesso em: 31 mai. 2024.

26 GUANABARA. Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar os fatos relacionados com a matança de mendigos no rio da Guarda e desaparecimento de cidadãos da Invernada de Olaria e demais estabelecimentos policiais do estado*. 1963 [Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fundo ALEG. Dossiê 2000-2.05, Pasta P1065]. Uma síntese dos dados em forma de tabela é apresentada por Mariana Dias Antonio (2021).

27 GUANABARA. Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar os fatos relacionados com a matança de mendigos no rio da Guarda e desaparecimento de cidadãos da Invernada de Olaria e demais estabelecimentos policiais do estado*. 1963 [Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fundo ALEG. Dossiê 2000-2.05, Pasta P1068].

28 A sentença de pronúncia de 1963, analisada por Antonio (2021), responsabilizava Alcino Pinto Nunes por 13 homicídios triplamente qualificados (Art. 121, §2º, incisos I, III e IV do Código Penal), 1 homicídio duplamente qualificado (Art. 121, §2º, incisos I e IV), 14 casos de violência arbitrária com coautoria de crime e concurso material (Arts. 322, 25 e 51 do Código Penal) e 1 caso de peculato (Art. 312 do Código Penal).

29 ALCINO e a reforma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1974. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/30980. Acesso em: 31 mai. 2024.

30 FOI UM rio que passou. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 318, 1º a 07 ago. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/124745/10595. Acesso em: 31 mai. 2024.

era calculada em aproximadamente 400 anos.

Uma série de colunas e matérias publicadas em *O Jornal*, na década de 1970, e assinadas pelo jornalista Amado Ribeiro, o primeiro denunciante da "Operação mata-mendigos" nas páginas do *Ultima Hora* (ANTONIO, 2021, MONTEIRO, 2020), demonstra eventuais mudanças na percepção do jornalista sobre o inspetor, sendo dignas de citações diretas:

> Alcino, nomeado para a Polícia nos governos anteriores ao do sr. Carlos Lacerda, foi alvo, da parte deste, de uma perseguição implacável, tanto que foi inicialmente demitido, embora sendo funcionário público estável, sem o competente inquérito administrativo, que só se instaurou após a consumação da demissão.
>
> Enfim, aí está Alcino, depois de mais de 20 anos de relevantes serviços prestados à ordem pública, possuindo, inclusive, várias medalhas reconhecedoras de seus méritos, à espera de seu julgamento, completamente esquecido na prisão em que se encontra [...], com exceção apenas de alguns colegas e amigos que não o desampararam de todo[31].
>
> Alcino se apega para protestar inocência, na alegação de que fora apenas um joguete nas mãos daqueles que tentaram e conseguiram destruí-lo, pelo simples fato de haver servido na guarda pessoal do presidente Vargas, quando, através de dona Juraci, esposa do "tenente" Gregório, subiu na vida sem acertar na loteria.
>
> As regras mudadas do jogo inferiorizado, conta Alcino que seus chefes imediatos viram, já no governo do sr. Carlos Lacerda, a oportunidade de levá-lo à degradação e à cadeia. Para tanto, o nomearam para chefe do Setor de Repressão à Mendicância, órgão subordinado à Delegacia de Vigilância, que tratava os pedintes simplesmente como caso de polícia[32].
>
> Alcino está preso há nove anos, tempo suficiente para que tenha feito completo exame de consciência e analisado a extensão de sua própria culpa. [...] Sabe que foi omisso ao permitir que seus

31 RIBEIRO, Amado. Mata-mendigos podem pegar 1.200 anos de prisão. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1971. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/95208. Acesso em: 31 mai. 2024.

32 RIBEIRO, Amado. Um pobre diabo enfrenta a lei. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 07 out. 1971. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/97196. Acesso em: 31 mai. 2024.

> auxiliares conduzissem velhos e velhas para locais distantes onde eram abandonados para morrer de fome e frio. [...] Foi humilhado, demitido, perdeu a fortuna e a família. É um réprobo e de olhos baixos parecia implorar a misericórdia dos jurados.[33]

Por fim: "Arruinado física e financeiramente, Alcino Pinto Nunes é o fantasma de uma época tumultuada, vítima também dessa mesma época que permitiu sua entrada para a Polícia através de uma nomeação sem concurso. Já sofreu três enfartes na prisão"[34].

Alcino esteve preso em diferentes lugares, como o Regimento de Cavalaria Caetano de Faria e a Penitenciária Lemos Brito, e realmente foi vítima de três infartos entre 1964 e 1965. Mas não deixa de ser curiosa a forma como o grande denunciante da "Operação mata-mendigos" na esfera pública retrata o inspetor na década seguinte. Talvez a melhor explicação para isso precise ir além da contradição ou da mudança de perspectiva, reforçando as hipóteses de que o evento apenas instrumentalizou os homicídios como forma de atacar o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Essa constatação implica retomar a autocrítica citada no início do presente texto (ANTONIO, 2021).

Pensar o evento através de uma história vista de baixo permanece de extrema relevância, mas as fontes parecem impulsionar as hipóteses de volta para dois grandes atratores, duas esferas de influência *para as quais* e *através das quais* o acontecimento público, noticioso, foi cirurgicamente elaborado para preservar uma oposição de Samuel Wainer contra Carlos Lacerda, *Ultima Hora* contra Governo da Guanabara, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contra União Democrática Nacional (UDN). Enquanto funcionário de carreira que transitou por uma sucessão de governos, mudanças e injunções políticas e administrativas, Alcino foi capaz de encarnar posições contraditórias aos olhos de um mesmo observador, o jornalista Amado Ribeiro.

Contrastes nas formas de retratar Alcino não surgem apenas entre momentos distintos, mas também em relatos distintos. O jornalista Álvaro Caldas rememora sua prisão no Regimento de Cavalaria Caetano de Faria no início da década de 1970. "Daquele mesmo processo Mata-mendigos

33 RIBEIRO, Amado. Mata-mendigos: toda uma época no banco dos réus. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 08 out. 1971. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/97228. Acesso em: 31 mai. 2024.

34 RIBEIRO, Amado. Mata-mendigos: julgamento em 73 trará de volta ao banco dos réus Alcino, velho e doente. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 out. 1972. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/107217. Acesso em: 31 mai. 2024.

mais dois acusados cumpriam penas no Caetano de Faria, ocupando uma das duas celas menores que ficavam à esquerda da nossa, mas sem as regalias desfrutadas pelo delegado Alcino" (CALDAS, 1980, p. 213). Nesse período, Alcino já havia sofrido os três infartos ora citados, e é difícil precisar se as pretensas regalias derivaram de seu prestígio perante as forças de segurança pública ou da sua condição de saúde.

Ainda entre memórias do cárcere, encontramos outra versão de Alcino num relato do ex-estudante de agronomia da Universidade Rural do Brasil, José Lorenzetti, publicado num boletim religioso. José foi preso político por alguns meses em 1967, no Regimento Caetano de Faria. Alcino supostamente atendia pelo apelido de "Cunha" e era uma espécie de chefe da prisão, na base da briga. Descrito como mulato e treinado em judô, jiu-jitsu e capoeira[35], é difícil acreditar que o sobrevivente de três infartos aos 50 anos se enquadra na descrição apresentada, além de que Alcino não era mulato. A descrição talvez seja aplicável a outros perpetradores da "Operação mata-mendigos", como José Mota ou Pedro Saturnino dos Santos. Entretanto, José Mota faleceu em abril de 1964 (ANTONIO, 2021). Pedro é apresentado nas memórias de Álvaro Caldas como:

> [...] quase um gigante em tamanho e na força, mas sem o menor traço de inteligência. [...] não falava com ninguém, andava sempre de calção e com uma camisa de malha sem manga, exibindo uns braços musculosos, carregando baldes de água o dia inteiro para lavar os cavalos do regimento [...]. Mas *Tranca-Rua* não reclamava de nada, falava apenas com os cavalos que ele pacientemente escovava, preocupava-se somente em arrumar com uma obstinada perfeição os obstáculos na pista de equitação – e ficava satisfeito da vida com isso (CALDAS, 1981, p. 213).

É muito possível que José Lorenzetti tenha se equivocado, mas o perfil pacífico de Pedro Saturnino dos Santos na década de 1970 não permite supor o mesmo pacifismo na década anterior. Caldas (1981) também comenta sobre o perfil indignado de outro implicado na "Operação mata-mendigos", Nilton Gonçalves da Silva, mas reduz seus comentários a sermões e falas coléricas sem mencionar sua conformação física ou um histórico de violência.

35 LORENZETTI, José. [relato sem titulo]. *Nossa vida em comum*: *Boletim informativo da província Imaculada Conceição*, RS, Brasil. Passo Fundo, n. 02, 1982, p. 4-9. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/82004799/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004799_d0001de0001.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

Apesar da constatação de diversos ruídos e um alto grau de entropia, as memórias do cárcere comumente são traumáticas e resultam em diversas formas possíveis de enquadramento e evocação. Usualmente tais problemas são superados através da redundância, confrontando-se diversos relatos, mas tal missão encontra-se prejudicada pela escassez de fontes. Ademais, nossa atenção às fontes jornalísticas e relatos do cárcere é igualmente passível das críticas ora tecidas, a partir de Souza (2010) e Spivak (2010), não restando qualquer pretensão acadêmica à neutralidade e à soberania de um discurso intelectual igualmente mediado.

Considerações Finais

Entre sete perpetradores e 28 vítimas (entre executados e sobreviventes), a apresentação mais detalhada de duas histórias de vida para cada caso nos permite tocar, ainda que brevemente, a complexidade da "Operação mata-mendigos" a partir de uma história vista de baixo. Olindina era uma mulher nordestina de passado tradicional, talvez até aristocrático, que tentou a vida no Rio de Janeiro e frequentou as ruas muito transitoriamente enquanto buscava tratamento psiquiátrico. Ari, homem, também nordestino de passado tradicional, tentou a vida no Rio de Janeiro abraçando a rua e a mendicância como empreendimento, aparentemente por uma escolha deliberada. Pedro, homem nordestino, de passado sofrido, também tentou a vida no Rio de Janeiro. Conheceu, sofreu e perpetrou a violência de diferentes formas, em diferentes momentos e diferentes posições. Brutalizado e brutificado pela vida, talvez sequer dispusesse de condições para reconhecer a gravidade dos atos praticados junto aos colegas do SRM, conforme alegava seu advogado de defesa que sequer sustentava a inocência do cliente. Alcino era natural do Rio de Janeiro, servidor de carreira da Segurança Pública que ocupou diferentes posições de chefia ao longo dos anos, em diferentes governos e diferentes esferas. Entre a proximidade aos altos escalões policiais de Vargas e Lacerda, parece ter se perdido em intrigas e se tornado alvo fácil de disputas políticas acima do seu controle. Não é possível isentá-lo de sua inação enquanto responsável pelo SRM, mas deve-se reconhecer que, nos poucos meses em que esteve à frente do serviço, as referidas intrigas o levaram a pagar com a saúde e a liberdade. Olindina também pagou com a saúde e a liberdade, por algum tempo, mesmo inocente de qualquer imputação criminal. Ari pagou com a liberdade e a vida por ter

praticado contravenção penal à época, mas o ordenamento jurídico pátrio nunca previu pena de morte para tais contravenções.

O entrecruzamento dessas histórias individuais no trágico desfecho que ficou conhecido como "Operação mata-mendigos" demonstra uma série de questões: uma tradição policial autoritária que confunde problemas sociais com casos de polícia; a instrumentalidade ou pragmatismo de "soluções definitivas" e autoritárias mesmo sob um regime democrático; um país de oportunidades desiguais, com parcelas de terra simbolicamente delimitadas pela miséria e pela esperança de prosperidade; e articulações no jogo político com consequências nefastas para os "peões do tabuleiro" e para aqueles que sequer fazem parte deste, que, além de não-agentes do jogo, poderíamos categorizar até mesmo como não-cidadãos.

Nosso breve esboço das trajetórias de pessoas reais, como nós, permite diferentes exercícios de empatia histórica e revela um conjunto de questões e acontecimentos que culminou na tragédia já abordada pelos prismas da História Cultural e Política (ANTONIO, 2021), mas priorizando o entrecruzamento de destinos ao invés de campanhas políticas e midiáticas de oposição.

O grande número de fontes de imprensa utilizadas nos levou a problematizar essas formas de comunicação mediadas e seu conjunto de instâncias e profissionais intermediários que enquadram, elaboram e filtram o que será ou não será publicado, como e quando. É comum aos jornalistas de ontem e hoje recriar e reproduzir lugares comuns sobre o mundo social, elaborando, reforçando e mantendo crenças e mitos (SOUZA, 2010). Não é por acaso que um dos cânones das teorias da comunicação e do jornalismo, Walter Lippmann (2010), situe exatamente os estereótipos como operação psicológica de simplificação da realidade social. Mas mantendo a postura autocrítica que motivou esse trabalho, reiteramos a vigilância ética e epistemológica necessária para reconhecer sua dupla mediação, motivo pelo qual deixamos todas as fontes disponíveis. A escrita da história também é um exercício de comunicação e, tal como os jornalistas, historiadores e cientistas sociais também simplificam a realidade social a partir de determinadas visões de mundo, ferramentas analíticas e um repertório cultural. E seus textos também visam determinados públicos e suas formas de apropriação do conteúdo lido.

Entre as várias mediações possíveis, inclusive a do historiador, é imperioso que a empatia histórica seja objeto de um exercício contínuo, considerando a multiplicidade de atores sociais envolvidos na produção e consumo dos acontecimentos históricos e das narrativas sobre eles. Apesar das limitações evidentes no escopo restrito e nas tipologias de fontes

mobilizadas, bem como os limites e horizontes utópicos de uma história vista de baixo, essa breve incursão por poucas histórias individuais tão diversas entre si permite sanar, mesmo que parcialmente, a prévia inexistência de uma história vista de baixo para o objeto de interesse.

Por fim, este artigo também é uma prestação de contas aos familiares de pessoas comuns envolvidas na "Operação mata-mendigos", que tiveram maior esclarecimento do caso e das trajetórias de seus familiares a partir da tese de doutoramento que nos motivou e dos artigos que dela derivaram, demonstrando a necessidade da autocrítica ali contida.

Referências

ANTONIO, Mariana Dias. *A "operação mata-mendigos" na Guanabara: representações e apropriações no jornal Ultima Hora, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no teatro e no cinema*. 2021. 547p. Tese (Doutorado em História), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte* - um mal necessário? São Paulo: Mandarino, 1971.

BARBOSA, Adriano; MONTEIRO, José. *Violência*: do esquadrão ao mão branca. Rio de Janeiro: Jaguaribe Gráfica e Editora. 1980.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 2. ed. Rio de Janeiro, CODECRI, 1981.

CARVALHO, Ana Paula Rodrigues. O que não é empatia histórica? Definição e usos de um conceito controverso. *Revista História Hoje*, v. 12, n. 26, p. 240-264, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i26.971. Acesso em: 31 mai. 2024.

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. Natal: EDUFRN, 2015.

ENDACOTT, Jason L.; BROOKS, Sarah. An updated theoretical and practical model for promoting historical empathy. *Social Studies Research and Practice*, v. 8, n. 1, p. 41-58, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1108/SSRP-01-2013-B0003. Acesso em: 28 dez. 2025.

FELITTE, Almir Valente. *História da polícia no Brasil*: estado de exceção

permanente? São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.

FREITAS, Renata Martins de. *População em situação de rua e a questão social no Rio de Janeiro: algumas mediações possíveis*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018, 174p.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Acesso em: 29 dez. 2025.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*: A origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONTEIRO, Karla. *Samuel Wainer*: o homem que estava lá. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ODON, Tiago Ivo. *A linguagem penal do contrato social brasileiro*: o inimigo, a guerra e a construção da ordem contra a sociedade no Brasil (1822-1890). Brasília: Senado Federal, 2013.

PEREIRA, Caio César Cuozzo. *As viagens sem volta do Corvo: oposição política ao governo Carlos Lacerda nas matérias do jornal Última Hora.* 2017. 89p. Monografia (Licenciatura em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter. *Dos bondes ao Hippie Drive-in*. Natal: EDUFRN, 2017.

RODRIGUES, Igor de Souza. *A Construção Social do Morador de Rua*: o controle simbólico da identidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. 129p.

SALMON, Lucy Maynard. *Main Street*. Nova Iorque: impressão independente, 1915.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 39-63.

SILVA, Evandro Cruz. *Até tirar-lhes a vida: uma genealogia do auto de resistência*. 2023. 216p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2023.

SOUZA, Candice Vidal e. *Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os Mendigos na cidade de São Paulo*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade;* Arcoverde (Rio Branco), reminiscências e notas para sua história. 2. ed. Recife: Centro de Estudos de História Municipal / FIAM, 1983.

Fontes: jornalismo impresso

A MULHER de Gregório Ferida no desastre. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 18 nov. 1955. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/30569. Acesso em: 31 mai. 2024.

ALCINO e a reforma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1974. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/30980. Acesso em: 31 out. 2024.

CHEFE de polícia suspendeu inspetor Alcino P. Nunes. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 21 out. 1954. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/25725. Acesso em: 31 mai. 2024.

CONFIRMADO: Mendigos Foram Chacinados Por Policiais da Guanabara! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/92325. Acesso em: 25 dez. 2025.

DEPÕE o inspetor Alcino da Divisão de polícia Política e Social. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 1º out. 1954. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/35487. Acesso em: 31 mai. 2024.

EX-JUIZ contra mata-mendigos. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1963. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/386030/87956. Acesso em: 30 mai. 2024.

FOI UM rio que passou. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 318, 1º a 07 ago. 1975.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/124745/10595. Acesso em: 31 mai. 2024.

LORENZETTI, José. [relato sem titulo]. *Nossa vida em comum*: *Boletim informativo da província Imaculada Conceição*, RS, Brasil. Passo Fundo, n. 02, 1982, p. 4-9. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/82004799/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004799_d0001de0001.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

MENDIGA CONFIRMA massacre no rio e deputado denuncia prisões ilegais no Abrigo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/37308. Acesso em: 30 mai. 2024.

MENDIGA QUE denunciou crimes do Rio da Guarda depôs ontem na Polícia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/37595. Acesso em: 30 mai. 2024.

MENDIGA SOBREVIVENTE foi "deportada" para Recife. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1963. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/386030/87498. Acesso em: 30 mai. 2024.

MOREL, Mário. Profissão: Mendigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1957. p. 24-28. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/17995. Acesso em: 30 mai. 2024.

NÃO É o inspetor Alcino. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1954. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/34438. Acesso em: 31 mai. 2024.

O CHEFE de Polícia avocou inquérito sobre o atentado. *Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030678/1322. Acesso em: 31 mai. 2024.

O DEPOIMENTO do Inspetor Alcino Pinto Nunes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º out. 1954. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_07/44345. Acesso em: 31 mai. 2024.

PORTILHO, Creston. Tranca-Rua: as memórias de um condenado a 361 anos de prisão. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968. p. 64-68. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/91555. Acesso em: 30 mai. 2024.

RIBEIRO, Amado. Mata-mendigos podem pegar 1.200 anos de prisão. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1971. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/95208. Acesso em: 31 mai. 2024.

RIBEIRO, Amado. Um pobre diabo enfrenta a lei. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 07 out. 1971. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/97196. Acesso em: 31 mai. 2024.

RIBEIRO, Amado. Mata-mendigos: toda uma época no banco dos réus. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 08 out. 1971. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/110523_06/97228. Acesso em: 31 mai. 2024.

SALVOU-SE no rio da Guarda por ser campeã de natação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1963. p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/28084. Acesso em: 30 mai. 2024.

Fontes: jornalismo eletrônico

A MATANÇA de moradores de rua no Rio Guandu durante o governo de Carlos Lacerda. *O Globo*. 17 mai. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2022/05/matanca-de-moradores-de-rua-no-rio-guandu-durante-o-governo-de-carlos-lacerda.ghtml. Acesso em: 30 mai. 2024.

CAMARGO, Francisco. Sem esquecer a operação mata mendigo. *Plural*. 27 mai. 2021. Disponível em: https://www.plural.jor.br/colunas/francisco-camargo/sem-esquecer-a-operacao-mata-mendigo/. Acesso em: 30 mai. 2024.

PAVIOTTI, Joel. Carlos Lacerda, o governador que mandava matar mendigos. *Iconografia da História*. 17 nov. 2020. Disponível em: https://iconografiadahistoria.com.br/2020/11/17/carlos-lacerda-o-governador-que-mandava-matar-mendigos/. Acesso em: 30 mai. 2024.

SILVA, Roberto Bitencourt. Combater o lacerdismo de Bolsonaro. *Jornal GGN*. 27 mar. 2021. Disponível em: https://jornalggn.com.br/artigos/combater-o-lacerdismo-de-bolsonaro-por-roberto-bitencourt-da-silva/. Acesso em: 30 mai. 2024.

Outras fontes

GUANABARA. Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar os fatos relacionados com a matança de mendigos no rio da Guarda e desaparecimento de cidadãos da Invernada de Olaria e demais estabelecimentos policiais do estado*. 1963 [Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fundo ALEG. Dossiê 2000-2.05, Pastas P1065, P1066 e P1068].

Tradução

DO TRAUMA HISTÓRICO[1]

Du trauma historique

Sabina Loriga[2]
Tradução: Névio de Campos e Oriomar Skalinski Junior[3]



Andrea Jacchia, *Bernadotte*

1 O original foi publicado na Revista *Passés futurs* (*Dossier Passés non Maîtrisés*), Plataforma Politika, n. 1, jun. 2017. Disponível em: http://www.politika.io/fr/notice/du-trauma-historique. (N. dos T.)

2 Historiadora e diretora de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

3 Artigo traduzido por Névio de Campos e Oriomar Skalinski Junior. Revisão da tradução realizada por Cristiane G. Bachmann.

> Diferença entre a alma e as menores partes do corpo. Estas tendem, na flutuação de condições que aparecem e desaparecem, a retornar ao seu estado inicial. A alma, ao contrário, retém as consequências dos influxos recebidos, mesmo após a incidência de influxo de sentido oposto: segundo a bela frase de Schleiermacher, que declara que nela nada perece.
>
> Wilhelm Dilthey

O trauma psíquico

Entre 1870 e 1930, o conceito de *trauma* se enriquece de novos significados. Embora mantenha sua conotação médico-cirúrgica, ele começa a ser utilizado numa perspectiva psicológica, para designar as lesões psíquicas decorrentes de um acontecimento inesperado e de uma violência extrema sobre um sujeito que pode ter a impressão de uma morte iminente.[4] Na França, Jean-Martin Charcot observa, em suas *Leçons sur les maladies du système nerveux* ["Lições sobre as doenças do sistema nervoso"] (1885-1887), ao analisar sete casos de histeria masculina, que os sintomas histéricos podem ser desencadeados por um "choque" traumático (MICALE, 2001). Alguns anos mais tarde, em sua tese intitulada *L'Automatisme psychologique* ["O automatismo psicológico"], Pierre Janet (1889) apresenta vinte e um casos de neurose traumática (LEYS, 2000). O conceito de *trauma* ocupará um lugar central ao longo de todo o desenvolvimento da obra de Sigmund Freud, desde "Estudos sobre a histeria" (1895) até "Moisés e o monoteísmo" (1939).[5]

4 Mark S. Micale e Paul Lerner (2001) sublinham a ligação entre a mudança de significação do conceito e o advento da modernidade. Ver também Michael S. Roth (2011).

5 Na sua reconstrução das diversas concepções do trauma na obra de Freud, Sylvie Dreyfus distingue ao menos três tipos de trauma: o trauma de origem sexual, ligado à castração, que tem uma dimensão elaborativa (1895); o trauma acontecimental, conceituado a partir do fim dos anos 1910; e o trauma coletivo, elaborado ao final de sua obra. Ver Silvie Dreyfus (2005). [Edições em português das referidas obras de Freud: FREUD, Sigmund. (1895). *Obras Completas, volume 2*: Estudos sobre a Histeria (1893-1895), em coautoria com Josef Breuer. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; FREUD, Sigmund. (1939). Moisés e o monoteísmo. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras Completas, volume 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13-188. As citações de Freud não foram traduzidas por nós. Utilizamos as

A questão logo assume uma dimensão social. O neurologista alemão Hermann Oppenheim [1858-1919] introduz o conceito de "trauma psíquico" para descrever o impacto dos acidentes de trabalho ou dos acidentes ferroviários. A partir do estudo de quarenta e dois casos de neurose, ele propõe uma tese psicogênica: o pavor (em alemão: *Schreck*) pode causar um abalo emocional intenso a ponto de alterar a psiquê de forma duradoura (LERNER, 2001)[6]. No mesmo período, outros médicos estudam os efeitos psíquicos dos abusos sexuais, das violentas convulsões políticas e da guerra.

Os primeiros relatos médicos de lesões psíquicas ocasionadas pelo combate remontam à Guerra Civil Norte-americana (Silas Weir Mitchell) e ao conflito russo-japonês na virada do século (Adam Cygielstrejch). Posteriormente, durante a Primeira Guerra Mundial, a psiquiatria militar interessa-se primeiro pelo "choque das trincheiras", causado pelo terror do bombardeio de artilharia e pelo horror da carnificina dos corpos destroçados por projéteis, minas ou granadas, assim como pela "traumatofobia" (literalmente "medo de ferimentos") invocada para justificar condenações e execuções por "covardia" diante do inimigo (MOSSE, 2000). Karl Abraham, William Halse Rivers, Ernst Simmel, Sandor Ferenczi e Victor Tausk estavam todos engajados como psiquiatras militares (DOUVILLE, 2014; GAUDILLIÈRE, 2010). Eles prefiguram algumas das reflexões propostas por Freud em *Além do princípio do prazer*:

> Há muito se conhece um estado que sobrevém após sérias comoções mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes com risco de vida, ao qual se deu o nome de "neurose traumática". A terrível guerra que há pouco terminou fez surgir um grande número dessas doenças, e ao menos pôs fim à tentação de atribuí-las a uma lesão orgânica do sistema nervoso, ocasionada por força mecânica. O quadro da neurose traumática avizinha-se ao da histeria por sua riqueza de sintomas motores semelhantes, mas supera-o normalmente nos sinais bastante desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como numa hipocondria ou melancolia, e nas evidências de um mais amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas. (FREUD, 2010, p. 168)[7]

traduções existentes no Brasil. Portanto, a paginação das passagens indicadas por Sabina Loriga, na versão em português deste artigo, segue a tradução brasileira de Freud. (N. dos T.)].

6 A respeito dos traumas psíquicos provocados pelos acidentes ferroviários, consultar as contribuições de Ralph Harrington (2001) e Eric Caplan (2001). Na Alemanha, mas também na França, um conjunto de medidas confere o reconhecimento legal à neurose traumática.

7 No entanto, como mostram Didier Fassin e Richard Rechtman (2007), os grupos desses

A Segunda Guerra Mundial não marca um avanço da reflexão sobre as neuroses de guerra (LEYS, 2000).[8] Nos anos seguintes, notadamente duas outras dimensões são visadas: de um lado, as consequências psíquicas da experiência do campo de concentração; de outro, a força de sedução psicológica do nazismo.

Bruno Bettelheim foi um dos primeiros a levantar a questão da desintegração da personalidade nos campos. Preso pelos nazistas em maio de 1938, deportado para Dachau e depois, após os Acordos de Munique, para Buchenwald, ele foi libertado em maio de 1939. No artigo "Comportement individuel et comportement de masse dans les situations extremes" ["Comportamento individual e comportamento de massa em situações extremas"], publicado em 1943, ele analisa a lenta evolução do deportado, do trauma original, ligado à ilegalidade da prisão, à perda de autonomia, podendo ir até a identificação com os carrascos. Para descrever as mudanças psíquicas que ocorrem nos campos, ele propõe o conceito de "situação extrema". Como podemos lê-lo em um texto posterior, publicado no livro *Survivre* ["Sobreviver"]:

> Nós nos encontramos em uma situação extrema quando de repente somos arremessados a um conjunto de condições de vida em que nossos valores e antigos mecanismos de adaptação não funcionam mais e alguns deles até põem em perigo as próprias vidas que estavam destinados a proteger. (BETTELHEIM, 1979, p. 24)[9]

Além de pôr em evidência a dificuldade de acreditar na realidade dos campos, Bettelheim igualmente reflete sobre a experiência do sobrevivente. Ela é marcada por uma dupla temporalidade. De um lado, o momento em que ocorre o trauma:

primeiros casos psicanalíticos não foram considerados, e a psiquiatria, que por muito tempo se manteve hesitante, continuou a "desmascarar" os simuladores.

8 É significativo que o documentário *Que se faça luz (Let There Be Light)*, dirigido por John Huston, que retrata a terapia de alguns soldados traumatizados pela guerra, só tenha sido lançado em 1981. [Produção realizada em 1946. (N. dos T.)].

9 Edição em português: BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. (N. dos T.)

> Isto é, a desintegração da personalidade que resulta da detenção em um campo de concentração alemão; essa experiência destruía totalmente a vida social do indivíduo, privando-o de todos os seus suportes anteriores, tais como sua família, seus amigos, sua posição na vida, ao mesmo tempo que o submetia a um regime extremo de terrorismo e degradação em que os piores tratamentos se misturavam a uma ameaça direta de morte, inescapável e onipresente. (BETTELHEIM, 1979, p. 39-40)[10]

De outro lado, as repercussões desse trauma, que perduram por toda a vida: o sobrevivente sente-se culpado por ter sido salvo; como ele pode aceitar a "prodigiosa sorte" de ter sobrevivido?

A questão da força de sedução psicológica do nazismo é abordada por muitos autores: desde o fim da Segunda Guerra Mundial, eles têm questionado as motivações do "amor ao Führer".[11] É nessa perspectiva que, em 1967, os psicanalistas Alexander Mitscherlich e Margarete Mitscherlich (1972, p. 37) escrevem que Hitler era "uma encarnação do eu ideal de todo alemão" e que os processos por crimes de guerra depois de 1945 (notadamente aquele contra Eichmann) mostraram que os nazistas presos não tinham sofrido nenhum choque particular (nenhuma depressão, nenhum arrependimento ou desespero). De acordo com seu diagnóstico, a nova sociedade alemã se assenta em um "recalque coletivo das memórias do Terceiro Reich". Longe de cair na melancolia, os alemães retiraram as "energias de investimento" de todo o período nazista. Em vez de procurar "as razões psicológicas pelas quais nos tornamos apoiadores de um 'guia' que apenas nos levou à mais grave catástrofe material e moral de nossa história", eles consagraram toda sua energia à reconstrução econômica e industrial do país. Em suma, os alemães consumaram uma "desrealização": o passado "cai no esquecimento, como um sonho" (MITSCHERLICH; MITSCHERLICH, 1972, p. 37).[12]

Nos anos 1970, 1980 e 1990, a questão da "síndrome do sobrevivente" é cada vez mais apreciada fora do estrito campo clínico, a fim de explicar a experiência dos sobreviventes, assim como das vítimas indiretas das ações genocidas do século XX, que não vivenciaram o acontecimento traumático,

10 Ver também Ernest A. Rappaport (1968).

11 Ver, entre outras, a pesquisa sobre o indivíduo potencialmente fascista, de Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford (2007). [Edição em português: ADORNO, Theodor W. *et al*. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019]; ou a de David Riesman (1964).

12 Consultar igualmente Lothar Baier (1985).

mas foram esfaceladas pela massividade da perda. Trata-se de uma mudança fundamental, ao menos por duas razões: o trauma assume simultaneamente uma dimensão coletiva e hereditária. Partindo de sua própria experiência, Helen Epstein investiga outras pessoas da segunda geração, ou mesmo da terceira, que absorveram o trauma de seus pais através de uma espécie de osmose silenciosa (EPSTEIN, 2012; VEGH, 1979; ZAJDE, 1995). Marianne Hirsch (1992), por seu turno, cunhou o termo *pós-memória* para descrever a relação que a "geração seguinte" mantém com o trauma cultural, coletivo e pessoal vivido por aqueles que a precederam. Pouco a pouco, a questão da transmissão intergeracional (que ocorre entre as gerações em contato e é exercida em ambas as direções, descendente e ascendente) e transmissão transgeracional (que é exercida na direção descendente entre as gerações a distância) torna-se central. Relacionada com sua experiência de filha de pais que sobreviveram ao genocídio armênio em 1915, Janine Altounian (1990, 2000, 2009) abre uma rica reflexão coletiva sobre a herança do trauma. Descobrimos que o horror vivido e secreto pode se repetir: ele atravessa o tempo, passando de maneira implícita e indireta através das gerações, a saber, entre gerações que coexistem, mas também entre gerações que nunca conviveram (VILLA; WEIL, 2011). Podemos constatar que o trauma pode reavivar a história das gerações precedentes: por exemplo, os traumas vividos durante a guerra civil argelina, iniciada em 1992, fazem ressurgir outros traumas, originários da guerra colonial, reprimidos e não tratados (CHERKI, 2002).[13] Em suma, como Françoise Davoine e Jean-Max Gaudillière sublinham, a história individual incorpora as fendas e as feridas da história mundial; por essa razão, as histórias singulares só podem começar a ser contadas em conexão com a grande história, também do lado do analista (DAVOINE; GAUDILLIÈRE, 2006; DAVOINE, 2008).

É nessa perspectiva que os psicanalistas na América do Sul investigam a origem e o impacto das ditaduras militares no equilíbrio e no funcionamento psíquico. O que se passa quando aqueles que devem proteger e impor a lei são os que detêm um poder mortífero? Quais são as consequências da irrupção da violência estatal na história do sujeito? Em que o trauma assim criado difere daquele conhecido na prática comum da psicanálise? Sua reflexão questiona o pensamento dicotômico, próprio da psicanálise ortodoxa, que "levanta um muro que, como no jardim dos Finzi-Contini, separaria a sessão da cidade" (VIGNAR, 1989, p. 46).

Em contrapartida, no mesmo período, a reflexão sobre a personalidade autoritária desvaneceu-se. Ela poderia ter contribuído para

13 Ver também: *NAQD, Revue d'études et de critique sociale. Dossier:* L'Expérience traumatique. Algérie, n. 18, 2003.

analisar os autores de atrocidades em outros contextos históricos. Esse não foi o caso. Ao contrário, a questão da submissão às ordens logo assume um significado totalmente novo. Graças à pressão dos veteranos da Guerra do Vietnã, a Associação Americana de Psiquiatria reconhece oficialmente em 1980 o *Post-Traumatic Stress Disorder* (PTSD)[14]. Como Didier Fassin e Richard Rechtman mostram, trata-se de uma revolução conceitual:

> Em relação à neurose traumática, a inversão é completa. Não há mais necessidade de procurar uma personalidade frágil, pois os sintomas são a reação normal – no sentido estatístico – ao acontecimento. Não é mais necessário explorar um trauma inaugural, uma vez que só o acontecimento é suficiente para produzir os distúrbios. Não há mais nenhuma dúvida sobre a sinceridade da pessoa traumatizada: ela é *a priori* crível. Não se questiona mais sobre os benefícios secundários: o diagnóstico dá o direito a uma justa reparação. (FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 120)[15]

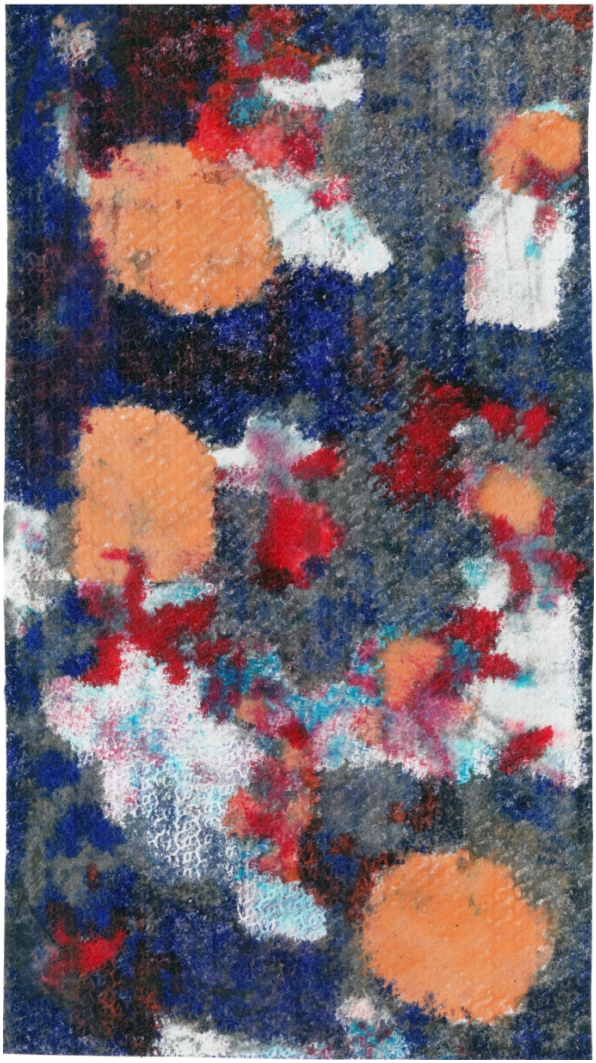
Além do mais, em relação à análise dos Mitscherlich, ocorre uma transformação fundamental, pois os autores das atrocidades são equiparados às vítimas: longe de serem responsáveis por seus crimes, eles também podem ser considerados como indivíduos traumatizados pelo que a guerra fez deles.[16]

14 O transtorno de estresse pós-traumático foi inscrito no *DSM III (Diagnosis and Statistical Manual of Mental Disorder),* com o diagnóstico: "*reexperiencing symptoms*". Ver Allan Young (1995).

15 Didier Fassin e Richard Rechtman igualmente mostram a convergência nesse ponto entre os veteranos de guerra e os movimentos feministas, preocupados com o reconhecimento dos traumas ligados aos abusos sexuais.

16 Como recordam Didier Fassin e Richard Rechtman (2007), nessa ocasião o psiquiatra americano Robert Lifton volta ao caso do único soldado que se recusou a participar do massacre de My Lai, para dizer que, mesmo que sua reação possa parecer mais justa, ela não havia sido "normal". Por sua vez, Jonathan Shay (1994) vê na PTSD uma reação adaptativa, e não uma patologia.

Banalização da noção



Andrea Jacchia, Associations libres

História: Questões & Debates, Curitiba, v. 73, n. 2, jul./dez., 2025.
Universidade Federal do Paraná. ISSN 2447-8261. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ his.v73i2.93067

Longe de ser o resultado exclusivo de uma reflexão médica especializada, o conceito de *trauma*, ou de *trauma psíquico*, nasce na esteira de certos acontecimentos históricos e se desenvolve nas fronteiras da psicologia, das ciências sociais e do direito (as sequelas de uma situação traumática podem desencadear um pedido de reparação). Como Didier Fassin e Richard Rechtman destacam:

> o trauma não pertence apenas ao léxico psiquiátrico, ele se inscreve no senso comum. Ele constitui uma nova linguagem do acontecimento. […] é o produto de uma mobilização de atores, profissionais da saúde mental, defensores da causa das vítimas em particular, e mais amplamente de uma reestruturação dos fundamentos cognitivos e morais de nossas sociedades, pondo em jogo a relação com o infortúnio, com a memória, com a subjetividade. (FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 18)

Nas últimas décadas, esse conceito tem estado nas "manchetes", a ponto de Shoshana Felman definir o século vinte como "o século do trauma" (FELMAN, 2002, p. 171). Ele nutre o debate político, numerosos textos literários, bem como obras de arte (AHPHEN, 1997; BENNETT, 2005; KAPLAN; WANG, 2004; GIGLIOLI, 2011; BANKERT, 2013). É cada vez mais utilizado pelas ciências sociais: revistas, colóquios, monografias e departamentos universitários se dedicam ao trauma. Atualmente, existe até mesmo uma disciplina chamada Trauma Studies ["Estudos sobre o trauma"] e uma revista intitulada *Journal of Literature and Trauma Studies*.

Diversas abordagens contribuíram para o sucesso desse conceito. Ele foi preconizado pela primeira vez em dois textos seminais pelos fundadores dos Archives Fortunoff de Yale [Arquivos Fortunoff de Yale]: o psiquiatra Dori Laub, que foi deportado por dois anos para um campo de concentração na Romênia, e o crítico literário Geoffrey Hartman, que, em 1939, deixou a Alemanha em um *Kindertransport*[17]. Laub traz ao debate o estilhaçamento dos quadros espaciais e temporais vividos pelos sobreviventes da Shoah:

> Embora real, o acontecimento traumático ocorreu fora dos

17 O "transporte de crianças" designa a operação de esforço humanitário ocorrida entre 1938 e 1940 por meio da qual milhares de crianças, em sua grande maioria judias, foram conduzidas para fora dos territórios dominados pelos nazistas, tendo como destino o Reino Unido. (N. dos T.)

> parâmetros da realidade "normal" tais como causalidade, sequência, lugar e tempo. O trauma é, portanto, um evento que não tem início nem fim, nem antes, nem durante, nem depois. A ausência de categorias que o definam lhe confere uma qualidade de "alteridade", uma saliência, uma intemporalidade e ubiquidade que o coloca fora do alcance [...] da compreensão, da narrativa e do controle. Os sobreviventes de traumas vivem não com as memórias do passado, mas com um acontecimento que não podia proceder e não procedeu ao seu termo, que não tem fim, [...] e, portanto, [...] continua no presente. (LAUB, 1992, p. 69)

Nessa mesma perspectiva, Hartmann relembra que o acontecimento traumático é registrado antes que vivenciado: ele contorna a percepção e a consciência, para "cair" diretamente na psiquê. Por essa razão, a experiência traumática não pode tornar-se inteiramente consciente, na medida em que não pode ser recuperada ou comunicada sem distorção. Ela cria um excesso de sentido que escapa aos mecanismos habituais do conhecimento. Trata-se de um conhecimento desconhecido ("*not-knowing Knowledge*" – "conhecimento não conhecedor"), que não pode ser apreendido por uma representação "realista" (HARTMANN, 1995).

O conceito de *trauma* foi, em seguida, retomado em uma perspectiva literária, particularmente por críticos desconstrucionistas, para os quais toda a cultura é que está traumatizada. A partir do diagnóstico formulado por Theodor W. Adorno, segundo o qual a ideia de uma cultura ressuscitada após Auschwitz é um engodo, e retomando a estratégia interpretativa de Paul de Man, Cary Caruth faz do trauma a chave interpretativa para reler a sociedade atual, nascida da Shoah: "Em uma era catastrófica, o trauma pode fornecer o elo entre culturas: não como uma simples compreensão do passado dos outros, mas antes nos traumas da história contemporânea, como nossa capacidade de ouvir através das distâncias que todos nós tomamos de nós mesmos" (CARUTH, 1996, p. 11). A autora afirma tanto "a verdade do acontecimento quanto a verdade de sua incompreensibilidade". Do seu ponto de vista, o trauma representa uma extraordinária ocasião de autenticidade, pois só podemos perceber a realidade quando nossos sistemas culturais de significação se desintegram: "Pois, para a história, ser uma história do trauma significa que ela é referencial precisamente na medida em que não é totalmente percebida quando ela se produz; em outros termos, que a história só pode ser apreendida na própria inacessibilidade de sua ocorrência" (CARUTH, 1996, p. 18). Assim, a história deveria renunciar sua dimensão referencial para situar-se no indizível do trauma:

> Gostaria de sustentar que é neste ponto, no encontro igualmente frequente e desconcertante com o trauma – tanto em sua presença como na tentativa de compreendê-lo –, que podemos começar a reconhecer a possibilidade de uma história que já não se reivindica como referencial (ou seja, não mais assentada em modelos simples de experiência e referência). Graças à noção de *trauma*, [...] podemos compreender que uma revisão de referência não tem o fito de eliminar a história, mas substituí-la em nosso entendimento, permitindo precisamente que a *história* surja onde a *compreensão imediata* não pode dar-se. (CARUTH, 1996, p. 11)

Essa proposta generaliza hiperbolicamente a noção de *trauma*. Como observa o historiador Dominick LaCapra (2001), o trauma tornou-se uma obsessão ou uma ocasião para amálgamas ou confusões questionáveis – começando pela ideia de que a cultura contemporânea, ou mesmo toda a história, seria essencialmente traumática, ou por aquela que considera que depois da Shoah cada um é um sobrevivente.[18] Além disso, apesar de suas numerosas referências psicanalíticas (notadamente a Freud e Lacan), ela inaugura uma despsicologização da experiência traumática: o trauma deixa de ser concebido como um mal-estar psíquico vivido por indivíduos de carne e osso, para tornar-se um processo cultural geral.

Também os estudos sobre memória coletiva contribuíram para a difusão do conceito de *trauma*. Na esteira de Kai Erikson, que definiu o trauma coletivo como "um duro golpe nos tecidos de base da vida social que deteriora os laços que unem as pessoas e altera o senso de comunalidade" (ERIKSON, 1976, p. 153-154), os autores de *Cultural Trauma and Collective Identity* ["Trauma cultural e identidade coletiva"] veem o trauma como uma ferida dramática da identidade coletiva. Segundo Jeffrey Alexander (2004, p. 1), "os traumas culturais ocorrem quando os membros de uma comunidade sentem que foram submetidos a um acontecimento horrível que deixa traços indeléveis em sua consciência de grupo, marcando suas memórias para sempre e mudando sua identidade futura de forma fundamental e irreversível". Ele critica a abordagem acontecimental – que sublinha as qualidades extraordinárias do acontecimento traumático – e se distancia da abordagem psicanalítica, para enfatizar que, longe de existir naturalmente, o trauma é uma construção social: ela pode ocorrer em tempo real, à medida que um

18 Dominick LaCapra critica também a confusão entre trauma estrutural ou trans-histórico e trauma histórico. Ver ainda Wulf Kansteiner e Harald Weilnböck (2008).

evento acontece; também pode preceder o acontecimento ou segui-lo, como uma reconstrução *post-hoc*. "Algumas vezes, de fato, os acontecimentos profundamente traumatizantes não são realmente produzidos na realidade; eventos imaginários podem ser tão traumatizantes quanto aqueles que realmente aconteceram" (ALEXANDER, 2004, p. 8).

Para Neil Smelser, o trauma cultural é um gênero particular de memória coletiva que corresponde a:

> uma memória aceita e publicamente reconhecida por um grupo significativo de membros, além de evocar um acontecimento ou uma situação que é: a) carregado(a) de efeitos negativos; b) percebido(a) como indelével; e c) visto(a) como ameaçador à existência da sociedade ou violador de algumas de suas pressuposições culturais fundamentais (…). (SMELSER, 2004, p. 44)

Assim, o trauma não implica necessariamente uma experiência direta, em primeira mão. Pode ser fruto de pura imaginação: esse princípio explicaria por que indivíduos que leem livros ou assistem a filmes comoventes ou assustadores podem ficar temporariamente traumatizados. Ron Eyerman analisa o trauma da escravidão, não como uma instituição ou uma experiência, mas enquanto memória coletiva, uma forma de lembrança fundacional:

> O trauma da servidão forçada e da subordinação quase completa à vontade e ao capricho de outro não era, portanto, necessariamente algo vivido diretamente por muitos dos sujeitos desse estudo, mas foi central para suas tentativas de forjar uma identidade coletiva a partir de sua memória. Nesse sentido, a escravidão foi traumatizante de maneira retrospectiva, e formou uma "cena primitiva" que, potencialmente, uniria todos os "afro-americanos" dos Estados Unidos, independentemente de eles mesmos terem sido escravos. (EYERMAN, 2004, p. 60)

Bernhard Giese (2004) retoma a definição de "trauma da vergonha", tal qual exposta por Aleida Assmann (2003), e a aplica ao contexto alemão: ao passo que as vítimas sofrem com suas lembranças, que lhes impõem sem cessar a visão de experiências extremamente dolorosas, os perpetradores

padecem por serem forçados a se lembrar.[19]

Por sua vez, Piotr Sztompka (2004) expande ainda mais o conceito de *trauma*, pois identifica quatro fontes do trauma: a intensificação dos contatos interculturais, provocados pelo colonialismo, pelo proselitismo religioso, pela globalização; o aumento da mobilidade espacial; a mudança das instituições fundamentais do ponto de vista econômico, político ou tecnológico (urbanização, industrialização, democratização, advento de novas tecnologias); as transformações de crenças ou ideologias, incluindo a revisão de certos mitos nacionais (como a descoberta do massacre dos *nativos* pelos americanos ou os horrores cometidos pela União Soviética, mas também a revisão crítica da interpretação da Revolução Francesa proposta por François Furet!).

De modo mais geral, uma breve busca no banco de dados *Jstor* mostra a progressiva afirmação do termo *trauma*.[20]

Tabela 1 – JSTOR: recorrência do termo *trauma* (no texto integral), 5 de junho de 2016

Disciplina	N° de títulos de revistas	Nº de artigos
African American Studies	25	585
African Studies	75	1036
American Studies	136	1886
Anthropology	135	2117
Asian Studies	170	1881
Feminist & Women Studies	43	1587
Film Studies	24	770
History	495	5081
Irish Studies	63	519
Jewish Studies	72	967
Language and Literature	447	10326
Latin American Studies	77	1271
Middle East Studies	86	705
Philosophy	149	1442
Political Science	245	4465
Psychology	42	1786
Religion	164	2024
Sociology	202	3815

19 Para Aleida Assmann, o trauma permanece na exposição da vergonha aos olhos da opinião pública mundial, como afirma Thomas Mann (apud ASSMANN, 2003, p. 178), em uma passagem do *Doutor Fausto*: "nossa ignomínia se espalha abertamente aos olhos do mundo". O conceito de *trauma da vergonha* ressurge na discussão sobre o silêncio de Günter Grass a propósito de seu engajamento em outubro de 1944 na Waffen-SS (ver Thomas Serrie, 2007).

20 Evidentemente, os quadros têm apenas um valor indicativo, porque o número de revistas científicas aumentou muito desde a década de 1980.

Tabela 2 – JSTOR: recorrência do termo trauma na disciplina "história" (495 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	12
1946 - 1955	19
1956 - 1965	68
1966 - 1975	262
1976 - 1985	604
1986 - 1995	885
1996 - 2005	1526
2006 - 2015	1692

Tabela 3 – JSTOR: recorrência do termo trauma, nos artigos, na disciplina "sociologia" (202 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	40
1946 - 1955	42
1956 - 1965	84
1966 - 1975	219
1976 - 1985	422
1986 - 1995	614
1996 - 2005	1432
2006 - 2015	1156

Tabela 4 – JSTOR: recorrência do termo trauma, nos artigos, na disciplina "antropologia" (202 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	40
1946 - 1955	32
1956 - 1965	44
1966 - 1975	93
1976 - 1985	209
1986 - 1995	362
1996 - 2005	702
2006 - 2015	634

Nos artigos analisados, os acontecimentos definidos como *traumáticos* são muito variados: as perseguições (a Shoah, o genocídio armênio, o conflito na ex-Iugoslávia etc.); a Reforma Protestante; as revoluções; o comércio de escravos; a colonização; as guerras (a Guerra da Secessão, a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Greco-Turca de 1919-1922, a Segunda Guerra Mundial etc.); a explosão nuclear em Hiroshima e Nagasaki;

crises econômicas (a Grande Depressão); as catástrofes naturais; o *apartheid*; os fenômenos históricos gerais (modernização, globalização etc.) e também a derrota do nazismo... A difusão do termo pode envolver três deslocamentos semânticos fundamentais: o responsável, o cúmplice ou o "espectador" da violência também tem o direito de ser considerado um sujeito traumatizado; o trauma não está necessariamente ancorado na experiência vivida; longe de ser desencadeado pelo pavor, é determinado por uma humilhação coletiva (NEAL, 1998; SCHIVELBUSC, 2001).

Sem dúvida, a difusão da noção de *trauma* indica que nos tornamos mais sensíveis à maneira como os acontecimentos históricos afetam a vida dos homens e das mulheres, às vezes perturbando gravemente suas capacidades de pensamento e de simbolização (WINTER, 2001). Todavia, a facilidade com a qual atualmente se utiliza a noção de *trauma* é preocupante. Um rápido levantamento das ocorrências recentes nas ciências sociais nos dá a impressão de que o número de acontecimentos traumáticos não cessa de aumentar e que empregamos os termos *trauma*, *luto*, *exílio* e *resiliência* como se fossem autoexplicativos. Não haveria nisso um alargamento impreciso do termo, o risco de banalização ou até mesmo de estetização da realidade do trauma? A questão merece ser examinada cuidadosamente, visto que essa patologização da história parece suscitar uma cobertura midiática considerável. Estamos assim adstritos entre duas ideias estereotipadas: o trauma como uma verdade incompreensível e irrepresentável, de um lado; e o trauma como uma experiência imediatamente reconhecível, memorável e nominável, de outro lado.[21] Essas maneiras de conceber o trauma suscitam várias questões. Gostaria de apontar três delas.

21 Daí a difusão das técnicas de "*déchoquage*", "*debriefing*" ou "*defusing"*, visando pôr "os males em palavras", de maneira a "obter muito rapidamente a ab-reação em sujeitos que sofreram um trauma e uma espécie de cura em relação ao acontecimento" (ver as ideias de Alain Vanier em Catherine Saladin, 2003).

O trauma histórico



Andrea Jacchia, Retour à Ithaques

Antes de tudo, existiriam elementos específicos que seriam próprios

História: Questões & Debates, Curitiba, v. 73, n. 2, jul./dez., 2025.
Universidade Federal do Paraná. ISSN 2447-8261. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ his.v73i2.93067

do trauma histórico? Este compartilha uma série de aspectos com a catástrofe natural: o colapso brutal do mundo ordinário; um sentimento generalizado de insegurança; a iminência da morte; a perda de ancoragens familiares; a desorientação espacial e temporal. Todavia, talvez haja uma diferença importante entre eles: o trauma histórico aniquila a proibição do assassinato (ZALTZMAN, 1999). Ele degrada a condição humana, mostrando a força de nossas tendências destrutivas. A vontade de destruição intencional e metódica revela a impotência da cultura e solapa a imagem ideal da humanidade.22 A degradação se manifesta em três escalas diferentes: humanidade, comunidade e individualidade.

Já em 1937, Ernst Simmel, um dos fundadores do Berliner Psychoanalytisches Institut [Instituto Psicanalítico de Berlim], observava que, além de experienciar uma situação de perigo extremo durante a Primeira Guerra Mundial, o soldado havia presenciado (ou até mesmo integrado?) a ultrapassagem das barreiras morais:

> Fiquei impressionado com a força das tendências destrutivas dos seres humanos que causaram não só a terrível devastação do continente europeu, mas também uma incalculável assolação da alma humana. A estrutura libidinal da psiquê foi, por assim dizer, destroçada pela tempestade de destruição que havia derrubado as barreiras da consciência, devido às mudanças nas condutas morais durante a guerra. [...] Após a guerra, não pude livrar-me da impressão da aterrorizante força interior que constringe os seres humanos a destruírem a si mesmos ou uns aos outros. (SIMMEL, 2007, p. 58)

Por sua vez, Primo Levi testemunha como o primeiro contato com a realidade do campo de concentração rompe todos os laços de comunidade e solidariedade – até mesmo no microgrupo de referência. É a traição por parte dos seus:

> Meus camaradas não eram políticos, eram a escória da terra,

22 Já em 1915 Freud fala da Primeira Guerra Mundial como fonte de decepção: "[...] jamais um acontecimento destruiu tantos bens preciosos da humanidade, [...] degradou tão radicalmente o que era elevado" (FREUD, 2010, p. 210). [Edição em português: FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 12*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 209-246. (N. dos T.)].

> eram infelizes que haviam sofrido contínua perseguição nos cinco anos precedentes. [...] Era esse material humano que havia ao meu redor. Entre esses infelizes não havia solidariedade, não havia nada disso; e essa falta foi o primeiro e mais forte trauma. Ingenuamente, eu e aqueles que viajaram comigo pensamos: "por pior que seja, encontraremos camaradas". Isso se revelou falso. Encontramos inimigos, não camaradas. (CAMON, 1991, p. 27)[23]

É também por esse motivo que logo o sobrevivente se sente solitário. Dori Laub e Nanette C. Auerhahn escreveram que a dificuldade de comunicação não concerne apenas à relação do sobrevivente com os outros, mas também do sobrevivente consigo mesmo:

> Nessa forma de memória traumática, o centro da experiência não está mais no "eu" que experiencia. Os acontecimentos se produzem em algum lugar, mas não estão mais ligados ao sujeito consciente [...] Esse duplo estado de saber e não saber deixa o sobrevivente em sofrimento, não apenas pelos entes queridos que sucumbiram, mas também pelas lembranças que ele perdeu. A ausência de informação impede a ativação do desespero que acompanharia a lembrança, mas deixa o sobrevivente sozinho e desconhecido de si mesmo. (LAUB; AUERHAHN, 1993, p. 290)

Às vezes a agressão da vida e o colapso da confiança nos outros andam de mãos dadas com a descoberta de sua própria dimensão alheia à moral. A realidade do campo de concentração reverbera no interior de cada um. Assim, o indivíduo se comporta de uma forma que ele próprio não pode subscrever. Primo Levi se recorda: "era verão, durante um período de bombardeio, fazia muito calor e eu tinha encontrado água, um canal. Havia três ou quatro litros, e eu só tinha dito a um amigo, não aos outros. Sentia-me culpado por isso; por outro lado, se eu tivesse dito a todo mundo, não haveria água suficiente para todos" (LEVI, 2000, p. 216).24 Além de sofrer violência, a vítima pode ser forçada a participar da violência contra os outros.

23 Sobre a redução do sujeito singular a elemento isolado e anônimo, ver René Kaës (1989).

24 Ver também Simon Korff-Sausse (2000).

A memória traumática



Andrea Jacchia, Coup d'œil

História: Questões & Debates, Curitiba, v. 73, n. 2, jul./dez., 2025.
Universidade Federal do Paraná. ISSN 2447-8261. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ his.v73i2.93067

Segunda questão: que espécie de memória é trazida pela experiência do trauma? A esse respeito, gostaria de assinalar uma controvérsia conceitual importante concernente à ideia de "memória traumática".

Na tradição psicológica, o conceito de *trauma* está geralmente ligado a um transtorno da memória. Charcot (1872-1883) escreveu que o "choque" traumático provoca uma dissociação da consciência: por conseguinte, a memória permanece inconsciente. Pierre Janet (1889), por sua vez, salienta a desagregação da consciência que parece caracterizar os pacientes traumatizados, assim como a presença de ideias fixas, uma vaga lembrança do acontecimento traumatizante. Essa ideia foi então elaborada pela psicanálise, para a qual a cena traumática está sujeita à amnésia. Na obra de Freud, o conceito de *trauma* conhece, conforme avançam suas reflexões, importantes rearranjos, particularmente no que concerne a sua dimensão real ou fantasmática.[25] No entanto, ele sempre permaneceu sensível à ideia de que a experiência emerge em função de algo impossível de dizer, de algo impossível de suportar, de um recalque primário, ou originário, sob apagamento, e que toma um sentido que lhe permanece de algum modo alheio. Nessa perspectiva, há de fato um acontecimento que desencadeia o trauma, mas esse evento se desenrola sobre uma temporalidade bastante complexa.

Com a noção de *efeito a posteriori* (*Nachträglichkeit*[26]), formulada no ano de 1896 em uma carta a Wilhelm Fliess, Freud indica que o trauma segue um processo de estratificação temporal, assentado em dois tempos:

> [...] tentarei fazer-lhe um relato simples da última especulação. Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo, de acordo com as novas circunstâncias — a uma retranscrição.

25 Em uma célebre carta a Wilhelm Fliess, de 21 de setembro de 1897, Freud concede um poder traumatogênico à fantasia. Essa perspectiva, que abre a possibilidade de não haver correspondência direta entre realidade histórica e lembrança, é questionada após a Primeira Guerra Mundial. Em *Além do princípio do prazer*, analisando os pesadelos dos soldados, Freud explica que a neurose traumática se desenvolve quando um acontecimento violento e repentino causa o pavor (o sinal de ansiedade não permite mais que o Eu se proteja da violação).

26 O conceito de *Nachträglichkeit*, historicamente, ganhou importante visibilidade no meio psicanalítico francês, que expandiu seu significado e aplicação. Esse movimento notabilizou, até mesmo internacionalmente, a expressão *après-coup* para designar o efeito conectado ao trauma, nos termos de sua posterior significação e elaboração simbólica, a partir do inicialmente teorizado por Sigmund Freud. A opção aqui assumida na tradução do conceito para o português foi a de "efeito *a posteriori*", conforme a proposição elaborada por Paulo César de Souza. SOUZA, Paulo César. *As palavras de Freud*: o vocabulário freudiano e suas versões. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (N. dos T.)

> Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de só uma vez, e sim ao longo de diversas vezes, e que é registrada em vários tipos de indicações. [...] Gostaria de enfatizar o fato de que os registros sucessivos representam conquistas psíquicas de fases sucessivas da vida. Na fronteira entre duas dessas fases é preciso que ocorra uma tradução do material psíquico. [...] Uma falha de tradução — eis o que se conhece clinicamente como "recalcamento". (FREUD, 1986, p. 208-209)

O acontecimento primário é então trazido à memória por outro evento aparentemente banal: a saber que, em um contexto histórico e subjetivo posterior, o indivíduo retrabalha os acontecimentos passados, dando-lhes uma nova significação. Por meio da noção de *efeito a posteriori*, Freud destaca que um segundo momento traz à tona o que ocorreu, mas não podia ser posto em palavras.[27]

Outro autor clássico, ainda que tenha sido ignorado por muito tempo, Sandor Ferenczi sublinha o peso dos acontecimentos externos nas neuroses traumáticas. Ele escreve:

> são sempre reais perturbações e conflitos com o mundo externo, que são traumáticos e têm um efeito de choque, que dão o primeiro impulso à criação de direções anormais de desenvolvimento; estas sempre precedem a formação das potências psíquicas neurogênicas, por exemplo, como aquelas da consciência moral (…). (FERENCZI, 1927-1933, p. 93)[28]

27 Como escreve ele sobre o caso de Emma (*L'Esquisse, Naissance de la Psychanalyse*, chapitre "Psychopathologie de l'hystérie") [*Projeto para uma psicologia Científica* (1895), no capítulo "Psicopatologia da Histeria"], o acontecimento primário é uma condição do trauma, mas desenvolve seu potencial traumático apenas na sequência de outros eventos sucessivos. [Registre-se que o *Projeto para uma psicologia científica* (1895) tem publicação no Brasil, no volume 1 da Edição Standard Brasileira das *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Esta é objeto recorrente de críticas, sobretudo por não ser uma tradução direta do alemão, mas sim vertida ao português a partir da versão inglesa: *The Standard Edition of the Complete Psychologial Works of Sigmund Freud*, comentada e anotada por James Strachey, em colaboração com Anna Freud. Ver: FREUD, Sigmund. (1895). Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume 1*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454. (N. dos. T.)].

28 A respeito da divergência entre Sigmund Freud e Sandor Ferenczi, ver Thierry Bokanowski (2001).

O trauma (especialmente o precoce) desestabiliza seriamente a capacidade de pensamento e simbolização. Como consequência, seu cenário fica inacessível: o indivíduo traumatizado consegue concebê-lo intelectualmente, mas ao mesmo tempo duvida de sua existência. O acontecimento traumático é, desse modo, acompanhado de uma amnésia relativa. Embora reconheça a estreita ligação entre o choque psíquico e a realidade externa, Ferenczi acredita que o trauma é bifásico. Ele se estrutura em duas etapas: o evento traumático propriamente dito e a negação, o silêncio dos outros, que, às vezes por razões benevolentes, evitam nomear o caráter traumático do acontecimento. Outra sugestão importante relativa à estratificação temporal vem de Masud Khan, que observa que o trauma também pode fazer parte do ordinário. Nesse caso, os danos desorganizadores derivam de um acúmulo no longo prazo de microtraumas cumulativos, que operam na longa duração (KHAN, 1976, p. 69-99). Estes, resultantes da exposição iterativa e tóxica a eventos negativos, decorrente da ausência de um ambiente capaz de construir uma confiança de base, podem ser "invisíveis".

Nas últimas décadas, a literatura nos forneceu relatos pontuais sobre a perturbação da memória provocada por traumas históricos. Vejamos dois exemplos famosos. Georges Perec começa *W ou le souvenir d'enfance* [*W ou a memória da infância*], livro que combina ficção e autobiografia, com uma célebre declaração:

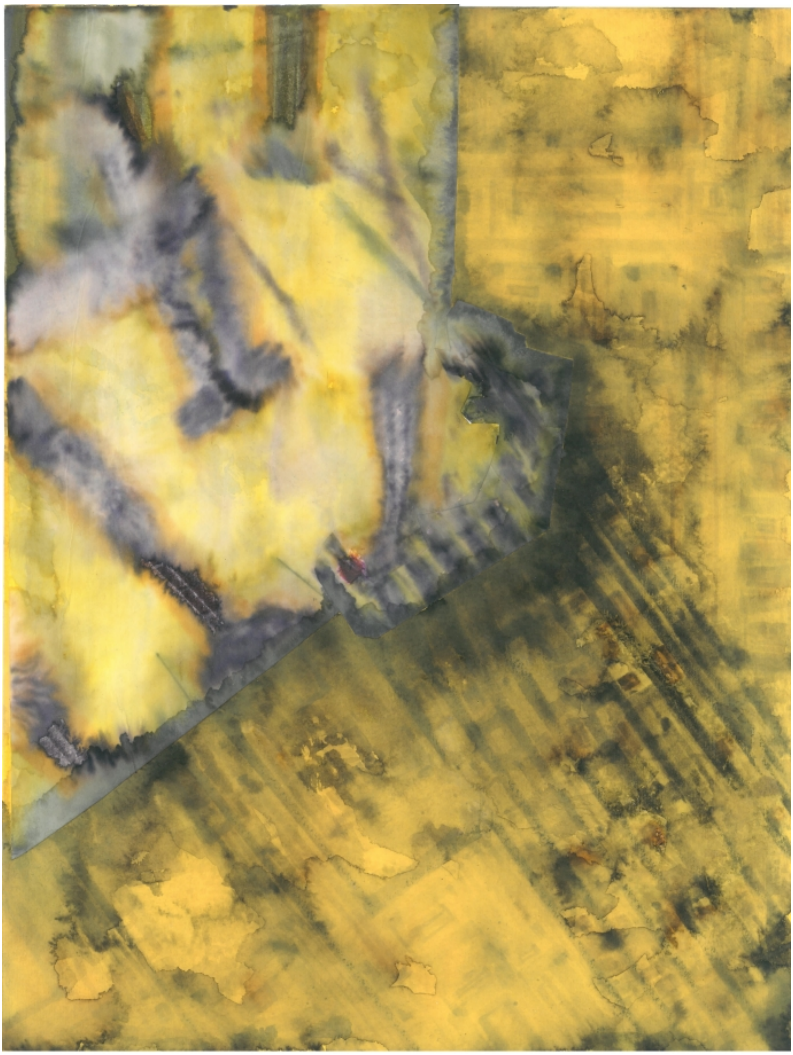
> Não tenho recordações da infância. Até meus doze anos aproximadamente, minha história cabe em algumas linhas: perdi meu pai aos quatro anos, minha mãe aos seis, passei a guerra em vários pensionatos em Villard-de-Lans. Em 1945, a irmã de meu pai e seu marido me adotaram. Essa ausência de história me tranquilizou por muito tempo: sua aridez objetiva, sua aparente evidência, sua inocência, me protegia, mas do que ela me protegia, senão precisamente de minha história, de minha história vivida, de minha história real, de minha própria história, que, pode-se supor, não era nem árida, nem objetiva, nem aparentemente evidente, nem evidentemente inocente? "Não tenho recordações da infância": eu fazia essa afirmação com segurança, quase com uma espécie de provocação. Não era preciso me interrogar sobre essa questão. Ela não estava inscrita em meu programa. Eu estava livre dela: uma outra história, a Grande, a História com H, já tinha respondido por mim: a guerra, os campos. (PEREC, 1975, p. 13)

Por sua vez, Winfried Georg Sebald relatou a longa "amnésia" de Jacques Austerlitz, que, em sua infância, tinha feito parte dos comboios do *Kindertransport*, aqueles trens da última hora que levavam crianças judias para a Inglaterra, salvando-as *in extremis* dos matadouros nazistas:

> Eu já sentia na testa o torpor infame que prenuncia o declínio da personalidade, suspeitava que, na verdade, eu não possuía nem memória nem raciocínio, nem propriamente uma existência, que durante a minha vida inteira eu não fizera outra coisa a não ser me obliterar e voltar as costas ao mundo e a mim mesmo. (SEBALD, 2008, p. 125)

A difusão pré- (ou pós-) psicanalítica da noção de *trauma* não estaria negligenciando as lacunas da memória traumática? E simplificando excessivamente o processo de estratificação temporal próprio do trauma, tal qual iluminado, sob diferentes ângulos, por Freud, Sandor Ferenczi, ou Masud Kahn? O risco é de contentarmo-nos com uma visão demasiado óbvia e "factual" do trauma (o acontecimento torna-se o agente etiológico necessário e suficiente), de perdermos sua densidade, constituída de estratificações e de repetições.

A memória traumática



Andrea Jacchia, Incendie

História: Questões & Debates, Curitiba, v. 73, n. 2, jul./dez., 2025.
Universidade Federal do Paraná. ISSN 2447-8261. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ his.v73i2.93067

O terceiro conjunto de perguntas diz respeito à fala traumática. Como dizer uma verdade que não pôde vir à tona por causa do trauma? Como falar, se o trauma impacta a narrativa e determina a perda de confiança nos outros? Robert Antelme relata isso desde o início de seu testemunho sobre a experiência do campo de concentração:

> Há dois anos, durante os primeiros dias após nosso retorno, estávamos, penso que todos nós, em estado de um verdadeiro delírio. Queríamos falar, ser finalmente ouvidos. Disseram-nos que nossa aparência física, por si só, era bastante eloquente. Mas estávamos apenas voltando, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência viva, e sentíamos um desejo frenético de contá-la como ela era. E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que descobríamos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em grande medida, ainda estávamos buscando em nossos corpos. (ANTELME, 1996, p. 9)

Essas questões se tornam ainda mais complexas quando confrontadas com os testemunhos públicos. Não se trata de dizer que os acontecimentos traumáticos são indizíveis, mas sim que a relação entre trauma e palavra está longe de ser evidente. Nos últimos anos, muitas instituições políticas e midiáticas compartilharam a ideia de que a expressão pela fala poderia contribuir à elaboração do trauma.29 A palavra de ordem aqui é: desbloquear a fala. A expressão pública é concebida, tal qual mostrariam os casos da África do Sul e de Ruanda, como uma experiência catártica indispensável para superar a tragédia e estimular a reconciliação.

Sem dúvida, como observa Maren Ulriksen-Vignar, o trabalho de mentalização após o trauma está ligado à capacidade circundante de acolher os testemunhos: "a elaboração psíquica individual é possível quando o reconhecimento e o registro do horror se fazem coletivamente" (ULRIKSEN-VIGNAR, 1989, p. 130). Em face da dificuldade de acreditar na inacreditável realidade dos campos, do aniquilamento, da tortura, a vítima tem necessidade de encontrar não apenas um interlocutor que aceite ouvir e escutar, mas também uma testemunha de seu próprio trauma. Nessa perspectiva, os

29 Além disso, em alguns casos, a fala faz parte dos procedimentos de verificação do direito de asilo: Élise Pestre (2010) mostra que os administradores competentes estudam cuidadosamente as narrativas dos refugiados para determinar a veracidade do trauma. Agradeço a Marianne Amar por essa referência.

espaços coletivos onde o trauma é reconhecido pelos "outros" e nomeado em relação à grande história podem ajudar a vítima a escapar do isolamento traumático.30 Todavia, o uso da fala (especialmente em público) não é um ato inocente. Não estaria ela tentando simular uma estratégia de esquecimento e o desejo de um retorno precoce à normalidade, de promover a negação? E se, por exemplo, o fato de concentrar-se nas vítimas constituísse uma defesa contra elementos de identificação com os perpetradores? Por outro lado, falar pode ser uma fonte de re-traumatização ou de re-vitimização.31 Como Rachel Rosenblum constata, pode-se sucumbir ao falar da catástrofe: "Pode-se morrer pelo fato de certas coisas nunca terem sido ditas. Mas também pode-se morrer por terem sido ditas, por terem sido 'mal' ditas, ou 'mal' ouvidas, ou 'mal' recebidas" (ROSENBLUM, 2000, p. 114). Desse ponto de vista, a narrativa, suscetível de regenerar a recordação da experiência traumática, requer condições particulares, que raramente são respeitadas pelas mídias.

Referências

ADORNO, Theodor W. *et al*. *Études sur la personnalité autoritaire* [1950]. Paris: Allia, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al*. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 1-16.

ALPHEN Ernst Van. *Caught by History: Holocaust Effects in Contemporary Art, Literature, and Theory*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

ALTOUNIAN, Janine. *Ouvrez-moi seulement les chemins d'Arménie: Un Génocide aux déserts de l'inconscient.* Paris: Les Belles Lettres, 1990.

ALTOUNIAN, Janine. *La Survivance: Traduire le trauma collectif.* Paris: Dunod, 2000.

ALTOUNIAN, Abraham; Altounian, ALTOUNIAN, Janine (dir.). *Mémoires*

30 A esse respeito, Dori Laub (1992) acredita que, se a sociedade tivesse dado aos sobreviventes a oportunidade de compartilhar sua história de perseguição, muitas hospitalizações psiquiátricas poderiam ter sido evitadas.

31 Sobre as abordagens idólatras e fetichistas da Shoah, ver as observações de Eric L. Santer (1992).

du génocide arménien: Héritage traumatique et travail analytique. Paris: PUF, 2009.

ANTELME, Robert. *L'Espèce humaine* [1947]. Paris: Gallimard, 1996.

ASSMANN, Aleida. La thèse de la culpabilité collective. Un traumatisme allemand? *Le Débat*, n. 124, p. 171-188, 2003.

BAIER, Lothar. *Un Allemand né de la dernière guerre: Essai à l'usage des Français*. Paris: Éditions Complexe, 1985.

BANKERT, Kelsey. *The Architecture of Trauma: Daniel Libeskind in New York City and Berlin*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013.

BENNETT, Jill. *Empathic Vision: Art, Politics, Trauma*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BETTELHEIM, Bruno. *Survivre*. Paris: Robert Laffont, 1979.

BOKANOWSKI, Thierry. Traumatisme, traumatique, trauma. Le confit Freud/Ferenczi. *Conférence Société psychanalytique de Paris*, 2001 (en ligne: http://www.spp.asso.fr/main/conferencesenligne/Items/14.html).

CAMON, Ferdinando. *Conversations avec Primo Levi*. Paris: Gallimard, 1991.

CAPLAN, Eric. Trains and Trauma in the American Gilded Age. *In*: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 57-77.

CARUTH, Cathy (dir.). *Trauma: Explorations in Memory, Narrative and History*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

CHARCOT, Jean-Martin. *Leçons sur les maladies du système nerveux*. Paris: A. Delahaye, 1872-1883. (3 volumes.)

CHERKI, Alice. Ni honte ni gloire. *In*: CHEMLA, Patrick (dir.). *Actualités du trauma*. Paris, Erès, 2002. p. 103-112.

DAVOINE, Françoise; GAUDILLIERE, Jean-Max. *Histoire et trauma: La Folie des guerres* [2004]. Paris: Stock, 2006.

DAVOINE, Françoise. *Don Quichotte pour combattre la mélancolie*. Paris: Stock, 2008.

DOUVILLE, Olivier. Des psychanalystes sous la Première Guerre mondiale: de la névrose traumatique à la folie traumatique. *Bulletin de psychologie*, n.

531, p. 237-251, 2014.

DREYFUS, Silvie. Freud, le trauma: culpabilité et détresse. *In*: BRETTE, Françoise; EMMANUELLI, Michèlle; PRAGIER, Georges (dir.). *Le Traumatisme psychique: Organisation et désorganisation*. Paris: PUF, 2005. p. 11-26.

EPSTEIN, Helen. *Le Traumatisme en héritage: Conversations avec des fils et des filles de survivants de la Shoah* [1979]. Paris: Gallimard Folio, 2012.

ERIKSON, Kai. *Everything in its Path: Destruction of Buffalo Creek*. New York: Simon & Schuster, 1976.

EYERMAN, Ron. Cultural Trauma. Slavery and the Formation of African American Identity. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al*. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 60-111.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *L'Empire du traumatisme: Enquête sur la condition de victime*. Paris: Flammarion, 2007.

FELMAN, Shoshana. *The Juridical Unconscious: Trials and Traumas in the Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FERENCZI, Sandor. Principe de relaxation et néocatharsis [1930]. *In*: FERENCZI, Sandor. *Psychanalyse: Œuvres complètes*, 1927-1933. Paris: Payot, t. IV.

FREUD, Sigmund. Carta de 6 de dezembro de 1896. *In*: MASSON, Jeffrey Moussaieff (ed.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1887-1904*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p. 208-216.

FREUD, Sigmund. *Actuelles sur la guerre et la mort* [1915]. *In:* FREUD, Sigmund. *Œuvres complètes*, t. XIII, 1914-1915. Paris: PUF, 1988. p. 125-155.

FREUD, Sigmund. *Au-delà du principe de plaisir* [1920]. *In:* FREUD, Sigmund. *Œuvres complètes*, t. XV, 1916-1920. Paris: PUF, 1991. p. 273-338.

FREUD, Sigmund. (1895). Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 1*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454.

FREUD, Sigmund. *Lettres à Wilhelm Fliess, 1887-1904*. Paris: PUF, 2006.

FREUD, Sigmund. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 14*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161-239.

FREUD, Sigmund. (1895). *Obras Completas, volume 2*: Estudos sobre a Histeria (1893-1895), em coautoria com Josef Breuer. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. (1939). Moisés e o monoteísmo. *In*: FREUD, Sigmund. *Obras Completas, volume 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13-188.

GAUDILLIERE, Jean-Max. De la mémoire, du trauma, du transfert, à partir de l'itinéraire de W. R. Bion. *Journal français de psychiatrie*, n. 36, p. 13-16, 2010.

GIGLIOLI, Daniele. *Senza trauma. Scrittura dell'estremo e narrativa del nuovo millennio*. Turin: Einaudi, 2011.

GIESEN, Bernhard. The Trauma of Perpetrators. The Holocaust as Traumatic reference of German National Identity. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al*. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 112-154.

HARRINGTON, Ralph. The Railway Accident: Trains, Trauma and Technological Crisis in Nineteenth Century Britain. *In*: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 31-56).

HARTMANN, Geoffrey. On Traumatic Knowledge and Literary Studies. *New Literary History*, v. 26, n. 3, p. 537-563, 1995.

HIRSCH, Marianne. Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory. *Discourse*, v. 15, n. 2, p. 3-29, 1992.

JANET, Pierre. *L'Automatisme psychologique*. Paris: Alcan, 1889.

KANSTEINER, Wulf; WEILNBÖCK, Harald. Against the Concept of Cultural Trauma. Or How I Learned to Love the Suffering of Others without the Help of Psychotherapy. *In*: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (dir.). *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 229-240.

KAËS, René. Ruptures catastrophiques et travail de la mémoire. *In*: PAGET, Jean et al. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 185-188.

KAPLAN, E. Ann, WANG, Bang (dir.). *Trauma and Cinema: Cross-Cultural Explorations*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

KHAN, Masud. *Le Soi caché* [1974]. Paris: Gallimard, 1976.

KORFF-SAUSSE, Simon. La mémoire en partage. *Revue française de psychanalyse*, t. 64, n. 1, p. 97-111, 2000.

LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LAUB, Dori. Bearing Witness, or the Vicissitudes of Listening. *In*: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori (dir.). *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York: Routledge, 1992. p. 57-74.

LAUB, Dori; AUERHAHN, Nanette C. Knowing and not Knowing Massive Psychic Trauma: Forms of Traumatic Memory. *International Journal of Psycho-Analysis*, n. 74, p. 287-302, 1993.

LERNER, Paul. From Traumatic Neurosis to Male Hysteria: The Decline and Fall of Hermann Oppenheim, 1889-1919. In: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 140-171.

LEVI, Primo. Les mots, le souvenir, l'espoir. Entretien avec Marco Vigevani. *In*: Marco Belpoliti (dir.). *Conversations et entretiens, 1963-1987*. Paris, Bibliothèques 10-18, 2000.

LEYS, Ruth. *Trauma: a Genealogy*. Chicago: Chicago University Press, 2000.

MICALE, Mark S. Jean-Martin Charcot and *les névroses traumatiques*: From Medicine to Culture in French Trauma Theory of the Late Nineteenth Century. *In*: MICALE, Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 115-139.

MICALE, Mark S.; LERNER, Paul. Trauma, Psychiatry, and History: a Conceptual and Historiographical Introduction. *In*: MICALE, Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-27.

MITSCHERLICH, Alexander; MITSCHERLICH, Margarete. *Le Deuil impossible: Le fondement du comportement collectif* [1967]. Paris: Payot, 1972.

MOSSE, George. Shell Shock as a Social Disease. *Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, p. 101-108, 2000.

NAQD, REVUE D'ETUDES ET DE CRITIQUE SOCIALE. Dossier L'expérience traumatique. Algérie, n. 18, 2003.

NEAL, Arthur. *National Trauma and Collective Memory: Major Events in the American Century*. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 1998.

PESTRE, Élise. *La Vie psychique des réfugiés*. Paris: Payot et Rivages, 2010.

PEREC, Georges. *W ou le souvenir d'enfance*. Paris: Éditions Denoël, 1975.

RAPPAPORT, Ernest A. Beyond Traumatic Neurosis: a psychoanalytic study of late reactions to concentration camp trauma. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 49, p. 719-731, 1968.

RIESMAN, David. *La Foule solitaire* [1950]. Paris: Arthaud, 1964.

ROSENBLUM, Rachel. Peut-on mourir de dire? Sarah Kofman, Primo Levi. *Revue française de psychanalyse*, t. 64, n. 1, p. 113-140, jan.-mars 2000.

ROTH, Michael S. *Memory, Trauma, and History: Essays on Living with the Past*. New York: Columbia University Press, 2011.

SALADIN, Catherine. Témoigner aujourd'hui. *Figures de la psychanalyse*, n. 8, p. 15-29, 2003.

SANTER, Eric L. History beyond the Pleasure Principle. *In*: FRIEDLÄNDER, Saul (dir.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p. 143-154.

SEBALD, Winfried Georg. *Austerlitz.* Paris: Actes Sud, 2002.

SEBALD, Winfried Georg. *Austerlitz*. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERRIER, Thomas. Günter Grass et la Waffen-SS. La mémoire maudite d'un prix Nobel allemand. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, n. 94, p. 87-100, 2007.

SCHIVELBUSCH. Wolfgang. *The Culture of Defeat: The American South 1865, France 1871, Germany 1918*. Berlin: Fest, 2001.

SHAY, Jonathan. *Achilles in Vietnam. Combat, Trauma and the Undoing of Character*. New York: A Touchstone Book, Simon & Schuster, 1994.

SIMMEL, Ernst. L'hôpital psychanalytique et le mouvement psychanalytique

[1937]. *In*: POULAIN-COLOMBIER, Jacquelyne; CHRISTOPHE, Philippe. *Le Patient de la Psychanalyse, Le mouvement psychanalytique.* Paris: L'Harmattan, 2007. p. 55-62.

SMELSER, Neil. Psychological Trauma and Cultural Trauma. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al*. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 31-59.

SZTOMPKA, Piotr. The Trauma of Social Change: A Case of Postcommunist Societies. *In*: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al*. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 155-195.

ULRIKSEN-VIGNAR, Maren. La transmission de l'horreur. *In*: PUGET, Janine *et al*. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 122-150.

VEGH, Claudine. *Je ne lui ai pas dit au revoir. Des enfants de déportés parlent.* Paris: Gallimard, 1979.

VIGNAR, Marcelo N. Violence sociale et réalité dans l'analyse. *In*: PUGET, Janine *et al*. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 41-66.

VILLA, François; WEIL, Eva. Lettre à Nathalie… l'absente. *In:* LEVY, Ghyslain (dir.). *L'Esprit d'insoumission: Réflexions autour de la pensée de Nathalie Zaltzman*. Paris: Campagne Première, 2011. p. 53-74.

WINTER, Jay. The Generation of Memory: Reflections on the "Memory Boom" in Contemporary Historical Studies. *Canadian Military History*, v. 10, n. 3, p. 57-66, 2001.

YOUNG, Allan. *The Harmony of Illusions: Inventing Post-traumatic stress disorder*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ZAJDE, Nathalie. *Enfants de survivants*. Paris: Odile Jacob, 1995.

ZALTZMAN, Nathalie (dir.). *La Résistance de l'humain*. Paris: PUF, 1999.

Resenhas

FURACÕES, IDEIAS E DESTRUIÇÃO: O AMBIENTE E UMA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

Hurricanes, ideas, and destruction: the environment and a history of the Americas

Resenha de: SCHWARTZ, Stuart B. *Mar de Tormentas*: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Alberto Camargo Portella[1]

RESUMO

nesta resenha, avaliamos como Stuart B. Schwartz aliou a ocorrência dos furacões no Grande Caribe à história da região e evidenciou de que forma aqueles eventos afetaram e foram afetados pela organização social, política, econômica e cultural local. Demonstramos como a obra é um importante contributo à história ambiental e à análise comparativa da colonização europeia nas Américas.

Palavras-chave: Furacões; Natureza; História das Américas.

ABSTRACT

this review aims to examine how Stuart B. Schwartz combined hurricane occurrences in the Great Caribbean with the region's history and in which manner such events affected and were affected by the social, political, economic, and cultural local organizations. We will demonstrate how his work makes and important contribution to an environmental history and a comparative analysis of the European colonization of the Americas.

1 Doutorando no PPGHS, USP; mestre pela mesma instituição. Esta resenha está relacionada com a atual pesquisa de doutorado financiada pela Fapesp (2024/15508-4). E-mail para contato: alberto.portella@alumni.usp.br

Keywords: Hurricanes; Nature; History of the Americas.

Stuart B. Schwartz é professor de História na Universidade de Yale, com uma carreira acadêmica voltada à análise da história da América Latina colonial, em especial na porção portuguesa do continente. Seus trabalhos tiveram como objeto desde a formação da economia açucareira no Brasil até um volume, por ele editado, dedicado à conquista de parte da América espanhola. Nessa toada, e seguindo uma trilha consagrada de obras dedicadas à história ambiental, em desenvolvimento desde os anos 70 (PÁDUA, 2010, p. 81), o autor agora nos apresenta *Mar de Tormentas: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina*, um estudo sobre o modo pelo qual os furacões, do século XVI ao XXI, foram interpretados por sociedades caribenhas e de que forma afetaram a história daquela região. Publicado originalmente em inglês em 2015, foi traduzido em 2021 e oferece uma sólida contribuição ao campo da história ambiental e da colonização europeia das Américas.

Partindo de uma visão conjunta do Grande Caribe, região com um passado marcado, por exemplo, pela colonização, escravidão e lutas pela independência, e em que buscou superar divisões imperiais e nacionais, Schwartz destacou as mudanças e permanências na forma como os furacões marcaram a vida dos povos naquele quadrante do mundo atlântico. Neste caso, não é despropositado salientar que, já nas primeiras páginas da obra, o historiador citou *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, como uma das inspirações para o enquadramento de seu objeto de análise.

O autor dividiu sua obra em nove capítulos. No primeiro, concentrou-se no início da colonização espanhola do Caribe. Questões como a exploração da realidade americana, a dependência em relação ao conhecimento nativo e o uso da teologia na elucidação das tempestades foram colocadas em cena, ao mesmo tempo em que o historiador demonstrou, já para aquela época, o desafio encetado ante uma "interpretação moral" (SCHWARTZ, 2021, p. 60) dos furacões. No capítulo dois, tratou com mais cuidado do processo de colonização a partir do século XVI, atentando-se aos efeitos das tempestades na economia e sociedades caribenhas dominadas pelas coroas europeias. Teorizou esses eventos climáticos enquanto um "perigo compartilhado" (SCHWARTZ, 2021, p. 79) pelos vários poderes coloniais, que buscavam respostas na caridade e na ação pública para compensar os estragos. Além disso, apresentou a forma pela qual as divisões sociais existentes agiram para tensionar ou atenuar os problemas causados pelos furacões. No capítulo seguinte, além de continuar a análise ao considerar o desenvolvimento

econômico da região, Schwartz também se atentou à consolidação de um modo científico de observar e analisar a natureza e demonstrou o crescimento da preocupação dos Estados em responder aos efeitos das intempéries. Afinal, foi nessa época em que esses eventos tropicais "[...] expuseram as linhas de fratura e as divisões sociais das sociedades caribenhas, e se tornaram eles mesmos um elemento, junto com a guerra, o comércio, a política e a raça, na configuração de valores sociais e políticas governamentais" (SCHWARTZ, 2021, p. 137).

No capítulo quatro, o autor apresentou uma importante chave interpretativa, representando uma viragem argumentativa em sua obra: os vários Estados, imperiais ou nacionais, cada vez mais assumiram alguma responsabilidade após as catástrofes, pois cresceu a percepção de que aqueles eventos tinham uma causa natural, por mais que o pensamento religioso e suas explicações não desaparecessem de todo. Ou seja, não mais dependentes somente da vontade de Deus, os poderes constituídos teriam de arcar com alguma responsabilidade pela recuperação coletiva. No capítulo cinco, analisando o século XIX, tratou também da difusão de tecnologias, como o barômetro e o anemômetro, na superação daqueles eventos.

No capítulo seis, o autor focou nas políticas governamentais de ajuda após as catástrofes e nas questões criadas pelas divisões sociais, como as discussões sobre a utilidade e necessidade de auxílios às vítimas e as calúnias contra certa parte da comunidade negra, acusada de ser covarde, infantil e passiva após o furacão que devastou Galveston em 1900. No seguinte, adentrando o século XX e considerando até os efeitos da crise de 29, Schwartz apontou importantes mudanças naquelas discussões, sendo uma delas a ideia "[...] de que o auxílio [após as calamidades] era um direito, e não uma questão de caridade, e de que as pessoas tinham a prerrogativa de esperar receber assistência de sua comunidade [...]" (SCHWARTZ, 2021, p. 275). Muitos governos aproveitaram essa ajuda prestada para imprimir uma boa imagem aos líderes considerados populistas. O papel dos governos, vistos de uma forma geral, teria superado o da caridade individual.

No capítulo oito, o historiador frisou o desenvolvimento de tecnologias no século XX, relacionadas à previsão climática e à comunicação, e a ideia de que a natureza poderia ser manipulada. Argumentou que as ações humanas voltaram à cena principal, no debate sobre as causas de mudanças no ambiente, e que ocorreu uma diminuição do papel do Estado na ajuda após as catástrofes, fruto de mudanças de cunho neoliberal. Por fim, no capítulo final, Schwartz analisou, por exemplo, o impacto do furacão Katrina no século XXI, para demonstrar a recorrência de temas, como a discussão da responsabilidade dos governos, e o surgimento de novos debates sobre o

impacto humano no clima.

Para unir os nove capítulos da obra, superando uma exposição meramente cumulativa, o historiador teceu a ideia de que existiria uma totalidade em análise, um conjunto espacial bem determinado partilhando experiências durante mais de quatro séculos. Não à toa, as sociedades caribenhas seriam "[...] irmãs na experiência e [...] rivais para a sobrevivência [...]" (SCHWARTZ, 2021, p. 11) unidas aqui pelo "[...] fato de as tempestades tropicais não respeitarem fronteiras internacionais ou divisões culturais [...]" (SCHWARTZ, 2021, p. 265). Dessa forma, o Grande Caribe, experimentando tempestades durante mais de quatrocentos anos, engendrou diferentes interpretações para tais eventos, tecidas no encontro entre um mundo hispano-americano de base católica e outro construído pelos poderes do norte europeu, com expressiva participação protestante. Schwartz visou superar uma comparação estanque entre as duas realidades, seguindo uma linha metodológica que visa compreender a colonização americana enquanto uma totalidade histórica que abarcou particularidades interrelacionadas (BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010, pp. 27 e 54; TOMICH, 2004, pp. 223-228; McMICHAEL, 1990).

Essa divisão espacial foi complementada pela visão do autor sobre seu objeto de estudo, pois seu foco não esteve nas tempestades propriamente ditas. Na verdade, visou compreender as formas de seu impacto no Grande Caribe, com os custos sociais, ambientais, políticos e econômicos advindos. Por outro lado, analisou como esses agrupamentos humanos impactaram e criaram interpretações sobre aqueles eventos climáticos, com as diferentes formas de enxergar suas causas e efeitos e, posteriormente, o impacto humano no equilíbrio ecológico.

Schwartz avaliou a chamada "era moderna dos furacões" (SCHWARTZ, 2021, p. 175) e a dividiu em duas etapas quanto às interpretações tecidas naquelas sociedades. Na primeira predominava uma visão essencialmente teológica sobre aqueles eventos e em que a caridade tinha mais força como resposta às catástrofes. Outra existiu, fortalecida no século XIX, em que as explicações científicas tomaram a frente, e o Estado ganhou relevo na previsão e resposta às tempestades. Todavia, segundo o autor, não se tratou do desaparecimento da visão religiosa. Após séculos de colonização, com desenvolvimentos no pensamento científico e nas teorias sobre a organização da sociedade, houve "[...] uma preocupação crescente com as vítimas de desastres naturais, e um reconhecimento implícito de que, quaisquer que fossem as intenções de Deus ou os acidentes da natureza, os governos poderiam fazer algo diante desses perigos" (SCHWARTZ, 2021, p. 286). Aliás, no século XX, o "'ato de Deus'" (SCHWARTZ, 2021, p. 301)

ainda poderia ser uma desculpa para encobrir a ineficiência na prevenção daqueles eventos. De qualquer forma, até hoje as explicações científicas ou naturais não excluem as ideias religiosas associadas a tais calamidades.

Os modos pelos quais os furacões impactaram a vida local e as interpretações sobre aquelas catástrofes formam um binômio argumentativo, uma linha de raciocínio que perpassa os nove capítulos da obra. Na interpretação sobre as ações humanas frente aos desastres inerentes à região, destacou-se o apontamento de que, se no início da colonização havia um julgamento moral sobre as causas, estabelecendo listas de erros humanos e castigos divinos, no século XVIII, com o advento do Iluminismo, a natureza passou a ser mais bem conhecida e os desastres foram naturalizados. Todavia, em fins do século XX e começos do XXI, o erro humano novamente veio à tona, em outro contexto explicativo: as ações humanas podem ter desequilibrado o meio ambiente, tornando aqueles desastres mais trágicos e recorrentes. De modo interessante, ainda assim, as explicações de caráter religioso continuam a ter espaço em nossa época, da mesma forma que as explicações científicas foram referenciadas a trabalhos de religiosos caribenhos do século XIX, configurando a convivência, muitas vezes conflituosa, de ideias com temporalidades distintas (KOSELLECK, 2006, p. 317; BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010, p. 54). Por outro lado, mesmo durante o início da colonização, a explicação religiosa conviveu com ações práticas e medidas políticas patrocinadas por poderes locais ou imperiais com raízes na Europa, que se preocupavam com os efeitos práticos das tempestades.

Nesse intento, Schwartz aliou a colonização à história dessas calamidades, demonstrando que a análise das consequências econômicas, sociais e políticas do empreendimento colonial não pode ser feita sem atenção às bases ambientais e aos efeitos sobre o ambiente, como já fora demonstrado por Alfred Crosby em *Imperialismo ecológico* (CROSBY, 1993, pp. 133-174). Afinal, o desenvolvimento colonial, com mudança e exploração da paisagem, fez agudizar as calamidades causadas pelos furacões. Mas não só, pois ao desestabilizarem as sociedades, essas ocorrências climáticas revelaram o que poderia ocorrer em um futuro muitas vezes próximo, ou seja, possíveis experiências comuns: fomes, descontentamento e rebeliões escravas. Os furacões, portanto, podem ser vistos como processos iluminadores das possibilidades abertas àquela região, com base na experiência anterior e guiando as expectativas (KOSELLECK, 2006, pp. 312-314). Demonstração prática de seus efeitos nessa parte do Atlântico, indo além das ideias tecidas sobre esses eventos.

Se para o autor o clima pode determinar (SCWARTZ, 2021, p. 10) as

sociedades em seus vários aspectos, ele também demonstrou no decorrer de sua obra que tais determinações foram balanceadas pela forma como o clima foi compreendido pela população caribenha, e como os atores responderam àqueles desastres naturais. Ou seja, as tempestades podiam influenciar a história do Grande Caribe, mas essa história também moldou a interpretação sobre aqueles eventos, conformando um interessante exemplo de recíproca determinação. O foco foram as ações humanas afetadas por e interagindo com aqueles desastres (SCHWARTZ, 2021, pp. 12-13 e 99). A determinação aqui citada, portanto, não retirou o caráter histórico de sua análise, antes demonstrou que o ambiente contou na configuração da realidade, na construção das possibilidades para a história do Grande Caribe.

O historiador cumpriu bem o que pretendeu no início de sua obra. Abordando a sociedade do Grande Caribe, demonstrou como as tempestades foram processos superiores, mas não externos, às divisões imperiais e nacionais, pois seus efeitos foram sentidos de modo comum, ao passo que as respostas e consequências nasceram também da organização regional. Se no início pareceu privilegiar a experiência ibero-americana, o fato simplesmente se deveu à própria cronologia da colonização, sendo aquela anterior em várias décadas à dos poderes do norte europeu. Da mesma forma, para um acadêmico conhecido por sua produção dedicada à história colonial latino-americana, Schwartz conseguiu bem equilibrar os capítulos, versando sobre os efeitos e respostas aos furacões desde o século XVI ao começo do atual em diferentes espaços caribenhos. O argumento foi prosseguido com cuidado e de modo persuasivo no restante do livro e de seu recorte cronológico.

No fim das contas, Schwartz apresentou um bom exame histórico guiado pela premissa da História Total. A realidade de uma parte do mundo atlântico foi interpretada tendo em foco processos eminentemente ambientais, com suas explicações teológicas e científicas, mas sem deixar de considerar as relações com a política, a vida intelectual e a realidade econômica daquelas sociedades (SCHWARTZ, 2021, p. 20). Ademais, o autor ainda demonstrou como a relação do homem com o ambiente, tema candente em nossa atualidade, pode e deve ser explorada na História, avaliando as mudanças e continuidades nas ações humanas frente ao mundo natural. Um encorajado passo adiante na pesquisa é a necessária inclusão de outras paragens do continente, com vistas a compreender e comparar ainda mais a relação do mundo natural com a história das Américas.

Bibliografia

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política*: Brasil e Cuba, c. 1790-1850. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*: a expansão biológica da Europa: 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2006.

McMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*: v. 55, n. 3, p. 385 – 397, 1990.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 24, n. 68, p. 81 – 101, 2010.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: ano 26, n. 2, p. 221 – 240, 2004.

ENTRE O FEMININO E O INSTITUCIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (1891-1991)

Between the feminine and the institutional: Considerations on the trajectory of women in the Ministério Público do Paraná (1891-1991)

Resenha de: CORREIA, Cristiano, O. V. *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022). Curitiba: Associação Paranaense do Ministério Público, 2022.

Giovana Eloá Mantovani Mulza1

RESUMO

O presente trabalho constitui uma resenha da obra Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022), do historiador Cristiano O. V. Correia. O livro insere-se no campo da história das instituições e da história das mulheres, fundando-se na metodologia da história biográfica para traçar a trajetória das mulheres no Ministério Público do Paraná entre 1891 e 1991. O autor usufrui de um vasto arcabouço documental e bibliográfico, construindo uma obra de relevância para o entendimento do crescente papel das mulheres em uma instituição tradicionalmente masculina. A partir de Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022), o leitor se deparará com as trajetórias de servidoras vanguardistas e concursadas que moldaram a história do Ministério Público do Paraná e protagonizaram mudanças em consonância com as novas tendências políticas que marcavam a história das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: História das Mulheres; História do Ministério Público do

1 Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Editora Chefe da Revista 29 de Abril (PPH-UEM). E-mail: gio_mantovani@hotmail.com

Paraná; Biografias.

ABSTRACT

The present work is a review of the work Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022), by historian Cristiano O. V. Correia. The book is part of the field of the history of institutions and the history of women, based on the methodology of biographical history to trace the trajectory of women in the Ministério Público do Paraná between 1891 and 1991. bibliographic, building a work of relevance for understanding the growing role of women in a traditionally male institution. From Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022), the reader will come across the trajectories of avant-garde and public servants who shaped the history of the Ministério Público do Paraná and starred changes in line with the new trends policies that marked the history of women in Brazil.

Keywords: Women's History; History of the Public Ministry of Paraná; Biographies.

Mapear a genealogia da inclusão das mulheres no Ministério Público do Paraná é o objetivo do livro *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991*, do historiador Cristiano O. V. Correia, cujo recorte temporal abarca os séculos XIX e XX. A obra foi publicada em 2022 e se insere no campo dos estudos de gênero e na história das instituições, cujas discussões visam problematizar a invisibilidade das mulheres nas memórias oficiais do Ministério Público do Paraná. Trata-se de uma produção que objetiva destacar a participação feminina nos quadros de funcionários dessa instituição, estabelecendo comunicações com a história política brasileira e com a história dos movimentos feministas no Brasil. Cristiano O. V. Correia (2022) constrói uma narrativa didática que busca dar voz às mulheres que historicamente permaneceram alijadas dos resgates históricos daquela instituição.

O livro encontra-se dividido em duas partes, assim como conta com um extenso conjunto de documentos imagéticos e textuais reunidos nos "Anexos" que finalizam a obra. A primeira porção de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) compreende um estudo das mulheres vanguardistas que ocuparam cargos no Ministério Público do Paraná e acabaram sendo "esquecidas" pela

memória institucional. A seletividade que caracteriza a memória resultaria no silenciamento da presença de promotoras, servidoras e estagiárias na história do Ministério Público do Paraná, como foi o caso da promotora Walkyria Moreira da Silva Naked. Cristiano O. V. Correia (2022) lhe categorizou como uma vanguardista, pois havia sido uma das primeiras mulheres a assumir o cargo de promotor público em todo o Brasil. Ocupando o capítulo inicial da primeira parte da obra, Walkyria tem sua biografia abordada pelo historiador, quem assinalaria as vicissitudes que ela se deparou ao longo de sua trajetória como acadêmica de Direito e posterior funcionária da instituição. Além da biografia da promotora, o autor se propõe a tratar sobre o contexto político da República Velha e os impactos do governo varguista para sua nomeação em 1930

Abordagem semelhante é dada à carreira de Maria Alexandrina Ferreira Chaves, cuja biografia recebe atenção no segundo capítulo da primeira parte do livro. Cristiano O. V. Correia (2022) tratou os significados de sua participação na luta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922 pela igualdade de direitos das mulheres. Sua nomeação para o cargo de promotora pública da cidade de Lapa (PR) ocorreu através de um convite do interventor Manuel Ribas em 1932 – aspecto que leva o historiador a categorizá-la como uma *outsider*, tendo em vista que não passara pela tradicional nomeação. No capítulo, é possível visualizar os impactos da história política nacional nos quadros de funcionários do Ministério Público do Paraná. De modo semelhante, a biografia de Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira é tratada no capítulo seguinte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), onde é destacada a sua atuação na promotoria pública de Curitiba em 1937 e seu interesse pela poesia – o qual lhe deu acesso à imprensa da época. Cristiano O. V. Correia (2022) sinaliza o incentivo de Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira a outras poetisas que buscavam espaço em meio aos escritores homens que tradicionalmente dominavam aqueles ambientes. Sua atuação no Centro Paranaense de Cultura Feminina (CPCF) entre 1935 e 1938 é o exemplo destacado pelo autor para demonstrar o papel da promotora em movimentos que transcendiam o Ministério Público do Paraná.

A atuação de Haydée Bittencourt Guérios é o objeto do quarto capítulo da primeira parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022). Nele, Cristiano O. V. Correia (2022) trata da longeva carreira de Haydée Bittencourt Guérios no Ministério Público do Paraná, a qual iniciou sua atuação como estagiária da instituição e alcançou sua posição na promotoria em 1945. Formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ela enfrentaria a não-receptividade do ambiente

acadêmico às mulheres – cuja trajetória reitera ao leitor a continuidade da preponderância masculina nas universidades e nas instituições políticas na década de 1940. Em 1950, Haydée Bittencourt Guérios seria aprovada no concurso para a carreira de Advogada do Estado, sendo precursora na Procuradoria do Estado do Paraná. Sua biografia permite-nos questionar os empecilhos que as mulheres enfrentavam quando optavam por ingressar na carreira pública e negavam o cargo doméstico a que tradicionalmente eram imbuídas. A temporária atuação de Maria de Jesus Boamorte no Ministério Público do Paraná é abordada no capítulo seguinte, a qual é tratada por Cristiano O. V. Correia (2022) como *rábula* por não possuir formação em Direito enquanto trabalhou como adjunta do promotor na comarca de Tibagi em 1932. A pouca documentação sobre Maria de Jesus Boamorte permite ao leitor refletir sobre a seletividade dos arquivos públicos – sobretudo quando se tratava de uma mulher rábula na instituição.

Finalmente, a primeira parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) se encerra com a biografia de Lilia Lima Lopes Teixeira, que seria estagiária na Primeira Promotoria Pública do Paraná em 1946, promotora pública na comarca de Jaguariaíva em 1947 e primeira juíza do Paraná em 1950. O autor abordou sua ocupação no cargo de juíza como um elemento emblemático para a história das mulheres no Ministério Público do Paraná, ocasionando até mesmo a inclusão da terminologia "juíza" nos documentos da época que tradicionalmente usavam a liturgia masculina. A primeira parte da obra é encerrada com a trajetória de Lilia Lima Lopes Teixeira, cujo conjunto de narrativas biográficas retrata as primeiras mulheres a ocuparem cargos na instituição paranaense. Cristiano O. V. Correia (2022) defendeu a importância da reconstrução da história dessas mulheres que usualmente ficaram invisíveis na memória do funcionalismo do Ministério Público do Paraná. A empreitada possui continuidade na segunda parte do livro, onde a abordagem das trajetórias individuais sede espaço a um estudo das mudanças que a instituição compreendeu na segunda metade do século XX. A narrativa biográfica dá lugar a um estudo contextual.

A segunda parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) é composta por 12 textos. São abordados os primeiros concursos públicos da instituição a partir de 1951, onde o sistema de nomeação encontrou-se substituído pelo novo método de ingresso. A mudança estava em consonância com as disposições da Constituição Federal de 1946 – implantada após o término do regime varguista – e da Constituição Estadual de 1947, as quais eram reflexo das mudanças políticas que aquela redemocratização do Brasil implicava. Nesse quadro, as mulheres passaram a prestar, em maior volume, os concursos públicos, tendo em vista que o

certame teoricamente não fazia distinção de gênero. Afinal, "Se as mulheres já participavam da vida política na Faculdade de Direito, se passavam pelos mesmos desafios de seus congêneres de graduação, poderiam, em igualdade de condições, prestar os mesmos concursos e ocupar as mesmas vagas." (Correia, 2022, p. 155). Apesar das condições, o primeiro concurso não contou com a inscrição de mulheres, as quais somente aparecem na documentação da seleção de 1956. Foi nesse rol de mudanças que ocorreria a aprovação de Celita Teixeira de Alvarenga no concurso de 1959 – objeto do terceiro capítulo da segunda parte do livro. Através de sua carreira, o autor relembrará as dificuldades que os procuradores do interior enfrentavam em termos de transporte e infraestrutura.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 compreendem os capítulos seguintes da segunda porção do livro de Cristiano O. V. Correia (2022), onde são tratadas as mudanças enfrentadas pelo Ministério Público do Paraná no contexto da Ditadura civil-militar (1964-1985). Questões da história política brasileira recebem uma maior atenção nesses capítulos, onde são abordados os processos que alguns membros da instituição sofreram pela Comissão Especial de Investigação Primária. Durante esse período, os concursos públicos para provimento do cargo de promotoria pública continuaram sendo realizados, a partir dos quais um número maior de mulheres pode ingressar na instituição. Apesar do avanço numérico, o historiador ressalta a permanência do machismo estrutural responsável por desvalorizar e infantilizar as procuradoras. Casos de ofensa e lesões aparecem na documentação analisada, mesmo sob um contexto de emergência da segunda onda feminista no Brasil nos anos de 1970. Contudo, é significativa a luta das procuradoras desse cenário para o fim da discriminação das mulheres e para o crescimento da sua receptividade na instituição. Seria na década de 1980 que a redemocratização do sistema político permitiu a efetiva legalização dos movimentos feministas e um número maior de mulheres ingressou no Ministério Público do Paraná. O autor evoca as transformações institucionais que seriam subsequentes à implantação da Constituição Cidadã de 1988, levando-nos a refletir sobre os impactos do paradigma democrático na luta pela igualdade das mulheres no funcionalismo público – não somente na promotoria, mas na ocupação de prefeituras e de câmaras também.

Passando por uma rápida análise das promotoras Mari Teresinha Ramos Kotaka e Izabela Kodaka – as quais foram umas das poucas servidoras que deixaram testemunhos diretos de sua vida no Ministério Público do Paraná –, Cristiano O. V. Correia (2022) aborda a biografia de outras duas mulheres que assumiram a liderança institucional: Maria Tereza Uille Gomes e Rosângela Gaspari. Ambas as servidoras participaram do 13º Congresso do

Ministério Público do Paraná, em 1999, onde deixaram a marca de seu papel no quadro de servidoras aprovadas em concursos ao longo do período de redemocratização. A posição de liderança que as duas servidoras ocuparam – Maria Tereza Uille Gomes foi Procuradora-Geral de Justiça entre 2002 e 2004 e Rosângel Gaspari seria eleita como Corregedora-Geral em 2021 – permite que a reconstituição de suas trajetórias conte com uma maior documentação primária.

Embora o livro se dedique sobretudo ao recorte temporal situado entre 1891 e 1991, o autor dedica os três últimos capítulos da segunda parte do livro a analisar as ações em prol da visibilidade das mulheres promovidas pelo Ministério Público do Paraná na passagem dos séculos XX ao XXI. Nesses espaços, Cristiano O. V. Correia (2022) demonstra as iniciativas do programa REConto para a retomada da atuação feminina na instituição, assim como a importância da História Oral para o fim da invisibilidade das mulheres no Ministério Público do Paraná. Segundo o autor, "No programa REConto são entrevistados homens e mulheres, um importante espaço para que também mulheres, membras ou não, constem como protagonistas da história institucional." (Correia, 2022, p. 310). Também são analisadas a atuação das servidoras paranaenses no Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público (MNMMP), na Diretoria das Mulheres, no Grupo de Estudos Interinstitucional sobre Igualdade de Gênero, no Grupo de Pesquisa em Direito das Mulheres e Perspectiva de Gênero e no Grupo de Gênero – iniciativas que contam com o apoio do Ministério Público do Paraná e que buscam retomar a reflexão sobre o papel das mulheres na referida instituição e na sociedade. Por último, *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) introduz o debate sobre as políticas de inclusão de promotoras negras na instituição com a fundação do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Estado do Paraná (NUPIER) e da norma aprovada em 2017 que garante a reserva de 20% das vagas para negros em todos os concursos para o Ministério Público do país. Cristiano O. V. Correia (2022) dá destaque à Miriam de Freitas Santos, quem foi a primeira promotora negra a ingressar na instituição na década de 1980.

Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022) compreende a iniciativa de dar visibilidade às experiências de mulheres que frequentemente foram esquecidas nos compêndios históricos do Ministério Público do Paraná. A obra abarca um extenso recorte temporal e se insere na nova postura da instituição que busca contornar o "esquecimento" com que estagiárias, promotoras e juízas foram relegadas. Inserido no campo da história das mulheres, o livro flerta com a história política e com a história das instituições, carregando o método biográfico como principal característica

e se amparado no estudo de fontes. O autor busca demonstrar o papel das mulheres nos cargos do Ministério Público do Paraná e problematizar temáticas como o machismo estrutural e os papéis feminismo, questionando os mecanismos – nada neutros – que forjam as memórias oficiais. Cristiano O. V. Correia (2022) aborda a trajetória das servidoras vanguardistas e das concursadas que participaram da história do Ministério Público do Paraná e promoveram mudanças em consonância com as novas tendências políticas que marcavam a história das mulheres no Brasil. A leitura torna-se válida para aqueles que desejam compreender o binômio esquecimento-visibilidade que as mulheres paranaenses enfrentaram ao longo de sua jornada na vida pública do estado.